UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA

ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL:

um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social

RECIFE
2012

SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA

ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL:

um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora:
Profª Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira
Co-orientador:
Prof. Dr. Jorge Luis Acanda González.

RECIFE

2012

Catalogação na fonte

P149e Paiva, Sálvea de Oliveira Campelo e.
Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social/ Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva. — Recife: S. O. C. e Paiva, 2012.
252 f.: il.

Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Profª Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira, Co-orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Acanda González.

1. Envelhecimento. 2. Saúde. 3. Trabalho. 4. Sistema do capital. I. Oliveira, Edelweiss Falcão de. II. González, Jorge Luis Acanda. III. Título.

CDU 613.9

SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA

ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL:

um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social.

Aprovado em: 15/03/2012

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira
Deptº Serviço Social – UFPE

_____

Profº Dr. Jorge Luis Acanda González
Universidad de La Habana – Cuba

_____

Profª Dra. Isolda Belo da Fonte
Fundação Joaquim Nabuco

_____

Profª Dra. Maria de Fátima Gomes Lucena
Deptº Serviço Social – UFPE

_____

Profª Dra. Marília Siqueira Campos Almeida
Faculdade de Ciências Médicas – UPE

A Romero, com amor

e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer. Creio ter cumprido formalmente todos os compromissos exigidos durante o processo de doutoramento, sem prorrogação de prazos, com aproveitamento máximo, portanto, venho aqui expressar os meus agradecimentos, não como quem segue um protocolo, mas com o coração liberto das formalidades acadêmicas. Até porque, esta tese, da maneira como se configura, é o resultado mais concreto do meu empenho, na condição de sujeito do conhecimento, no sentido de apreender o processo de envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social. Assim sendo, não teria sido concretizada a tese sem a presença dos que vieram, ao longo do tempo, compor a minha história de vida. E tudo começou quando eu não sabia o que vem a ser o Serviço Social, a Saúde Coletiva, a Gerontologia, tampouco a Academia. Até onde consigo lembrar, o interesse pelo objeto, decerto, é consequência da minha remota história de vida, da educação que recebi dos meus pais e do convívio e aprendizado com os meus avós. Morei durante um bom tempo, em épocas intercaladas, com os avós maternos, trabalhadores, na área mais rural e esquecida do agreste pernambucano, época em que não havia energia elétrica nem água encanada naquelas “solidões”. Com eles aprendi a me sentir amada e protegida, mesmo distante dos meus pais, principalmente, quando a meu lado sentavam para rezar o terço na hora [por mim tão esperada] da “Ave Maria”. Aprendi também a dar graças a Deus pelo que de bom vivencio e creio ser este um momento oportuno para fazer valer a lição deixada pelos meus velhos avós. Fui alfabetizada aos três anos, aos doze era estenodatilógrafa, ofício este que aprendi com o meu avô paterno, professor de português, poeta, músico, telegrafista e taquígrafo. Com a minha avó paterna infelizmente convivi pouco. Eis uma síntese das circunstâncias que me alimentaram o espírito e me sensibilizaram para eleger a Gerontologia Social como campo privilegiado da minha *práxis* profissional enquanto Assistente Social.

Começo, então, agradecendo [sentindo a falta de suas bênçãos] aos meus avós, Maria José, Antônio Marcelino, Georgina e Alfeu. Aos meus pais, Paula Frascinete e Geraldo, principalmente, pelo fato de terem visto em nós, seus filhos, a possibilidade de superação das condições objetivas de nossa infância pobre, mas, sobretudo, protegida, acompanhada e iluminada, porque vocês não limitaram os

nossos horizontes, ao contrário, nos alimentaram de pão, sonhos e muita música. Somente após ter lido os escritos de Karl Marx foi possível apreender, na condição de família de trabalhadores, as circunstâncias dos baixos salários, da exploração, do desemprego e a consequente despedida do nosso pai que precisou nos deixar para ir trabalhar em Cubatão, São Paulo, sem data para voltar, além da sobrecarga de trabalho da nossa mãe para dar conta da nossa reprodução de todo dia. Agradeço, então, de plena consciência, por vocês [em ato de subversão] terem me visto doutora, mesmo quando a realidade dizia dessa impossibilidade. Foi com o Senhor, meu pai, que aprendi as primeiras lições sobre o socialismo. São vocês que me inspiram e, assim, continuo cumprindo a promessa feita quando, aos dezesseis anos, deixei a nossa casa para começar a outra parte da nossa família: *não parei de estudar*. Quero também agradecer aos meus irmãos Hosan e Jasom por terem me acompanhado durante o momento [nada fácil] da defesa desta tese, na tarde do dia quinze de março de dois mil e doze, e serem daqueles manos que se alegram com as minhas alegrias. Pelo mesmo motivo, agradeço também ao meu querido tio Arandi Campelo. Gosto muito de vocês!

A outra parte da minha família inteira começou com Romero, companheiro há mais de trinta anos de caminhada, a quem dedico todo meu processo de doutoramento. Neste caso, em dois mil e sete, fui literalmente puxada pela mão para participar da seleção para o doutorado em Serviço Social na UFPE. Por tudo que nós sabemos e, mais ainda, pela mania que “você” tem de acreditar em mim, serei eterna e plenamente grata por seu companheirismo que não me deixou só mesmo em Cuba [pois falou comigo por telefone todas as noites, pontualmente às dezoito horas], considerando as dificuldades de comunicação naquele país. Muito obrigada porque, plagiando Pablo Milanés, eu venho aqui afirmar que *nada hay más humano, que prenderse de tu mano, y caminar creyendo em ti*. Com Romero vieram também os seus pais, Ariel (do qual sinto uma silenciosa e contínua saudade, desde que ele nos deixou órfãos de seus cuidados) e Rosita, aos quais tenho muito a agradecer, principalmente, pelo suporte que me deram quando os meus filhos eram pequeninos.

Agora é a vez de agradecer ao tripé que dá sustentação à minha vida, pois, antes de ser assistente social ou qualquer outra coisa, fui, sou e serei sempre mãe. Conhecer e conviver com vocês, Rodrigo, Renan e Vanessa, de verdade, cada um

com o seu estilo, é o que existe de melhor em minha vida. E vocês trouxeram mais dois, Robson Antônio e Marcella, para a nossa casa sempre cheia em todos os sentidos, inclusive, de barulho. Não sei o que seria de mim se não fosse o socorro imediato que vocês me prestaram quando precisei passar por uma cirurgia, e Robson Antônio não me deixou sozinha; andei atrapalhada com os recursos eletrônicos, e Rodrigo resolveu tudo, sempre; precisei de reforço na pesquisa, e Renan e Marcella me deram a maior força; pedi para Vanessa ler e criticar o primeiro Capítulo da tese e continuo esperando até hoje, mas, enquanto aguardo, sigo aprendendo com você, minha filha, dentre tantas lições, a principal: não basta lutar por direitos unicamente humanos, pois a vida é, também, direito incondicional dos seres, animais não humanos. Por tudo isso e tanto mais, adoro crescer e aprender com vocês! Amo vocês!

Eu não poderia ter enveredado pelos caminhos de um doutorado se não fosse o apoio irrestrito da Universidade de Pernambuco, mais especificamente, dos Dr. Ricardo Quental Coutinho, Dr. Railton Bezerra de Melo e da querida Deuzany Bezerra de Melo Leão, gestores do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC), aos quais expresso os mais sinceros agradecimentos. Mas a realização desta tese não seria possível se não tivessem passado pela minha vida as pessoas que decidiram, primeiro, acreditar no meu projeto, depois, dividir comigo um pouco do muito que sabem. Aos professores, Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira e Dr. Jorge Luis Acanda González, meus orientadores, venho manifestar o profundo respeito e a sincera gratidão por saberem socializar o conhecimento com simplicidade e coerência em relação ao que defendem. Sobretudo, agradeço por vocês terem compartilhado comigo o espaço de seus domicílios, a família e os livros. Não sendo possível aqui deixar de mencionar a companhia do Professor Acanda durante a minha deslumbrada iniciação pelos caminhos de Havana*. Muchas Gracias*!

Agradeço, pelas contribuições à tese, a partir das aulas em sala, mas, também, pela disponibilidade, conhecimento compartilhado, simplicidade e respeito na maneira de dialogar conosco, doutorandos, simples mortais, às professoras Dra. Fátima Lucena, Dra. Alexandra Mustafá, Dra. Cristina Paniago, Dra. Maria das Graças Silva e ao professor Dr. Denis Bernardes; às professoras Dra. Marina Maciel Abreu e Dra. Ângela Amaral, pelas contribuições durante a qualificação do projeto, em março de dois mil e dez, fundamentais à realização da tese; à Dra. Isolda Belo

da Fonte, pelas contribuições em dois momentos, o da pré-banca e o da defesa; pelo apoio irrestrito, à professora Dra. Ana Vieira, na pessoa de quem agradeço às demais docentes da Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo importante apoio que me foi dado no derradeiro ano do doutorado. Antes, porém, de sair do âmbito da UFPE, registro os sinceros agradecimentos à Secretaria da Pós-graduação, nas pessoas de Ana Claudia Costa Gomes e Tamires Aguiar dos Santos, meus anjos da guarda no árido mundo acadêmico.

Há, com certeza, as grandes amizades, as irmãs e os irmãos do coração que estão sempre comigo, presentes, fisicamente ou não. Assim, agradeço à Dra. Marília Siqueira Campos, amiga e irmã, a mulher que mais admiro no mundo inteiro, pela força e pela verdade que você representa em minha vida pessoal e profissional; à Edusa Cesar Pereira, minha velha amiga e companheira, pela lição de persistência e coragem; à Dra. Judith Borba, parceira nas lutas e nos cafés recifenses, pelo exemplo de dedicação à defesa intransigente dos Direitos Humanos; à Selma Castro, outra guerreira, musa inspiradora, principalmente, pela lição de vida a serviço da luta pela dignidade das pessoas acometidas por Alzheimer; ao Dr. Augusto Alcalde e William Smethurst, amigos de sempre, pela paciência e disponibilidade para ajudar nos assuntos acadêmicos; aos queridos amigos, Dr. Aníbal Gaudêncio e Dr. Márcio Campos, pela amizade crescente e pelo incentivo que me fortaleceu o espírito no dia da defesa; à comadre Verônica Modesto e ao compadre Marco Aurélio, por Ítalo e pela casa de portas abertas para me receber quando preciso me insular do mundo; à Sandrinha Valéria, por compartilhar comigo a amizade do quilate da “Esmeralda do Atlântico”, a alegria de viver e de dançar na ilha de Heleno Armando. Pela torcida perene, agradeço à Rosana Almeida e Ana Luiza Rodrigues, duas amigas para o que der e vier. Sem outra amiga, Mégine Cabral, os meus trabalhos ficam desarrumados, portanto, muito obrigada pelo seu apoio e pela formatação da tese em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), mesmo quando entrego tudo de última hora.

No HUOC, em dois mil e seis, criei o Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Cidadania e Saúde do/a Idoso/a (NAISCI), onde está uma equipe que não deixou morrer nenhum de nossos projetos durante o longo período de dedicação exclusiva ao doutorado e ausência, quase total, das atividades na Saúde Coletiva. Assim,

sobretudo pela nossa amizade, venho agradecer à Ana Paula Regazzi, Tatiana Carvalho e Tatiana Santa Cruz, lembrando que, junto a esta, eu e mais duas amigas, a professora Dra. Raquel Soares e Maristela Menezes, às quais agradeço pelo voto de irmandade, compomos o “Quarteto [por nós denominado] Fantástico”. De igual maneira, expresso minha gratidão à equipe da qual faço parte no HUOC, essa que não perde de foco o *Projeto Ético-Político*, delegando às companheiras Renata Cesar Alves, Ana Elisabeth Machado Lins, bem como, Ana Maria Gomes, Christiane Barbosa e Mônica Nascimento, que estiveram comigo no momento da defesa, de portarem os agradecimentos às colegas de profissão e demais componentes da nossa equipe. Justiça seja feita à Ana Elizabete da Silva Tavares, Jacilene de Oliveira Lima, Rita de Cássia Souza Alheiros e Tereza Cristina Bezerra Brito, por facilitarem a minha vida com relação aos trâmites burocráticos, deixando muito clara a impressão de torcerem por mim, portanto, muito obrigada, de coração.

O doutorado me trouxe mais duas grandes amigas, Erlenia Sobral que, em nossa análise, veio somente buscar o diploma, apesar de estudar muito, e Cícera Gomes, a querida *Cherry*, símbolo de alegria e ternura, com as quais compartilhei momentos inesquecíveis, boas risadas e muita conversa pra lá da Capadócia. Essa é a parte que mais deixa saudades, a nossa turma [*muy loca*, segundo Ancizar Castro, nosso colega colombiano] reunida no Café na UFPE, da qual eu sempre lembrarei e aproveito a oportunidade para agradecer, também, a André Luiz Augusto da Silva, Cleomar Fonsêca, Margareth Bezerra, Mônica Nóbrega, Sheilla Suely e Tereza Martins, pela boa companhia e pelas manifestações de afetividade na Academia!

O momento da pesquisa nos Anais dos ENPESS não foi dos mais fáceis no trajeto da tese, todavia, quando me vi acompanhada e apoiada pelas colegas de profissão e amigas, Fabíola Laporte, Fernanda Tavares, Karina Antunes, Karla Bandeira, Kylvia Karla, Mariana Lira e Náiade Melo, todas participantes do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS), o que era desafio se transformou em aprendizado compartilhado. Com vocês vivenciei um dos momentos mais interessantes do processo de doutoramento, portanto, venho aqui manifestar a minha gratidão extensiva às colegas Jéssica Aline e Sandra Santos que estiveram comigo no dia da defesa.

Conforme registrado anteriormente, a minha casa não é o espaço mais adequado para se produzir uma tese. Por necessidade, durante os últimos quatro anos, passei a maior parte do tempo no meu quarto ou no *studio*, afastada das lutas sociais, dos conselhos, das conferências, da militância. Para estudar, também estive literalmente insulada em Fernando de Noronha e Cuba. Nesta conheci Antonia Entenza Gato, a querida amiga Toña, à qual serei eternamente grata pela companhia, atenção e pelas melhores recordações que trouxe da ilha de Camilo e Fidel. Em Olinda, contei de maneira mui privilegiada com o acolhimento das mulheres que enchem de história o Abrigo Nossa Senhora de Lourdes, na Cidade Alta, onde a paisagem é das mais bonitas de se ver. Talvez as amigas Dilma Rodrigues e Otamar Cabral não tenham plena consciência do bem que me fizeram quando abriram as portas daquele lugar para eu estudar. No Abrigo, de verdade, nunca me incomodei quando precisei interromper os meus estudos para deixar passar o toque do berimbau, os acordes do frevo e os baques virados dos maracatus que me renovavam o ânimo. Peço a vocês duas, à Maria da Glória Soares e Maria José Carvalho (Lia), grandes amigas presentes nos momentos mais importantes da minha vida, em meu nome, que agradeçam a todas as mulheres doadoras de sentido ao Abrigo, pelo acolhimento sem restrição.

Devo confessar, foi este um texto difícil de concluir, mesmo após a defesa da tese, pois paira sempre no ar o temor de esquecer alguém importante que, certamente, acabei esquecendo. Embora tenha pensado, diversas vezes, em abdicar dos agradecimentos nominais, optei por correr o risco de pedir desculpas a quem não se viu nestas linhas, sem deixar de homenagear pessoas tão queridas e importantes em minha história de vida. Finalmente, além das pessoas mencionadas, agradeço, de maneira muito especial, às que estiveram comigo na tarde do dia quinze de março, no anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, a exemplo de Andreza Rocha, Aurora Ferreira, Denildes Amaro, da colega colombiana Gloria Maria Jimenez Gonzalez, Hermelinda Rocha, Juliana Constantino, professora Juliane Peruzzo, Macelani da Conceição, Maria Magaly Colares, Maria Mayara Mendes, a Irmã Meiriane Rodrigues, Roselia Mendonça, Sheyla Mafra, Silvana Nascimento, da colega argentina Silvia America Mansilla e do Sr. Ubiratan Soares.

"*Cuánto tiempo hay en sus manos*
Y en su apagado mirar
Y nadie ha dicho está bueno
Ya no debes trabajar[1]"

Victor Jara

[1] Versos da canção "El lazo" do *cantor, compositor e homem de teatro chileno,* Victor Jara. Está no livro *Canção Inacabada* (JARA, 1998, p. 123-124).

RESUMO

A tese, ora exposta, surge da necessidade de preencher lacunas teórico-metodológicas no sentido de inserir o debate a respeito do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, evitando o viés de reproduzir caoticamente a realidade evidenciada pelo fenômeno da transição demográfica em curso, via de regra, no mundo e, particularmente, no Brasil, na contemporaneidade. Concluída a tese, é vislumbrada a possibilidade de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, afirmando a perspectiva da ontologia do ser social, em acordo com o projeto ético-político hegemônico dessa categoria profissional, o que significa focar o estudo do envelhecimento humano no marco da racionalidade dada pela razão dialética. A importância de denunciar essas lacunas existentes a respeito do debate sobre o envelhecimento humano se inscreve na proposta de delimitá-lo na dinâmica da produção e reprodução social capitalista, onde o trabalho adquire centralidade na sociabilidade humana, rompendo com as abordagens conservadoras, responsáveis por tratar a velhice enquanto doença, numa relação de unicausalidade, como um "problema social em si" ou mesmo uma "nova questão social", imposta pela atual magnitude do processo de envelhecimento das populações, observado empiricamente em escala [quase] mundial. A velhice, portanto, apreendida em uma ideia de movimento, significa o mesmo que envelhecimento. Processa-se como uma fase do curso de vida humana, contudo, na sociedade moderna, de maneira diferenciada e desigual, nas dimensões do indivíduo e das populações, sofrendo as determinações da estrutura de classes sociais, da reprodução sociometabólica do sistema do Capital, ao qual não está imune a saúde do velho trabalhador. O processo de investigação está centrado em questões que permeiam a produção de conhecimento do Serviço Social. Para tanto, o elemento que adquire centralidade nesta tese é a racionalidade presente na produção de conhecimento do Serviço Social, no Brasil, a partir de 1999, sobre a velhice e saúde da classe trabalhadora. Foi realizada uma pesquisa teórica fundamentada na concepção dialética marxiana, a partir de autoras e autores de diversas épocas e áreas do conhecimento, a exemplo da história, filosofia, serviço social, direito, antropologia, demografia, epidemiologia, entre outras. O campo empírico foi delimitado em torno da Gerontologia Social, mais especificamente, dos Artigos publicados nos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, promovidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, realizados na primeira década do século XXI. Os resultados da pesquisa no campo empírico confirmam, de maneira geral, a hipótese de trabalho referente à cisão entre os conteúdos mais universais da produção de conhecimento do Serviço Social e os mais específicos, não prevalecendo, no campo da Gerontologia Social, a vertente de "intenção de ruptura" com o conservadorismo. A ênfase no tratamento das questões contemporâneas impostas pela transição demográfica em curso se faz pela via da epistemologia, em detrimento da ontologia do ser social.

Palavras-chave: envelhecimento, saúde, trabalho, sistema do capital.

ABSTRACT

The thesis, now exposed, arises from the need to fill theoretical and methodological gaps in the sense to put the debate about human aging from the perspective of the social totality, avoiding the bias of chaotically reproduce reality evidenced by the phenomenon of demographic transition underway [via rules] in the world, and particularly in Brazil nowadays. Once concluded the thesis, is envisioned the possibility of contributing to the production of knowledge of Social Service in the field of Social Gerontology, stating the perspective of the ontology of social being, in accordance with the hegemonic ethical-political project of this professional category, which means focusing the study of human aging within the framework of rationality given by Dialectical Reason. The importance of reporting these gaps about the debate on human aging falls in the proposal to delimit it in the dynamics of capitalist social production and reproduction, where the work acquires centrality in human sociability, breaking with the conservative approaches that are responsible for treating old age as a disease, in a unicausality relationship as a "social problem itself" or a "new social question", imposed by the current magnitude of the aging of populations observed empirically in a global [almost] scale. Old age, therefore, withdrawn in an impression of movement, means the same as aging. It takes place as a phase of the human life course, however, differently and unequal in size from individuals and populations in modern society, suffering the determinations of the social class structure and the socialmethabolic reproduction of Capital system, to which the old worker health is not immune. The research process is focused on issues that permeate the production of knowledge of social services. Thus, the element that acquires centrality in this thesis is the rationality present in the production of knowledge of Social Service in Brazil on old age and health of the working class since 1999. The research was carried out based on the Marxian dialectic conception, from authors of various eras and areas of knowledge, like history, philosophy, social work, law, anthropology, demography, epidemiology, among others. The empirical field was delimited around the Social Gerontology, more specifically, the articles published in the proceedings of the National Meeting of Researchers in Social Work, organized by the Brazilian Association of Education and Research in Social Work, conducted in the first decade of this century. The survey results in the empirical field confirm, in general, the working hypothesis regarding to the split between the content of the production of more universal and more specific knowledge of Social Service, does not prevailing the strand "intention to break" with conservatism in the field of social gerontology. The emphasis in the treatment of contemporary issues imposed by the ongoing demographic transition is made through epistemology, in detriment of the ontology of social being.

Keywords: aging, health, labor, capital system.

RESUMEN

La tesis, aquí expuesta, aparece de la necesidad de llenar vacíos teórico-metodológicos en el sentido de incluir el debate del envejecimiento humano en la perspectiva de la totalidad social, evitando la tendência de reproducir caoticamente la realidad del fenómeno de transición demográfica corriente en el mundo y, particularmente em el Brasil, en la contemporaneidad. Finalizada la tesis, se preve la posibilidad de contribuir para la producción de conocimiento del Servicio Social en el campo de La Gerontología Social, fortaleciendo la perspectiva de la ontología del ser social, de acuerdo con el proyecto ético-político hegemónico de esa categoria profesional, lo que significa concentrar el estudio del envejecimiento humano en el marco de la racionalidad definida por la razón dialéctica. La importancia de denunciar esos vacíos existentes a respecto del debate sobre envejecimiento humano se inscribe en la propuesta de delimitarlo en la dinámica de la producción y reproducción social capitalistas, donde el trabajo adquiere un papel central en la sociabilidad humana, rompiendo con abordajes conservadoras, responsables por tratar la vejez como uma enfermedad, en una relación de unicausalidad, como un "problema social en si" o como una "nueva cuestión social". La vejez, por lo tanto, comprendida en uma idea de movimiento, significa lo mismo que envejecimiento. Se procesa como una fase de la trayectoria de la vida humana, sin embargo, en la sociedad moderna, de forma diferenciada y desigual, en las dimensiones del individuo y la poblaciones, sufriendo lo determinado por la estructura de clases sociales, de la reproducción socio-metabólica del sistema del Capital, al cual no es inmune la salud del trabajador viejo. El proceso de investigación se centra en cuestiones que impregnan la producción de conocimiento del Servicio Social. Para ello, el elemento que adquiere carácter central en el esta tesis es la racionalidad presente en la producción de conocimiento del Servicio Social, en el Brasil, a partir de 1999, sobre la vejez e salud de La clase trabajadora. Fue realizada una investigación teórica fundamentada en la concepción dialéctica marxista, a partir de autores de diversas épocas y áreas de conocimiento, como historia, filosofía, servicio social, derecho, antropología, demografía, epidemiología, entre otras. El campo empírico fue delimitado al rededor de la Gerontología Social, mas específicamente, en los artículos publicados en los anales de los "Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social" promocionados por la Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, realizados en la primera década del siglo XXI. Los resultados de la investigación en el campo empírico confirman, de forma general, la hipótesis de trabajo relacionada a la escisión entre los contenidos mas universales de la producción de conocimiento del Servicio Social y los mas específicos, no prevaleciendo, en el campo de Gerontología Social, la vertiente de "intención de ruptura" con el conservadurismo. El énfasis en El tratamiento de problemas contemporáneos impuestos por la corriente transición demográfica se hace a través de la epistemología, en detrimento de la ontología del ser social.

Palabras clave: envejecimiento, salud, trabajo, sistema del capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AI-5 – Ato Institucional 5
AIG – Associação Internacional de Gerontologia
AIH – Autorização de Internação Hospitalar
AIS – Ações Integradas de Saúde
AME – Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento
ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ANG – Associação Nacional de Gerontologia
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS – Atenção Primária à Saúde
BCE – Banco Central Europeu
BENFAM – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAP – Caixas de Aposentadoria e Pensões
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDI – Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
CEP – Código de Ética Profissional
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CETI – Centro de Estudos da Terceira Idade
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIGS – Centro Internacional de Gerontologia Social
COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CONASP – Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária
CRASI – Centro de Referência em Atenção à Saúde do Idoso
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CV – Condição de Vida
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DIP – Doenças Infecciosas e Parasitárias

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EI – Estatuto do Idoso

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FAPIPE – Federação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Pernambuco

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GEHPTS – Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social

HGA – Hospital Geral de Areias

HUOC – Hospital Universitário Oswaldo Cruz

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idoso

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPPF – International Planned Parenthood Federation

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MPAS – Ministério da Previdência Social

MPPE – Ministério Público de Pernambuco

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTPS – Ministério do Trabalho e da Previdência Social

NAISCI – Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania do/a Idoso/o

NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Programa de Ajuste Estrutural
PAME – Plano da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento
PEA – População Economicamente Ativa
PEP – Projeto Ético-político Profissional
PIB – Produto Interno Bruto
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI – Política Nacional do Idoso
PNSI – Política Nacional de Saúde do Idoso
PNSPI – Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
PPA – Plano de Pronta Atenção
PPGAR – Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco
PREV-SAÚDE – Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
RSB – Reforma Sanitária Brasileira
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SESC – Serviço Social do Comércio
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SIH – Sistema de Informação Hospitalar
SEU – Sistema Único de Assistência Social
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUS – Sistema Único de Saúde
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UPE – Universidade de Pernambuco
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 21

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 34

3 A FORMAÇÃO DO "VELHO PROLETARIADO" NA PRÉ-HISTÓRIA DO CAPITALISMO: UMA NARRATIVA NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL 48

3.1 A luta pela liberdade rompe as amarras do trabalho servil, cria o capital usurário 49

3.2 A sujeição do trabalhador quebra as amarras das corporações de ofícios, surge o capital mercantil 56

3.3 Dinheiro, o poder dos poderes: "prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção 60

3.4 A nova "razão" de ser capitalista: a miséria do proletariado em contraste com a riqueza das nações 66

4 PARA ESTUDAR O ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NA PERSPECTICA DA TOTALIDADE SOCIAL: O RECURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO À RAZÃO MODERNA 73

4.1 Breves considerações sobre a razão no debate filosófico ocidental: introduzindo o tema a partir de um enfoque conceitual 73

4.2 A totalidade no debate filosófico moderno sobre a razão: elementos teóricos para refletir a posição do sujeito no processo de conhecimento 77

4.3 Totalidade, uma categoria central na dialética hegeliana: a negação e a contradição como princípios da razão dialética 85

5 ENVELHECIMENTO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: DISCUTIDO DO PONTO DE VISTA DA TOTALIDADE NA DIALÉTICA MARXIANA 94

5.1 A lei do valor, forma de razão geral do capitalismo, orienta a divisão social do trabalho e a vida do trabalhador para além da velhice 95

5.1.1 O conhecimento da sociedade como totalidade, objetivo do método dialético em Marx 96

5.1.2 "O mecanismo de exploração que garante a extração da mais-valia, também expropria o trabalhador do seu tempo de vida" e vai mais além... 100

5.2 A reprodução social da velhice na sociedade do fetiche 108
5.2.1 Breves considerações sobre as mediações primárias e secundárias no movimento da reprodução social 109
5.2.2 “Pobreza” e “exclusão” na perspectiva de análise que rompe com a unicausalidade 112
5.2.3 O fetichismo insula o velho em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória 116
5.2.4 O sistema do capital usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo do trabalhador e isso não se resolve com Política Social 120
5.2.5 A reprodução da estigmatização e segregação pela via da pseudovalorização da velhice na sociedade moderna 125
5.2.6 Em tempo de crise, está na ordem do dia: a reprodução do velho não como trabalhador, mas consumidor, na engrenagem da reestruturação produtiva 129
6 O DIREITO À SAÚDE DO VELHO TRABALHADOR ESCRITO NO DIÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: RESULTADO DAS LUTAS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA 141
6.1 A política de saúde e a contrarreforma do Estado: questões e desafios contemporâneos colocados ao Serviço Social 142
6.1.1 A velhice entra em pauta na agenda mundial das políticas públicas... 144
6.1.2 A trajetória dos Direitos Sociais, com ênfase no Direito à Saúde, garantidos aos velhos trabalhadores nos textos das Constituições brasileiras 149
6.2 O velho trabalhador e o SUS... 158
6.2.1 “O grave risco de regressão dos direitos sociais” refletido na (des)proteção à saúde do velho trabalhador no Brasil 159
6.2.2 A demografia do envelhecimento no Brasil: o reflexo das desigualdades nos indicadores sociais 166
6.2.3 A epidemiologia do envelhecimento refletida na Política Nacional de Saúde 170
6.2.4 Da Política da omissão à Iatrogenia Social: uma questão de violência institucional 181
7 A “TRAGÉDIA DO ENVELHECIMENTO” COMO EXPRESSÃO DA

“VELHA” QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS PARA PENSAR E PROPOR UMA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA 186
7.1 Entra em pauta a velhice como um “problema social em si” na sociedade moderna 187
7.1.1 A expressão “questão social” no debate contemporâneo à luz da contribuição do Serviço Social 190
7.1.2 Outro entendimento sobre a “questão social” protagonizado pelo Serviço Social no Brasil nos anos 1980 194
7.1.3 O racionalismo formal-abstrato e o Serviço Social brasileiro 196
7.2 O estudo do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social: uma questão de classe (trabalhadora) contemporânea e urgente para o Serviço Social 203
7.2.1 O Projeto Ético-Político e a instrumentalidade do Serviço Social: elementos teórico-metodológicos que configuram a “práxis” profissional 204
7.2.2 A defesa e a sustentação do pensamento crítico marxista enquanto resistência do Projeto Ético-Político frente à modalidade de enfrentamento da questão social inaugurada pelo Governo Lula da Silva 214
7.2.3 Por uma concepção teórico-metodológica capaz de romper com a racionalidade que funda a sociedade do velho insulado: a necessária contribuição do Serviço Social à produção no campo da “Gerontologia Social Crítica” 219
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 225
REFERÊNCIAS 230
ANEXO A – Ficha para registro de informações 245
ANEXO B – Quadro com os resultados das informações e dados coletados registrados nas Fichas 247

1 **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, o processo de envelhecimento das populações, via de regra, observado em escala mundial, adquiriu o *status* de fenômeno e tem sido considerado um marco na história da humanidade, exigindo novas posturas do poder público e da sociedade para atender às demandas impostas a partir do processo de transição demográfica em curso. Para efeito de pesquisa científica, a literatura geriátrica e gerontológica aceita o ponto de corte aos 60 anos, idade a partir da qual os indivíduos seriam considerados idosos. Este é o corte etário adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para os países em desenvolvimento. Para os países desenvolvidos, onde a expectativa média de vida é maior, adota-se o ponto de corte dos 65 anos como a idade de transição das pessoas para o segmento idoso da população (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE, 2002).

A título de ilustração, dados fornecidos pelas Nações Unidas (2001, 2012, tradução nossa) revelavam que, no mundo, o número de pessoas com 60 anos e mais foi estimado em 605 milhões no ano de 2000, 893 milhões em 2011, com probabilidade de atingir cerca de 2 bilhões em 2050, tempo em que será tão alto quanto o da população infantil (0-14 anos). O crescimento da população idosa e o declínio da infantil, na contemporaneidade, irão marcar a primeira vez na história em que o número de crianças e pessoas idosas será semelhante. Há, na contemporaneidade, uma preocupação latente relacionada à atual tendência demográfica de, na maior parte dos países, em escala mundial, a população não mais crescer, ou crescer bem menos que no passado. Os países que apresentam maior número de idosos são a Grécia e a Itália, onde 24% da população é envelhecida. Em termos de regiões, a maioria dessas pessoas (53%) reside na Ásia, enquanto a Europa apresenta a segunda maior população envelhecida (24%). Na América Latina e Caribe vivem 8% dos idosos da população mundial. Com relação ao processo de envelhecimento observado na Europa, constata-se ainda que a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população geral nos anos 1950 e 2000 correspondia a 12,1% e 20,3% respectivamente, havendo projeções para atingir o patamar dos 36,6% em 2050. Na América Latina e Caribe, a proporção era de 5,9% e 8% nos mesmos períodos, com projeção para atingir 22,5% em 2050.

Esse novo cenário, associado aos sistemas de proteção social, historicamente estruturados, tomando como exemplo a política previdenciária, gera uma nova demanda, no sentido de repensar modelos organizados a partir da expansão de postos de trabalho e da brevidade do período da aposentadoria. Todavia, na contemporaneidade, esse repensar segue uma tendência neoliberal de desregulamentação dos direitos do trabalho conquistados historicamente. Na Europa, países precursores da proteção social, como a Alemanha e a Inglaterra, desde 2005, apresentam respectivamente 25,1% e 21,2% de população envelhecida. Outro indicador estatístico valorizado pelos sistemas de proteção social, diz respeito à magnitude da população envelhecida em situação de vulnerabilidade e dependência[2]. A participação das pessoas com 80 anos ou mais no segmento idoso aumentou de 9,1% em 1950 para 14,6% em 2000, na Europa, enquanto o incremento foi de 6,5% para 11,1% na América Latina e Caribe no mesmo período, ou seja, neste caso, a proporção quase dobrou. Para 2050 as projeções indicam 27,1% e 18,1% pessoas com 80 anos ou mais nas populações idosas da Europa e América Latina e Caribe (BATISTA *et al*., 2008).

Mas chegar aos 80 anos é um privilégio que está vetado a várias populações no contexto mundial. A desigualdade que marca substantivamente a vida de milhões e milhões de indivíduos, protagonizando uma situação quase irreversível de não realização das suas necessidades básicas e potencialidades humanas – objetivas e subjetivas – ao longo de todo o curso de vida, não será menos incidente na velhice. Não há, portanto, motivos razoáveis para se defender uma mística da velhice ou mesmo um envelhecimento transcendental, porque o indivíduo que envelhece não está alijado de sua história de vida como um ser social. É o que veio demonstrar o relatório da Organização Mundial da Saúde (2003), cujo conteúdo denunciava a deterioração das condições de saúde em países da África onde, nos anos 1990 e início do século XXI, a taxa de mortalidade superava a dos anos 1970. No referido documento consta que, enquanto uma criança nascida no Japão, em 2003, esperava viver, em média, 85 anos, contando com pelo menos US$ 550 gastos na sua saúde (por ano), uma criança em Serra Leoa provavelmente não viveria além

[2] Ao definir grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) delimita os seguintes critérios: idade superior a 80 anos; morar só; mulher, especialmente solteira ou viúva; morar em instituições; isolamento social; não ter filhos; apresentar limitações severas ou incapacidades; casais em que um dos cônjuges seja incapacitado ou esteja doente; e ter recursos escassos (BATISTA *et al*., 2008).

dos 36 anos, sem contar com a certeza de ver um médico, durante esse curto tempo de vida, no país onde apenas US$ 3,00 seriam gastos com sua saúde. Naquele mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (2003) já alertava para o fato de,

> apesar dos efeitos negativos da AIDS, a queda na expectativa de vida estaria ocorrendo no continente africano mesmo se o vírus do HIV estivesse controlado. A Suazilândia foi um dos países que sofreu uma queda na expectativa de vida de sua população entre 2001 e 2002. No Congo a queda foi de quase dez anos na expectativa de vida, passando de 52 anos, em 2001, para 43 no ano seguinte e menor que a média mundial em 1950.

Diante dessas informações, o envelhecimento populacional é um fenômeno observado no mundo se, somente se, subtraio desse mundo países como a Suzilândia e o Congo. No entanto, sem a pretensão de me deter, aqui, nos indicadores da transição demográfica observada – ou não – no mundo, é fundamental lembrar que, visivelmente, os indicadores sociais do envelhecimento estão sendo incrementados no momento de um encolhimento do Estado moderno, diante das suas responsabilidades para com o trabalho, no cenário pleno de desregulamentação dos direitos sociais conquistados historicamente. Estou me reportando ao que José Paulo Netto (2010) denominou de *tardo-capitalismo*, em decorrência das transformações societárias cujo ápice se revela a partir dos anos 1970, evidenciando, conforme defende Mészáros (2002), uma *crise estrutural* do sistema capitalista de produção. Momento histórico no qual prevalece a interferência de Organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com Elaine Behring (2008), marcado pela reestruturação produtiva e mundialização do capital, quando a esfera financeira se desloca ao seu posto avançado, numa nova relação com a esfera produtiva. Em síntese, nas palavras de Ricardo Antunes (2006, p. 499),

> desde que o capitalismo ingressou na sua fase de mundialização, a partir do processo de reestruturação e financeirização dos capitais nos anos 1970, estamos constatando que os capitais transnacionais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho, eufemismo para designar a desconstrução dos direitos sociais, resultado das longas lutas e embates do trabalho contra o capital desde o advento da Revolução Industrial.

No cenário mundial é pertinente observar a "coincidência" entre os momentos que demarcam as transformações societárias nos anos 1970 e a convocação[3] pela ONU, da primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), realizada em

[3] Resolução da ONU 33/52, de 14 de dezembro de 1978 (NAÇÕES UNIDAS, 1982).

Viena, na Áustria, no ano de 1982. O teor do documento intitulado *Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento* (PAME), mais conhecido como Plano de Viena, vem evocar o início de "um programa internacional de ação" com o objetivo de "garantir a segurança econômica e social das pessoas de idade", e de "oportunidades para que essas pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países" (NAÇÕES UNIDAS, 1982). Vinte anos após Viena, a preocupação passou a abranger os velhos de outros mundos, sendo realizada em Madri a segunda Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, no ano de 2002. Dessa vez, diante da transição demográfica observada nos países capitalistas periféricos, houve maior atenção dedicada aos problemas impostos pelo envelhecimento populacional no chamado "terceiro mundo". A segunda AME veio reafirmar o discurso pelo Envelhecimento Ativo, indicando uma verdadeira bula a ser seguida enquanto estratégia mundial (global, nacional e local), cujo tripé "independência, participação e segurança", reforça os princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas[4] (independência, autonomia, participação e assistência social ao idoso) (TEIXEIRA, 2008). Sem dúvida alguma, desde Viena, o debate sobre o envelhecimento humano ocupou os espaços acadêmicos, além de ter preocupado, mobilizado gestores governamentais e a sociedade, porém, é quase uma regra, os estudos científicos, discursos políticos, aparatos legais e ações institucionais (sejam ou não governamentais) se limitam a dar respostas a manifestações específicas e imediatas do fenômeno em curso.

Cabe, por enquanto, o exercício de refletir sobre o conteúdo ideo-político dos discursos, ações governamentais e das políticas sociais direcionadas ao segmento mais velho das populações, notadamente, em ascensão a partir dos anos 1970, quando a transição demográfica passou a impactar na agenda dessas políticas, com ênfase naquelas que deveriam proteger o trabalhador na sua velhice. Não obstante o discurso oficial latente e comprometido, principalmente, no tema que diz respeito à saúde do velho trabalhador[5], as condições objetivas de vida de segmentos dos que vendem a sua força de trabalho não refletem essa preocupação, apesar, e não é possível esquecer, das lutas sociais, do histórico protagonismo exercido por esse

[4] Resolução da ONU 46/91.
[5] Estou aqui me referindo ao trabalhador com 60 anos e mais de idade, conforme preconiza o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003).

sujeito na sua ação coletiva. Do contrário, a situação poderia estar bem mais caótica do que se apresenta na contemporaneidade.

Nessa linha de pensamento, o que faz, então, da velhice, para muitos e cada vez mais, ao revés de ser uma fase da vida marcada pelo descanso do trabalho, protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, ser a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício de realização da emancipação humana? Eis, portanto, uma realidade que se manifesta, aos sentidos, do fenômeno a ser desvelado mediante aproximações constantes... Dado o sinal de alerta, é oportuno registrar que neste estudo há uma delimitação teórico-metodológica em relação ao fenômeno, pois não se trata do processo de envelhecimento humano em seu entendimento "natural", "atemporal" e "global", mas da velhice produzida no âmbito da sociedade moderna. Trata-se, escrito de outra maneira, da velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital, uma questão contemporânea para o Serviço Social. Logo, está aqui assumido o conceito de velhice, segundo define Simone de Beauvoir (1990), como o resultado e o prolongamento de um processo que completa o curso de vida humana[6]. Sendo pertinente lembrar que a ênfase na demarcação cronológica para designar etapas singulares da vida, numa perspectiva fragmentada do todo, é produto da modernidade (ALMEIDA, 2003).

Um desafio contemporâneo posto para o Serviço Social, sem dúvida, diz respeito à necessidade de renunciar à perspectiva da competência profissional vinculada à racionalidade burocrática e adotar o conceito da "competência crítica". Dessa maneira, como assinala Marilda Villela Iamamoto (2009, p. 17), a recusa ao "messianismo utópico", modo de pensar responsável por protagonizar uma "visão *heróica* e ingênua das possibilidades revolucionárias do exercício profissional"; e ao "fatalismo", por preconizar a "naturalização da vida social", vem marcar uma nova tendência do Serviço Social brasileiro, tendo em vista a sua feição acadêmico-profissional e social renovada, comprometida com a defesa do trabalho e dos trabalhadores. Para tanto, na contemporaneidade, se coloca em nível de exigência, cada vez mais urgente, "um profissional culturalmente versado e politicamente

[6] Do ponto de vista biológico, na literatura geriátrica, a definição aceita mundialmente vem do Dr. Leonard Hayflick (1996), exposta no seu livro intitulado *Como e por que envelhecemos*, ao afirmar que "o envelhecimento é a manifestação de eventos biológicos que ocorrem ao longo de um período de tempo".

atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder".

Exigência esta que se concretiza nos resultados da pesquisa nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados durante a primeira década deste século. A importância desta tese se justifica enquanto possibilidade de contribuição à produção de conhecimento do Serviço Social, tendo em vista ser a saúde um dos espaços socio-ocupacionais onde se concentra significativa parte dos assistentes sociais, assim como eu, em exercício profissional. Mas essa inserção na saúde pública não nos limita, na condição de assistentes sociais em exercício, à intervenção no âmbito das instituições de saúde onde realizamos as nossas práticas sociais. Na verdade, cabe com mais propriedade a referência ao campo da saúde coletiva[7] para dar conta da complexidade da nossa intervenção, ou melhor, da *práxis* profissional, pois atuamos também nos espaços deliberativos como os Conselhos e Conferências (seja de Saúde, dos Direitos da Pessoa Idosa e outros); nas ruas, dando visibilidade às questões levantadas pelos segmentos e lutas sociais; nas salas de aula e nos grupos de estudos e pesquisa, produzindo conhecimento, socializando a discussão sobre o envelhecimento, a velhice, na perspectiva da totalidade social; na articulação intersetorial (da qual fazem parte tanto os recursos públicos quanto privados, a exemplo das Instituições de Longa Permanência para Idosos/as da rede filantrópica) *et cetera*. Enfim, dizer da área de saúde não significa delimitá-la entre os muros das unidades de saúde, ao revés, significa ampliá-la para além do tempo e do espaço que nos é reservado à intervenção imediata. Uma segunda justificativa

[7] Aqui estou adotando o conceito de Saúde Coletiva que refuta a tradicional divisão entre saúde pública e saúde coletiva. Concordo com o Dr. Jaime Breilh quando este vem afirmar numa entrevista concedida logo após a Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde, realizada no Brasil, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2011, da qual saiu desesperançado, que "as críticas à saúde coletiva surgem em parte por desconhecimento do que foi a sua realidade, porque a acusação é de que talvez tenha sido feita muita teorização, boas pesquisas, mas que não há dimensão concreta de ação", assim, se acusa a saúde coletiva de ser teórica enquanto a saúde pública é o campo da prática. Na verdade, a meu ver, a atenção à saúde não se esgota ou não deveria se esgotar na atenção imediata e tratamento dos sintomas da doença. Para exemplificar tal raciocínio, retomo as palavras do médico equatoriano ao indagar "como faremos agora para proteger do problema de câncer as mães trabalhadoras de agroindústrias do Equador, como faremos para protegê-las do aborto, da intoxicação, da má formação congênita, de uma série de problemas de saúde para elas e para as crianças". Jaime Breilh traz essa questão a partir de uma situação vivenciada com seus alunos numa visita a uma área rural para estudar o problema numa plantação de bananas, quando foram literalmente pulverizados por um avião que sobrevoava o local. Dessa experiência ele indaga: "então, o que a saúde pública tradicional irá fazer esperando no hospital ou no centro de saúde com a atenção primária?". Nesse caso, continua o médico, "é preciso atuar no sentido de colocar uma regulamentação rígida para que as empresas não causem desastres" (GUIMARÃES; JUNIA, 2011).

para a importância da realização desta tese é a presença massiva e crescente do velho trabalhador enquanto “usuário” demandante dos serviços prestados no âmbito das políticas que compõem a tríade da seguridade social, em especial, da Política Nacional de Saúde onde se insere o trabalhador assistente social. Finalmente, como será visto a seguir, justifico ainda a importância desta tese pelos desafios teórico-metodológicos impostos no sentido de inserir a discussão sobre a problemática do envelhecimento na perspectiva da totalidade social, rompendo com concepções que legitimam a segregação e a estigmatização da velhice, reproduzidas nas instituições prestadoras de serviços de saúde, inclusive, nas que se configuram como Unidades de Ensino Superior. Tal exigência se afirma à medida que prevalece na produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, a ausência de discussão alicerçada na concepção teórico-metodológica dialética, existindo uma verdadeira lacuna a ser urgentemente preenchida.

Por haver “racionalidades subjacentes às formas de ser e de pensar o Serviço Social”, conforme indica Yolanda Guerra (2007, p. 14, 17), o objetivo mais geral desta tese atende ao desafio de dar continuidade à reflexão sobre o objeto, ora estudado, no “marco abrangente e inclusivo da problemática da racionalidade dialética”. Perseguindo esta intencionalidade, foram delimitados os três objetivos específicos, a saber: (i) Apreender a racionalidade presente na produção de conhecimento do Serviço Social, no Brasil, a partir de 1999, sobre a velhice e saúde da classe trabalhadora; (ii) Identificar a Concepção teórico-metodológica expressa na produção de conhecimento do Serviço no campo da Gerontologia Social, com base nos conteúdos dos Artigos publicados nos anais do ENPESS realizados na primeira década do século XXI; (iii) Indicar se, diferente do pensamento hegemônico gerontogeriátrico, prevalece a perspectiva da totalidade social na produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social. O que só seria possível de realizar pela via de um método indissociável da teoria e da história. Suporte teórico-metodológico encontrado no vasto campo semeado por autoras e autores consagrados no Brasil, que se dedicam a iluminar os caminhos dos adeptos da vertente de pensamento denominada “intenção de ruptura” com o conservadorismo, tão presente na produção de conhecimento do Serviço Social[8].

[8] A vertente da “intenção de ruptura”, de acordo com Guerra (2007, p. 12), “é a prova cabal de que a inspiração ontológico-marxista, racionalista e dialética permanece como um indescartável eixo de

Pois, assim como Teixeira (2008, p. 81), considero, que “o envelhecimento sofrerá determinações econômicas, sociais, culturais, étnicas, sexuais se diferenciado no tempo e no espaço, interditando tratamentos universalizantes e a-históricos”.

Nessa perspectiva de apreensão, para além dos aspectos biológicos, da demarcação cronológica e da amplitude populacional, há de se considerar as relações sociais como condicionantes no processo de envelhecimento humano, o qual será diferenciado e desigual entre indivíduos e populações, quando o recorte é o tempo e o espaço do capital, sistema este definido por Karl Marx (2011, p. 60) enquanto “potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina”. Ou seja, no âmbito das sociedades de modo de produção capitalista, a velhice é também uma produção social. Destarte, são oportunas as palavras de Mészáros (2004, p. 16) ao definir o Capital como

> um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para melhor e para pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados.

Sem perder de foco o sistema de sociometabolismo do capital, cujo núcleo constitutivo é formado, segundo Antunes (2002, p. 16), pelo tripé “capital, trabalho e Estado”, parti das relações de produção e reprodução social[9], onde o trabalho adquire centralidade, evitando a falácia das abordagens cujo ponto de partida é a população, no dizer de Marx (1978, p. 116), “uma abstração, quando deixo de fora, por exemplo, as classes que a constituem”. No entanto, vale salientar, tenho plena consciência de que, se desconheço os elementos nos quais se baseiam, como trabalho assalariado e capital, “classes” ecoa como uma palavra esvaziada de sentido (MARX, 2011, p. 54). Delimitado o ponto de partida, venho mais uma vez ratificar o pensamento de Beauvoir (1990, p. 17) por acreditar que “tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice”.

---

criatividade no Serviço Social contemporâneo”. Ver também Netto (2001), *Ditadura e Serviço Social*: *uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*.

[9] De acordo com Marx (2011, p. 41) “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais”.

Como o método de análise utilizado nesta tese não se aparta da teoria e da história, significa considerar o movimento de apreensão enquanto parte constituinte do arcabouço teórico que tem na crítica a sua sustentação. Neste sentido, na sociedade moderna, a velhice é desvelada como um processo não meramente natural, não essencialmente casual, na medida em que está condicionada pelas relações sociais, isto é, pela estrutura de classes, que se sobrepõe aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano. Este raciocínio não diverge, *a priori*, completamente do encontrado na produção de conhecimento da Geriatria, ao apontar múltiplas determinações ao processo. De acordo com Neri (2001, p, 55, grifo do autor),

> em 1909 o médico Nascher introduziu na literatura o neologismo Geriatria, para denotar o *estudo clínico da velhice*, por analogia com *Pediatria*, que é o estudo clínico da infância. Fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque em 1912 e publicou o livro *Geriatrics* em 1914 [...].

Para alguns dos estudiosos da Geriatria, como o Professor Renato Maia Guimarães (2007, p. 17), o tempo de vida de um ser humano depende, no máximo, de 30% do seu patrimônio genético, estando 20% relacionado "a condições históricas, socioeconômicas e sorte", e 50% "é a parte que nos cabe no latifúndio da vida, esta é a parte sobre a qual podemos opinar e escolher: depende de cada um". A divergência essencial que se estabelece entre o raciocínio do geriatra e o que rege este estudo é devida, principalmente, ao "depende de cada um", pois a perspectiva, ora adotada, refuta o ponto de vista da "individualidade isolada". Como se "cada um" não fosse parte de uma totalidade de relações de produção e reprodução social; como se a opinião "de cada um" tivesse, do ponto de vista do capital, o mesmo valor; e a escolha "de cada um" não estivesse condicionada, ou melhor, limitada pela realidade concreta de vida, trabalho e saúde de "cada um". Esse recurso à centralidade "de cada um" e à invisibilidade da luta de classes nas questões referentes à velhice tem sido legitimado pelo discurso ideológico de uma igualdade formal, constituindo a tônica do conteúdo ideo-político do aparato legal direcionado ao segmento mais velho da população. Encontra respaldo na produção científica do conhecimento gerontogeriátrico[10]; é referenciado na prática social dos profissionais ("ideólogos" ou "*experts*"); e reproduzido pela intervenção estatal. Em contraste, concordo com Mészáros (2002, p. 44) quando afirma que "a posição de

[10] Sobre o assunto recomendo a leitura do livro *A ideologia da Velhice*, escrito pela Professora Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (1986).

classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definido por sua localização no comando da estrutura de capital e não por características sociológicas secundárias, como o *estilo de vida*".

Condicionada, então, pela inserção nos segmentos e classes sociais, a velhice, experimentada pela "espécie" que necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver, traduz o resultado de um sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à ditadura do trabalho gerador de mais-valia, à racionalidade do capital. Certamente, este não tem sido um enfoque privilegiado no discurso e na produção do conhecimento gerontológico. A ênfase nos estudos focados no velho ou na velhice, isolados de uma análise totalizadora, é uma tendência encontrada no campo da Gerontologia, cujas estruturas de pensamento que a legitima é derivada da reprodução e não da ruptura do sistema do capital. Na explicação de Anita Liberalesso Neri (2001, p. 54),

> o termo Gerontologia foi usado pela primeira vez em 1903 por Metchnicoff que a compôs a partir do grego, língua em que *gero significa velho, e logia, estudo*. Na ocasião, esse autor previu que ela teria crescente importância no decorrer do século XX, em virtude dos ganhos em longevidade para os indivíduos e as populações, provocados pelos avanços das ciências naturais e da medicina.

Convém, todavia, mesmo assim, indagar: será que, na contramão dessa via do pensamento hegemônico gerontogeriátrico, prevalece na produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, a perspectiva da totalidade social? A resposta à questão ora levantada compõe um dos objetivos desta tese. Mas, por enquanto, é importante salientar, como tendência principal, a evidência de uma orientação epistemológica, em detrimento da ontologia do ser social, na Gerontologia, que está sendo referenciada na produção de conhecimento das diversas disciplinas que compõem esse campo multidisciplinar de estudo e intervenção.

Para dar conta da pretensa contribuição, considerando o *Projeto Ético-Político* hegemônico no Serviço Social, busquei encontrar na produção de conhecimento do Serviço Social elementos teórico-metodológicos indicativos da racionalidade que rompe com o sistema do capital, no trato das questões impostas pela magnitude com a qual se apresenta a velhice da classe trabalhadora, em escala mundial e, particularmente, no Brasil, na contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa teórica, tomando como campo empírico a Gerontologia Social. A fonte de dados e

informações foi delimitada com base na produção apresentada nos anais do ENPESS, nas edições da primeira década do século XXI, tendo como marco a Política Nacional de Saúde do Idoso, em 1999. De acordo com o que vem registrado no próximo Capítulo, que trata das Considerações Metodológicas, foram criados parâmetros para proceder à análise dos Artigos selecionados. Os resultados da pesquisa indicam, apesar do Projeto hegemônico no Serviço Social, não ser predominante a tendência de apreensão das novas questões colocadas pelo envelhecimento da classe trabalhadora, na perspectiva da totalidade social. Ou seja, não predomina nos escritos a concepção teórico-metodológica dialética. Realidade esta merecedora de atenção urgente por parte da categoria profissional.

Para expor a tese, no terceiro Capítulo, abordo aspectos históricos sobre a acumulação primitiva capitalista, com ênfase na formação do “velho proletariado”, no intuito de carregar o objeto de história [de vida]. O verdadeiro propósito é o de realizar uma narrativa guiada por historiadores e escritores, dentre os quais destaco Leo Huberman, Harold Laski e Eduardo Galeano, além de Karl Marx, entre outros, capaz de mediar toda discussão apresentada ao longo desta tese. Portanto, a meu ver, esse é um Capítulo, acima de tudo, estruturante, porque introduz e sustenta elementos que rompem com a visão fragmentada da realidade, dando conta de afirmar a perspectiva ontológica do ser social. Com o objetivo de reconstruir, mesmo que de maneira sucinta, o trajeto que escravizou, pela via do salário, “o velho proletariado”, transito por lutas medievais que romperam as correntes do trabalho servil e criaram o capital usurário e recorro às circunstâncias mediante as quais a sujeição do trabalhador protagonizou a quebra das amarras das corporações de ofícios, possibilitando o surgimento do capital mercantil. Consolidados o capital usurário e o mercantil, o caminho foi aberto para se instituir “o prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção”. Desde então, sendo o “dinheiro, poder dos poderes”, a nova racionalidade capitalista colocou a miséria do “velho proletariado” em contraste com a “riqueza das nações”, a nova razão de ser, capitalista, que impera na contemporaneidade. Busco, no quarto Capítulo, aprofundar o debate sobre a razão, elegendo elementos teórico-metodológicos com o objetivo de propor o “estudo do envelhecimento da classe trabalhadora na perspectiva da totalidade social”. Para apreender o objeto em suas múltiplas determinações, dialogo com autores no campo da filosofia com a intenção de

traduzir o *humanismo*, o *historicismo concreto* e a *razão dialética* enquanto núcleos que sintetizam as categorias essenciais da tradição progressista, ou seja, da razão moderna, para subsidiar as reflexões sobre as questões levantadas nos Capítulos desta tese. Reflito, à luz dessa discussão, sobre a posição do sujeito no processo de conhecimento e resgato a "totalidade" enquanto categoria central na dialética hegeliana, na qual, a negação e a contradição são princípios da razão. O quinto Capítulo, onde inicio a exposição dos resultados da pesquisa nos anais dos ENPESS, foi dedicado mais especificamente a discutir a velhice da classe trabalhadora na perspectiva da totalidade na dialética marxiana, o que não se faz sem conceber a centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista, cuja lógica é presidida pela racionalidade do capital. Iluminada pela teoria social crítica, bem como, pela produção crítica de conhecimento do Serviço Social, verso sobre a velhice enquanto produção social na sociedade moderna, sendo tratada como "problema social em si" na contemporaneidade. *Status* reificado que necessita ser colocado à prova, mediante o desvelamento do objeto pela via em que "as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento" (MARX, 2011, p. 54). Assim, a magnitude do envelhecimento das populações, nas condições objetivas de vida em que se processa para a grande maioria dos seres humanos em escala mundial, configura-se como uma das novas expressões da "velha" questão social, tendo em vista que se manifesta como reflexo da histórica luta de classes, ou seja, do antagonismo estrutural inconciliável entre capital e trabalho. A particularidade da política de saúde brasileira, compondo a bandeira de lutas da classe trabalhadora e a agenda da seguridade social, integra o objetivo de realização do sexto Capítulo, diante da necessidade de situar questões relacionadas à saúde do velho trabalhador no tempo da contrarreforma do Estado. Para tanto, como resultado das lutas sociais da classe trabalhadora, recordo a história do direito à saúde escrito no diário da proteção social brasileira. Sem perder de vista o momento em que a velhice entra em pauta na agenda mundial das políticas públicas, mais precisamente, a partir da Assembleia realizada em Viena, em 1982, pontuo aspectos da trajetória dos direitos sociais garantidos aos velhos trabalhadores, com base nos textos das Constituições brasileiras. Trago uma breve discussão a respeito do espaço destinado ao velho trabalhador no Sistema Único de Saúde e foco, dando continuidade à discussão dos resultados da pesquisa no campo empírico, em questões que dizem respeito à violência praticada contra

homens velhos e mulheres velhas, um dos aspectos mais estudados nos Artigos selecionados nos anais dos ENPESS. Abordo a realidade empírica dos dados demográficos e epidemiológicos do envelhecimento no país, no entanto, longe de se pretender apenas reproduzir dados, estes são apresentados de modo a contextualizar a discussão sobre "a reprodução social da velhice no Brasil", refletida a partir da crítica ao foco privilegiado na transição demográfica, na "datação da idade cronológica" e no "indivíduo isolado" como parâmetros para a proteção social à velhice, nos textos da Política Nacional de Saúde do Idoso e da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. O sétimo Capítulo consolida todo processo de pesquisa teórica, contemplando a análise dos resultados mais significativos da pesquisa no campo empírico. Assim, dando conta do caminho de volta, refuto a perspectiva da "individualidade isolada" e da velhice como um "problema social em si", discutindo a "tragédia do envelhecimento" como expressão da questão social. Momento em que são retomadas questões e colocados desafios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos ao Serviço Social enquanto categoria profissional que, no Brasil, como resultado de processos históricos iniciados na década de 1970, culminou, nos anos 1990, com a tomada do partido pelo projeto societário da classe trabalhadora. Todavia, apesar do *Projeto Ético-Político* hegemônico, a concepção teórico-metodológica dialética não prevalece na produção de conhecimento nem nas práticas sociais dos profissionais do Serviço Social no campo da Gerontologia Social. Em outras palavras, apesar de ser uma categoria profissional que adota a teoria social crítica em seus fundamentos, quando analisados os escritos publicados nos anais dos ENPESS, há a nítida tendência de se privilegiar metodologias de pesquisa que se vinculam mais à espistemologia que à perspectiva da ontologia do ser social[11], como será visto adiante.

[11] Jorge Luis Acanda González (2012, grifo do autor, tradução nossa), esclarece que Marx utilizou poucas vezes a categoria de "ser social", sempre referida à categoria de "consciência social". Na liguagem filosófica, a categoria "ser" refere à realidade material. Ao criar um conceito de "ser social", Marx queria destacar que a materialidade que interessa ao ser humano, a materialidade da qual se ocupa a filosofia não é a materialidade física, senão materialidade social. Pode-se dizer – e de fato se diz muito – que o homem é um "ser social", e com isso o que se quer ressaltar é a ideia de que a essência do ser humano é de caráter social. Aquilo que caracteriza essencialmente o ser humano não é um conjunto de traços inatos, senão as circunstâncias de que o ser humano só pode desenvolver sua humanidade na vida social, no contexto de um sistema de relações sociais que condicionam as formas, modalidades, intensidades, carências, direções, em que essa "humanidade" existe e se desenvolve em cada indivíduo concreto.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os resultados da pesquisa realizada nos anais dos ENPESS, fonte de dados e informações, compondo o campo empírico, integrados à pesquisa teórica, confirmam as duas hipóteses de trabalho, provenientes do acúmulo que se confunde com a minha história de formação e atuação profissional, trajetória que ultrapassou o limite dos 26 anos, do quais, 15 dedicados a estudar questões relacionadas ao envelhecimento humano. Dessa maneira, venho me colocar nestas linhas, na primeira pessoa, como sujeito em processo de conhecimento sendo este o resultado mais concreto de quase duas décadas dedicadas a apreender o processo de envelhecimento humano na sociedade moderna. Assim, sou ao mesmo tempo sujeito que conhece e envelhece conhecendo esse processo de envelhecimento, principal motivação para realizar esta tese. No tocante à primeira hipótese, refletida a partir da experiência do mestrado em Ciências da Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizado entre 2002 e 2004, quando busquei referências na produção do Serviço Social, eu passei a considerar que "o conteúdo crítico evidenciado pela produção de conhecimento mais universal do Serviço Social não tem sido referenciado nos conteúdos mais específicos dessa produção no campo da Gerontologia Social". Como desdobramento da primeira, eu intuía uma segunda hipótese, a de "haver uma tendência, na produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, de privilegiar estudos que se aproximam mais dos desenhos epidemiológicos que do método dialético marxiano", inclusive, eu cometi uma dissertação neste sentido. O que não significa deixar de reconhecer a contribuição de estudos dessa natureza, por dar conta de aspectos qualiquantitativos, elementos que compõem a essência do fenômeno objeto de estudo. Mas**,** e a parte que cabe ao Serviço Social – a nós – "neste latifúndio", no vasto campo da Gerontologia Social?

Com essa interrogação, venho discordar da maneira como alguns estudiosos, dentre os quais destaco Solange Teixeira (2008), criticam os chamados "*experts* da velhice", numa menção direta encaminhada à Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG) e à Associação Nacional de Gerontologia (ANG), sem eleger ou mesmo esclarecer os parâmetros para analisar os elementos que estão configurando a produção de conhecimento, no campo da Gerontologia, a partir das

disciplinas que a compõem[12]. Apesar de que, no seu importante estudo, a autora sinaliza a mudança ocorrida a partir de 1978, quando há a inserção, na SBGG, dos "profissionais formados em humanidades", ou seja, "gerontólogos especializados em diferentes áreas do saber", que se opunham ao "determinismo biológico dos geriatras", evidenciando "a dimensão cultural da velhice, contra imagens negativas da velhice como doença" (TEIXEIRA, 2008, p. 180)[13].

Para que não fiquem dúvidas, enfatizo, a discordância é colocada em relação à maneira como essa crítica tem sido elaborada, o que não significa deixar de reconhecer a necessidade da crítica. Levando em consideração que a categoria de profissionais do Serviço Social é a terceira maior, em números quantitativos, a compor tal Sociedade, creio ser mais adequado centrar esforços para apreender, enquanto assistente social, a ausência de conteúdo crítico, do ponto de vista da totalidade social, na produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, apesar dessa composição, ou seja, da participação de assistentes sociais na SBGG. Fato que notadamente extrapola os limites dessa Organização e está refletido, claramente, na produção de conhecimento publicada nos anais dos ENPESS, sobre "*velhice, saúde e trabalho*", durante o período de 2000 a 2010. Obviamente, não se está aqui atribuindo ao Serviço Social a tarefa messiânica de salvaguardar a produção de conhecimento gerontológico das tentações conservadoras, tampouco, de satanizar o Serviço Social por não imprimir a essa produção o seu conteúdo crítico. Contudo, não me parece razoável encaminhar uma crítica a uma Sociedade dessa natureza como quem olha do lado de fora, – mesmo concordando que a sua vinculação histórica ao sistema de

[12]A SBGG foi inicialmente fundada em maio de 1961, como Sociedade Brasileira de Geriatria, por um grupo de cardiologistas, reumatologistas e clínicos do Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, após um curso de extensão intitulado "Temas de Geriatria", realizado na então Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A ANG, fruto da necessidade de enfrentar a "posição marginal da Gerontologia no interior da SBGG", foi criada em 1986, após o I Fórum Nacional em Gerontologia, ocorrido em Fortaleza, passando a ser oficializada em 1988. Ambas constituem o elenco das organizações técnico-científicas de natureza não governamental e sem fins lucrativos, sofrendo, é evidente, a influência das agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) e a Associação Internacional de Gerontologia (TEIXEIRA, 2008, p. 178).

[13] Faz-se necessário esclarecer que essa discordância não afeta em nada a reconhecida importância da contribuição da Professora Solange Teixeira (2008) à produção de conhecimento do Serviço Social, na perspectiva da teoria social crítica, particularmente, no campo da Gerontologia Social, com a publicação do seu livro intitulado *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil*, constantemente citado nesta tese. Entendo, inclusive, que "eleger ou mesmo esclarecer os parâmetros para analisar os elementos que estão configurando a produção de conhecimento, no campo da Gerontologia, a partir das disciplinas que a compõem" não foi objeto do estudo da referida professora.

produção se estabelece a partir do ponto de vista do capital – deixando de considerar a presença da categoria de profissionais assistentes sociais do lado de dentro da SBBG. Nessa linha de análise, venho indagar por que, de maneira geral, o conteúdo crítico da produção de conhecimento do Serviço Social não está refletido, referenciado, na produção acadêmica no campo da Gerontologia Social? Para esta questão, *a priori*, não se buscou resposta, no entanto, durante o processo de investigação teórica surgiram alguns elementos indicativos desse processo histórico, vinculado ao tradicional conservadorismo do Serviço Social.

Como o estudo do envelhecimento do trabalhador na contemporaneidade reivindica o estudo da sociedade moderna, logo, está justificada a recorrência à teoria social crítica. Por se tratar de um estudo sobre questões que permeiam "a racionalidade presente na produção de conhecimento do Serviço Social, no Brasil, a partir de 1999, sobre a velhice e saúde da classe trabalhadora", objeto desta tese, se fez necessário eleger alguns parâmetros para proceder à análise dos escritos estudados. Após o primeiro contato com os escritos publicados nos anais dos ENPESS, e um longo processo de leitura e discussão sobre o pensamento de Marx, inclusive com o necessário deslocamento a Cuba para continuar estudando temas relacionados à racionalidade do ponto de vista da filosofia e da teoria social crítica, ficou indicado que cinco questões seriam o foco da pesquisa no campo empírico para se chegar à racionalidade nos Artigos selecionados.

Buscaram-se, então, conteúdos versados sobre "*velhice, saúde e trabalho*" que (1) contemplassem, na análise teórico-metodológica, o movimento histórico das relações sociais de produção e reprodução capitalista; (2) levassem em consideração a centralidade do trabalho, entendendo que o trabalho é o ato fundante do ser social; (3) abordassem a velhice enquanto uma produção social, tendo em vista que na sociedade moderna essa análise não pode ser apartada da ordem sociometabólica da reprodução do sistema do capital; e/ou (4) contextualizassem a condição de saúde, ou pior, de doença, associada à pauperização, dos velhos e velhas, enquanto expressão da questão social. Foram essas, basicamente, as primeiras questões levantadas para se entender a racionalidade apresentada, ou mesmo, a tendência, no material consultado. Para realizar o processo de lapidação dos escritos, dando conta dessas questões abordadas teoricamente ao longo dos capítulos desta tese, se fez necessário

transformá-las em parâmetros (de descritores e conteúdos), apenas para efeito de estratégia metodológica. Ao considerar pelo menos um desses parâmetros discutido na análise do conteúdo, conforme já foi mencionado anteriormente, há uma tendência (5) à opção pelo ponto de vista da totalidade que se contrapõe à racionalidade do capital.

Estão assim colocadas as cinco questões relacionadas a conceitos e categorias sociais que não se separam organicamente e assim foram estudadas, pois, partir das relações sociais implica ser coerente com a teoria social adotada. Para tanto, é pertinente registrar, a pesquisa bibliográfica contemplou a produção de Karl Marx, de György Lukács, István Mészáros, entre outros autores marxistas, bem como de diversas áreas do conhecimento (serviço social, gerontologia, filosofia, história, demografia, epidemiologia *et cetera*) com o propósito de dialogar e tecer as aproximações sucessivas, superando a aparência do fenômeno para apreender suas múltiplas determinações, e desvelar o que aparece como sendo natural, para chegar a sua essência.

Foi então necessário, para apreender a racionalidade nos artigos pesquisados, proceder à leitura mais apurada daqueles que versam sobre "*velhice, saúde e trabalho*", identificando o acréscimo do conteúdo crítico do Serviço Social ao campo da Gerontologia Social, partindo do pressuposto de que esta é a área da Gerontologia, como esclarece Neri (2001, p. 54-55, grifo nosso), "que se ocupa do impacto das condições sociais e socioculturais sobre o processo de envelhecimento e das consequências sociais desse processo". Outrossim, convém explicitar que, "embora a Gerontologia seja um campo que envolve diversas disciplinas, a pesquisa repousa sobre um eixo formado pela biologia, pela psicologia e pelas ciências sociais, com seus modelos, métodos e teorias". Não sendo possível esquecer que também contribuem para descrever e explicar a dinâmica da velhice outras *disciplinas* e *interdisciplinas*, como a filosofia e a história, a neuropsicologia e a biodemografia. Além disso, continua Neri, a Gerontologia comporta interfaces com áreas profissionais dentre as quais se destacam a clínica médica, a geriatria, a fisioterapia, o direito e o serviço social, por exemplo, "das quais derivam soluções para problemas individuais e sociais, novas tecnologias, evidências e hipóteses para a pesquisa". Podendo-se afirmar que a Gerontologia é um campo multiprofissional e multidisciplinar.

O processo de investigação foi guiado pela concepção teórico-metodológica de análise dialética da realidade. É evidente que a referência se faz em relação à teoria na perspectiva marxiana, segundo Netto (2009, p. 673) *uma modalidade peculiar do conhecimento*, que se distingue de outras (a arte, o conhecimento prático, o conhecimento mágico-religioso) e adquire a especificidade de ser o "conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador". Sendo conveniente aqui esclarecer que a confirmação das hipóteses não fazia parte das minhas aspirações na condição de pesquisadora.

O campo empírico abrangeria, inicialmente, além da produção de conhecimento no campo da Gerontologia Social, proveniente de outras disciplinas, não só do Serviço Social, assim como o aparato legal e os indicadores sociais relacionados ao envelhecimento populacional, as revistas Temporalis e Serviço Social e Sociedade, os anais dos ENPESS, bem como dissertações e teses de doutorado defendidas nos últimos 20 anos, no âmbito dos programas de pós-graduação das Universidades Públicas do país. Mas, após a qualificação do projeto de pesquisa, em março de 2010, foi feita a opção por delimitar – ainda mais – a fonte das informações secundárias, ficando esta restrita aos anais dos ENPESS – *locos* de relevância para a exposição dos trabalhos científicos da categoria em todo território nacional. Melhor esclarecendo, a Gerontologia Social é, nesta tese, o campo empírico; a Política Nacional de Saúde do Idoso, o marco legal; e os anais dos ENPESS (da primeira década deste século), a fonte secundária dos dados e informações da pesquisa no campo empírico. Não havia, *a priori*, uma pauta metodológica. Todo esse movimento de reflexão e o constante repensar das estratégias metodológicas ratifica o cuidado adotado no sentido de não perder de vista que, tomando emprestadas as palavras de Carlos Montaño (2000, p. 21, tradução nossa),

> é o objeto, e não a racionalidade e lógica interna da estrutura metodológica, o que nos brinda o material para determinar os fundamentos, as categorias e o método necessário para apropriar-nos teoricamente da realidade. É o objeto que nos demanda um determinado instrumental heurístico e um caminho para conhecê-lo.

Talvez não seja necessário, mas creio ser conveniente explicar que me refiro à Gerontologia Social por não considerar ser este um campo que deva ser insulado

da totalidade social, além de ser o campo ao qual tenho dedicado a minha trajetória profissional. Primeiro, porque o estudo do envelhecimento humano, em sua historicidade, contempla a possibilidade de acompanhar o indivíduo (de qualquer segmento ou classe social) durante o período mais longo de sua vida, pois o processo de envelhecimento é iniciado ainda na fase adulta, se estendendo até o processo da morte. Segundo, porque, se o enfoque se concentra na velhice, isto é, na fase que vem completar o curso de vida humana, esta fase condensa todo processo de vida do trabalhador, cujos reflexos poderão ser apreendidos tanto na dimensão individual, quanto na populacional, na mediação com as relações de produção e reprodução social capitalista, condicionantes desse processo que articula organicamente "*velhice, saúde e trabalho*". Em terceiro lugar, a referência à Gerontologia Social está sendo feita porque foi preciso eleger um campo empírico e eu optei por escolher aquele que melhor conheço – na condição de assistente social gerontóloga sanitarista – e pretendo continuar conhecendo, essencialmente, por acreditar que o conhecimento crítico não deve ser desgarrado das possibilidades de intervenção transformadora. Neste sentido, mais uma vez recorro a Netto (1994, p. 38-39, grifo do autor), quando este esclarece que

> a apreensão teórica demanda uma vinculação do sujeito que pesquisa com o objeto pesquisado que é *comandada* pela concreção deste último: o *método de investigação* não é um conjunto de regras formais de análise, externas às peculiaridades do objeto, mas uma *relação* que permite ao sujeito apanhar a dinâmica própria do objeto.

Feitos esses esclarecimentos, dando conta de narrar o processo de pesquisa nos anais dos ENPESS, foram então selecionados os artigos produzidos no campo da Gerontologia Social, no período que vai de 2000 a 2010, tomando como marco a Política Nacional de Saúde do Idoso que, em 1999, veio fundamentar "a ação do setor saúde na atenção integral à população idosa e àquela em processo de envelhecimento", conforme determinam a Lei Orgânica da Saúde e a Política Nacional de Saúde do Idoso (BRASIL, 1990, 1999). Há de se entender que, desde os anos 1990, o ENPESS é um dos espaços privilegiados e legitimados pela categoria profissional, promovido e consolidado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), organização de assistentes sociais comprometida com a *defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação*, motivo pelo qual se deu a escolha da referida fonte de informações, a compor o campo empírico.

Enquanto considerações éticas, cabe salientar, prevalece a intenção de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, elaborando uma crítica a partir dos parâmetros que foram definidos junto aos orientadores. Creio ser importante informar que os nomes dos autores foram resguardados desde o segundo momento de busca nos Anais, contudo, após a pré-banca, foi tomada a decisão de revelar a autoria dos Artigos. Assim, os trabalhos foram lidos, na íntegra, sem a identificação de seus autores, passando a ser organizados e apresentados por uma codificação. Embora parte considerável dos Artigos tenha sido produzida por pesquisadores, docentes e estudantes da graduação e da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), vinculados a algum centro de pesquisa acadêmico, a menção à origem dos Artigos quanto aos centros não está sendo feita, principalmente, porque em alguns não consta esse dado. Como alternativa, optou-se por fazer referência apenas à Unidade Federativa de onde foi o escrito encaminhado. Está, desde o início do processo de doutoramento, assumido o compromisso de socializar o conteúdo da tese entre a categoria, bem como, entre os profissionais que se interessam pelo campo da Gerontologia Social, não só mediante a publicação oficial do texto acadêmico, mas também pela via da realização de espaços e encontros devidamente criados para tal finalidade. Para além da crítica, em nenhum momento está sendo desconsiderado o fato de que a categoria tem, cada vez mais, realizado reflexões no campo da Gerontologia Social, demonstrando o crescente interesse pelo campo e pelas questões impostas a partir da transição demográfica em curso.

Sobre os momentos da pesquisa nos anais dos ENPESS (2000 a 2010):

a) *Primeiro momento: consulta aos anais e listagem dos artigos sobre o envelhecimento humano*

O processo de pesquisa foi iniciado em novembro de 2010. No primeiro momento foram consultados os anais dos ENPESS[14], com o objetivo de

[14] Para uma breve contextualização, convém registrar que o VII ENPESS foi realizado entre os dias 21 e 24 de novembro de 2000, na Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal, versando sobre "O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania". O VIII ENPESS, ocorrido em novembro de 2002, aconteceu na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). "Os desafios da pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social" foi o tema escolhido para o IX ENPESS, em 2004, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em Porto Alegre. O X ENPESS aconteceu entre 4 e 8 de dezembro de 2006, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

localizar todos os trabalhos apresentados cujos títulos estivessem relacionados ao envelhecimento humano, independente do eixo temático no qual foram catalogados. Nesse momento, de maneira geral, foi perceptível a falta de organização dos anais, de modo a dificultar a pesquisa, tendo em vista algumas falhas como o número de títulos colocados nos índices não corresponderem aos que estão publicados nos anais ou o contrário, haver artigos cujos títulos não aparecem nos índices dos anais, entre outros problemas que, devidamente solucionados, não prejudicaram o andamento da pesquisa. A partir da primeira busca foram encontrados 103 títulos, o que não significa dizer que todos os artigos correspondentes tenham sido localizados. A maior dificuldade se deu em relação aos anais do VII ENPESS, em formato impresso, não digitalizado, dos quais só recebi da ABEPSS uma parte, não constando títulos sobre o assunto pesquisado. Nos demais, os títulos encontrados estavam assim distribuídos: 11 no VIII ENPESS (realizado em 2002); 18 no IX (2004); 14 no X (2006); 21 no XI (2008); 39 no XII (2010). Consideradas e superadas as falhas no recurso instrumental da pesquisa, ficou constatado que os artigos referentes à "*saúde, velhice e trabalho*", representam cerca de 37% do total de artigos publicados no campo da Gerontologia, e tendem a abordar aspectos pontuais sobre o assunto. Sendo oportuno registrar que há, como pode ser observado, certo cuidado com o uso da palavra "velhice" (só foi utilizada em três títulos relacionados à saúde), havendo a maior recorrência às palavras "idoso/idosa", "envelhecimento", "usuários" e "terceira idade", questão contemplada nas análises efetuadas no quinto Capítulo.

b) Segundo momento: busca pelos descritores

No segundo momento, com a nova busca, agora abrindo todos os 3.328 arquivos dos anais do ENPESS (de 2000[15] a 2010), para também consultar os descritores (palavras-chave) e proceder à leitura dos resumos, surgiram mais

---

colocando em discussão a "Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil". O XI ENPESS, sediado em São Luís, no Maranhão, elegeu o tema "Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios". O XII ENPESS, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os dias 6 e 10 de dezembro de 2010, teve como tema central a "Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?".

[15] Não consegui ter acesso a outra parte, inclusive a do eixo Saúde, dos anais do ENPESS de 2000.

25 títulos, dos quais, 4 textos não foram encontrados, somando ao final 124 trabalhos publicados: 13 no VIII ENPESS[16]; 23 no IX ENPESS[17], 17 no X ENPESS[18], 28 no XI ENPESS[19], e 43 no XII ENPESS[20]. Ao todo são 47 títulos na área específica da saúde, incluindo os que versam sobre violência e lazer.

c) Terceiro momento: busca por parâmetros

No terceiro momento, foi realizada uma busca por palavras para localizar, nos 124 artigos, aqueles cujos conteúdos abordam pelo menos um dos parâmetros selecionados, ou seja, *totalidade social, centralidade do trabalho, questão social e produção social da velhice*. Nos anais do VIII ENPESS, dos 13 artigos, em 4 constam o tema "questão social". Em nenhum artigo foi

[16] Todos os artigos identificados com a temática do envelhecimento foram encontrados e foi possível selecioná-los nos arquivos dos anais. A ressalva fica por conta da organização do índice, feita pela própria organização do ENPESS e encontra-se na parte "Apresentação". No índice consta que o eixo "Estado, democracia e controle social" possui 41 artigos, mas na minha contagem foram encontrados 42. Da mesma forma, o eixo "Urbano e rural: movimentos sociais e intervenções" consta como possuindo 17 artigos, no entanto, encontrei 18 (detalhe que na relação dos trabalhos o nome do eixo aparece diferente do que consta no índice, sendo chamado "Urbano e rural e sistema sócio político"). No eixo "Grupos institucionais de pesquisa", que não consta no índice, foram encontrados 48 trabalhos. Assim, somando tudo, na contagem eixo a eixo são 424 trabalhos ao todo, e não 427 como é colocado no índice. Para complicar ainda mais a busca, a contagem dos arquivos em PDF aponta 425 artigos no total.

[17] Foi encontrada divergência também entre a quantidade de artigos contada eixo a eixo e a quantidade de arquivos em PDF. Na contagem dos artigos índice por índice, encontrei um total de 543 trabalhos. Nos arquivos dos anais em PDF, também contando manualmente, esse número foi de 546. Mas o acesso aos trabalhos foi possível sem grandes dificuldades e, em sua maioria, constavam os dados de modo de apresentação e do centro de pesquisa. Apenas 4 dos artigos identificados como da temática da Gerontologia não continham informação sobre o modo de apresentação. O que me fez repensar o fato de só considerar os trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral. Destarte, todos os títulos passaram a ser considerados.

[18] A organização dos anais deixou a desejar. Alguns artigos encontrados no índice e identificados pelo título com a temática do idoso não possuem o texto completo publicado nos anais. Outros artigos possuem o texto completo, mas não têm seus títulos listados no índice. Também aconteceu de alguns títulos no índice, quando clicados, levarem a outro texto. Por conta disso, fica difícil saber se a contagem do total de artigos eixo por eixo está rigorosamente correta. Outrossim, não consta nos anais a modalidade de apresentação dos trabalhos.

[19] Há incompatibilidade quanto ao total de artigos em cada categoria. Na minha contagem, feita pelo índice de títulos, encontrei um total de 675 artigos, sendo 633 nas modalidades de comunicação oral e pôster e 42 trabalhos em mesas temáticas (divididos em 17 delas). Na contagem feita pela própria organização do ENPESS, publicada na seção "Apresentação", fala-se em 636 artigos em comunicação temática, 97 artigos em pôster, e não é especificado quantos artigos em mesas temáticas. Fora isso, o acesso aos textos é fácil, os *links* estão corretos e constam todos os dados de centro de pesquisa e modo de apresentação em todos os trabalhos (e de fácil visualização).

[20] Identifiquei 1.215 trabalhos, e não 1.293 como é dito na apresentação dos anais. Destes, 138 foram apresentados em mesas temáticas (divididos em 32 mesas), e 1.077 em forma de apresentação oral e pôster. Na apresentação consta que seriam 1.078 nas modalidades oral e pôster. Como a diferença encontrada foi pequena, de apenas um arquivo, pode ter sido falha minha na contagem. As informações de modo de apresentação estão acessíveis, mas a respeito do centro de pesquisa essa foi uma informação omitida nos trabalhos e na organização dos anais (os que foram identificados na tabela foram porque há um conhecimento do centro de certos autores baseado em outros anais, o que pode ser um viés, se ocorreu a mudança desses autores para outros centros).

encontrado “totalidade social”, “centralidade do trabalho” e “produção social da velhice”. Referente ao IX ENPESS, dos 23 artigos, apenas 1 refere a “centralidade do trabalho”, e 1 a “questão social”. Nenhum artigo versa sobre “totalidade social” e “produção social da velhice”. Nos anais do X ENPESS, verificados os 17 artigos, a “questão social” é referida em 3 deles, não havendo menção à “totalidade social”, “centralidade do trabalho” e “produção social da velhice”. Quanto ao XI ENPESS, nos 28 artigos visualizados, a “questão social” está presente em 11, e apenas 1 artigo refere a “totalidade social”. Em nenhum foi encontrado “centralidade do trabalho” e “produção social da velhice”. Finalmente, com relação ao XII ENPESS, dentre os 43 artigos que tratam do tema do envelhecimento, 27 referem “questão social, em 2 constam o tema da “totalidade social”, e a “centralidade do trabalho” foi encontrada em apenas 1 deles. Nenhum artigo versa sobre “produção social da velhice”.

No entanto, os resultados da busca pelos descritores não atestam uma realidade encontrada após a leitura dos Artigos, quando consultados seus conteúdos. Convém lembrar que há entendimentos divergentes sobre as categorias e os conceitos estudados. No tocante, por exemplo, à categoria “questão social”, desde 2006, esta já constituía um dos grandes eixos do temário dos X e XI ENPESS, “Questão Social e Trabalho”, agregando outros subeixos, dentre os quais, é importante destacar “Questões étnico-raciais, de gênero e de geração”. A partir do XII ENPESS, a categoria continua norteando um grande eixo, agora intitulado “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, mesmo tratamento dado ao grande eixo “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração e Diversidade”. Porém, o fato de chamar a publicação de Artigos para eixos assim intitulados, não garante, como foi observado durante a pesquisa, que os textos tenham sido escritos com o objetivo de discutir essas questões**,** apesar dos títulos, dos descritores e da referência bibliográfica.

d) Quarto momento: sistematização das informações

Para facilitar o quarto momento, a sistematização durante o processo de leitura, foi elaborada uma ficha para registro de informações (anexo A). A leitura dos artigos foi feita primeiramente em relação aos que traziam no título

a ideia de que o conteúdo estava vinculado à área de saúde. Neste momento, para viabilizar a análise com base nos objetivos geral e específicos, foram destacados e preenchidos os espaços referentes ao título; ano (ENPESS); origem (localização do grupo de pesquisa ou autor/a/es); eixo temático; enfoque (com base nas palavras-chave); concepção teórico-metodológica (se está explicitada ou não); aspectos mais referenciados em relação ao/à velho/a (saúde/doença, família, trabalho, outros); categorias/parâmetros (se há menção nos descritores à *centralidade do trabalho*, *questão social, produção social da* velhice e totalidade social); conteúdo (se no conteúdo é verificada a discussão sobre a categoria/parâmetro sinalizado nos descritores); questão/desafio (se foi apontada alguma questão ou desafio ao Serviço Social); bibliografia (se há referência ao conteúdo crítico do Serviço Social e se predomina o conteúdo do campo da Gerontologia Social); menção à Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) ou à atual Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). Eram estes os primeiros itens considerados nesse momento de leitura, no entanto, com o decorrer da pesquisa, surgiu a necessidade de acrescentar outros mais. Quando possível, foi registrada a modalidade de apresentação (comunicação oral, pôster, mesa temática), tendo em vista que alguns anais não trazem essa informação[21]. Considerando, no dizer de Mauro Iasi (2007, p. 22), "que a materialidade das relações produtoras da alienação são expressas no universo das ideias como ideologia", achei interessante registrar a terminologia mais frequentemente utilizada nos títulos dos Artigos (idoso/a, velho/a, terceira idade, usuário, outra). E, do ponto de vista das considerações éticas, a favor da Resolução nº 196 de 1996 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)[22], em se tratando de pesquisa envolvendo seres humanos, busquei verificar se os trabalhos foram devidamente encaminhados e aprovados por Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, não há elementos seguros para associar a falta de menção sobre o envio do projeto de pesquisa, ou mesmo de sua aprovação, por algum CEP, ao não cumprimento dessa exigência. Após o preenchimento das fichas, foi elaborado um Quadro no intuito de dar

[21] Com relação à modalidade de apresentação, dos 34 Artigos que trouxeram essa informação, 23 (67,6%) foram apresentados via comunicação oral; 7 (20,6%) foram pôsteres e 4 (11,8%) foram apresentados em comunicação temática.

[22] Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

visibilidade ao desenho dos resultados da pesquisa. Todavia, diante dos resultados obtidos durante todos esses momentos, foi necessário realizar mais uma investida metodológica, com o objetivo de "revalidar" as informações visualizadas no Quadro.

e) Quinto momento: a discussão em grupo

O Quadro desenhado a partir dos resultados obtidos durante o preenchimento das fichas chamou a atenção em vários aspectos, principalmente, aos relacionados à concepção teórico-metodológica, às categorias e parâmetros delimitados para a realização da pesquisa, conforme já foi explicado linhas atrás, e quanto às referências bibliográficas. Diante do que se apresentava como tendência predominante, foi realizado mais um momento de estudo e pesquisa, inclusive, com o fito de suspender os sete meses de solidão (de isolamento num *Studio* durante cerca de, no mínimo, catorze horas diárias), que sucederam o meu retorno de Cuba. Inicialmente, para a análise dos dados, recorrendo à disponibilidade gentilmente manifestada por colegas de profissão e, bem mais que isso, amigas que sempre me ofereceram ajuda, convoquei a participação de assistentes sociais do Grupo de Estudos sobre o Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEHPTS)[23]. Esse processo coletivo consistiu em estudar junto às assistentes sociais do GEHPTS os Artigos dos ENPESS, objetivando discutir o conteúdo a partir dos parâmetros criados para analisá-los. Foram convidadas nove assistentes sociais e programadas, pelo menos, duas reuniões com cada uma das colegas, momentos em que primeiramente eram explicitados os objetivos, a teoria e a metodologia, e entregues os artigos (em cd e por *e-mail*), junto com a ficha para coleta de dados a ser preenchida. O segundo momento do

[23] Grupo de Estudos criado em maio de 2010, com o objetivo de Promover reflexão sobre as questões trazidas pelo envelhecimento humano, apreendidas na perspectiva de totalidade social. Está vinculado ao Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa (Naisci) do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC) da Universidade de Pernambuco (UPE). Constrangida por dizer tanto NÃO a meus pares das lutas sociais, na verdade, esta foi a única maneira que encontrei, durante o meu forçado recolhimento, de estar, ao menos uma vez por mês, reunida com colegas de profissão e da UPE; lideranças do movimento pelos direitos das pessoas idosas em Pernambuco (e no Brasil); operadores do Direito (da Defensoria Pública e do Ministério Público de Pernambuco); estudantes do Serviço Social e da Terapia Ocupacional; entre outras pessoas, estudando, socializando e trocando ideias, a partir das reflexões feitas durante o processo de doutoramento.

encontro foi dedicado à discussão e comparação dos resultados registrados nas fichas preenchidas por mim e pela colega. Com certeza, esse foi o momento mais rico da pesquisa relacionada aos Artigos do ENPESS, tendo em vista o nível das discussões estabelecidas, bem como, das reflexões realizadas coletivamente. Após a discussão dos artigos com as assistentes sociais do GEHPTS, foi realizada uma nova revisão nos 47 artigos que versam sobre "*velhice, saúde e trabalho*", para confirmar ou contestar as observações anotadas nas fichas. Na verdade, não foram muitas as alterações, tendo em vista que, de maneira geral, as análises dos conteúdos dos Artigos foram coincidentes e complementares. Em seguida, os dados modificados foram atualizados no Quadro (anexo B).

Processamento estatístico dos dados coletados durante a pesquisa nos anais dos ENPESS

Com o objetivo de dar visualidade aos dados coletados durante a pesquisa no campo empírico, a partir dos registros nas fichas, foi construído um banco de dados no programa EPI INFO 2000 e utilizado o programa SPSS versão 13.0. Na análise das variáveis do perfil das publicações nas últimas cinco edições do ENPESS foram construídas as distribuições de frequência do perfil de publicação e calculadas as frequências percentuais. Para comparar a proporção de produção entre as regiões, foi utilizado o teste Qui-quadrado para proporção. Todas as conclusões foram tiradas considerando o nível de significância de 5%.

Creio, enfim, ter deixado evidente que todo esse processo metodológico foi cuidadosamente orientado e refletido na perspectiva ontológica do ser social. O fato de não haver uma "pauta metodológica *a priori*", deixou em aberto um leque de possibilidades que foram, ao longo do trajeto, determinadas pela relação mediada entre sujeito e objeto do conhecimento. Muito embora, dando conta de minha capacidade teleológica, houvesse a intencionalidade de estudar o envelhecimento humano do ponto de vista do trabalho, entre o que pensei no início do processo de doutoramento e o que exponho agora, ocorreu uma significativa mudança, em razão do que o objeto me demandou conhecer. Devo confessar, não foi um processo fácil de ser vivenciado, tendo em vista a dificuldade de romper com a visão fragmentada,

caótica do mundo, pois, como esclarece Montaño (2000, p. 31, tradução nossa), “a perspectiva que assume o método dialético é a que o objeto nos exige, a perspectiva de totalidade”. E assim, sem partir de uma metodologia *a priori*, busquei, com a essencial ajuda dos orientadores, “captar a lógica imanente do objeto”, refutando qualquer apelo ao “epistemologismo”, na busca permanente de ser fiel à ontologia do ser social.

3 A FORMAÇÃO DO "VELHO PROLETARIADO" NA PRÉ-HISTÓRIA DO CAPITALISMO: UMA NARRATIVA NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL

Recorrer à história da formação do proletariado implica na necessidade teórico-metodológica de apreender o caráter contraditório da realidade social, dando conta do *humanismo* e da *historicidade do ser social*, determinações da perspectiva teórico-metodológica dialética. Acrescentar "tempo" e "lutas sociais" às questões colocadas pelo "fenômeno" do envelhecimento das populações humanas em escala quase mundial, significa, antes de tudo, considerar que, na perspectiva de classe, quanto à localização historicamente subordinada na estrutura do comando do capital, conforme indica Mészáros (2002, p. 44), "não há nenhuma diferença entre os trabalhadores dos países mais 'subdesenvolvidos' e seus semelhantes nas sociedades capitalistas mais privilegiadas [...]".

Compreensão fundamental à realização dos objetivos desta tese, porque na contemporaneidade, de maneira exaustiva, a velhice vem sendo estudada pela sua magnitude, ou seja, como se apresenta em números, com ênfase no seu desenho epidemiológico, numa via de apreensão deslocada das relações de produção e reprodução capitalista. Como os estudos tendem a ser delimitados no âmbito das questões que se manifestam enquanto problemas de ordem social, está explicado, *a priori*, por qual manobra teórico-metodológica a velhice senil, com perdas acentuadas da capacidade funcional, aparece cientificamente comprovada como sendo um dado natural dessa fase da vida humana. Se o contingente estudado, foco das necessidades mínimas não saciadas e das demandas sociais históricas, devidamente encaminhadas aos "*experts*" ou "ideólogos" do envelhecimento e às instituições legitimadas pela intervenção do Estado, é o que compõe a versão atual do "velho proletariado", a verdadeira "tragédia do envelhecimento" é, por sua vez, o resultado das condições objetivas de vida dos trabalhadores e não um dado natural do envelhecimento do ser humano na sua universalidade. Esse, a meu ver, é um problema a ser estudado no campo da Gerontologia Social – que eu venho propor – Crítica[24], com o objetivo de romper com o universalismo abstrato que corresponde a

[24] Após exaustiva pesquisa na literatura gerontológica, incluindo periódicos, como a Revista Geriatria & Gerontologia, órgão oficial de publicação científica da SBGG, os anais dos ENPESS da última década, a base Scielo *et cetera*; após consultar representantes da Gerontologia na esfera Nacional,

elevar a particularidade ao patamar da universalidade, atestando enquanto única possibilidade de verdade a realidade que se vive do ponto de vista do capital.

Cogitar a respeito dos números exponenciais é um exercício que me reporta a Carl Sagan (2008, p. 28), quando este sinaliza que todos nós temos dois pais, quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós *et cetera*. Nessa dinâmica, "a cada geração que retrocedemos, temos duas vezes mais antepassados em linha direta". Portanto, afirma o cientista, "se retrocedemos o bastante, quaisquer duas pessoas sobre a Terra tem um ancestral em comum". Seguindo tal raciocínio, julgo não ser possível estudar o envelhecimento humano, na perspectiva de classe (trabalhadora), da totalidade social, sem a justa menção aos ancestrais, ou seja, ao "velho proletariado" e esse movimento não se realiza sem mergulhar no *agitado mar da história*[25]. E inicio essa história universal pensando num certo trabalhador que há trinta anos se deparou com um simples instrumento musical, objeto de seu desejo e da necessidade de realização da sua subjetividade. Somente ao comemorar setenta e quatro anos de vida e muito trabalho, sem parar, porque mesmo aposentado continua trabalhando, conseguiu finalmente...

3.1 A luta pela liberdade rompe as amarras do trabalho servil, cria o capital usurário

Quando escreveu sobre *O segredo da cumulação primitiva*, Marx abordou as condições básicas da produção capitalista a partir do confronto e do contato de "duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias", a saber: de um

---

manter contato com a atual presidente da Comissão de Título de Gerontologia da SBGG, não obtive uma única informação afirmando a utlização da expressão "Gerontologia Social Crítica" no Brasil. O que não siginifica dizer que não existe conteúdo crítico no campo da Gerontologia. Para não dizer que não se falou em "Gerontologia Social Crítica", encontrei apenas um Artigo intitulado *Hacia una Gerontologia Social Crítica*, de autoria do Professor Jorge G. Hidalgo G., do Departamento de Sociologia da Universidad de Costa Rica, no qual está sinalizada a questão da *carência de um corpo teórico coerente*, da *riqueza de dados e a pobreza de teoria*, ou mesmo, que *o progresso da teoria gerontológica não é acumulativo*. Assim, continuo mantendo a proposta de se adotar a expressão "Gerontologia Social Crítica", no Brasil, como campo de estudo sobre o Envelhecimento Humano, na perspectiva da totalidade social, iluminado pela teoria social crítica, ou seja, pela concepção teórico-metodológica dialética de análise, enquanto desafio e contribuição do Serviço Social.

[25] A referência é alusiva ao poema intitulado "E então, que quereis?" (1927) do poeta russo Vladímir Maiakósvski ("Fiz ranger as folhas de jornal/abrindo-lhes as pálpebras piscantes./E logo/de cada fronteira distante/subiu um cheiro de pólvora/ perseguindo-me até em casa./Nestes últimos vinte anos/nada de novo há/no rugir das tempestades./Não estamos alegres,/é certo,/mas também por que razão/ haveríamos de ficar tristes?/O mar da história/é agitado./As ameaças/e as guerras/ havemos de atravessá-las,/rompê-las ao meio,/cortando-as/como uma quilha corta/as ondas").

lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, cujo maior interesse é o aumento da soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; de outro, os trabalhadores livres, em dois sentidos, por não mais fazerem parte direta dos meios de produção, como faziam os escravos e servos, e por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo. Essa circunstância, segundo Marx (2008, p. 828), foi fundamental à transformação do modo de produção feudal para o capitalista porque "a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. [...] constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista".

Conforme pode ser verificado, enquanto produto da sociedade moderna, as reivindicações por direitos do trabalho passaram a incorporar a dimensão da proteção social ao envelhecimento, à velhice do trabalhador. Nesse modelo de sociedade, a fase que encerra o curso de vida humana deixou de ser uma experiência vivenciada pelo indivíduo, no espaço privado, quando eram estabelecidas redes familiares de interdependência de produção e proteção, para ocupar o espaço público, desafiando a lógica de acumulação do capital. Antes, nas sociedades pré-capitalistas, de modo de produção feudal, onde a medida de riqueza era determinada pela quantidade de terra, a propriedade pertencia aos senhores feudais, altos dignitários da Igreja ou sacerdotes (clero) e à nobreza. A posse da terra, sobretudo, implicava ao servo o dever de cumprir suas obrigações de fidelidade e trabalho – vassalagem – para com os seus senhores que, por sua vez, também tinham obrigações em relação ao servo, segundo o costume do feudo. Havia um sistema de proteção aos que dela necessitavam. No entanto, historiadores como Leo Huberman (2010) e Cláudio Vicentino (1997) não fazem referência a um detalhe importante, devidamente registrado por Marx (2008, p. 831), segundo o qual,

> em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela repartição da terra pelo maior número de camponeses. O poder do senhor feudal se caracteriza pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de camponeses estabelecidos em seus domínios.

O modo de produção feudal se caracterizava por uma economia basicamente agrária, não-comercial, auto-suficiente e quase amonetária. Ainda que a palavra "servo" derive do latim *servus*, cujo significado é "escravo", o camponês, apesar de levar uma vida miserável, não era necessariamente um escravo, pois mesmo

havendo uma transferência da posse de um feudo de um senhor a outro, o servo permaneceria no seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, porque ao servo era garantida uma ligação à terra que o escravo nunca teve, embora não seja possível falar em igualdade entre servos e senhores (HUBERMAN, 2010; VICENTINO, 1997).

Como a Igreja, nos primórdios da Idade Média[26], era a maior proprietária, dominando entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental, exercia também a hegemonia ideológica e cultural da época, caracterizada pelo teocentrismo, com referência na doutrina cristã. A Igreja se encarregava de prestar ajuda espiritual, enquanto a nobreza assumia a proteção militar. A contrapartida dos trabalhadores era o pagamento pela via do cultivo das terras e dos diversos tributos[27]. No século XI não havia mecanismos para promover a multiplicação dessa riqueza, porque mesmo havendo intercâmbio de mercadorias, a vida econômica não dependia essencialmente da utilização de moeda. Não fazia sentido a produção de excedentes em larga escala, pois, o servo, junto com a sua família, cultivavam o alimento e também fabricavam os objetos de que necessitassem.

Houve, de fato, na história da humanidade, esse tempo quando a vida e o trabalho acompanhavam a trajetória diária do sol, do ciclo da lua, das estações do ano, do curso de vida humana. O tempo de trabalho estava organizado e dividido em função de uma dinâmica familiar, havendo a mediação por gênero e geração. Friedrich Engels (2008, p. 45), por exemplo, ao narrar, em 1845, a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, escreveu a seguinte observação “antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido [...]”.

---

[26] Adoto a explicação apresentada por Vicentino (1997, p. 106, grifo do autor), considerando que “as expressões Idade Média e Idade Moderna foram criadas durante o Renascimento, no século XV. Demonstrando repúdio ao mundo feudal, os renascentistas forjaram tendenciosamente a concepção de que a Idade Média fora *uma longa noite de mil anos*, a *Idade das Trevas*, em que mergulharam a cultura clássica após a queda de Roma”.

[27] Dentre os principais tributos, ou seja, obrigações civis, Vicentino (1997, p. 109) destaca: “*Corvéia* trabalho gratuito nas terras do senhor (manso senhorial) em alguns dias da semana; *Talha*: porcentagem da produção das tenências; *Banalidade*: tributo cobrado pelo uso de instrumentos ou bens do senhor, como o moinho, o forno, o celeiro, as pontes; *Capitação*: imposto pago por cada membro da família servil (por cabeça); *Tostão de Pedro*: imposto pago à Igreja, utilizado para a manutenção da capela local; *Mão-morta*: tributo cobrado na transferência do lote de um servo falecido a seus herdeiros; *Formariage*: taxa cobrada quando o camponês se casava; Albergagem: obrigação de alojamento e fornecimento de produtos ao senhor e sua comitiva quando viajavam”.

Marx (2008, p. 99-100), na sua abordagem sobre o trabalho em comum – associação direta de trabalho –, critica os que pensavam a forma primitiva da propriedade comum como sendo apenas uma experiência eslava ou exclusivamente russa, mencionando o exemplo da "indústria patriarcal rural de uma família camponesa" que produz (trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa *et cetera*), através de diferentes espécies de trabalho (lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura *et cetera*) para atender às próprias necessidades. Todavia, conclui que apesar dessas coisas diversas serem, para a família, produtos diversos do seu trabalho, não se confrontam entre si como mercadorias[28]. Na situação ilustrada por Marx, "as diferentes espécies de trabalho que dão origem aos produtos são, na sua forma concreta, funções sociais, por serem funções da família que tem, com a produção de mercadorias, sua própria e espontânea divisão do trabalho". Portanto, é importante destacar, as "diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho, variáveis com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo que deve durar o trabalho de cada um de seus membros".

A velhice, experiência tão antiga quanto a história da própria humanidade, longe de ser um problema social, era vivenciada naturalmente no domínio do espaço privado e da mesma maneira se vivenciava o processo de finitude da vida humana. Mas a história registra mudanças que repercutiram nas relações sociais, como aquelas que no século X, com o fim das invasões na Europa, possibilitou um crescimento demográfico cujas necessidades básicas do novo contingente humano não poderiam ser supridas pela produção servil, resultando na expulsão do excedente populacional das propriedades pelos senhores feudais, acirrando ainda mais a situação de miséria dessa população que se estabeleceu em aldeias ou que passou a se dedicar a saques nas estradas. Era um tempo de escassez generalizada. E, apesar do crescimento demográfico ter exigido maiores colheitas e o consequente aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, a estrutura estamental não permitia ao servo a motivação necessária ao desenvolvimento tecnológico. Os motivos são óbvios, principalmente porque, aumentando a produtividade e o

[28] De acordo com Marx (2008, p. 57) "a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia" [...]. Para Marx, portanto, "não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção".

consumo, aumentaria a tributação, o pagamento de impostos (VICENTINO, 1997, p. 133).

A realidade observada no século XI não será a mesma nos séculos seguintes quando, na Europa ocidental, o comércio evoluiu a passos largos. Foi o tempo das Cruzadas[29] rumo à Terra Santa que, embora do ponto de vista religioso não tenham obtido resultados duradouros, favoreceram a expansão do comércio, despertando a Europa do seu sono feudal. Nessa dinâmica das mudanças, do século XII ao XV[30], surgiram no cenário Europeu as grandes feiras onde eram negociadas mercadorias por atacado, provenientes de todas as partes do mundo até então conhecido. Diferente do que acontecia nos mercados locais do início da Idade Média, quando se realizavam "transações de troca simples", nessas feiras, além da importância do comércio, eram realizadas transações financeiras. Com o incremento destas transações, a negociação em dinheiro veio demandar um novo sujeito, o comerciante. A atividade comercial emergente reivindicava a liberdade como condição para a sua realização, produzindo novos padrões de relações sociais, diferenciando a vida na cidade da vida no feudo. Na cidade, onde viviam as populações urbanas, passou a ecoar o grito de liberdade em todos os sentidos, como o direito de ir e vir; de criar os próprios tribunais e proceder a seus próprios julgamentos; de fixar os próprios impostos *et cetera* (HUBERMAN, 2010).

Surgiram as associações de mercadores, criadas a partir do século XII, com o intuito de regular os preços das mercadorias e controlar, com exclusividade, o mercado. Não demorou muito e a prática da cobrança de juros, antes condenada pela Igreja, foi liberada. O empréstimo, até então, se dava em decorrência de algum infortúnio que atingisse algum indivíduo. Emprestar dinheiro a juros, segundo a Igreja, era usura e a usura, por sua vez, era um pecado. De acordo com a Igreja

[29] "O movimento cruzadista é, geralmente, definido como uma série de expedições armadas realizadas pelos cristãos contra os muçulmanos, com o propósito de romper o cerco a que vinham submetendo a Europa desde o século VIII. Assim, a idéia de libertação de lugares religiosos tradicionais, como o Santo Sepulcro, na Palestina, transformou-se em bandeira desse movimento" (VICENTINO, 1997, p. 133).

[30] "O feudalismo, estrutura econômica, social, política e cultural que se edificou progressivamente na Europa centro-ocidental em substituição à estrutura escravista da Antiguidade romana [...] começou a se formar a partir das transformações ocorridas no final do Império Romano do Ocidente e das invasões bárbaras, alcançando seu apogeu no final da Alta Idade Média, período compreendido entre os séculos V e X. O declínio do feudalismo, que já se esboçava no século X, prosseguiria até o século XV, constituindo o período convencionalmente chamado de Baixa Idade Média. Não é raro encontrarmos também a expressão Idade Média Central, referente ao período do apogeu feudal, situada entre os séculos VIII e XIII, aproximadamente" (VICENTINO, 1997, p. 107).

estavam os governos locais e mais tarde os governos dos estados que criaram legislações contra essa prática de cobrança de juros. Nas sociedades pré-capitalistas a economia não era independente de elementos éticos e religiosos. Naquele modelo de sociedade, onde prevaleciam as ideias de Tomás de Aquino[31] (1225-1274), as regras eram as mesmas para as atividades econômicas e não econômicas. A proibição se dava necessariamente porque cobrar juros pelo uso do dinheiro significava a venda do tempo e, como o tempo não pertence a ninguém, não podia ser vendido. Era abominante, na época, a figura de um usurário como Shylock[32]. Mas, como se sabe, entre o que pregava e praticava, havia uma distância abissal, pois, a Igreja, a despeito de ser – nessa lógica – um dos maiores praticantes da usura, continuava a gritar contra os usurários. Em síntese, "a moderna noção de que qualquer transação comercial é lícita desde que seja possível realizá-la não fazia parte do pensamento medieval", tampouco "se considerava ético acumular mais dinheiro do que o necessário para a própria manutenção" (HUBERMAN, 2010, p. 31).

A história revela ainda que uma das mudanças mais significantes ocorridas com o desenvolvimento do comércio, a introdução de uma economia monetária e o crescimento das cidades, por volta do século XII, foi a ascensão do servo à posse da terra. Esse dado tem relação com a necessária divisão do trabalho entre cidade e campo, pois já não era viável para os que se ocupavam do comércio produzir o seu próprio alimento. Na época, prevaleceu o difícil desafio assumido pelo camponês de trabalhar em terras incultas, no solo europeu, quando apenas metade das terras da França, um terço da Alemanha e um quinto da Inglaterra eram cultivadas. Foi assim que os camponeses se aventuraram por entre florestas, pântanos e terrenos inaproveitados. Outro dado digno de registro diz respeito ao fato do senhor feudal ter percebido que o trabalho livre era bem mais produtivo que o trabalho escravo, viabilizando, cada vez mais, entre os séculos XIII e XIV, a concessão da posse da terra a esse trabalhador. O interessante, mas não surpreendente, é constatar que a Igreja, muito mais que a nobreza, se colocou como a principal reacionária à

[31] Tomás de Aquino (1225-1274), expoente da Escolástica, foi o principal pensador da Idade Média, condenava a "ambição do ganho" (HUBERMAN, 2010, p. 30).
[32] Personagem criado por Shakespeare e imortalizado em sua obra *O mercador de Veneza* (SHAKESPEARE, 2011).

emancipação dos servos, baixando inclusive estatutos contrários à libertação dos servos pelos seus senhores, sob a ameaça de excomunhão[33] (HUBERMAN, 2010).

O anseio pela liberdade, sob a pressão das forças econômicas, protagonizou revoltas coletivas, ou seja, estratégias de lutas e resistência por parte dos camponeses. Mas a epidemia da peste negra, no século XIV, veio marcar profundamente essa época, quando a situação de morbimortalidade foi determinante no preço do trabalho do camponês que passou a valer cerca de 50% a mais em decorrência da baixa na oferta e do relativo aumento de demanda por trabalho. Não é nenhuma novidade o fato de que a terra só pode ser produtiva pela mediação do trabalho humano. Assim, as revoltas dos camponeses do século XIV, diferente das anteriores, possibilitaram o fortalecimento político dos trabalhadores agrícolas, quando a escassez de "mão de obra" despertou neles um sentimento de poder. A resistência, é claro, foi violenta. Houve execuções, enforcamentos, mas conforme Huberman (2010, p. 40),

> [...] a velha organização feudal rompeu-se sob a pressão de forças econômicas que não podiam ser controladas. Em meados do século XV, na maior parte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil, e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa. [...] o fato de que a terra fosse assim comprada, vendida e trocada livremente, como qualquer outra mercadoria, determinou o fim do antigo mundo feudal. Forças atuando no sentido de modificar a situação varriam a Europa ocidental, dando-lhe uma face nova.

Com a ascensão dos comerciantes e do consequente estilo de vida urbano, a sociedade estamental foi paulatinamente produzindo as circunstâncias para a transformação em uma sociedade de classes. Assim, entre os séculos XI e XIII, a história vai registrar, na Europa ocidental, a constante luta pela autonomia urbana. E foi tão intensa a luta que, por volta do século XIV, em algumas regiões, metade da população havia sido deslocada para as vilas e cidades. Vale salientar que algumas cidades, diferentemente de outras que se desenvolveram próximas à confluência de estradas ou à foz de rios, eram fortificadas, sendo estas chamadas de burgos[34]. Mas, por estarem situadas em áreas de feudos, embora pudessem desenvolver

[33] Huberman (2010, p. 37) menciona os estatutos da Cluníaca, entre 1320 e 1458, como exemplo da atitude de ameaça de excomunhão dos que libertassem da condição servil, homens ou mulheres, pertencentes aos mosteiros daquela Ordem religiosa.
[34] Palavra que deriva do latim, *burgu*, cujo significado é fortaleza (HUBERMAN, 2010).

livremente suas atividades de comércio e artesanato, não estavam livres os burgueses de pagarem impostos aos senhores feudais (VICENTINO, 1997).

Tais mudanças, sem precedentes, vão incidir no modo de produzir os objetos utilizados para a satisfação das necessidades humanas. A princípio, de acordo com o que foi visto anteriormente, a indústria se fazia em casa, e a produção era destinada a satisfazer as necessidades domésticas. Foi preciso, portanto, que o mercado crescesse para que os artesãos abandonassem a agricultura e existissem em suas profissões isoladas. O que só foi possível mediante o crescimento das cidades e o uso do dinheiro (HUBERMAN, 2010). Em síntese, todas essas transformações que servirão de alavanca à classe capitalista em formação, com ênfase nos forçados deslocamentos de grandes massas humanas, expropriadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência, “lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos”, marcam época na história da acumulação primitiva (MARX, 2008, p. 829).

3.2 A sujeição do trabalhador quebra as amarras das corporações de ofícios, surge o capital mercantil

No início, a unidade industrial presente na Idade Média consistia numa oficina, cujo mestre – empregador em pequena escala – trabalhava lado a lado com seus ajudantes. Havia ainda uma relação de respeito entre o mestre e seus ajudantes, pautada no saber, na experiência, via de regra uma relação intergeracional. Nesse tipo de arranjo, as mercadorias, “que eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria-prima como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las”, passaram a ser vendidas num mercado externo (HUBERMAN, 2010, p. 42).

A exemplo das associações de mercadores foram criadas, também, no âmbito das sociedades medievais, as corporações de ofício, cujo principal objetivo, segundo Vicentino (1997, p. 139), era o de “manter o monopólio de seus ramos de atividade, impedindo a concorrência entre os que produziam um mesmo artigo e controlando os preços e a qualidade do produto”. Com relação às corporações, Huberman (2010, p. 48) observa que apresentavam, entre os séculos XII e XIV, duas características

fundamentais: “a igualdade entre os senhores e a facilidade com que os trabalhadores podiam passar a mestres”.

Mas, para que pudesse vender livremente a sua força de trabalho, exercendo o direito de ir e vir a/de qualquer mercado, o produtor precisou se livrar também das amarras impostas pelas corporações, a partir das suas regulamentações às quais estavam subordinados os aprendizes e oficiais. Entretanto, se na versão dos historiadores burgueses essas explicações são suficientes, para Marx, os trabalhadores emancipados só se tornaram verdadeiramente vendedores de si mesmos após terem sido roubados, expropriados de todos os seus meios de produção e privados de todas as garantias que as instituições feudais asseguravam à sua existência, com a dissolução das vassalagens feudais. Assim, “a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2008, p. 829).

É importante não perder de vista que remanescia nas corporações, até certo momento, aquela noção do justo preço das mercadorias, advinda da cultura cristã. Mas isso só se sustentou até antes da ampliação do comércio e do crescimento das cidades, pois até a descoberta, em 1498, do caminho marítimo para as Índias, por Vasco da Gama, os venezianos monopolizavam o comércio com o oriente, desafiando mercadores do mundo inteiro. Com o desenvolvimento do mercado e, consequentemente, a produção em larga escala, o justo preço foi substituído pelo preço de mercado. Ou seja, com as modificações das condições econômicas foram também modificadas as ideias econômicas. Mudou a lógica do preço justo; mudaram também as características que predominavam nas antigas corporações artesanais. Com a prosperação de certos mestres, houve uma gradação e assim era possível identificar as corporações “superiores” e as “inferiores”. Numa relação social diferente do passado, os mestres das corporações inferiores podiam trabalhar para os mestres das superiores mediante o assalariamento. Sendo oportuno não perder de vista que “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador” (MARX, 2008, p. 829).

O tempo passou e essas corporações artesanais tenderam a suplantar as comerciais que outrora detinham o monopólio do comércio da cidade. Não tardou muito e já era possível identificar corporações exclusivistas, “selecionadas,

poderosas e ricas", que passavam a dar as ordens, cuja direção não poderia ser assumida por qualquer um de seus membros. Havia discriminação entre pobres e ricos. De acordo com Huberman (2010, p. 48),

> do controle das corporações exclusivistas ao controle do governo municipal bastava um passo, que foi dado pelos membros dessas grandes organizações. Tornaram-se os verdadeiros administradores da cidade, quase em toda parte os mais ricos e influentes eram mais ou menos identificados com o governo municipal.

No século XV se consolidava a ascensão da classe média, quando a necessidade de ordem e segurança demandou uma autoridade central, ou seja, um Estado nacional. Essa nova classe social logrou, desde a Reforma à Revolução francesa, uma participação cabal no controle do Estado, modificando também as relações legais, de modo que o *status* foi substituído pelo contrato. Isto é, a soberania nacional substituiu o império medieval do *jus divinum* e *jus naturale*[35]. Acompanhava essa ascensão uma nova maneira de pensar o mundo. Segundo Harold Laski (1992, tradução nossa), as novas condições materiais deram origem a novas relações sociais e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia, o liberalismo[36], para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera. Era a época em que a ciência, paulatinamente, ocupava o espaço principal da nova mentalidade humana.

A partir de então, ao rei, monarca de toda uma nação, por ter se colocado como um forte aliado na luta levantada nas cidades contra os senhores, os homens deviam fidelidade e não mais ao senhor feudal. Até aquele período, o latim era a língua universal erudita, favorecendo as universidades no sentido de serem instituições internacionais, onde estudavam pessoas oriundas das diversas regiões e cidades da Europa. A partir do século XV, o surgimento das nações e as consequentes divisões nacionais, cada vez mais acentuadas, modificaram as literaturas, as maneiras de se contar a história – entre conquistadores e

[35] Para Laski (1992, p. 55, tradução nossa), a recusa à religião como princípio habilitado a guiar a política, possibilitou facilmente um novo absolutismo como resultado dessa mudança. O Estado tomou o lugar da Igreja enquanto critério para definir o bem e o mal. Surgiu, assim, com facilidade o que implica a teoria mercantilista: "uma religião do Estado, na qual o interesse do indivíduo está subordinado à razão *d'état*". Atitude predominante no século XVI.

[36] Como doutrina, o liberalismo está relacionado ao conceito de liberdade, surgindo em oposição aos privilégios conferidos a qualquer classe social em virtude do nascimento ou da crença. Mas, esclarece Laski (1992, p. 14, tradução minha), a liberdade que se buscava tampouco oferece títulos de universalidade, posto que na prática, ficou reservada a quem possui uma propriedade a defender.

conquistados – e as regulamentações para a indústria. Foram, então, suprimidos os conteúdos locais pelos nacionais (HUBERMAN, 2010).

Com as mudanças significativas ocorridas durante a Idade Média, a formação das monarquias nacionais, produto do desenvolvimento burguês, veio instituir uma nova modalidade de tributação. A renda do soberano não mais se limitava a proventos oriundos de seus domínios pessoais. Foram implantados sistemas nacionais de impostos, a exemplo da França, modelo mais significativo de uma monarquia nacional onde, em 1439, o rei introduziu o *taille*, um imposto regular em dinheiro. O poder dos soberanos passou a depender das suas finanças, motivo pelo qual os reis, preocupados com o progresso, entenderam que os regulamentos das corporações eram verdadeiros obstáculos à expansão do comércio e da indústria, em função da antiga proposta de manter o monopólio para um grupo restrito em determinada cidade. Assim, diante do crescente poder da monarquia nacional, os reis começaram a investir na derrocada dos monopólios locais, tendo em vista o interesse de toda a nação. O que não foi de fácil realização, por exemplo, em cidades poderosas na Alemanha e na Itália (HUBERMAN, 2010; VICENTINO, 1997).

Era o localismo suplantado pelo nacionalismo, dando início à era de um soberano poderoso à frente de um reino unido. Uma produção burguesa, com certeza! Huberman (2010, p. 71), porém, faz uma ressalva com relação à ênfase dada por historiadores às ambições, conquistas e guerras referentes a um ou outro rei, esquecendo dos “ricos mercadores e financistas da época”, personagens “escondidos atrás dos tronos”, cujos poderes e interesses deveriam ocupar espaço significativo nos livros de história. Mas restava a Igreja pelo caminho, instituição universal detentora, na época, de pelo menos um terço ou metade de toda a terra da Europa ocidental, cometendo o grave desalinho de se recusar a pagar impostos ao governo nacional. Como os reis necessitavam de dinheiro, seria preciso taxar a Igreja. Além dessa situação, o poder conferido ao papa também incomodava o soberano.

3.3 Dinheiro, o poder dos poderes: “prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção”

Nessa trama de tantos séculos, da existência material condicionando as ideias, a história vem registrar mais um fato marcante que evidencia o acirramento desse conflito entre soberanos e a Igreja. Em 1517, a Reforma protagonizada por Martinho Lutero (1483-1546) e os reformadores que, diferente de tentativas anteriores, se respaldou no apelo ao sentimento nacionalista. O discurso ideológico esvaziado de uma pregação pela igualdade, intencionalmente, não comprometia o apoio da classe dominante alemã. A luta, denominada Reforma Protestante, embora tenha sido, para alguns historiadores, “a primeira batalha decisiva da nova classe contra o feudalismo”, tomou um disfarce religioso (HUBERMAN, 2010, p. 63).

A Reforma Protestante veio impulsionar o processo violento de expropriação do povo, agravado pelos saques aos bens da Igreja Católica. Em decorrência, na Inglaterra, os habitantes expulsos dos feudos da Igreja passaram a engrossar o proletariado. Segundo Marx (2008, p. 835), o direito a uma parte dos dízimos da Igreja, legalmente garantido aos lavradores empobrecidos, foi tacitamente confiscado. E era tamanha a miséria humana que a rainha Elizabeth[37], no ano 43 de seu reinado, reconheceu oficialmente o pauperismo, introduzindo o imposto de assistência aos pobres. A respeito do assunto, Marx acrescenta que, na Inglaterra, entre o último terço do século XV e as primeiras décadas do século XVI, ocorreu o que ele denominou de “prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção”. A dissolução das vassalagens feudais lançou ao mercado de trabalho uma massa de proletários, sem direitos. No entanto, essa mudança, na visão de Marx, não foi produto apenas da manobra feudal, numa época de florescimento da manufatura da lã, quando a elevação do preço dessa mercadoria impulsionou a violência praticada contra os camponeses naquele país. Ao usurpar as terras comuns, transformando-as em pastagens, o grande senhor feudal expulsou os camponeses das suas terras, destituindo-os dos direitos assegurados pelos institutos feudais, criando um proletariado incomparavelmente maior. A velha

[37] Laski (1992, p. 53, tradução nossa) também destaca que o espírito da Lei nessa época “trata aos sem emprego como criminosos sociais [...] o sentido todo de seus esforços é conseguir que as pessoas trabalhem [...]”.

nobreza havia sido devorada pelas guerras feudais e para a nova nobreza “o dinheiro era o poder dos poderes” (MARX, 2008, p. 831-832).

Com a lucidez de sempre, estudando a realidade da classe trabalhadora na Inglaterra, Marx (2008, p. 830, 856) via na expropriação do produtor rural, do camponês, de suas terras a base de todo processo da acumulação primitiva. Porque naquele país, no final do século XIV, a servidão praticamente desaparecera. O que significa dizer que no século XV, majoritariamente, a população inglesa consistia em camponeses proprietários. No entanto, outras transformações se processavam e uma delas diz respeito à substituição do chamado *bailiff,* que era um servo, pelo arrendatário livre, possuidor de grandes domínios senhoriais[38]. Tendo sido este plenamente beneficiado pela revolução agrícola – iniciada no último terço do século XV e prosseguindo durante todo século XVI – quando ao enriquecimento do arrendatário correspondeu o empobrecimento da população rural. Neste sentido, Laski (1992, p. 27, tradução nossa) vem dizer da não possibilidade de colocar em dúvida a contribuição que o avanço do protestantismo deu à evolução da filosofia liberal. Principalmente, por afrouxar os laços da tradição, lançando mão de profundos ataques à autoridade, tendo em vista que “a Reforma é, sobretudo, uma revolução contra o papado”, o que veio impulsionar o racionalismo, evidenciando princípios até então considerados intangíveis, dentre os quais, é pertinente destacar a emancipação do indivíduo. Após a Reforma, o Estado desenvolve seus próprios princípios de conduta e a religião passa a ser um instrumento a seu serviço e não um fim ao qual estaria subordinado.

Data do mesmo período, em toda Europa ocidental, o surgimento do que Marx (2008, p. 848) chamou de “legislação sanguinária contra a vadiagem” desse

[38] De acordo com Marx (2008, p. 856), “na Inglaterra, o ponto de partida das transformações que culminam com o aparecimento da figura do arrendatário capitalista, seu germe mais primitivo, é o *bailiff*, ainda servo. Sua posição é análoga à do *villicus* da velha Roma, embora com uma esfera menor de atribuições. Durante a segunda metade do século XIV, é substituído por um colono a quem o *landlord* fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Logo se torna parceiro, um tipo que se parece mais com o verdadeiro arrendatário. O parceiro fornece uma parte do capital; o *landlord*, a outra. Ambos dividem o produto total em proporção contratualmente estabelecida. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra, para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, que procura expandir seu próprio capital empregando trabalhadores assalariados e entrga ao landlord uma parte do produto excedente, em dinheiro ou em produtos, como renda da terra”.

proletariado sem direitos[39]. Sendo interessante observar que essa legislação teve início na Inglaterra, no reinado de Henrique VII, Lei de 1530, concedendo como direito aos mendigos velhos e incapacitados para trabalhar, uma licença para pedir esmolas. Convém aqui repetir: “aos mendigos velhos e incapacitados para trabalhar, uma licença para pedir esmolas”. As penas variavam desde a flagelação, incluindo o cruel requinte do decepamento da metade da orelha; ao enforcamento do reincidente da vagabundagem, considerado e tratado como um criminoso irrecuperável e inimigo da humanidade. Nas palavras de Marx (2008, p. 848),

> os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhe era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existem.

Abolida a propriedade comunal, antiga instituição germânica que existia sob cobertura feudal, as lavouras foram transformadas em pastagens para ovelhas, em decorrência da lã se configurar como uma matéria-prima importante para o fomento da indústria que se desenvolvia na Inglaterra. No século XIX, já não era possível lembrar que antes existia uma conexão entre agricultura e terra comunal. Para dar uma ideia da situação, Marx (2008, p. 844) cuidadosamente narra como certa duquesa se apossou de 794.000 acres de terra, pertencentes a um clã formado por 3.000 famílias, ou seja, cerca de 15.000 habitantes, se valendo da força violenta de soldados britânicos para expulsar os camponeses com os quais acabaram entrando em choque. Essa ação tangeu os nativos para viverem em 6.000 acres da orla marítima, somando 2 acres por família, com a ressalva de que os membros do clã pagariam 2 *xelins* e 6 *pence* de renda à referida duquesa. O destino da propriedade foi transformá-la em 29 grandes arrendamentos para criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, em regra oriunda da criadagem dos arrendatários ingleses. Neste episódio, Marx registra a morte violenta de uma mulher velha, em meio às chamas na cabana que se recusou a abandonar.

[39] Essa mediação da Lei contra o proletariado, aliada aos interesses dominantes, sob a guarda do Estado, está expressa no romance de Victor Hugo, *Os miseráveis*, na trama que envolve os personagens Javert e Jean Valjean. Apesar de ter sido publicado em 1862, o texto não parece anacrônico nem em relação aos séculos que o antecederam, tampouco aos séculos que se seguiram (HUGO, 2007).

Foi também no século XV que a Revolução comercial ganhou um novo impulso com a expansão das rotas de navegação. Era o tempo das grandes "descobertas" ou, escrito de maneira correta, das invasões sofridas pelo chamado "novo mundo", cujas veias estariam sendo violentamente abertas aos comerciantes empreendedores europeus[40]. Na Idade Média, informa Eduardo Galeano (2010, p. 32),

> uma bolsa de pimenta valia mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento usava para abrir as portas do Paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na Terra. A epopeia dos espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saque das riquezas indígenas.

Conclamava-se a intervenção do Estado e não mais da Igreja nas questões que envolviam fixação de normas de conduta econômica. Assim, de acordo com Laski (1992, p. 53, tradução nossa), o mercantilismo foi o primeiro passo dado pelo Estado secular rumo à realização do liberalismo. Destarte, a finalidade da ação do Estado deixava de ser a vida boa, para abraçar a causa da produção da riqueza, lançando mão de um aparato legal capaz de favorecer as condições para a sua realização. Na opinião de historiadores como Huberman (2010, p. 71, 74), "essa foi a época áurea do comércio, quando se fizeram fortunas – o capital acumulado – que formariam o alicerce para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII". Contudo, vale o registro das palavras de Marx (2008, p. 864), quando, em tom de denúncia, afirma que

> as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e da pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações européias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China *et cetera*.

Os séculos seguintes seriam marcados pelas guerras financiadas pelos mercadores e banqueiros. A Espanha, no século XVI, com o afluxo da prata das minas do México e Peru, despontava como uma das maiores potências entre os estados nacionais. No dizer de Galeano (2010, p. 46, 53), "a América era um negócio europeu". Estava, desde então, a América subjugada à divisão internacional

[40] Faço alusão ao livro escrito por Eduardo Galeano (2010), *As veias abertas da América Latina*.

do trabalho, cujos mercados, surgindo junto com o capitalismo, “cresceram como meros apêndices do mercado interno do capitalismo que irrompia”. Na Bélgica, em Antuérpia, para enfrentar as necessidades do comércio em expansão, foi posta em movimento por mercadores e banqueiros o *moderno instrumental de finanças*. Se o velho mundo acumulava riquezas por um lado, por outro, nos séculos XVI e XVII, a situação de miséria vivenciada pela classe proletária atingia magnitudes surpreendentes. Em Paris, na década de 1630, um quarto da população praticava a mendicância não sendo diferente a realidade observada nos distritos rurais. Na Inglaterra, as condições não eram melhores. O flagelo humano devia-se, principalmente, às guerras que foram travadas durante esses duzentos anos de afirmação dos estados nacionais. Essa tragédia humana era acompanhada por uma revolução nos preços, cuja origem se reportava ao século XV, quando a desvalorização do dinheiro significava, automaticamente, uma elevação nos preços das mercadorias. Se esse aumento beneficiava os mercadores e as pessoas cujas despesas permaneciam fixas, severamente prejudicava os governos, com sérias dificuldades para equilibrar a receita e a despesa. Assim, para sanar os problemas de ordem financeira, os reis se articulavam aos homens ricos, mediante concessões. Portanto, essa revolução dos preços possibilitou o fortalecimento do poder político da burguesia que passava a ocupar espaços cada vez mais significantes (HUBERMAN, 2010).

Nesse contexto, com o desenvolvimento do comércio e da indústria, e a revolução dos preços, “o dinheiro passou a ser mais importante do que os homens, e a terra passou a ser considerada fonte de renda”. Sucumbia a “ideia de que a terra era importante em relação ao total de trabalho sobre ela executado”, nascia a prática de tratar a terra como qualquer mercadoria que poderia ser comprada e vendida, com o propósito de *fazer dinheiro*. Com a expansão do mercado, em escala nacional e internacional, a estrutura das corporações que se destinavam ao mercado local deixou de ter utilidade. Entrou em cena, no âmbito da indústria, a figura do intermediário, assumindo os ofícios de mercador e comerciante que antes ficavam por conta do mestre artesão. Este agora recebia a matéria-prima e entregava o produto acabado ao intermediário que, por sua vez, se colocava entre o mestre e o comprador. Ao empregar alguns artesãos para trabalhar a matéria-prima em suas

próprias residências, os intermediários inauguraram o que se convencionou chamar de sistema de produção *doméstica* (HUBERMAN, 2010, p. 86).

Não tardou muito e os intermediários minaram definitivamente a estrutura do sistema de corporações, principalmente em se tratando dos que se ocupavam da venda de tecidos, diante da necessidade de acelerar a produção, tendo em vista que os tecidos constituíam a principal exportação europeia para o Oriente. No século XVI, Jack Newbury ergueu um edifício próprio, com mais de 200 teares, no qual cerca de 600 homens, mulheres e crianças trabalhavam. Segundo refere Huberman (2010, p. 87-88) "Newbury e os intermediários que levavam a matéria-prima para os artesãos trabalharem em suas próprias casas eram capitalistas [...]. Era o homem do dinheiro, o capitalista que se tornava o orientador do sistema de produção capitalista"[41].

Estava assim posta, desde o século XV, uma nova e complexa realidade a ser refletida pela filosofia, pelos grandes pensadores da época. Apesar de ser mais lembrado pela sua contribuição à astronomia, Nicolau Copérnico[42], em 1530, se manifestou em defesa da estabilização do dinheiro, pois, como é sabido, os salários não acompanham a elevação dos preços. Enquanto os preços são elevados pelas operações de mercado, os aumentos salariais geralmente são conquistados com luta, numa ação coletiva que sempre encontra resistência. Para se ter uma ideia, "[...] em fins do século XV o salário de um dia do trabalhador na França correspondia a 4,5 quilos de carne; um século depois valia apenas 1,8 quilos" (HUBERMAN, 2010, p. 79).

Era tão diferente e deletéria a situação do "velho proletariado" na Europa entre os séculos XV e XVI que, na Inglaterra, Thomas Morus chegou a denunciá-la em seu livro *Utopia*. De fato, a Idade Média forneceu as duas formas de capital, o usurário e o mercantil que, segundo Marx (2008, p. 864), "não podia se transformar

[41] Entre os séculos XVI e XVIII "os artesãos independentes da Idade Média tendem a desaparecer, e em seu lugar surgem os assalariados, que cada vez dependem mais do capitalista-mercador-intermediário-empreendedor" (HUBERMAN, 2010, p. 89).

[42] Nicolau Copérnico, segundo Huberman (2010, p. 66), também estudou as questões da economia e "advogava a modificação do sistema monetário do seu país, a Polônia. Percebia que muitas moedas diferentes constituiam um obstáculo ao comércio, e por isso defendia a adoção de um sistema monetário unificado, em vez de se permitir que qualquer baronete fundisse suas próprias moedas. E, acima de tudo, defendia a estabilização do dinheiro" pois, considerava, dentre as desgraças que levam os reinados, principados e repúblicas à decadência, *as lutas, as pestes, a terra estéril e a deterioração do dinheiro* como sendo as quatro principais.

em capital industrial pelo sistema feudal no campo e pela organização corporativa na cidade". Entraves resolvidos com a derrubada das vassalagens feudais e a expropriação parcial das populações rurais. Estava formado e disponível o proletariado nas circunstâncias favoráveis a sua absorção pela indústria nascente, diante da miséria em que se encontrava e pela força da lei que o coagia a submeter-se às precárias condições de trabalho.

Decretava-se, desde então, a produção da mais-valia enquanto último e único objetivo da humanidade. O sistema da dívida pública remanescente da Idade Média, oriundo de Gênova e Veneza, será expandido por toda Europa durante o período manufatureiro. Primeiramente, foi implantado na Holanda, impulsionado pelo sistema colonial. A respeito do assunto Marx (2008, p. 867) vem ressaltar que a "dívida do Estado, a venda deste, seja ele despótico, constitucional ou republicano, imprime sua marca à era capitalista". Ainda nas suas palavras, "a única parte da chamada riqueza nacional que é realmente da posse coletiva dos povos modernos é a dívida pública [...] alavanca mais poderosa da acumulação primitiva", donde nasce um sistema internacional de crédito. Consequentemente, o moderno sistema tributário vem complementar o sistema de empréstimos nacionais, taxando os meios de subsistência mais necessários, encarecendo-os. Nessa engrenagem, de acordo com Marx (2008, p. 867-868), "a tributação excessiva não é um incidente; é um princípio".

3.4 A nova "razão" de ser capitalista: a miséria do proletariado em contraste com a riqueza das nações

Desde o final do século XV, o espírito capitalista começou a dominar o espírito dos homens. Perde-se a noção da riqueza como fundo de sentido social e prevalece a ideia da riqueza enquanto posse individual. Há ênfase numa concepção individualista em detrimento de uma concepção social. As regras de conduta deixam de ser reguladas por sanções divinas desde que se estabelecem as sanções utilitárias. Contra a tradição religiosa da Idade Média, o novo espírito preconiza a satisfação das necessidades nesta vida, neste mundo, numa invocação à razão. Nas palavras de Laski (1992, p. 21, 62, tradução nossa), "a idéia do capitalismo não cabia dentro dos muros da cultura medieval [...] o racionalismo é secular em propósito; como objetivo primário trata de dar à humanidade um império material

sobre a natureza". Mas esse "novo espírito" não avançou com igual velocidade em todas as partes da Europa[43].

No lugar da metafísica e cosmologia medieval, da interpretação da natureza tomando a magia e o milagre como elementos fundamentais, foi adotada uma nova interpretação do mundo, cujo objeto se relacionava à vida real, ditando uma nova maneira de conceber a realidade, a partir dos fenômenos naturais. Defendia-se "a análise da experiência pela razão e a validez da hipótese pela experiência", mediante a observação e a dedução natural, caminho capaz de viabilizar a formulação de uma lei (LASKI, 1992, p. 64, tradução nossa). Desse modo, a ciência dominou a natureza, evidenciando o poder da razão, contrário ao poder da autoridade e da fé, posto que a luta pelo direito de pensar livremente é um aspecto crucial do credo liberal[44]. No dizer de Netto (1994, p. 27), "a constituição da razão moderna é um processo que arranca do Renascimento e culmina no Iluminismo". O movimento do pensamento que formatará a nova razão moderna trouxe ao debate filosófico a concepção de uma razão cujas categorias nucleares se afirmam no humanismo, no historicismo e na razão dialética, como será visto no próximo Capítulo. Para tanto, contribuíram vários pensadores, dentre os quais Copérnico, cuja hipótese heliocêntrica provocou uma verdadeira revolução no campo da ciência. Ocorreram grandes descobertas que vieram marcar a época, aliando desenvolvimento científico e progresso tecnológico, a exemplo do aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos, de inventos astronômicos, dos significativos avanços nas ciências exatas, biológicas e da nova dimensão geográfica do mundo, resultante dos chamados "descobrimentos". O campo da saúde foi beneficiado por esse progresso, tanto no que se refere ao diagnóstico quanto ao tratamento. Para se ter uma ideia do novo pensamento, é oportuno fazer referência a Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês, defensor do empirismo como parâmetro da razão, reivindicando a observação sem descanso e o esforço constante no sentido de registrar novas observações, tendo em vista que a investigação científica deve ser princípio de conduta pública. Diante desse giro revolucionário, no século XVI, com a nova

[43] A Itália, por exemplo, no século XV, parecia que o representaria em toda sua expressão, mas as circunstâncias políticas e econômicas naquela sociedade debelaram a tendência do predomínio italiano.

[44] Como expressão dessa luta, é possível lembrar, no dizer de Laski (1992, p. 64), o martírio ao qual foi submetido Giordano Bruno, a prisão de Galileu, a prudência de Descartes, o interesse de Newton pelos problemas convencionais da teologia dogmática, entre outros que desafiaram a ordem vigente.

maneira de se pensar o mundo, é possível conceber a ideia do homem enquanto selvagem virtuoso, independentemente de qualquer princípio cristão[45] (LASKI, 1992).

Mas à classe emergente não bastava mudar a sociedade, era preciso também se apoderar do Estado em benefício de seus próprios interesses. Com ênfase no individualismo, segundo Laski (1992, p. 62, tradução nossa), "cada vez se deixa impressionar menos pelo dogma do pecado original; mais e mais pelo princípio antiético de seus próprios fins". No campo político, o liberalismo concebia o Estado contratual enquanto instrumento de intervenção estreitamente vinculado à manutenção da ordem, salvaguardando o direito à riqueza do controle de qualquer autoridade social. Estava longe de compreender ou mesmo de admitir que a liberdade contratual jamais será genuinamente livre se não possuem as partes contratantes igual força para negociar. Havia o discurso ideológico de que a busca da riqueza promove o bem estar social. Assim, a ética do capitalismo consiste em libertar a "espécie" possuidora do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência, de qualquer amarra às leis da exploração e acumulação. Por fim, o liberalismo atinge o seu apogeu quando a doutrina passa a servir de fundamento à ética capitalista. Entre os séculos XVII e XVIII, diante de tantas transformações, uma preocupação latente entre os intelectuais era a de pensar em termos de Estado nacional e não de cidades, com ênfase no "Estado econômico". Mas é oportuno lembrar que a doutrina liberal[46] foi modelada para dar conta dos interesses de uma sociedade nascente e, "como todas as filosofias sociais, não podia transcender o meio em que nasceu" (LASKI, 1992, p. 16, tradução nossa).

No contexto, a questão levantada, em torno da qual se produzia o conhecimento era a seguinte: o que torna um país rico? As respostas eram múltiplas e divergentes. Como exemplo, é possível lembrar a ideia de que a quantidade de prata e ouro possuída por um país seria um índice dessa riqueza. Ou seja, será mais poderoso o Estado quanto maior for a riqueza que a burguesia logre alcançar,

[45] Rousseau (2007, p. 25, 52) defendia que "os selvagens não são maus, precisamente porque não sabem o que é ser bom", pensamento contrário ao de Hobbes para quem "o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater".

[46] Laski (1992) considera que o liberalismo contempla correntes de doutrinas de diversas origens, não havendo uma linha reta de desenvolvimento desse pensamento, cuja evolução sofreu a influência de homens como Maquiavel, Calvino, Lutero, Copérnico, Enrique VIII, Tomás Moro, em um século; no outro, Richelieu e Luis XIV, Hobbes, Jurieu, Pascal e Bacon.

cabendo ao Príncipe a proteção aos capitalistas, de modo a promover a paz e a justiça, bem como, uma classe trabalhadora disciplinada e educada, seguindo padrões de racionalização a serviço da acumulação. Todavia, para além de dar respostas à questão, se fazia necessário apontar sugestões para o aumento da riqueza. Numa tendência contrária à acumulação capitalista, era o tempo em que os mendigos e desempregados formavam um expressivo contingente, implicando um alto custo em decorrência da assistência prestada aos pobres[47]. Marx (2008, p. 839) refere que na Inglaterra "o século XVIII não reconhecia ainda, na mesma extensão que o século XIX[48], a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo".

Predominavam, à época, as ideias mercantilistas. A ênfase no fomento da indústria para exportar e suprir necessidades internas priorizava o objetivo de assegurar a balança de comércio favorável e aumentar a oferta de emprego. O mercantilismo, enquanto "regime dos mercadores", protagonizava ideias que atribuíam às colônias a função de servirem à metrópole no sentido de aumentar a riqueza e o poderio nacional. Igualmente, era disseminada como natural a ideia de que "[...] no comércio, o prejuízo de um país era lucro de outro – isto é, um país só podia aumentar seu comércio a expensas de outro". Não é difícil entender, em decorrência desse pensamento, a noção da necessidade de provisão de uma Marinha Mercante destinada, sobretudo, a proteger e viabilizar o aumento da riqueza e soberania do Estado nacional. Em nome dessa racionalidade se proclamava a guerra como solução para um conflito entre estados rivais, quando o bem geral de um dependesse da redução do comércio e indústria do outro (HUBERMAN, 2010, p. 93, 102).

Marcadamente, 1776 foi um ano de intensas revoltas, quando veio culminar, por exemplo, a declaração da Independência dos Estados Unidos da América. No campo da produção de conhecimento merece destaque a publicação do livro de Adam Smith, intitulado *A riqueza das nações*, cujo teor vem criticar as teorias

[47] Na Inglaterra, entre 1600 e 1880, são desenvolvidas as *Poor Laws*, protagonizando e disseminando uma concepção culpabilizadora da pobreza e da assistência a ela associada (FLEURY, 1994).

[48] No ano de 1891, o Papa Leão XIII manifestou no texto da Encíclica *Rerum Novarum*, por ele escrita, a preocupação com as condições em que se encontrava a classe trabalhadora na Europa, denunciando a miséria humana e reivindicando justiça social. O dia do Assistente Social, 15 de maio, está diretamente relacionado a esse fato, pois a Rerum Novarum vem trazer fortes questionamentos ao modo de produção que se estabelecera, o capitalista, embora o Papa Leão XIII refutasse qualquer iniciativa socialista.

mercantilistas. Havia, portanto, um movimento de pensamento crítico em relação às ideias mercantilistas, cuja maior representação pode ser constatada na França, onde surgiu a primeira escola de economistas, em 1757, com o propósito de estudar os problemas econômicos, sob a presidência de François Quesnay (1694-1774). Os fisiocratas defendiam o comércio livre. O lema "*Laissez-faire*!" cuja tradução significa o mesmo que "Deixe-nos em paz!", dá uma ideia da luta desse grupo contra as restrições e as regulamentações mercantilistas impostas na França, país onde o controle estatal sobre a indústria atingiu os limites máximos. Esse "[...] controle demasiado da indústria estimulou a luta pela ausência total de controle". É importante salientar o quanto valia o direito à liberdade para os fisiocratas que acreditavam na inviolabilidade da propriedade privada, particularmente, na propriedade privada da terra, tendo em vista que, segundo acreditavam, "somente a agricultura fornece as matérias-primas essenciais à indústria e ao comércio" (HUBERMAN, 2010, p. 109-110).

A realidade na França do século XVIII era insuportável, diante das condições em que se encontrava o chamado Terceiro Estado, o povo, classe sem privilégios, correspondente a 95% da população total daquele país[49]. O governo francês isentava os ricos e cobrava impostos dos pobres que também pagavam dízimos ao clero (Primeiro Estado) e taxas feudais à nobreza (Segundo Estado). Para dar conta de tantos tributos, calcula-se que o camponês chegava a despender cerca de 80% dos seus ganhos, restando 20% para cuidar de si e de sua família. Percentual que podia ficar ainda mais comprometido, caso um contratempo invialibilizasse a boa colheita. Mas, apesar desse cenário, dentre os 22 milhões de camponeses existentes na França, em 1700, havia 1 milhão de servos no sentido antigo. A realidade mudou, mas a miséria humana não mudara e aumentava em magnitude (HUBERMAN, 2010, p. 117).

Em 1789, um fato inesquecível na história da humanidade foi a eclosão da Revolução Francesa. O que não significa dizer que no século XVIII os camponeses estivessem em pior situação de vida que no século XVII. Como observa Huberman

[49] Na época, segundo Huberman (2010, p. 116), eram 25 milhões de habitantes, dos quais 250.00 viviam bem, compondo a classe média superior ou burguesa. 2,5 milhões eram artesãos e "cerca de 22 milhões, eram camponeses que trabalhavam na Terra. Pagavam impostos aos Estados, dízimos ao clero e taxas feudais à nobreza".

(2010, p. 118-119), durante os cem anos que antecederam a Revolução os camponeses compraram propriedades; quando chegou o ano de 1789, cerca de um terço das terras da França estava em suas mãos. Mas o peso esmagador dos impostos cobrados pelo Estado e pelas classes privilegiadas era um impedimento ao seu avanço. Para realizar a Revolução os camponeses contaram com o auxílio e a liderança da nascente classe média, a burguesia, que provocou e mais se beneficiou com a Revolução Francesa. Era formada por escritores, doutores, professores, advogados, juízes, funcionários (as classes educadas); mercadores, fabricantes, banqueiros (as classes abastadas) e, junto ao povo, levantou uma bandeira com o objetivo principal de "lançar fora o jugo da lei feudal numa sociedade que realmente já não era feudal" (HUBERMAN, 2010, p. 118-119). Mas os interesses da burguesia – que detinha o talento, a cultura e o dinheiro – divergiam dos interesses do povo. A classe média praticamente não possuía terras, mas era dona do capital. Havia emprestado dinheiro ao Estado e era preciso recebê-lo de volta, em um momento caótico na França, onde o esbanjamento era visível a olho nu. Resultava na impossibilidade de se governar o país, prevalecendo as massas descontentes e uma classe inteligente em ascensão. Assim, a burguesia "[...] alarmava-se com a perspectiva de perder suas economias e [...] desejava que seu poder político correspondesse ao poder econômico" (HUBERMAN, 2010, p. 118-119).

Tomou o poder o chamado Terceiro Estado, formado por artesãos, camponeses e burgueses, sendo estes os que realmente assumiram o poder político na França, os que, de fato e de direito, vivenciaram a "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", a partir da Revolução Francesa. Abolido o feudalismo na França e nos países conquistados pelo exército napoleônico, se fez necessário criar novas leis e o Código Napoleônico, dando conta do que defendiam os fisiocratas, foi um documento destinado a proteger a propriedade – não a feudal, a burguesa. Com cerca de 2.000 artigos, apenas em 7 aborda o trabalho, enquanto 800 são declarados à propriedade privada. Com certeza, "o Código foi feito pela burguesia e para a burguesia [...]" (HUBERMAN, 2010, p. 120). E, apesar dos movimentos contrários à ordem estabelecida, dois séculos depois, eles continuam no poder...

Caberia a continuidade dessa narrativa sem que eu estivesse fugindo dos objetivos deste Capítulo, no entanto, considero ter revisto o conteúdo que traz os elementos aos quais estarei voltando durante todo o trajeto da tese, pois, conforme

anunciado na Introdução, é um Capítulo estruturante. Pois bem, chegando ao momento da Revolução Francesa, estão postas as circunstâncias a partir das quais a filosofia burguesa estará refletindo as mudanças que vieram consolidar a sociedade moderna. Assunto abordado a seguir.

4 PARA ESTUDAR O ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NA PERSPECTICA DA TOTALIDADE SOCIAL: O RECURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO À RAZÃO MODERNA

De acordo com o que foi visto no Capítulo anterior, no mundo em transformação, o ideário burguês rompeu com o antigo modo de pensar e proteger, posto que, vinculado a um sistema de ideias pautadas em referências religiosas, atestava contra o pensamento e a ação racional. Se no pensamento feudal predominava a providência divina, uma força teológica, incidente nos desígnios da vida, da economia, da história *et cetera*, na tradição filosófica burguesa, de acordo com Mészáros (2002), a lei histórica é atribuída a uma força que pode ser exemplificada pela "mão oculta" em Adam Smith, pelo "plano da natureza" providencial em Immanuel Kant, ou pela "astúcia da Razão" em Friedrich Hegel, por exemplo. Na opinião de Guerra (2007, p. 42), "a história da razão moderna encontra sua unidade na perspectiva antropocêntrica que a funda[50]".

Sem a pretensão de resgatar, na íntegra, o debate filosófico moderno sobre a razão, a recorrência responde tão somente à necessidade de pontuar aspectos relevantes à apreensão do objeto, ora delimitado, na totalidade social. Este anseio se colocou como um dos principais desafios e ao mesmo tempo se configura como uma contribuição pretendida a partir da realização desta tese por considerar que, fazendo minhas as belas palavras de Celso Frederico (1997, p. 181), "falar em totalidade é falar também na razão apaixonada e o seu empenho de conhecer até o fim os fenômenos sociais". Ainda refletindo com o autor, considero que "um pensamento que pretende ir até o fim é aquele que quer superar-se enquanto puro pensamento e reivindicar a urgência da emancipação humana".

4.1 Breves considerações sobre a razão no debate filosófico ocidental: introduzindo o tema a partir de um enfoque conceitual

Quando me reporto ao debate filosófico sobre a razão nas sociedades ocidentais, devo registrar inicialmente que, na sua etimologia, a palavra razão deriva

[50] Guerra (2007, p. 42) esclarece que a razão moderna edifica-se "parametrada na concepção de homem enquanto ser social autocriador – portador de racionalidade e teleologia, que sob condições concretas constrói sua história, esta, condutora de racionalidade objetiva, e, por isso, passível de ser (re)conhecida pelos sujeitos".

da palavra latina *ratio*, proveniente do verbo *reor*, que significa contar, reunir, medir, juntar, separar, calcular; e da palavra grega *lógos*, do verbo *legein*, que significa contar, reunir, juntar, calcular. Portanto, originariamente, e assim esclarece Marilena Chaui (2005, p. 62-63), razão diz respeito à "capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são". É neste sentido que a origem da palavra razão se opõe a quatro outras atitudes mentais: ao conhecimento ilusório, à mera opinião; às paixões; à crença religiosa; e ao êxtase místico. Outrossim, explica a filósofa, a razão, desde os primórdios da filosofia, segue os princípios: da identidade, condição para que seja possível definir e conhecer as coisas a partir de suas definições (atende ao enunciado "A é A"); da não-contradição, sem o qual o princípio da identidade não funcionaria ("A é A, sendo impossível, ao mesmo tempo e na mesma relação, ser não-A"); do terceiro excluído ("A é ou x ou é y e não há terceira possibilidade"); e da razão suficiente, costumeiramente chamado de princípio da causalidade, por afirmar "que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que tal razão pode ser conhecida pela nossa razão".

Conceber a razão apenas enquanto capacidade intelectual de designar as leis do pensamento, bem como, as leis da ação refletida, não é um consenso entre os filósofos. Há aqueles que pensam a razão, também, como "uma propriedade ou qualidade primordial das próprias coisas", ou seja, a razão existe na própria realidade. Para esses filósofos, a razão designa a ordenação necessária das próprias coisas. Destarte, é possível falar em *razão objetiva* (a realidade é racional em si mesma) e *razão subj*etiva (a razão é uma capacidade intelectual e moral dos seres humanos). A posição filosófica que defende a *razão objetiva*, afirmando que a realidade externa ao pensamento é racional em si e por si mesma sendo, por esse motivo, possível conhecê-la, é denominada *realismo*. Numa perspectiva diferente, outros filósofos diferenciam a realidade e o conhecimento racional dessa realidade. Ou seja, embora a realidade externa exista em si e por si mesma, só é possível conhecê-la tal como as ideias do sujeito do conhecimento a formulam e organizam. Não sendo possível conhecê-la em si mesma. Posição filosófica esta denominada *idealismo*, por afirmar apenas a existência da *razão subjetiva* (CHAUI, 2005, p. 69).

De maneira oportuna, convém lembrar que a filosofia faz uma distinção entre duas importantes modalidades da atividade racional realizadas pelo sujeito do

conhecimento (*razão subjetiva*). A primeira, a *intuição*[51] (ou *razão intuitiva*), diz respeito a um ato intelectual do espírito, de discernimento e compreensão que de uma só vez, sem exigir provas ou demonstrações, capta por inteiro e completamente o objeto, podendo ser o momento inicial ou mesmo o ponto de partida de um processo de conhecimento. A *intuição* também pode ser *sensível* ou *empírica*, quando provém do "conhecimento direto e imediato das qualidades do objeto externo". Neste caso, a *intuição* é psicológica e está relacionada à singularidade tanto do "objeto intuído", quanto do "sujeito que intui". Pela via da *intuição empírica*[52], não é possível captar o objeto em sua universalidade, o que só se realiza pela via da *intuição intelectual*, que implica no conhecimento direto e imediato dos princípios da razão e se relaciona à universalidade (CHAUI, 2005, p. 65).

A segunda modalidade de atividade racional realizada pelo sujeito do conhecimento diz respeito à *razão discursiva* ou *raciocínio*. Sendo esta conceituada como o processo de conhecimento que chega ou parte de uma *intuição*. Neste caso, há a exigência de provas e demonstrações das verdades que estão sendo investigadas. São vários atos intelectuais articulados formando um processo de conhecimento. Nessa via de apreensão, quando um raciocínio "se realiza em condições tais que a individualidade psicológica do sujeito e a singularidade do objeto são substituídas por critérios de generalidade e universalidade", tem-se a *dedução*, *indução* e *abdução*. Convém, portanto, sinalizar de maneira resumida que a *dedução* e a *indução* são procedimentos racionais que partem do conhecido para o não conhecido, devidamente guiados por um conjunto de regras. Em se tratando da *dedução*[53], o ponto de partida é "uma verdade já conhecida para demonstrar que ela se aplica a todos os casos particulares iguais. Motivo pelo qual é possível afirmar que "a *dedução* vai do geral para o particular ou do universal para o individual". Em outras palavras, "a dedução é um procedimento pelo qual um fato ou objeto particular é conhecido por *inclusão* numa teoria geral". A *indução*, num caminho inverso, parte de casos particulares iguais ou semelhantes em busca de uma lei geral, definição geral ou teoria geral, capaz de explicar e subordinar todos esses

[51] Conforme explica Chaui (2005, p. 64), a palavra intuição vem do latim *intuere*, verbo que significa "olhar atentamente, contemplar, ver claramente". Logo, a intuição é uma visão e um contato direto e imediato com o objeto do conhecimento, sem necessidade de provas ou demonstrações.
[52] Do grego, *empeiría*, significa "experiência" (CHAUI, 2005, p. 65).
[53] De acordo com Chaui (2005, p. 67), a dedução pode ser representada pela seguinte fórmula: "todos os x são y (definição do objeto ou teoria geral sobre um conjunto de objetos), A é y (caso particular), portanto, A é x (dedução)".

casos particulares. Quanto à *abdução*, pode ser considerada “uma espécie de intuição” que não se realiza de uma só vez. É definida como “a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos” (CHAUI, 2005, p. 67-68).

Abordadas as modalidades da atividade racional realizadas pelo sujeito do conhecimento, resta saber qual a origem dos princípios racionais e de onde vem a capacidade para a intuição e para o raciocínio. Questões que permeiam o debate filosófico durante séculos, às quais têm sido encaminhadas duas respostas: inatismo e empirismo. Pela via do inatismo, como a própria palavra sugere, será afirmado que tanto os princípios racionais quanto algumas ideias verdadeiras nascem com o indivíduo. Os principais exemplos a serem considerados em defesa do inatismo são Platão e René Descartes. Para o filósofo grego, o conhecimento equivale a recordar a verdade existente no indivíduo. Escrito de outra maneira, para Platão, conhecer “é despertar a razão para que ela se exerça por si mesma”. Outro exemplo merecedor de registro é o inatismo cartesiano. Acreditava Descartes que o espírito humano possui três tipos de ideias diferentes quanto à origem e qualidade: adventícias (a partir das sensações, percepções e lembranças, são ideias provenientes da experiência sensorial); fictícias (nunca verdadeiras, são ideias criadas pela fantasia e imaginação); e as inatas (como os princípios da razão, só existem porque o indivíduo já nasce com elas). No entanto, a tese inatista não resiste ao problema da mudança da realidade ou mesmo das ideias (CHAUI, 2005, p. 70).

A outra resposta à questão levantada sobre a origem da capacidade para a intuição e para o raciocínio, a tese empirista, defendida por filósofos do século XVI ao XVIII, como Francis Bacon, Thomas Hobbes, John Locke, George Berkeley e David Hume, por exemplo, se caracterizará como um traço importante da filosofia inglesa. Em síntese, os empiristas acreditam que o conhecimento é iniciado a partir da experiência dos sentidos. O conjunto das sensações formará uma percepção. Por sua vez, as percepções, combinadas ou associadas, por repetição, formarão as ideias que serão levadas à memória e em seguida captadas pela razão para formar os pensamentos. Tese que não se sustenta por invalidar qualquer verdade científica, tendo em vista a ênfase na subjetividade do processo de conhecimento. A ciência, neste caso, reduz-se ao hábito psicológico de associar percepções e ideias,

privilegiando a causalidade, o que impossibilita o conhecimento objetivo da realidade (CHAUI, 2005, p. 73).

4.2 A totalidade no debate filosófico moderno sobre a razão: elementos teóricos para refletir a posição do sujeito no processo de conhecimento

Apesar das críticas encaminhadas aos filósofos alemães, na opinião de Herbert Marcuse (2004, p. 15), o idealismo alemão é considerado a teoria da Revolução Francesa. Isto porque, do ponto de vista dos idealistas alemães, para além de abolir o absolutismo feudal, substituindo-o pelo sistema econômico e político da classe média, a Revolução emanciparia o indivíduo como senhor autoconfiante de sua vida, completando o que a Reforma havia começado, no século XVI, na Alemanha, se estendendo pela Suíça, França, Reino Unido, entre outros países. As ideias racionais, então, iluminaram movimentos libertários, como o de 1789, protagonizando mudanças significativas na moderna teoria do conhecimento e na moderna teoria social, em oposição ao modo de pensar hegemônico durante o período histórico denominado Idade Média. No entanto, é pertinente lembrar que apesar do idealismo alemão ter influenciado a teoria da Revolução de 1789, outro sistema de ideias veio contestá-lo. Os ingleses, certamente, foram os mais fortes adversários da Revolução Francesa. No espaço privilegiado da nascente capitalista predominava a defesa da tese empirista, uma modalidade da razão intuitiva, caracterizada, como foi visto, pela ênfase na experiência. É neste sentido que filósofos empiristas ingleses, a exemplo de David Hume (1711-1776), vão defender que não é a razão, mas o hábito de associar ideias – seja por semelhança, seja por diferença – que guia a vida[54] (CHAUI, 2005; MARCUSE, 2004, p. 16).

Sabe-se, no campo de "batalha das ideias" uma das principais questões levantadas pela filosofia, ao longo da história, tem sido a de saber como se constrói o conhecimento. Nessa peleja em busca da verdade, o debate sobre a razão, mais

[54] David Hume, assim como Adam Smith, eram escoceses. Viviam, portanto, no país dentre os mais pobres e remotos da Europa ocidental no século XVIII, a despeito de ter sido um dos espaços mais significativos de produção de ideias associadas ao Iluminismo. Com certeza, empirismo e pragmatismo foram as tendências mais marcantes do Iluminismo escocês. Para David Hume as sensações se reunem formando uma percepção. As percepções se combinam ou se associam tendo como causa a repetição. As associações das percepções são as idéias que são levadas à memória e apanhadas pela Razão para formar o pensamento (CHAUI, 2005, p. 71).

precisamente a partir do século XVII, com a ascensão da classe média na Europa, veio afirmar a ideia de um mundo racional, passível de ser apreendido e transformado pela ação intencional do homem, o sujeito do conhecimento, que se tornaria um ser racional, para alguns, como Kant e Hegel, pela via da instrução, da educação.

Entrava em pauta, portanto, o ideal de levar os princípios do conhecimento crítico, científico, a todos os domínios humanos, com a pretensão de contribuir para o progresso da humanidade e superar qualquer resquício de tirania e preconceitos cujas raízes remetiam ao fadado sistema feudal. Esse ideal também se estendia ao modelo de Estado e sociedade que se pretendia inaugurar, pois eram inaceitáveis as explicações metafísicas para justificar a ordem social e econômica vigente durante a Idade Média. Por esse prisma, Celso Frederico (1997) enfatiza que o iluminismo surgiu como um movimento que atribuía à razão virtudes emancipatórias. Pensamento corroborado por Marcuse (2004, p. 18), para quem “todas as filosofias do iluminismo francês, e suas sucessoras revolucionárias, definiram a razão como uma força histórica objetiva que, uma vez libertada dos grilhões do despotismo, faria do mundo um lugar de progresso e felicidade”.

Liberto do antigo sistema feudal, crítico em relação ao pensamento religioso e ao mercantil, o iluminismo projetou a defesa de uma nova ordem legal e econômica, preconizando – sob a influência dos fisiocratas e de Adam Smith – um mercado livre do controle do Estado. Acreditava-se que a produção da riqueza beneficiaria o todo. Assim, “o mundo deveria tornar-se uma ordem da razão”, cuja realização se associava à expansão da indústria porque “o processo econômico aparecia como o fundamento da razão”. Mas Coutinho (2010, p. 26, grifo do autor) vem ressaltar que, diferente dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, defensores da teoria da relação orgânica entre realidade social e atividade humana que, no plano da *práxis* econômica, assume a forma da relação entre trabalho e mercadoria, para os iluministas, “a ação humana ainda era concebida de um modo abstrato, individualista e idealista, ou seja, como uma ação pedagógico-espiritual de *esclarecimento*”. Se, por uma via de pensamento, o idealismo alemão buscava um princípio unificador, capaz de salvaguardar seus ideais de uma sociedade “individualística”, cuja tendência seria sucumbir aos seus próprios antagonismos; em outra via, o empirismo inglês contestava o idealismo alemão por defender ideias gerais que não

fornecem princípios universais, pois são abstraídas do particular e representam, portanto, apenas o particular. Concernente à filosofia empirista, um problema a ser considerado com maior ênfase será o confinamento do homem aos limites do dado, à ordem existente das coisas e dos acontecimentos. Ou seja, essa linha de pensamento reporta a uma condição de conformismo perante a realidade. Desse modo, o empirismo inglês, ao impor limites ao processo de conhecimento, o restringia à possibilidade do que é dado, subjugando também a capacidade humana de transcender e de se rebelar diante da realidade. No embate filosófico, não é de se estranhar, para os idealistas alemães a filosofia empirista se revelou como uma expressão da renúncia da razão, ou seja, uma forma de negação da verdade.

Frente às mudanças ocorridas no âmbito das sociedades pré-capitalistas, principalmente entre os séculos XV e XVI, como foi visto no Capítulo anterior, os pensadores burgueses se deparavam com questões complexas em consequência das relações sociais que se produziam. Assim, as ideias de Tomás de Aquino, influentes no modo de pensar feudal, não mais faziam sentido aos pensadores do racionalismo. Sendo conveniente, aqui, outra vez, fazer a ressalva de que a filosofia tende a explicar a ordem pela ordem existente. Então, divergente do pensamento hegemônico nas sociedades feudais, onde se privilegiava uma perspectiva metafísica nas explicações sobre o homem e o mundo, há na filosofia moderna a novidade da atividade racional, possibilitando falar em sujeito na perspectiva crítica – da materialidade – e não só da natureza humana – boa, como defendia Rousseau, ou má, como pensava Hobbes. A ideia que vem dizer do sujeito como ente produtor racional, condicionado por um sistema de leis diretamente relacionadas às estruturas dos objetos, estava presente na obra de Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, cujo pensamento influenciou a moderna teoria social [55]. Ele defendia que uma coisa se diferencia do objeto. A coisa pode existir independente da

[55] Nas palavras de Chaui (2005, p. 77-78), para Kant, “a experiência não é a causa das idéias, mas é a ocasião para que a razão, recebendo a matéria ou o conteúdo, formule as idéias”. Assim, “a estrutura da razão é inata e universal, enquanto os conteúdos são empíricos e podem variar no tempo e no espaço, podendo transformar-se com novas experiências e mesmo revelarem-se, graças a experiências novas”. Nessa via de pensamento, o conhecimento racional “é a síntese que a razão realiza entre uma forma universal inata e um conteúdo particular oferecido pela experiência”. Em Kant, a estrtutura da razão é constituída por três estruturas *a priori*: a estrutura ou forma da sensibilidade; a estrutura ou forma do entendimento; e a estrutura ou forma da razão propriamente dita, sendo esta a função reguladora da atividade do sujeito do conhecimento. “[...] A realidade em si é denominada por Kant com uma palavra grega *noumenon* (*nôumeno*); a realidade tal como é organizada pela razão, que submete os conteúdos da experiência às estruturas da sensibilidade e do entendimento é nomeada por Kant com a palavra grega *phainomenon* (*fenômeno*).

existência do homem. Em outras palavras, o mundo existiu sem depender do ser humano, mas o objeto, diferente da *coisa em si*, só existe na relação com o sujeito posto que é uma expressão de sua subjetividade (ACANDA GONZÁLEZ, 2011). Porque, em Kant, explica Guerra (2007, p. 46-47, grifo do autor), "o conhecimento advém sempre da experiência, porém, há verdades cuja validade independem da *experiência*, ou seja, são dadas *a priori*". É, portanto, "no conceito de experiência que se localiza a diferença entre Kant e os seus antecessores, [...]", pois, o filósofo alemão, continua a autora,

> está preocupado em explicar um tipo de conhecimento que advém não de juízos puros, mas aqueles resultantes da experiência e, deste modo, alcançados pela via do entendimento. Ocupa-se, pois, em encontrar os fundamentos das possibilidades da experiência.

Ideia de materialidade também encontrada em Adam Smith (1723-1790), economista clássico e filósofo escocês, fortemente influenciado pelo pensamento fisiocrata, marcado pelo empirismo e o pragmatismo. Como já foi colocado, Smith reconhecia o papel ativo da atividade humana na formação da objetividade social, determinada a partir do trabalho econômico. Defendia uma economia regida por leis naturais – pela "mão oculta" – e pela não intervenção do Estado nas questões de ordem econômica. Foi assim, a sociedade moderna, pensada como a melhor alternativa por ser uma produção do sujeito racional (MARCUSE, 2004). Nesse contexto, citando Coutinho (2010, p. 26), "a compreensão do real como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração". Complementando com as palavras de Guerra (2007, p. 41),

> ao percorrermos a trajetória da razão na história, vemos que a ela agrega-se a discussão da liberdade ou do processo de liberação dos homens, resultante do seu domínio sobre a natureza e de suas conquistas ulteriores nos âmbitos da ciência e da técnica. Do mesmo modo, vemos a história incorporada ao conteúdo da razão como resultado do fazer dos homens que, em busca de respostas ao seu tempo, constroem a história e se constroem no processo histórico.

Essa concepção da razão, em oposição à ignorância do homem sobre sua história, funda, no dizer de Guerra (2007, p. 41), "um 'novo' período na história da humanidade: a era moderna"[56]. Contudo, não há de se perder de vista que em um

[56] "Agora, à razão é tributada a possibilidade de fornecer o arsenal necessário ao conhecimento da realidade objetiva, já que ela concebe que os processos podem ser racionalmente (re)conhecidos pelos sujeitos, os quais encontram nas categorias constitutivas da dialética o substrato que lhes

determinado momento da história as ideias racionalistas, no intuito de substituir os dogmas religiosos pelo conhecimento científico, tendessem a pautar tanto a vida individual quanto a social em conformidade com o modelo concebido de natureza. No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, na onda da chamada revolução científica, a filosofia iluminista sofreu forte influência das ideias do cientista e filósofo da natureza, o físico inglês Isaac Newton (1643-1727). Logo, a primeira fase do Iluminismo foi pautada por tentativas de importação do modelo de estudo dos fenômenos físicos para a compreensão dos fenômenos humanos e culturais. Outro exemplo pode ser tomado a partir da filosofia mecanicista de René Descartes (1596-1650), cujo maior intento foi criar um método universal, respaldado na matemática, defendendo a objetividade como critério de cientificidade, por excluir o fator subjetivo do processo de conhecimento (MARCUSE, 2004). Nas palavras de Coutinho (2010, p. 29), "estamos aqui, como em geral durante o período ascendente da burguesia, diante da permanência de momentos ideológicos no interior de uma posição essencialmente voltada para a representação científica do mundo".

Na crítica encaminhada ao pensamento cartesiano, Kant, embora tenha adotado a opinião dos empiristas no sentido de defender que todo conhecimento humano começa e é limitado pela experiência[57], considerando que só a experiência fornece a matéria para os conceitos da razão, condenou o empirismo por não dar conta de que o objeto, a realidade, não é o ponto de partida do conhecimento. Ou seja, estando a objetividade no sujeito, o processo de conhecimento é subjetivo. Kant estava preocupado em dar resposta a uma questão: *haverá um conhecimento independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos*? "Denomina-se [explica] *a priori* esse conhecimento e distingui-se do empírico, cuja origem é *a posteriori*, ou seja, na experiência". Kant, vale salientar, está definindo por "juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência". Neste

possibilita transcender da aparência fenomênica à lógica que movimenta os fenôemnos [...]" (GUERRA, 2007, p. 42).

[57] Nas palavras do próprio Kant (2010, p. 36, grifo do autor), "não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efectivamente, que outra coisa poderia despertar e por em acção a nossa capacidade de conhecer senão os objectos que afectam os sentidos e que, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na *ordem do tempo*, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem seu início".

caso, “dos conhecimentos *a priori*, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura” (KANT, 2010, p. 37).

Quando criticou correntes de pensamento como o inatismo e o empirismo, Kant denunciou que nos dois casos a razão, o ponto de partida do conhecimento, é a realidade interna – assim defendiam Platão e Descartes – ou a realidade externa – como acreditava Hume –, prevalecendo a objetividade no processo de conhecimento[58]. Kant, iluminado pela revolução de Copérnico[59], causou uma verdadeira revolução no pensamento filosófico ao deslocar o foco do processo de conhecimento para o sujeito, argumentando que o ponto de partida do processo de conhecimento está no sujeito, em defesa assim da subjetividade (CHAUI, 2005; MARCUSE 2004). Kant considerava que “quando se ultrapassa o círculo da experiência, há a certeza de não ser refutado pela experiência”. Para o filósofo, era significativo o fato

> de certos conhecimentos saírem do campo de todas as experiências possíveis e, mediante conceitos, aos quais a experiência não pode apresentar objecto correspondente, aparentem estender os nossos juízos para além de todos os limites da experiência (KANT, 2010, p. 40-41).

Sem dúvida, Kant foi um dos principais pensadores críticos no tocante à adoção das premissas mecanicistas da física pela filosofia iluminista que passaria a sofrer, a partir da segunda metade do século XVIII, a influência das ciências da vida. Para uma compreensão mais aproximada de sua crítica[60] ao pensamento corrente, reproduzo a seguir uma – a meu ver – importante argumentação desse filósofo alemão:

> é precisamente em relação a estes conhecimentos, que se elevam acima do mundo sensível, em que a experiência não pode dar um fio condutor nem correcção, que se situam as investigações da nossa razão, as quais, por sua importância, consideramos eminentemente preferíveis e muito mais sublimes quanto ao seu significado último, do que tudo o que o

[58] Para Kant (2010, p. 38-39), “a universalidade empírica é, assim, uma extensão arbitrária da verdade, em que transfere para a totalidade dos casos a validade da maioria [...]”. Pensando assim, Kant pergunta: “onde iria a própria experiência buscar a certeza, se todas as regras, segundo as quais progride, fossem continuamente empíricas e, portanto, contingentes?”

[59] Copérnico defendeu o sistema heliocêntrico pois, segundo observou, o Sol está no centro do sistema planetário e tudo se move ao seu redor. Para Kant, inatistas e empiristas são como astrônomos geocêntricos, em busca de um centro que nãp é verdadeiro (CHAUI, 2005, p. 76).

[60] Kant (2010, p. 53, grifo do autor), ao propor a *Crítica da Razão Pura*, enquanto ciência, refuta a ideia de nomear essa ciência de *doutrina*, adotando a *crítica*, com o propósito de examinar a razão pura, suas fontes e limites. Assim explica o filósofo: “a esta ciência não se deverá dar o nome de *doutrina*, antes o de crítica da razão pura e a sua utilidade [do ponto de vista da especulação] será realmente apenas negativa, não servirá para alargar a nossa razão, mas tão-somente para a clarificar, mantendo-a isenta de erros, o que já é grande conquista”.

> entendimento nos pode ensinar no campo dos fenômenos. Por esse motivo, mesmo correndo o risco de nos enganarmos, preferimos arriscar tudo a desistir de tão importantes pesquisas, qualquer que seja o motivo, dificuldade, menosprezo ou indiferença (KANT, 2010, p. 40).

Muito embora fuja dos objetivos desta tese mergulhar no pensamento de Kant, traduzir o seu sistema por inteiro, tarefa que não é simples de realizar, julgo ser importante prosseguir com Kant até onde o filósofo estabelece uma *distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos*, para se entender melhor a crítica dele a Hume. Assim, Kant esclarece que "em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado, esta relação é possível de dois modos". O primeiro se estabelece quando "o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A", configurando o que Kant chamou de predicado analítico ao juízo. Isto é, "os juízos (os afirmativos) são analíticos, quando a ligação do sujeito com o predicado é pensada por identidade". No segundo modo, "B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele", configurando o *juízo sintético*, pois a ligação do sujeito com o predicado é pensada sem identidade. Kant (2010, p. 43, grifo do autor) explica, então, que os juízos analíticos poderiam denominar-se juízos *explicativos*, pois "o predicado nada acrescenta ao conceito do sujeito e apenas pela análise o decompõe nos conceitos parciais, que já nele estavam pensados (embora confusamente)"; os juízos *extensivos*, ao contrário, "acrescentam ao conceito de sujeito um predicado que nele não estava pensando e dele não podia ser extraído por qualquer decomposição". Feita a distinção, Kant (2010, p. 45, grifo do autor) afirma ser "sobre estes princípios sintéticos, isto é, extensivos, que assenta toda a finalidade última do nosso conhecimento especulativo a priori", apesar de reconhecer a importância e necessidade dos *princípios analíticos*, contudo, na sua análise, estes "apenas servem para alcançar aquela clareza de conceitos que é requerida para uma síntese segura e vasta que seja uma aquisição verdadeiramente nova".

Ao desenvolver esse raciocínio, Kant (2010, p. 50, grifo do autor) lança mão de uma questão que trata do *problema geral da razão pura*, a saber: "como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?" Segundo Kant, não se havia pensado ainda neste problema, nem mesmo na *distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos*. Colocada a questão, o filósofo considera que "a salvação ou a ruína da metafísica assenta na solução deste *problema* ou numa demonstração satisfatória de que não

há realmente possibilidade de resolver o que ela pretende ver esclarecido". Fica, por certo, mais claro o conteúdo de sua crítica a Hume, o filósofo que, no dizer de Kant (2010, p. 49-50, grifo do autor),

> entre todos, mais se aproximou deste problema, embora estivesse longe de o determinar com suficiente rigor e de o conceber na sua universalidade, pois se deteve apenas na proposição sintética da relação do efeito com suas causas (*principium causalitatis*), julgou ter demonstrado que tal proposição *a priori* era totalmente impossível, segundo o seu raciocínio, tudo o que denominamos metafísica mais não seria do que simples ilusão de um pretenso conhecimento racional daquilo que, de facto, era extraído da aparência e adquirira pelo hábito a aparência de necessidade; afirmação esta que destrói toda a filosofia pura e que nunca lhe teria ocorrido se tivesse tido em mente o nosso problema em toda a generalidade, pois então seria levado a reconhecer que, pelo seu raciocínio, também não poderia haver matemática pura, visto esta conter, certamente, proposições sintéticas *a priori*, o seu bom-senso, por certo, tê-lo-ia preservado dessa afirmação.

Surge, a partir de Kant (2010, p. 52-53), a ideia de uma ciência particular, a *Crítica da Razão Pura*, que deveria conter, "integralmente, tanto o conhecimento analítico como o conhecimento sintético *a priori* [...]", a qual não se pode chamar doutrina, "[...] mas apenas crítica transcendental [...]", porque, segundo define o filósofo, "[...] sua finalidade não é o alargamento dos próprios conhecimentos, mas a sua justificação, e porque deve fornecer-nos a pedra de toque que decide do valor ou não valor de todos os conhecimentos *a priori*". Não obstante a inegável contribuição à teoria social moderna, Kant não se livrou das amarras do empirismo. Negava a possibilidade de se conhecer a *coisa em si* porque a apropriação do conhecimento, segundo pensava, estava condicionada pela estrutura gnosiológica – inata e universal – do sujeito. Se, por uma via, a distinção entre a *coisa em si*, incognoscível, e o objeto, cognoscível, abre o espaço para uma crítica à posição adotada por Kant em relação ao processo de conhecimento, porque acreditava ser inata a estrutura cognitiva do sujeito, em outra via, acabou construindo a base para uma ontologia social idealista. A partir dele existe a ideia de um mundo da aparência e um mundo da razão, "pois Kant afirma que o ser humano existe no mundo conformado pelos objetos que são produtos de sua apropriação racional da realidade" (ACANDA GONZÁLEZ, 2011, tradução nossa)[61]. Entretanto, interessa aqui enfatizar a mudança de referência do ponto de partida e da sede do conhecimento. Porque se antes, como defendia Descartes, a ciência só era ciência

[61] Texto fornecido pelo Professor Jorge Luis Acanda González, da Universidad de La Habana, de Cuba, em novembro de 2011.

por excluir a subjetividade, decretando a morte do sujeito, em Kant, a perspectiva é diferente. O sujeito está vivo e ativo no processo de conhecimento!

4.3 Totalidade, uma categoria central na dialética hegeliana: a negação e a contradição como princípios da razão dialética

Outro filósofo alemão, Hegel (1770-1831), quando criticou o inatismo, o empirismo e o kantismo – embora reconhecesse que Kant adiantou a reflexão sobre a mútua relação entre universalidade e particularidade, um dos núcleos centrais da lógica dialética –, observou que nenhuma dessas modalidades de pensamento se deu conta de que a razão é histórica. Em resposta, veio propor o método dialético, cuja ênfase na mudança e na contradição daria conta dos problemas latentes. De acordo com Mészáros (2002, p. 57), Hegel, "ao criticar Kant, elaborou um significado radicalmente novo – supra-individual – à categoria da razão". Para o filósofo alemão, segundo Marcuse (2004, p. 110) "a razão é a própria história" e o processo de conhecimento é objetivo e subjetivo[62]. Neste sentido, não há cisão nem oposição entre sujeito e objeto, sendo este definido como "objetificação de um sujeito consciente", formado e cultivado pela atividade humana. Assim, "o objeto não é *per se*; ele existe *porque o conheço*".

Hegel trouxe a história para a filosofia, tornando-a, nas palavras de Marcuse, um fator histórico concreto. A filosofia hegeliana vem se apresentar como um sistema que subordina todos os domínios do ser à ideia totalizante da razão. Embora não tenha sido uma novidade da filosofia hegeliana, a perspectiva totalizadora constitui critério de verdade e o núcleo organizador do método dialético. Neste caso, "o que é verdadeiro é idêntico ao seu conceito". Na filosofia de Hegel o conceito de totalidade é central e, diferente de Kant, "a ideia tradicional de uma *coisa em si* por trás dos fenômenos, de um mundo interior, de uma essência permanente, desligada da realidade, torna-se absurda; a filosofia surge definitivamente comprometida com a realidade concreta" (MARCUSE, 2004, p. 32, 122). Destarte, reproduzindo as palavras de Acanda González (2011, tradução nossa), venho colocar três observações fundamentais à realização dos objetivos desta tese:

[62] Em Hegel, a subjetividade diz respeito à arena do sujeito em desenvolvimento, ou seja, é a arena da razão (MARCUSE, 2004).

> 1) “Totalidade” significa ter uma visão de sistema da realidade. É dizer, conceber a realidade não como um agregado mecânico de fenômenos, mas como um sistema no qual a determinação essencial de cada fenômeno é expressão – direta ou indireta – da determinação essencial do sistema. É dizer, que não se pode entender a parte se não se entende primeiro o todo (o sistema). Isto tem consequências gnosiológicas, pois implica romper com o esquema típico das ciências sociais particulares, de ir do conhecimento do particular ao conhecimento do geral; 2) A visão de totalidade implica uma visão relacional da realidade e dos fenômenos e processos que a conformam. A realidade em que vive o ser humano, a realidade objetiva, está constituída por objetos que a nós se apresentam como se fossem coisas – ou seja, como se tivessem em si a sua determinação essencial, independentemente do sistema em que existem – mas que, na realidade, cada um deles não é mais que a expressão de um conjunto de relações; 3) Hegel destacou que para captar a essência da realidade, para captar a racionalidade da realidade, do Espírito Absoluto, há que captar a racionalidade expressada na atividade do ser humano como totalidade, como sistema. Que era preciso estudar a totalidade das formas de atividade humana, o que não quer dizer estudar “todas as formas de atividade humana”, e sim estudá-las em sua interrelação orgânica, ter uma visão de totalidade das formas de atividade humana.

Diferente do pensamento corrente, defender que “o ser é, na sua substância, um *sujeito* [...] concebe a realidade como um processo dentro do qual todo ser é a unificação de forças contraditórias”. A saber, o conceito de razão em Hegel é ao mesmo tempo crítico e polêmico, por se colocar contra qualquer aceitação imediata de um dado estado de coisas. Ou seja, por negar a hegemonia de toda forma dominante de existência, acaba por denunciar os antagonismos que a dissolvem em outras formas. Conhecer, nessa linha de pensamento, é o mesmo que conceitualizar (MARCUSE, 2004, p. 19, grifo do autor).

A liberdade, na dialética hegeliana, é eleita a categoria mais importante da razão. Porque o homem e somente ele, pode exercer, na condição de sujeito, a auto-realização, tendo em vista a sua capacidade de entender o que sejam as suas potencialidades e de conhecer conceitos. A liberdade, enquanto categoria será tão valorizada que, apesar do filósofo admitir a existência de vários estágios para a realização da razão, esta é única tendo em vista haver apenas uma totalidade e uma verdade: a realização da liberdade. Aqui se desenha um problema devidamente criticado por Marx, porque na filosofia hegeliana a razão modela a realidade. Ou, conforme explica Acanda González (2011, tradução nossa), o universalismo abstrato em Hegel se deve à não compreensão adequada da relação entre a produção material e a produção espiritual da vida, focando esta última como sendo a fundamental. Por isso, ainda nas palavras de Acanda González, o filósofo alemão “entendeu o processo do pensamento como sujeito autônomo sob o nome de ideia,

configurando-se como criador da realidade". Mas não é possível esquecer que Hegel estava influenciado pela ideia de progresso do pensamento iluminista francês e vivenciou o momento da Revolução Francesa, cuja grande lição, segundo refletiu, "foi que o homem veio a confiar em seu espírito e ousou submeter a realidade dada aos critérios da razão[63]" (MARCUSE, 2004, p. 17).

Se não cabia mais a antiga concepção do Estado enquanto obra divina nem da concepção liberal de contrato social, Hegel defendia, segundo Marcuse (2004, p. 21, 152), que "o Estado se torna uma realidade quando corresponde às potencialidades reais dos homens e permite o pleno desenvolvimento delas". Na sua filosofia política "[...] o princípio da razão, na sociedade, significa a existência de uma ordem social construída sobre a autonomia racional do indivíduo". Ele, portanto, "via na soberania do Estado o único princípio capaz de instaurar a unidade". Seguindo este raciocínio, conclui-se então que "qualquer forma prévia de Estado que ainda não seja racionalizável ainda não é, por isso, real".

Sem a pretensão de abordar todo sistema hegeliano, o que não é objeto desta tese, prosseguirei apenas sinalizando alguns outros elementos teóricos necessários para compreender o movimento de apreensão do objeto na totalidade social. Assim, para além das críticas que possam ser feitas à filosofia hegeliana, e Marx já o fez com muita propriedade, cabe ainda resgatar alguns elementos que julgo fundamentais de suas ideias, não enquanto conclusões, mas enquanto reflexões. Um deles diz respeito à necessária desconfiança em relação aos fatos que se apresentam ao "senso comum" enquanto "indícios positivos da verdade". Esses indícios são tomados pelo filósofo como negação da verdade e esta só poderá ser apreendida mediante a destruição da realidade aparente. Há, portanto, uma nítida distinção entre realidade e verdade, porque na filosofia hegeliana o dado deve se justificar ante a razão, totalidade das capacidades da natureza do homem. A razão, neste caso, volto a salientar, é essencialmente uma força histórica, uma tarefa a ser realizada (MARCUSE, 2004, p. 20).

[63] Na explicação de Paulo Meneses (1995, p. 119), no pensamento de Hegel "o Espírito é a verdade da certeza que tem a Razão: a de ser toda a realidade. O movimento da Razão era, de fato, o devir do Espírito: a Razão Observadora encontrando pelo lado do Ser a unidade da pura categoria; a Razão Operante, realizando-a pelo lado do Si; e enfim, a Razão unificante reunindo ampos os aspectos, embora ficasse no nível da *Consciência* espiritual. Agora, porém, a substância consciente de si mesma é um Espírito que é um mundo: mundo efetivo objetivo, mas que perdeu todo o significado de um 'para-si' separado deste mundo".

Além do ceticismo perante os fatos, desde os primeiros escritos filosóficos de Hegel, a função negativa da razão proclama a destruição do "mundo estável e indiferente do senso comum e do entendimento", luta que demarca o início do pensamento especulativo e a consequente *perda de tranquilidade cotidiana*, caracterizando, assim, a origem da filosofia. Em contraposição ao senso comum que se estabelece pela via da reflexão isolada, a apreensão da verdade deve se realizar pela via do "pensamento especulativo[64]", cerne do método dialético hegeliano, tendo em vista que a primeira norma da razão diz respeito ao ceticismo – "elemento de liberdade" de toda filosofia autêntica – perante a aparência, pois é preciso desconfiar da autoridade dos fatos. O mundo dos fatos, portanto, não é racional, mas deve ser trazido à razão, ou seja, a realidade deve corresponder à verdade. Enquanto isto não ocorrer, "a verdade estará no conceito abstrato, e não na realidade concreta". Assim, o exercício da abstração significa ao mesmo tempo transcender e reduzir a realidade (mera aparência) ao essencial que só se manifesta no conceito. Numa posição contrária a de Marx, em Hegel, "a formação do conceito vai dos fatos ao conteúdo essencial deles". Somente a razão é capaz de criticar e superar as oposições fixas criadas pelo entendimento que se estabelece a partir da reflexão isolada. Esta, por sua vez, só é capaz de perceber entidades separadas em oposição umas às outras, enquanto a razão descobre a "identidade entre os opostos" (MARCUSE, 2004, p. 52-53, 141).

A contradição, na concepção dialética, é o motor efetivo do processo, sendo a essência, simultaneamente histórica e ontológica. Em Hegel, "o fato é antes de existir", pois somente "quando todas as condições de um fato estão presentes, ele passa a existir". Assim, o conceito de realidade equivale à possibilidade porque "na sua totalidade, e em cada aspecto ou relação singular, o conteúdo da realidade dada está envolvido por uma inadequação tal que somente por meio da destruição desta realidade podem as possibilidades da mesma converter-se em atualidades". Neste sentido, a dialética da atualidade refuta qualquer oposição tradicional entre

[64] Marcuse (2004, p. 51) vem explicar que "o pensamento especulativo compara a forma aparente ou dada das coisas às potencialidades delas, distinguindo assim, nas coisas, a essência, do estado acidental da existência. [...] Tal resultado não é atingido através de um processo de intuição mística, mas por um método de conhecimento conceitual, que examina o processo pelo qual cada forma veio a ser o que ela é. O pensamento especulativo não concebe o 'mundo material e intelectual' como uma totalidade de relação fixas e estáveis, mas como 'um vir-a-ser', e seu SER como um produto e um produzir".

contingência, possibilidade e necessidade, integrando estes momentos num processo compreensivo (MARCUSE, 2004, p. 137-138).

Em contraposição a uma lógica tradicional, cujas categorias filosóficas advêm do senso comum, a lógica dialética vem ser defendida como aquela capaz de anular o controle do senso comum, esse entendimento que estabiliza e perpetua uma falsa realidade. Neste sentido, Marcuse (2004, p. 115) esclarece que a negatividade "constitui o procedimento dialético genuíno", considerando que o primeiro passo rumo ao verdadeiro conhecimento da razão é um passo negativo. Assim, é preciso negar as categorias fixas e estáticas do senso comum, bem como, negar a realidade do mundo designado por essas categorias. Na lógica dialética, como está explicitada na *Fenomenologia do Espírito*, a existência das coisas, o dado, estão afastados da sua verdade e a ela aspiram. As potencialidades latentes guiam o movimento efetivo dessas coisas em direção à sua verdade. Para Hegel, o mundo da experiência sensível e da percepção (privilegiado pelos empiristas e inatistas) configura-se como o reino da aparência. Em oposição, "no conceito vivem a verdade e a essência das coisas", ou seja, "a forma lógica do universal é o conceito", mas este só existe no pensamento (MARCUSE, 2004, p. 104, 116).

Chega-se, agora, a outro elemento importante abordado por Hegel, porque falar em razão implica considerar que a parte, a entidade individual só tem sentido e significação em sua relação à totalidade. Para o filósofo, "a determinação de uma coisa compreende suas potencialidades inerentes em contraposição às condições externas que ainda não foram incorporadas à coisa mesma". Dessa maneira, em sua *Lógica* estará afirmando que o conceito adequado revela a natureza de um objeto, dizendo o que a coisa é em si mesma, muito embora essa verdade que se torna evidente ao sujeito do conhecimento evidencie também que as coisas não existem na sua própria verdade. E isso se dá porque as potencialidades das coisas estão limitadas pelas condições determinadas de sua existência. Portanto, para que as coisas atinjam a sua própria verdade, é preciso negar suas condições determinadas. Em síntese, "a diferença entre a realidade e a potencialidade é o ponto de partida do processo dialético que se aplica a todo conceito na *Lógica* de Hegel" (MARCUSE, 2004, p. 68, 123).

Na reflexão sobre a universalidade e a particularidade, é importante destacar ainda que, para Hegel, não há particularidade, qualquer que seja ela, que possa legislar sobre o homem individual. Destaco, portanto, um aspecto positivo da dialética, a propriedade de dar forma ao universal pela negação do particular. Somente assim, “o processo de dissolução e destruição da estabilidade do mundo do senso comum resultará na construção *do universal que é em si concreto*; concreto porque não existe fora do particular, mas só se realiza no e através do particular, ou melhor, na totalidade dos particulares”. Para Hegel, o ser é a entidade mais universal do mundo. A contradição inquieta o homem no sentido de lutar para superar o seu estado exterior dado porque “o processo da existência é simplesmente a contradição entre modos de ser e potencialidades; por isso, o mesmo é existir e ser limitado”. Nessa perspectiva “ser é, continuamente, vir a ser” (MARCUSE, 2004, p. 118, 124, grifo do autor).

Esse caminho leva à consideração de que as formas imediatas da existência, sejam naturais ou históricas, devem ser apreendidas no seu aspecto negativo, pois estão limitando as coisas em relação ao que poderiam ser. Então, a verdadeira existência só se realiza na luta do sujeito para adaptar o seu estado aparente às suas potencialidades. Hegel, em sua Lógica, defendia que o esforço engendrado pelo sujeito do conhecimento para chegar a um conceito capaz de decifrar a *coisa em si* “mergulha o espírito em um mar infinito de relações”. Sendo conveniente, mais uma vez, salientar que a universalidade é uma relação do pensamento e não do ser, muito embora tanto a substância da natureza como a da história seja um universal que se revela por meio do particular (MARCUSE, 2004, p. 70, grifo do autor).

Nessa linha de pensamento, só se chega a um conceito pela via da história do objeto. É neste sentido que Hegel estará dizendo que o caminho que leva à verdade é um processo epistemológico e também um processo histórico, não sendo adequado permitir que o conhecimento do objeto se detenha ao fluxo de impressões. Na sua análise, a certeza sensível, como a experiência do aqui e agora é uma verdade universal, não é o objeto particular, individual. O que é diferente de sustentar, como fazia a corrente da experiência sensível, que o objeto é o essencial, o real, evidente por si, “enquanto o sujeito é inessencial e o seu conhecimento depende do objeto”. Em oposição ao pensamento corrente, no pensamento autêntico, “[...] o universal revelou-se como verdadeiro conteúdo da experiência. E a

sede do universal é o sujeito, e não o objeto; o universal existe no conhecimento, que, de início, era o fator inessencial" (MARCUSE, 2004, p. 99).

Na discussão elaborada por Hegel sobre a essência e a aparência, é importante resgatar a questão levantada na *Ciência da Lógica*: "o que é SER?". Sua resposta: "a verdade do Ser é a essência". A essência, então, é a negação do Ser, o movimento infinito do Ser, auto-relacionamento e auto-realização. O processo de essência é o processo de reflexão, o movimento de reflexão que, diferente do processo do pensamento, é o movimento objetivo e subjetivo. Na *Ciência da Lógica*, a doutrina da essência fornece os conceitos básicos que libertam a lógica dialética do método matemático, propondo "libertar o conhecimento do culto dos fatos observáveis e do senso comum científico que impõe este culto". A conclusão a que chega Hegel, no tocante à impossibilidade de se isolar e fixar momentos particulares, deve ser considerada porque realça "o abismo intransponível que se afirma entre a matemática e a teoria dialética, [...] visto que a tentativa de construir a verdade sob formas matemáticas, inevitavelmente acaba por destruí-la" (MARCUSE, 2004, p. 130-132, 141).

Em síntese, está sendo apresentada uma lógica que desconsidera a hegemonia do fato determinado, relativo às coisas como elas são, e reivindica a apreciação crítica desses fatos "como em um prelúdio à superação das suas formas dadas", porque "o conhecimento lida com aparências, visando a ultrapassá-las". Saber que a aparência e a essência não concordam é o começo da verdade. A marca do pensamento dialético, desde Hegel, "é a habilidade em distinguir, do processo aparente, o processo essencial da realidade e em apresentar sua mútua relação". Esse movimento não é simples de se realizar, diante da complexidade das relações sociais, tendo em vista que, na lógica dialética, "a realidade tem caráter contraditório e é uma *totalidade negativa*". Assim, considerar a unidade da identidade e da contradição no contexto das formas e forças sociais, na filosofia hegeliana, significa que em termos socio-históricos, via de regra, "crise e malogro não são acidentes e distúrbios externos, mas manifestações da natureza verdadeira das coisas, e por isso fornecem a base sobre a qual a essência do sistema social existente pode ser compreendida" (MARCUSE, 2004, p. 132, 135, grifo do autor).

A respeito da contribuição de Hegel, Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 27) vem dizer da “grandiosa síntese”, mesmo que idealista, da dialética racional e da economia, realizada pelo filósofo alemão que, em sua teoria da “astúcia da Razão”, concretiza a ontologia dialética do ser social, “ao ligar a ação humana e a legalidade objetiva que dela decorre às suas raízes econômicas”. Para Coutinho, o pensamento de Hegel marca o ponto terminal e a culminação da trajetória ascendente da filosofia burguesa, a partir da elaboração das “categorias que constituem o legado imperecível dessa grande época da humanidade para o conhecimento do real”. Dessa maneira, continua o autor, o mérito essencial de Hegel consiste na “sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário”. Momentos esquematicamente resumidos por Coutinho (2010, p. 28) em três núcleos, a saber:

> O *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico).

Com essas anotações, enfim, creio ter destacado alguns pontos esclarecedores a serem considerados nesta tese. Contudo, apesar da inegável contribuição, convém não perder de vista que o sistema hegeliano, oscilante no seu conteúdo, inviabilizou a dialética quando o filósofo proclamou o fim da história. Isso se explica porque Hegel vivenciou a Revolução Francesa e todos os levantes que a precederam. Testemunhava, assim, as ações do *Espírito do Mundo* e acreditava na soberania absoluta do Estado capitalista. Não obstante a reconhecida contribuição no tocante à importância da contradição como categoria central em seu sistema de ideias, acreditou no Estado monárquico como possibilidade mais evoluída da sociedade racional, enquanto promotor e provedor de uma síntese conciliatória dos antagonismos por ele reconhecidos. Hegel estava testemunhando, também, após a Revolução de 1789, um Terceiro Estado dividido por interesses de classes conflitantes, ou seja, uma realidade não correspondente ao ideal iluminista de progresso e emancipação humana enquanto fato histórico. Mérito reconhecido por Marx e destacado por Mészáros (2002, p. 55), quando vem registrar a importância

de que uma filosofia concebida do ponto de vista do capital, em determinado estágio do desenvolvimento histórico, tenha reconhecido os antagonismos históricos objetivos.

Decerto, o ponto de vista do capital é cego em relação ao ponto de vista do trabalho. Não havia motivos razoáveis para se acreditar nem defender a superação dos antagonismos, a realização da pretensa sociedade racional, porque a situação de pauperização sofrida pelo “velho proletariado” – aquele que começou a se formar na Idade Média – no mesmo momento histórico em que Hegel anunciava uma “síntese conciliatória”, colocava à prova qualquer possibilidade real de progresso e justiça social, isto é, de realização da razão, evidenciando-se, ao contrário, como a sua própria negação. A miséria diante da riqueza em expansão, foi visto no Capítulo 3, tem suas raízes na sociedade moderna, demonstrando não haver nenhuma relação entre o modo de produção capitalista e a emancipação humana. Com esse espírito crítico, Marx adota outro ponto de vista, denunciando que na sociedade moderna a divisão social do trabalho não está relacionada às aptidões ou interesses dos indivíduos, trabalhadores livres, ao revés, dizem respeito unicamente às leis de produção capitalista de mercadorias. Vem, assim, enfatizar o lado negativo do trabalho, por Hegel esquecido, ponto de vista abordado a seguir.

5 ENVELHECIMENTO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: DISCUTIDO DO PONTO DE VISTA DA TOTALIDADE NA DIALÉTICA MARXIANA

Feitas as primeiras considerações a respeito da totalidade no debate sobre a razão, é interessante observar como a filosofia de Hegel apontava para um caminho os rumos da sociedade racional e a história testemunhava outro. O que se explica, na compreensão de Mészáros (2002, p. 55-56), por Hegel tratar as relações sociais *incorporadas na categoria contradição de forma extremamente abstrata e idealista,* atenuando suas implicações explosivas do mundo de reprodução sociometabólica do capital. Na verdade, as categorias utilizadas por Hegel são conceitos filosóficos abstratos. Até porque havia naquele momento a crença na possibilidade de resolver esses conflitos por alguma força ou "princípio" universalmente benéficos, esperança que será trucidada após as Revoluções de 1848 e 1849. Estava, portanto, o filósofo alemão, fortemente influenciado pelo iluminismo francês, ao adotar o ponto de vista do capital e incorporar princípios fundamentais da economia política de Adam Smith. Para Marx (2006, p. 179), reconhecidamente, "o ponto de partida de Hegel é o da moderna economia política".

Na crítica à filosofia hegeliana, Marcuse (2004) destaca a ênfase na ontologia em detrimento da história. O que não anula o mérito de Hegel ter apreendido a dialética das coisas, embora não tenha chegado a compreender, segundo Marx e Lênin, que a dialética das coisas produz a dialética das ideias e não o contrário. Na opinião de Netto (1994, p. 28), de maneira independente da exploração ulterior do legado de Hegel, o seu sistema de ideias "concluía monumentalmente a articulação da razão moderna", tendo em vista que, na formulação do filósofo alemão, "estruturada sobre uma riqueza categorial que só encontraria símile na obra marxiana, a centralidade da razão estava assentada em que a racionalidade do real e a realidade da razão operavam-se historicamente pelo trabalho do Espírito". Hegel, apesar de romper com o pensamento liberal, sucumbiu ao universalismo abstrato. Há, no seu legado, conforme analisa Mészáros (2002, p. 56, 58, grifo do autor), o mérito de "concentrar a atenção na dialética objetiva do próprio processo histórico. Suas continuidades na descontinuidade e suas descontinuidades na continuidade" que deve ser incorporado pelos socialistas. Contudo, o horizonte limitador, "a

conclusão a-histórica" em seu sistema, ao anunciar a "ordem sociometabólica eternizada do capital", uma *mistificação apologética*, é merecedor de uma crítica radical. Se, para Hegel, o capital se configurava enquanto "horizonte absoluto insuperável e como culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, coroado pelo Estado *germânico* capitalista [...]", Marx (2008, 2011) refuta essa definição do capital, pois, de acordo com o que foi visto no Capítulo 3, o capital é histórico, portanto, transitório. Ponto de vista este que abomina qualquer nuance fatalista no processo de apreensão da dinâmica social.

5.1 A lei do valor, forma de razão geral do capitalismo, orienta a divisão social do trabalho e a vida do trabalhador para além da velhice

Sem dúvida, o legado hegeliano mais importante, o método dialético, influenciou Marx (2008, p. 29), segundo o qual

> a mistificação por que passa a dialética de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.

Na explicação do próprio Marx (2008, p. 28), o seu método dialético, por seu fundamento, difere do hegeliano, "sendo a ele inteiramente oposto". Enquanto Hegel transforma o processo do pensamento em sujeito autônomo sob o nome de ideia, configurando-se como criador da realidade, sendo esta apenas sua manifestação externa; na dialética marxiana, ao contrário, "o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado". Com essa compreensão, Marx (2008, 2011) produz uma crítica à economia política, ao modo de pensar burguês, apresentando categorias econômicas e sociais que atestam contra a totalidade da ordem existente. Nos seus Manuscritos (MARX, 2006, p. 178-179), reconhece a importante contribuição de Hegel quando concebeu o trabalho como "a essência confirmativa do homem", mesmo fazendo a ressalva de que ele tenha considerado apenas o seu lado positivo, esquecendo o lado negativo. Em decorrência, critica Marx, o único trabalho entendido e reconhecido por Hegel é o "intelectual abstrato". Marx também enfatiza o mérito hegeliano de apresentar, na *Fenomenologia do Espírito*, a dialética da negatividade enquanto princípio motor e criador do método, destacando dois importantes aspectos: o primeiro, por dar conta

de “conceber a autocriação do homem como processo, a objetivação como perda do objeto, como alienação e como abolição da alienação”; o segundo, por “apreender a natureza do *trabalho* e conceber o homem objetivo (verdadeiro, porque homem real), como resultado do seu *próprio trabalho*”. Assim, foi demonstrada a relação entre trabalho, reificação e sua abolição. No entanto, o valor da demonstração se perde quando Hegel defende que os antagonismos foram superados pela síntese conciliatória, na esfera do pensamento (*Espírito Absoluto*).

5.1.1 O conhecimento da sociedade como totalidade, objetivo do método dialético em Marx

Na opinião de Georg Lukács (1974, p. 41), a categoria totalidade, guardiã do caráter revolucionário da dialética hegeliana, foi o ponto de vista adotado por Marx na explicação da história, aspecto distintivo do seu método em relação à ciência burguesa. Para o filósofo húngaro, Marx foi além da inversão materialista, porque “o princípio revolucionário da dialética hegeliana só pôde manifestar-se nesta e por esta inversão” ao salvaguardar a essência do método, ou seja, “o ponto de vista da totalidade”. Desse ponto de vista, continua Lukács, “o método dialético em Marx tem por objetivo o conhecimento da sociedade como totalidade”, não fazendo sentido a existência de ciências autônomas. Mas é importante destacar que o ponto de vista da totalidade determina tanto o objeto quanto o sujeito, com a ressalva de que “este ponto de vista da totalidade como sujeito só as classes o representam na sociedade moderna”.

A partir da contribuição de Netto (1994, p. 34, grifo do autor) convém destacar que “a determinação central da ontologia marxiana como especificamente referida ao ser social está na sua categoria *fundante*, a categoria de *práxis*, cuja pertinência é exclusiva aos indivíduos pertencentes ao gênero humano”. Na perspectiva marxiana, então, se reconhece a dimensão histórica, a capacidade teleológica, manifestada através do trabalho, ato fundante do ser social. Porque, conforme explica Netto (1994, p. 35, grifo do autor), cada indivíduo do gênero humano é portador do ser social, “mediante a apropriação da herança cultural pela via da sociabilização”, neste sentido, cada indivíduo é ao mesmo tempo singularidade e universalidade, existindo enquanto ser social na condição de *ser objetivo*, que se

objetiva. Em síntese, esclarece Netto, "sua objetivação ontológico-primária é precisamente o trabalho, atividade necessariamente coletiva – donde a determinação marxiana do homem como ser prático e social[65]". O que vai diferenciar o ser humano dos animais não é, portanto, a consciência ou o fato de ser o homem um animal político – como definiram os filósofos gregos[66] –, tampouco um ser sociável – como pensavam os filósofos medievais[67]. Na verdade, a diferença essencial está na capacidade de produzir as condições de sua existência material e intelectual. O trabalho, acrescenta Ivo Tonet (2009), é constituído pelos pólos da subjetividade e objetividade, que perfazem uma unidade indissolúvel, exigindo desse indivíduo, para transformar a natureza e suprir suas necessidades, em graus variados, "a captura, pela consciência, de determinações objetivas e de conexões causais de que o mundo é composto". Nesta perspectiva, diferente da greco-romana, *práxis* é o momento da mediação entre os pólos da subjetividade e objetividade. De igual maneira, afirma Sérgio Lessa (2002),

> não pode haver existência social sem trabalho. A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (conjunto das relações sociais).

Pela via da alienação do trabalho, foi visto anteriormente, o operário passou a trabalhar para o capitalista a quem entrega, na condição de assalariado, o produto

---

[65] Segundo Netto (1994, p. 35, grifo do autor), "para Marx, o gênero humano resulta de um *salto* na dinâmica da natureza (inorgânica e orgânica), que sofreu uma inflexão substantivo-estrutural quando se instaurou o ser social: este foi colocado pelo *processo de trabalho* (trabalho entendido no sentido inglês *work*, não *labour*). Com o trabalho, que é uma atividade desconhecida no nível da natureza, posto que especificado pela *teleologia* (quando o que a natureza conhece é a *causalidade*), um determinado gênero de ser vivo destacou-se da legalidade natural e desenvolveu-se segundo legalidades peculiares. É o *pôr teleológico* do trabalho que instaura o ser social, (cuja existência e desenvolvimento supõem a natureza e o incessante intercâmbio com ela – mas cuja estrutura é diversa dela e dela tende a afastar-se progressivamente, mercê de uma crescente e cada vez mais autônoma complexidade.

[66] Quando estudada a etimologia da palavra trabalho, esclarece Marilena Chaui (2005, p. 390), seu significado remete à tragédia, indicando castigo e tortura. O filósofo grego Aristóteles, por exemplo, estabelecia uma distinção entre a *poiesis*, ação fabricadora – o trabalho e as técnicas – e a *práxis*, ação livre do agente moral e do sujeito político. Neste caso, a liberdade é sinônimo de não precisar ocupar-se com atividades de sobrevivência, mas dispor de ócio para cuidar da coisa pública. Os gregos, com esse entendimento, desprezavam a *poiesis*, pois significava esforço penoso (*ponos*), digno dos escravos.

[67] Do latim, a palavra trabalho deriva de *tripalium*, um instrumento de tortura, de três estacas, destinado a prender bois e cavalos difíceis de ferrar. Mais conhecida, outra palavra latina empregada para designar trabalho é *labor*, cujo significado corresponde ao grego *ponos*, indicando pena, fadiga, cansaço e dor, nos remetendo à expressão "trabalho de parto". Assim, para os romanos, somente os homens livres dispõem de *otium* – lazer – e aos não-livres caberá o *neg-otium* – negação de ócio, trabalho (CHAUI, 2005).

do seu trabalho que será apropriado pelo capital. Esse mecanismo de expropriação atinge os objetos mais necessários à vida e ao trabalho, negando o trabalhador aos limites da fome. Assim, alienado do seu produto, o trabalhador está alienado de si mesmo. Com a divisão social do trabalho, ocorre a cisão entre as forças intelectuais (os que pensam) e materiais (os que produzem) de produção; entre diversão e trabalho; consumo e produção; controle e produção. Isto é, tais realizações estarão colocadas para indivíduos diferentes, fato que vem colocar à prova a categoria abstrata de liberdade hegeliana, tendo em vista que, na sociedade moderna, de acordo com Marcuse (2004, p. 237), "a totalidade das relações humanas é governada pelas leis imanentes da economia". A ideologia dominante – burguesa – vem dizer que todos os homens são livres e iguais, mas não é possível esquecer que, ao revés desse discurso formal, na sociedade moderna, os mecanismos do processo de trabalho – que se configura como sendo a própria vida do proletariado – governam a liberdade e diferenciam a igualdade de todos os humanos. Portanto, é razoável concluir que a racionalidade do capital atesta radicalmente contra a realização da *igualdade substantiva*.

Nessa dinâmica, é possível dizer que a centralidade do trabalho na sociabilidade moderna é perpetuada pela troca universal constante de produtos do trabalho. Logo, sendo a sociedade a totalidade das relações humanas é, portanto, governada pelas leis imanentes da acumulação do capital que funcionam a partir do princípio do trabalho universal, onde o processo de trabalho é decisivo à *totalidade* da existência humana, determinando o valor de todas as coisas. Entretanto, se por um lado a teoria social vem criticar a sociedade racional e a filosofia burguesa, por outro lado, o método que não se aparta da teoria e da história, desde a dialética hegeliana, ao enunciar que "todo fato é mais do que um mero fato", reconhece no próprio fato "a negação e a restrição de possibilidades reais". Nessa linha de raciocínio, o trabalho assalariado é um fato e ao mesmo tempo a restrição ao trabalho livre que pode satisfazer às necessidades humanas. A propriedade privada é um fato e ao mesmo tempo a negação da apropriação coletiva da natureza pelo homem. Outro exemplo que poderia ser acrescentado seria a velhice vivenciada pela grande maioria dos indivíduos nas populações mundiais, um fato, ou seja, a negação do que deveria ser. De acordo com Marcuse (2004, p. 245, 253), na perspectiva dialética, tanto em Hegel quanto em Marx, "a prática social do homem

incorpora a negatividade bem como a superação da negatividade". Do ponto de vista do trabalho, a ideia de uma sociedade racional diz respeito à totalidade de uma ordem na qual "o princípio da organização social não seja a universalidade do trabalho, mas a satisfação universal de todas as potencialidades individuais". Neste sentido, convém lembrar, a principal meta do comunismo é o indivíduo livre.

Mas, se não é o trabalho, de maneira geral, uma novidade do capital, como também não é o excedente da produção, o que vai então caracterizar a distinção do processo de produção capitalista? A extração da mais-valia, uma forma específica de exploração em que o excedente passará a ser valor de troca, cuja determinação é o trabalho abstrato, tomando a forma de lucro, seria a resposta[68] mais imediata à questão aqui levantada. Na crítica à economia política clássica[69], Marx (2008, p. 101), mesmo reconhecendo mérito na análise elaborada por Ricardo, será enfático quanto à sua insuficiência por não distinguir "expressamente e com plena consciência, entre o trabalho representado no valor e o mesmo trabalho representado no valor-de-uso do produto". Aspecto distintivo do processo de produção capitalista, merecedor de uma atenção especial.

5.1.2 "O mecanismo de exploração que garante a extração da mais-valia, também expropria o trabalhador do seu tempo de vida" e vai mais além...

Na exposição de Marx (2008, p. 211-212), os três elementos componentes do processo de trabalho são o trabalho (a atividade adequada a um fim), o objeto de trabalho (a matéria a que se aplica o trabalho) e o instrumental de trabalho (os meios de trabalho)[70]. Em suas próprias palavras,

---

[68] Em Marx (2008, p. 230), a partir da análise da mercadoria, será encontrada a seguinte explicação: "O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias".

[69] Para Marx (2008, p. 103), "economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar, que trata apenas das relações aparentes [...]".

[70] Para Marx (2008, p. 212), "todas as coisas que o trabalho apenas separa da sua conexão imediata com o seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. [...] Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através do trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. [...] O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto". Para o autor, "O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz" (MARX, 2008, p. 214).

> antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Logo, pode ser apreendido que a "utilização da força de trabalho é o próprio trabalho", ou seja, é na ação de trabalhar que o vendedor de sua força de trabalho torna-se um trabalhador. Outra observação digna de registro diz respeito à distinção entre as formas "instintivas, animais" e a forma "exclusivamente humana" de trabalho[71]. Neste caso, o ser humano, além de transformar o material sobre o qual opera, "imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade". Mas há de se compreender que essa subordinação da vontade ao projeto não é um ato fortuito. Depende tanto do esforço dos órgãos que trabalham, quanto da vontade adequada, externizada a partir da atenção que o indivíduo deverá manter durante todo o curso do trabalho. Esse esforço de concentração, por sua vez, será "tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa". E quanto menos atraído, "menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais" (MARX, 2008, p. 211-212).

O trabalho, no entanto, só reaparecerá em mercadorias – forma elementar, isoladamente considerada, da riqueza nas sociedades capitalistas – se a força dispendida pelo trabalhador for empregada em valores de uso, ou seja, em coisas úteis[72]. Mas, como foi visto, esse processo de trabalho cujo objetivo é criar valores de uso, é condição da vida humana a partir do seu intercâmbio com a natureza,

---

[71] Para exemplificar essa distinção, Marx (2008, p. 211) utilizou o seguinte exemplo: "uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador".

[72] Segundo Marx (2008, p. 214-216), "No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou". [...] "Valor-de-uso que é produto de um trabalho torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho". [...] Marx demonstra como "um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso".

independentemente das formas sociais (MARX, 2008, p. 218). Para compreender o que seria “a novidade do capital”, na teoria marxiana, não há de se perder de vista, o que determina a grandeza do valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção do valor de uso e a sua medida é o tempo de trabalho nele cristalizado (MARX, 2008, p. 61). Esse tempo, tão estudado e debatido na contemporaneidade, no capitalismo, como se sabe, é sinônimo de dinheiro. Por isto, o mecanismo de exploração que garante a extração da mais-valia, também expropria o trabalhador do seu tempo de vida.

Aqui interessa ressaltar que, diferente de Ricardo, Marx estabeleceu uma distinção entre o trabalho abstrato (que produz valor) e o trabalho concreto (que produz valor de uso). Na sua análise, Marx (2008, p. 58, 60) demonstrará que “o valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo”. Ou seja, no caso de ser dispensado o valor de uso de uma determinada mercadoria, só lhe restará a propriedade de ser produto do trabalho. Abstraídas as formas e elementos materiais que fazem dos produtos do trabalho valores de uso, desaparecem também o caráter útil desses produtos, bem como o caráter útil dos trabalhos neles corporificados. Nessa relação social, “ao desvanecerem as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato”. Por ora, é importante registrar que, diferente de como se estabeleciam as relações sociais “antes da introdução das máquinas”, na “associação direta de trabalho”, como foi visto anteriormente, no sistema do capital, a partir da leitura de Marx (2008, p. 219),

> o processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos: 1. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; 2. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Como se não bastasse a expropriação dos meios de produção do trabalhador, o seu tempo de vida será submetido aos ditames do capital de modo que, conforme alerta Robert Kurz (1999), “a maioria dos que laboram não sente o tempo de trabalho como tempo de vida próprio, mas como tempo morto e vazio, arrebatado à vida como num pesadelo”. Mas esse mecanismo não se limita à expropriação dos meios de produção e do tempo de vida do trabalhador. Vai mais além, rompendo

com a capacidade do ser humano de *atuar, impulsionar, regular e controlar* seu intercâmbio material com a natureza. Afeta, portanto, a dimensão que na crítica de Marx foi abordada enquanto lei determinante do modo de operar do ser humano, sua capacidade teleológica. Na engrenagem moderna, a subordinação da vontade do ser humano não diz respeito a um "projeto que tinha consciente em mira", mas a um projeto que lhe é estranho, sobre o qual não exercerá controle, ao qual a sua vontade deverá forçadamente ser submetida. Nessa trama de dominação e exploração, é importante salientar, enquanto contradição estrutural do sistema do capital, o produto do trabalho humano não será apropriado por quem o produziu, pois segundo observou Marx (2008, p. 219),

> [...] O produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, ao possuidor da força de trabalho apenas cabe realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho.

Há nitidamente dois pontos de vista nessa relação social, ou seja, "do ponto de vista do capitalista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção". Neste caso, de acordo com Marx (2008, p. 219-220), o processo ocorre entre coisas que o capitalista comprou e lhe pertencem, "do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega". Certamente, "na produção de mercadorias, o capitalista não é movido por amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca". E assim Marx (2008, p. 219-220) sinaliza os dois objetivos, na visão do capitalista:

> 1. Quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria; 2. Quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).

Marx, então, enveredará por exemplos capazes de dar conta de explicitar o processo de produção do ponto de vista do valor, no entanto, aqui interessa ter em conta que "sendo a própria mercadoria unidade de valor-de-uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho ou um processo de produzir valor-de-uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor" (MARX, 2008, p. 220).

Do ponto de vista do trabalho, a recorrência ao Capítulo 1 é pertinente neste momento por evidenciar as circunstâncias necessárias à acumulação primitiva para desencadear o amadurecimento do modo de produção capitalista, vindo este romper com os processos produtivos realizados à base da cooperação entre os membros de uma família. Com a divisão social do trabalho, o capitalista é beneficiado e o trabalhador é alienado de sua produção. Mas esse mecanismo de "separação capitalista entre o produtor e o processo de conjunto da produção" vai ainda mais além. Parcelariza o processo do trabalho, negando o "caráter humano do trabalhador" e atomiza a sociedade em indivíduos que "vão produzindo sempre sem plano e sem acordo", entre outras mazelas, que serão aperfeiçoadas no intuito de reproduzir e perpetuar a exploração do capital sobre o trabalho (LUKÁCS, 1974, p. 41).

Evidentemente, os interesses de uma classe estão em oposição aos interesses da outra. A satisfação das necessidades – socialmente produzidas – de uma minoria *proprietária de dinheiro, de meios de produção e de subsistência*, se realiza às custas da negação da satisfação das mínimas necessidades e potencialidades dos *trabalhadores livres* em dois sentidos, primeiro por estes não mais fazerem parte direta dos meios de produção, como faziam os escravos e servos, segundo, por não serem donos dos meios de produção, como o camponês autônomo. A relação social que produz a desumanização do processo de trabalho transforma as relações entre humanos em relações objetivas entre coisas. Nessa lógica perversa de dominação e exploração, do ponto de vista do capital, o valor da força de trabalho significa apenas um insumo ao processo capitalista de reprodução; enquanto, do ponto de vista do trabalhador assalariado, significa seu próprio processo de produção. Não é de se estranhar, assim, que no âmbito da sociedade moderna milhões e milhões de trabalhadores e seus descendentes sejam negados ao limite da fome e inanição.

Em razão do que foi discutido até o presente momento, a partir de Marx (2008, p. 220, 226), "sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção". No entanto, o próprio Marx esclarecerá que o trabalho pretérito materializado na força de trabalho e o trabalho vivo que esta pode realizar, assim como os custos diários de sua produção e o

trabalho por ela desprendido, conformam duas grandezas inteiramente diversas: “a primeira grandeza determina seu valor-de-troca, a segunda constitui seu valor-de-uso”. Diante dessa constatação, continua Marx, “por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24h, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira”. Conclui-se então que

> [...] o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. A propriedade útil desta, de fazer fios ou sapatos, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho, para criar valor, tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. O valor-de-uso do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor (MARX, 2008, p. 227).

Eis a trama que produz e reproduz a vida inteira do trabalhador e que não o libertará da condenação ao trabalho na velhice, a menos que a doença ou a morte, significando o esgotamento total da sua capacidade funcional ao sistema do capital, o incapacite para tal esforço. Tampouco o libertará, enquanto classe, da condição de se reproduzir nos limites da força a ser sugada pelo espírito predatório do capital. Neste sentido trágico, Teixeira (2008, p. 134, grifo do autor) refere que, “ao perder seu *valor de uso* e sua funcionalidade para a sociedade capitalista, os trabalhadores idosos atingem um potencial desumanizante de ‘supérfluos’ para o capital e de peso morto do exército industrial de reserva”.

Muito embora, na contemporaneidade, tenham se levantado alguns pensadores, questionando a validade da centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista, essas ideias, em geral, estão fundamentadas em interpretações equivocadas ou limitadas em relação à teoria do valor de Marx. Dentre os principais pensadores em ataque à centralidade do trabalho, é possível destacar Jürgen Habermas, da Escola de Frankfurt, defensor da centralidade da linguagem e da comunicação. Ele considera que, com o domínio da ciência no interior do processo

de produção, surge uma nova forma de divisão do trabalho, onde todos deverão ser, a um só tempo, executores e planejadores da produção. Não havendo mais espaço para a divisão entre os que organizam e os que executam a produção, consequentemente, está decretado o fim do capitalismo. Essas transformações, então, implodiram a teoria do valor de Marx. Na sua crítica, Mészáros (2004) será enfático, afirmando que Habermas apresenta um "quadro limitado de referência", confinado às "sociedades capitalistas desenvolvidas", cuja teoria é tendenciosa no sentido de ignorar o Terceiro Mundo. Ao defender a "desvalorização da importância do trabalho no mundo da vida", continua Mészáros (2004, p. 87), "a análise de Habermas não resiste a um exame crítico, seja em termos factuais e históricos, seja quanto às conclusões teóricas do autor[73]". Outros autores como Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2001) também vão colocar em xeque a teoria do valor de Marx, apresentando novas ideias em relação ao modo de produção capitalista, a partir do que vieram a denominar trabalho imaterial. No entanto, segundo Euletério Prado (2005, p. 39), a tese da imaterialidade, mais que uma interpretação das novas formas de produção e de gerência, inclui uma concepção política cujo cerne é a proposição de um comunismo sem a superação das classes sociais e com a manutenção do controle da produção nas mãos dos burgueses, ou seja, um Comunismo burguês. Eis uma fantasia insustentável, pois, "quanto mais desenvolvida a sociedade, mais divergentes as necessidades autenticamente humanas e as necessidades de autovalorização do capital, sendo impossível a humanização do capital" (PRADO, 2005, p. 39). Lessa (2005, p. 54), na crítica ao pensamento de Negri, destaca que seu equívoco foi entender trabalho imaterial como sendo o trabalho que gera serviço útil, tese que não se sustenta, pois

> a condição necessária para que o trabalho seja produtivo no capitalismo é que ele produza valores de uso que tenham mercado, mas esta não é uma condição suficiente, pois é preciso também que ele produza mais-valia para o capital. Pouco importa aqui se o valor gerado será cristalizado em produtos materiais ou imateriais ou em produtos que têm existência separada ou não do ato de trabalhar.

Marx, Mészáros, Netto e Lessa, em defesa da centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista, dentre outros autores e autoras, são referências constantes da produção de conhecimento do Serviço Social, no Brasil, cujo legado crítico não se reconhece sem a presença marcante do Professor José Paulo Netto, da

[73] Para uma melhor compreensão a respeito da crítica ao pensamento de Habermas, ver Mészáros (2004).

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, autor que imprime em suas linhas o traço do "insulto", característico nos escritos de Marx. No entanto, apesar do arcabouço teórico disponibilizado tanto para estudantes em processo de formação acadêmica quanto para assistentes sociais graduadas/os e pós-graduadas/os, bem como para quem possa interessar, ratificando o que está colocado a partir do próprio Netto (2006, p. 142), no Capítulo 7, o *Projeto Ético-Político*, embora hegemônico no Serviço Social brasileiro, não está isento de antagonismos, posto que o "sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo". Com essa visão, diante da necessidade de confirmar e afirmar a perspectiva ontológica do ser na produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, tornou-se um imperativo estudar os escritos publicados nos anais das seis últimas edições do ENPESS (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), tomados como fonte de dados e informações para a pesquisa no campo empírico. Para efeito de ilustração de alguns dados, levando em consideração os 47 Artigos selecionados, versando sobre "*velhice, saúde e trabalho*", quando verificados o ano de publicação e a região de origem, 42,6% (n = 20) dos artigos analisados foram da última edição do evento. Sendo a região Sudeste com o maior número de publicações, seguido da região Sul e Nordeste (31,0%, 28,6% e 26,2%, respectivamente). Todavia, ao aplicar o teste Qui-quadrado[74] para proporção, o resultado foi não significativo (p-valor = 0,430), indicando que a proporção da produção não difere por região. Após todo processo de rastreamento, já explicitado no item que trata das *Considerações Metodológicas*, no início desta tese, mesmo selecionando os Artigos versados sobre "*velhice, saúde e trabalho*", foi surpreendente perceber que, em sua maioria, os conteúdos não atestam a favor dessa perspectiva ontológica adotada enquanto hegemônica no *Projeto Ético-Político* do Serviço Social. A *centralidade do trabalho na sociabilidade capitalista* é praticamente um parâmetro inexistente no conteúdo da grande maioria dos Artigos, o que é possível ser visualizado quando a distribuição do perfil das publicações vem demonstrar que 89,4% (n = 42) dos Artigos não se caracterizam como estudos fundamentados na teoria social crítica, embora não seja mesmo possível deixar de considerar o fato de 85,7% destes não terem apresentado tal

[74] Segundo Doria Filho (1999, p. 95), o teste de Qui-quadrado (*Chi-square*) é um recurso da Estatística Analítica (ou Indutiva), utilizado "para comparar dados nominais, e portanto, sem distribuição normal, [...] que constitui uma medida de discrepância entre as frequências observadas e as esperadas".

perspectiva enquanto proposta de estudo, observada em apenas 14,3% dos Artigos. Apesar de alguns Artigos, no início, mencionarem o “método dialético”, ou mesmo citarem alguns aspectos pertinentes à teoria social crítica, ao final da leitura fica a lacuna em aberto. Para exemplificar esse dilema, é interessante reproduzir o trecho encontrado no Artigo *S03104* (BULLA; TSURUZONO, 2010) que se propôs crítico e que, de fato, trouxe alguns elementos interessantes a respeito da discussão sobre a violência praticada contra a pessoa idosa, no entanto, o tom de “ameaça” colocado em um de seus parágrafos, abaixo reproduzido, tende a desconstruir a ideia inicial:

> demógrafos, gerontólogos e outros cientistas que estudam o envelhecimento humano usam dados demográficos e suas estimativas para expressar a problemática do envelhecimento, porém os gestores públicos devem estar alerta à “ameaça” de que este segmento representa, considerando o crescimento de suas demandas sociais e econômicas, os reflexos ao sistema previdenciário, de saúde e de assistência social.

No caso ilustrado, mesmo que a palavra “ameaça” tenha sido colocada entre aspas, não há nenhum sentido apropriado para o uso desse “tom” na perspectiva da totalidade social, pois a disseminação da ideia de que a velhice da classe trabalhadora, a que demanda as políticas no âmbito da Seguridade Social brasileira, por exemplo, vem desmantelando o Sistema de Saúde e da Previdência Social, compõe a trama moderna responsável por promover a visibilidade da velhice como um “problema social em si”. Uma visão caótica do todo, a serviço, como será abordado logo mais, da “ordem da reprodução sociometabólica do sistema do capital”. No Artigo *S01039* (SOUZA, 2006) foi verificada situação semelhante, ou seja, apesar de abordar a família e mencionar alguns aspectos da teoria social crítica, não está contemplada a perspectiva totalizadora. A discussão é interessante, ensaia o que seria uma crítica, todavia, não há mediação entre família e reprodução social.

Outra constatação advinda com a leitura dos 47 escritos selecionados foi a de não se encontrar a ênfase, de maneira geral, no dado da transição demográfica, tampouco, do perfil epidemiológico – marcado por doenças crônicas incapacitantes que têm, cada vez mais, afetado a vida de indivíduos e populações, principalmente, em se tratando dos segmentos mais velhos e mais pobres – como perfazendo as mediações secundárias da *ordem de reprodução sociometabólica do sistema do capital*. Ao revés da esperada menção à reprodução social, foram priorizadas, em alguns Artigos, discussões que dizem respeito à ênfase na qualidade de vida,

conforme se verifica no Artigo *S30114* (OLIVEIRA JUNIOR; NOGUEIRA; SILVA, 2010) onde se lê: “[...] Deste modo, a noção de qualidade de vida, intimamente imbricada ao objeto desse estudo, se constitui, na verdade, na categoria central desta reflexão”; nos hábitos e estilo de vida, bem como, na auto-estima, o que pode ser exemplificado a partir do Artigo *S18011* (GOMES, 2002) onde é possível encontrar as seguintes afirmações:

> O processo de envelhecimento pode ser difícil ou não, dependendo muito de como seja conduzido e vivido. Através da participação em atividades de lazer e de uma ampla convivência social, pode-se envelhecer com saúde. Essas práticas proporcionam a elevação da auto-estima e a conseqüente melhoria da qualidade de vida.
>
> Dependendo da filosofia de vida, os valores individuais e sociais, para alguns, o envelhecimento pode ser um período vazio, sem valor , inútil, sem sentido. Já para outros, é um tempo de liberdade, de desligamento de compromissos profissionais, de fazer aquilo que não teve tempo de fazer, de aproveitar a vida.

Nitidamente é constatado o apelo à “individualidade isolada”, ou seja, o processo de envelhecimento depende da condução de “cada um”, corroborando o pensamento de Guimarães (2007), criticado desde a Introdução a esta tese. Ora, essa maneira de apreender e interpretar aspectos fragmentados do processo de envelhecimento humano não é uma invenção do Serviço Social. Está sendo colocada exatamente como rezam correntes de pensamento refletidas no conteúdo ideopolítico das Políticas direcionadas ao segmento mais velho, acentuadamente, após as Assembleias realizadas em Viena e Madri. Porém, dando conta de responder a questões relacionadas à lacuna, ora levantada, ou seja, “a necessidade de confirmar e afirmar a perspectiva ontológica do ser na produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social”, o item a seguir vem trazer uma discussão que julgo ser essencial à realização desta tese.

5.2 A reprodução social da velhice na sociedade do fetiche[75]

Para compor este item é importante voltar ao “segredo da acumulação primitiva” reiterando o pensamento de Marx (2008, p. 828) quando afirma que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade

[75] Reviso este item no momento histórico marcado por protestos contra o sistema financeiro mundial. No dia 12 de outubro, nos Estados Unidos, pessoas indignadas com o processo de acumulação das riquezas nas mãos de poucos, saem às ruas de Nova York para manifestar esse sentimento de indignação.

dos meios pelos quais realizam o trabalho". História sucintamente narrada no Capítulo 3, dando conta do objetivo de trazer elementos históricos à discussão sobre o tema neste capítulo apresentado. Mas o processo que cria o sistema capitalista, por retirar do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, transformar em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, além de converter em assalariados os produtores diretos, não se limita a essa dissociação que, conforme foi visto, é histórica. A produção capitalista ao se tornar independente, reproduz em escala cada vez maior essas circunstâncias. Estou aqui tratando da "ordem da reprodução sociometabólica do capital", sendo oportuno citar Mészáros (2002, p. 96), segundo o qual,

> não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, "totalitário" – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a da educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais gigantescas empresas internacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomadas de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

Contudo, não é possível esquecer que Marx (2008) também identifica neste sistema as condições materiais para a superação do antagonismo estrutural da ordem socioeconômica dominante, em razão de sua lógica contraditória e ao mesmo tempo predatória, impondo limites à sobrevivência da espécie humana e do Planeta Terra, ou seja, por colocar em xeque a vida da própria humanidade e a da natureza. Faz-se, então, necessário analisar a realidade por um método que, diferente dos que observam o mundo com as lentes emprestadas de sua lógica intrínseca, submeta essa ordem a uma crítica radical, desvelando as relações estabelecidas enquanto mediações de reprodução social ditadas pelo domínio do capital. Para isso, é pertinente recorrer a Mészáros (2007, p. 192) quando menciona, a partir de Marx, a diferença fundamental entre *mediações de primeira e de segunda ordem*.

5.2.1 Breves considerações sobre as mediações primárias e secundárias no movimento da reprodução social

A análise das mediações primárias não identifica critérios ou, nas palavras de Mészáros (2007, p. 192, grifo do autor), "*hierarquias estruturais* de dominação e

subordinação enquanto estrutura necessária da reprodução sociometabólica". Na composição das mediações primárias, necessárias a todas as formas viáveis de reprodução social, se inserem a regulação da atividade biológica reprodutiva e o tamanho da população sustentável, em relação com os recursos disponíveis; a regulação do processo de trabalho dando conta de que o processo reprodutivo seja mantido e aprimorado; o estabelecimento de relações de troca, otimizando os recursos naturais e produtivos disponíveis; a organização, a coordenação e o controle da multiplicidade de atividades, assegurando e protegendo a reprodução sociometabólica bem-sucedida de comunidades humanas; a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, rompendo com a "tirania da escassez"; e "a promulgação e a administração de regras e regulamentos da sociedade dada como um todo, em conjunção com outras funções e determinações primárias mediadoras".

Ao contrário das primárias, as mediações de segunda ordem do sistema do capital, "irremediavelmente antagônicas", se articulam em um círculo vicioso ao eleger a família nuclear, o *microcosmo social*, cuja função é essencial à reprodução do próprio Estado moderno, indo muito além do seu papel na reprodução da espécie humana; alienar os meios de produção, personificando capital e trabalho de modo a impor a todos uma conformidade diante das exigências objetivas desumanizantes da ordem sociometabólica dada; elevar o dinheiro ao patamar do domínio total do sistema monetário internacional, como pode ser observado na contemporaneidade; tornar os objetivos de produção fetichistas, submetendo a satisfação de necessidades humanas aos imperativos da expansão e acumulação do capital; cindir estruturalmente a unidade entre trabalho e controle; produzir variedades de formação do Estado capitalista, a exemplo dos Estados nacionais, voltados a si mesmos, lançando mão de meios extremamente violentos contra a humanidade (não sendo possível esquecer que no século XX a humanidade vivenciou penosa crise civilizatória, em razão de duas grandes guerras mundiais); e promover o descontrole do *mercado mundial*, causando mais concorrência entre os Estados nacionais e, consequentemente, mais conflitos destrutivos. Estão assim colocados os conteúdos para o estabelecimento de dois pontos de vista: o primeiro não enxerga estas mediações de segunda ordem, adotando o sistema do capital como verdade eternizada. O segundo, explica Mészáros (2007, p. 194), "vislumbra a

superação das mediações de segunda ordem", partindo de uma concepção "inseparável da reavaliação radical do contraste metodologicamente seminal entre o *ponto de vista da filosofia*, herdado da típica caracterização burguesa da ordem social", ou seja, o da "sociedade civil", e o qualitativamente diverso, oferecido por Marx, a saber, o ponto de vista da *sociedade humana*, ou da *humanidade social*.

Abordado no Capítulo 4, "o ponto de vista da sociedade civil", princípio orientador da filosofia, acaba por reduzir as *contradições sociais antagônicas* da ordem do capital às vicissitudes de indivíduos egoístas, defendendo tais contradições como ontologicamente insuperáveis, posto que são constituídas pela natureza imutável do homem. Concepção esta que protege a ordem social burguesa de qualquer ataque crítico, pois, como enfatiza Mészáros (2009, p. 195), parte de uma falsa conceituação de dois domínios assim separados: de um lado a "sociedade civil", o "terreno da individualidade agregativa estritamente egoísta", onde os indivíduos livres se associam, na condição de igualdade, pela via de um contrato; de outro, o idealizado "Estado ético", cujas funções se limitavam à preservação legal, política e militar. Ora, tal cisão serve ao propósito de manter intactas as mediações antagônicas, isto é, as estruturas existentes de dominação e subordinação. Essa conveniente separação entre "sociedade civil" e Estado, destaca Mészáros, inviabiliza qualquer solução positiva historicamente sustentável, como alternativa hegemônica ao modo de reprodução sociometabólica estabelecido. Sendo oportuno aqui lembrar que, como foi colocado na Introdução a esta tese, a partir de Antunes (2002, p. 16), não se perderá de foco que o núcleo constitutivo do sistema do capital é formado pelo tripé "capital, trabalho e Estado".

Por não se apartar da teoria e da história, o método proposto por Marx contempla uma reorientação radical, no sentido de ir além da mera interpretação do mundo, como fazem os filósofos, porque é preciso transformá-lo. Em contrapartida, Marx veio apresentar o sistema comunal[76] de produção e distribuição, uma alternativa de intercâmbio sociometabólico entre a humanidade e a natureza, e entre os próprios indivíduos, capaz de romper e substituir o círculo vicioso da *mediação*

[76] De acordo com Mészáros (2009, p. 197), "a mudança qualitativa vislumbrada por Marx foi resumida por ele como o estabelecimento necessário do *sistema comunal de produção e distribuição*. Pois apenas por meio desse tipo de intercâmbio sociometabólico entre a humanidade e a natureza, e entre os próprios indivíduos, o círculo vicioso da *mediação antagônica* poderia ser rompido e substituído por um novo modo de *mediação comunal* não antagônica".

antagônica por um novo modo de *mediação comunal* não antagônica. A divisão do trabalho seria, então, substituída pela "atividade vital conscientemente autocontrolada dos indivíduos sociais", integrada numa "totalidade produtivamente viável e humanamente realizadora". Portanto, a concepção marxiana, às avessas em relação à concepção burguesa, traz em si um conteúdo desmistificador da *alienação e reificação fetichista*, reivindicando em seu método – que não se aparta da teoria nem da história – o engajamento constante nesse trabalho da desmistificação crítica, como um desafio aos que acreditam, defendem e lutam por outro modelo de racionalidade, considerando que, em acordo com Mészáros (2009, p. 204), "as questões de método não estão menos envolvidas com os problemas *substantivos* da vida social".

Creio que nos Capítulos e itens anteriores algumas questões referentes às mediações de segunda ordem foram abordadas de modo a satisfazer os objetivos desta tese, no entanto, dando conta de traduzir a discussão mais geral, resta tecer uma – nem que seja – breve discussão a respeito *da reprodução social da velhice na sociedade do fetiche*. Com a ressalva de que esse mecanismo, na contemporaneidade, se processa com foco na família nuclear, enquanto *microcosmo social*, cuja função é essencial – principalmente em se tratando do trabalho *servil* da mulher de qualquer idade – à reprodução do próprio Estado moderno, indo muito além do seu papel na reprodução biológica da espécie humana.

5.2.2 "Pobreza" e "exclusão" na perspectiva de análise que rompe com a unicausalidade

O contingente populacional, como foi visto, compõe o rol das mediações de reprodução social, tendo em vista a necessária reprodução humana para dar conta da sobrevivência da própria espécie. Contudo, na sociedade moderna, essa mediação passa a sofrer as determinações da ordem sociometabólica da reprodução do capital porque, para além de reproduzir a espécie como garantia da sobrevivência humana, é mister que essa reprodução se realize nos limites necessários à sobrevivência do sistema do capital. Um exemplo a ser tomado diz respeito ao desenho demográfico das populações em escala mundial, porque o

envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital.

Diante do desenvolvimento das forças produtivas, a pobreza escancarada que parece contrastar com os imperativos de consumo operados pelo sistema capitalista, na verdade, realça a contradição essencial entre capital e trabalho, mecanismo que subordina a reprodução física e espiritual do trabalhador – alienado dos meios e instrumentos de produção – às demandas de lucro e exploração capitalista. Com certeza, e isso já foi visto antes, não há como deixar de considerar nesse sistema a introdução e desenvolvimento, na era moderna, de uma dinâmica de expropriação – violenta – do tempo de vida humano, cujo controle atende aos requisitos da mais-valia. No dizer de Kurz (1999), surgiu assim um tempo-espaço capitalista, sem alma nem feição cultural, que começou a corroer o corpo da sociedade moderna, período em que nasceu a separação entre horário de trabalho e tempo livre.

O mecanismo de realização da mais-valia ocorre, então, através da compra da força de trabalho – pelo capital – e da venda de mercadorias que contenham mais trabalho do que foi pago ao trabalhador que as produziu. Este imperativo do capital traduz a dinâmica através da qual o empobrecimento dos trabalhadores é acirrado diante do desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza social por eles produzida[77]. Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, vale tecer algumas considerações sobre “pobreza” e “exclusão” na perspectiva de análise que rompe com a unicausalidade, para apreender as expressões da questão social na dinâmica da mediação com os componentes – históricos, políticos, culturais *et cetera* – indicados adiante.

Numa visão sistêmica, não há como explicar os mecanismos da realização da mais-valia, sem retornar à Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII, com o merecido destaque à ampliação das formas de extração da mais-valia relativa, fato que possibilitou o surgimento da grande indústria e do maquinário moderno. Por este motivo, julgo neste momento ser interessante trazer a discussão apresentada por Cézar Henrique Maranhão a respeito da realização da mais-valia,

[77] As Nações Unidas estimam que, atualmente, em torno de 2,5 bilhões de pessoas no mundo se encontram na situação de ter que subsistir com menos de dois dólares por dia. Destes, uma parcela de 1,3 bilhão vive em estado de indigência, carecendo das necessidades mais básicas como, por exemplo, o acesso à água potável (MARANHÃO, 2008, p. 94).

em razão do tratamento dado ao enfoque demográfico, na perspectiva da teoria social crítica. Para o autor,

> a melhor forma de encurtar o tempo de rotação do capital é tornando o processo de produção o mais independente possível das mãos e da mente do trabalhador. [...] Por isso, a maquinaria foi incorporada definitivamente à indústria e utilizada como forma de extrair maior quantidade de mais-valia relativa, diminuindo o tempo de trabalho necessário e aumentando a capacidade de extrair trabalho excedente. [...] Sendo assim, foi necessário ao capital criar não só uma população maior de trabalhadores aptos a desenvolver o trabalho repetitivo, desgastante e mal pago das fábricas, mas também construir uma *superpopulação relativa* (população acima da necessidade imediata de incorporação à produção) (MARANHÃO, 2008, p. 102).

Sem dúvida, está posto um forte mecanismo de controle do capital que atende à realização da mais-valia. Essa *superpopulação relativa*, portanto, continua Maranhão (2008, p. 104), "é um produto histórico, necessário à acumulação e ao desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista". Observação digna de ser registrada, diz respeito à heterogeneidade dessa *superpopulação relativa* que abrange "uma multifacetada população de trabalhadores que se encontram tanto desempregados ou parcialmente empregados". São três as formas principais de categorização das condições concretas da *superpopulação relativa* apresentadas por Marx (2008, p. 744, grifo nosso) no *Capital*:

> *Flutuante*, situação em que os trabalhadores da indústria, fábricas e empresas são repelidos ou contratados; *Latente*, composta pelos trabalhadores rurais que são expulsos gradativamente do campo através da expansão do grande capital na agricultura e *Estagnada*, composta pelo exército de trabalhadores com ocupações irregulares e pelo sedimento da *superpopulação relativa* que *vegeta no inferno da indigência*.

Nessa perspectiva, conclui-se que a *superpopulação relativa* compõe a trama das relações sociais desenvolvidas pelo capitalismo, cuja reprodução se inscreve na agenda das despesas da produção. Sem embargo, as manobras da ofensiva neoliberal vão atingir o segmento mais velho da classe trabalhadora, principalmente, mediante estratégias que os detenham ou os remetam de volta ao mercado de trabalho. Seja pela via de um discurso de cunho moral, ou pela via das condições de vida desses velhos trabalhadores, os resultados do estudo de Camarano (2001) vão demonstrar que, por exemplo, no mundo, desde os anos 1960 até meados da década de 1980, a taxa de atividade da população de 55 anos e mais declinou em vários países desenvolvidos, no entanto, a partir dos anos 1990, foi registrado um considerável aumento em países como a Austrália, Estados Unidos e Japão. No

Brasil, essa participação dos velhos no mercado capitalista de trabalho é mais alta em relação aos padrões internacionais. Uma particularidade encontrada no país diz respeito ao fato de mais da metade dos homens trabalhadores e quase 1/3 das mulheres – com 60 anos e mais – que estavam trabalhando eram aposentados/as. Dados que não chegam a impressionar, tendo em vista que a renda do trabalho das pessoas aposentadas tem um peso significativo tanto na sua renda nominal quanto na renda familiar. Assim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) já demonstrava que, desde 1998, uma pessoa considerada idosa contribuía, em média, com aproximadamente 53% do rendimento familiar. Embora boa parte dessa renda fosse proveniente dos benefícios previdenciários, a contribuição da renda do trabalho chegava a 29%. No país, a participação da População Economicamente Ativa (PEA), com 60 anos e mais, no total da PEA nacional praticamente dobrou de 4,5% em 1977 para 9% em 1998, com projeções para atingir os 13% no ano de 2020, portanto, é crescente (CAMARANO, 2001).

Diante desses dados é possível compreender que o retorno do velho ao mercado capitalista de trabalho pode estar relacionado à demanda pela contratação de um trabalhador que represente algumas vantagens para o empregador, ou seja, um tipo de subcontratação, em termos de menos custos e desresponsabilização quanto aos direitos trabalhistas (como os gastos com seguridade social), tendo em vista que, a título de exemplificação, esse trabalhador não necessita de vales transporte (a partir dos 65 anos)[78], tem atendimento preferencial nas filas *et cetera*. Surge, assim, no cenário contemporâneo, a figura do *office old* ou *office velho*. O estudo de Camarano (2001) também demonstra que, dentre os aposentados que trabalhavam em 1998, apenas 7,5% dos homens e 6% das mulheres tinham carteira assinada. Com seus parcos rendimentos, os velhos trabalhadores acabam se responsabilizando pela própria reprodução social e de toda sua família. Inaugura-se a época do velho trabalhador valorizado como fonte de renda[79]. E nunca se

[78] Conforme preconiza o Estatudo do Idoso, em seu Capítulo X, Do Transporte, onde se lê no Art. 39. "aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares" (BRASIL, 2003).

[79] Em Pernambuco, por exemplo, 64,1% dos idosos são responsáveis pelo domicílio e 21% são cônjuges, sendo que 60% dos idosos responsáveis pelo domicílio possuem rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo (IBGE, 2000). O relatório da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Pernambuco (FAPIPE) apresenta dados revelando que no Estado, dos 184 Municípios e um Distrito Estadual, em 160 o Fundo de Participação do Município é inferior à renda da população proveniente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

trabalhou tanto! Nessa trama, as velhas e os velhos trabalhadores quase invisíveis, do ponto de vista do foco do Estado, não fosse a atual magnitude do impacto do envelhecimento senil na agenda das políticas públicas, sobrevivem e são provedores de suas famílias à custa dos Direitos Trabalhistas por eles mesmos conquistados, cuja longevidade lhes permite, na contemporaneidade, ver agora sendo desregulamentados.

Enfim, com base no que foi exposto neste item, podem ser tiradas algumas conclusões: dando conta dos novos imperativos do sistema do capital, ao contrário do que vem sendo defendido a partir das ideias de pensadores como Habermas, Hardt, Negri, e Lazzarato, o trabalho adquire – com maior ênfase – centralidade na sociabilidade humana. Cada vez mais dividido e multiplicado, ou seja, fragmentado e globalizado, o trabalho tem sido esvaziado de sentido, diante da capacidade ontológica do ser social, atingindo sensivelmente a dimensão da unidade entre objetividade e subjetividade, da *práxis* humana. Mas, contrariando aqueles que dizem que a história acabou, o ser social carrega em si o poder de sentir o trabalho como castigo e de se rebelar contra esse sistema absurdo de dominação. Pensando assim, concordo com Mészáros (2004, p. 50), quando este afirma: “outro mundo é possível e necessário”. Faz-se necessário subverter a lógica que esvazia o curso de vida humana de sua historicidade; lógica do longo e árduo processo de vida e trabalho, desumanizando a velhice dos trabalhadores; lógica que responsabiliza e culpabiliza o indivíduo pela tragédia da qual é parte.

5.2.3 O fetichismo insula o velho em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória

Na racionalidade capitalista, o tempo, que não podia ser vendido no modo de produção feudal, foi expropriado do trabalhador numa dinâmica que o alienou de qualquer possibilidade de exercer controle sobre o seu tempo vital, desde então, dilatado e submetido ao imperativo da cronologia do capital. O tempo, agora, é dinheiro. É neste sentido que o tempo de vida do trabalhador coincide com o tempo de seu processo produtivo. A mesma engrenagem destrutiva que transforma “uma relação social definida, estabelecida entre homens, na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”, processo este que Marx (2008, p. 94) denominou de

“fetichismo”, fragmenta a vida humana em fases que, por sua vez, serão coisificadas. Sendo aqui pertinente lembrar, mais uma vez, que a ênfase na demarcação cronológica para designar etapas singulares da vida, numa perspectiva fragmentada do todo, é produto da modernidade (ALMEIDA, 2003).

As circunstâncias históricas em que se processaram a formação do proletariado e a pauperização de suas condições de vida na sociedade moderna, fizeram da velhice exposta pelas ruas de Londres e Paris algo abominável, símbolo de decrepitude e da negação de qualquer indício de progresso, desenvolvimento humano, conforme acreditavam os iluministas. Não há, diante dos fatos históricos, como dissociar os indicadores de saúde do processo de envelhecimento dos indivíduos e das populações que estes compõem. Na versão moderna, a juventude, outrora objeto das práticas de alquimia, quando se buscava descobrir o elixir da longa vida, em contraposição à velhice, passou a ser ainda mais desejada e trocada em forma de mercadoria. Assim, como o fetichismo apaga da mercadoria não só a sua história, mas, também, a memória da sua produção, negando qualquer centelha de vida humana na sua visualização, insula o velho em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória, transfigurando o homem, como diria Marx, numa mera “carcaça do tempo”. Nessa dinâmica, por qual motivo razoável estariam o homem velho e a mulher velha, na condição de trabalhadores, imunes aos encantos do fetiche?

Enquanto para os segmentos majoritários das populações o destino mais previsível a ser cumprido é o de envelhecer precocemente, trabalhando, acumulando doenças e perdendo capacidade funcional – ao sistema do capital – de maneira acentuada, sentindo o peso dessa velhice indesejada como um fardo que se confunde com o próprio calvário trilhado até a morte; para poucos e, cada vez menos, essa lógica não se aplica de maneira trágica, mesmo havendo a doença, pois, longe destes, a velhice daqueles é um dado estranho, quase desumano, não fossem humanas as mudanças que o tempo, à revelia do ser, mais cedo ou mais tarde, tratará de proceder. Há uma nítida diferença entre o traçado das linhas que o tempo imprime ao corpo de uma mulher e de um homem na condição de “espécie” que personifica o trabalho, e o traçado no corpo de um homem e de uma mulher na condição de “espécie” que personifica o capital, mesmo que estes e aqueles pertençam a uma mesma geração. Por ser a velhice uma condição vital da espécie

humana, uma fase da vida que seres humanos deverão experimentar, do contrário, a alternativa é a morte precoce, para a grande maioria dos indivíduos essa experiência implicará demandas ao Estado, tendo em vista que as questões acumuladas durante o curso de vida e evidenciadas na velhice, cada vez menos caberão nos limites do espaço privado, devendo, assim, ser tratadas pelo sistema público de proteção social. Sim, porque a política social opera no campo da reprodução social.

Não há, desse ponto de vista, diferença substantiva entre a velhice que vem se processando para o proletariado nos últimos séculos e a que se processa na contemporaneidade, resguardados os dados da longevidade e da magnitude populacional em escala, via de regra, mundial. Com a reestruturação produtiva e a financeirização do capital, o processo de exploração foi aperfeiçoado, todavia, as respostas dadas pelo Estado às questões da velhice da classe trabalhadora não alteram substantivamente a realidade[80]. Assim, como há "fome em grandes plantações", os recursos tecnológicos e benefícios científicos responsáveis pelo prolongamento da longevidade das populações humanas, com certeza, não estão ao alcance de todos que envelhecem – para quem duvida, convido a refletir sobre o que acontece em países como o Congo e a Suzilândia, ou, mais de perto, nas regiões mais pobres e esquecidas do Brasil, como em alguns recantos do Nordeste, onde, fazendo valer os versos de João Cabral de Melo Neto[81], há milhares de Severinos

[80] A respeito da *desigualdade substantiva*, há no livro *O desafio e o fardo do tempo histórico*, de István Mészáros (2007), uma importante dedicação ao tema. Se não basta a discussão teórica, há o indicador do salário mínimo no Brasil que nos coloca diante da reflexão sobre a *igualdade substantiva* e a *igualdade formal*. Pois bem, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publica em seu sítio eletrônico uma tabela com informações sobre o salário mínimo vigente no país e o salário mínimo necessário, este calculado em acordo com o preceito constitucional (Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV), ou seja "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim". Assim, para realizar o cálculo do salário mínimo necessário, é "considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário". Em consulta ao último cálculo fornecido pelo DIEESE, para se ter ideia, em novembro de 2011, quando o salário mínimo vigente no país era R$ 545,00 (quinhetos e quarenta e cinco reais), o necessário correspondia a R$ 2.349,26 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), lembrando que o cálculo não leva em consideração a participação de uma pessoa idosa no modelo de família referido (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012).

[81] Estou me referindo ao Auto de Natal Pernambucano, *Morte e Vida Severina*, escrito em 1966, por João Cabral de Melo Neto (1920-1999).

“iguais em tudo na vida”, morrendo de “morte igual, mesma morte Severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta [...]”. Menos ainda no tempo do “desemprego estrutural” que atinge todos os trabalhadores em projeção mundial, inclusive os altamente qualificados. Este dado que, na opinião de Mészáros (2007, p. 17), “representa um limite *absoluto* do sistema do capital em si e em todas suas variedades possíveis”, consolida a crise estrutural desse sistema, iniciada no fim da década de 1960 ou princípio da seguinte. Na opinião do autor, os levantes de 1968, na França e em muitos outros países, inclusive nos Estados Unidos, após um longo período de expansão durante o pós-guerra, bem como da acomodação keynesiana em todo o mundo capitalista, podem ser vistos como um marco memorável. Mas, talvez mais importante, como destaca o filósofo húngaro, “[...] por volta de 1970 estávamos submetidos a um desenvolvimento perigoso no mundo do trabalho que pouco depois teve de ser caracterizado, mesmo pelos apologistas da ordem estabelecida, como desemprego estrutural”.

Ideologicamente produzida como peça chave nessa “ordem da reprodução sociometabólica do sistema do capital”, a trama encenada para negar a tragédia vivenciada pelo “velho proletariado”, como resultado do processo de vida e trabalho, se reproduz, com o rigor da ênfase no indivíduo, típico do pensamento burguês, mediante a culpabilização do velho pela sua própria “má sorte” na fase que completa o seu curso de vida[82]. Resta, assim, o apoio da família, particularmente, da mulher, e o recurso à filantropia, enquanto amparo à velhice dos “condenados da terra”. Aqui, não é possível esquecer porque, como o de qualquer outra mercadoria, Marx (2008, p. 270) vem lembrar, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução. Mas, se a referência se faz ao modo de produção capitalista, de maneira igual, convém não esquecer, “[...] o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo”.

[82] De acordo com Marx (2011, p. 40), “quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso, também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [*Stamm*]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no Século XVIII, com a ‘sociedade burguesa’, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidades exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente”.

Todavia, determinado tanto pelo limite físico da força de trabalho, mediado pelo dia natural de 24 horas, quanto pelas fronteiras morais, há um limite máximo para a jornada de trabalho, “cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização”, pois, segundo observa Marx (2008, p. 271), “o trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais”. É assim, a história, o testemunho vivo do sofrimento de gerações e gerações de trabalhadores, homens e mulheres que sucumbiram, desde as idades mais precoces às mais avançadas, aos ditames do capital. Este, por sua vez, se personifica no capitalista, embora tenha seu próprio “impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente” (MARX, 2008, p. 271).

5.2.4 O sistema do capital usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo do trabalhador e isso não se resolve com Política Social

Diferente da concepção burguesa, recorro outra vez a Antunes (2002, p. 19), por compreender que “o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário”. Ponto de partida para conceber a razão pela qual há escassez ou mesmo ausência de políticas sociais destinadas aos segmentos mais velhos das populações, especialmente, aqueles acometidos ou não por doenças, cujo acentuado comprometimento da capacidade funcional – ao sistema do capital – seja físico e/ou mental, inviabilize qualquer ação de cunho produtivo. Escrito de outra maneira, é possível compreender que para o capitalismo não interessa reproduzir a vida de um ser obsoleto ao sistema produtivo, em razão do caráter vinculativo à reprodução social do trabalho no conteúdo da política social. Porque, recorrendo a Marx (2008, p. 271), fica evidente que “o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo e, quanto mais o suga, mais forte se torna”. Nessa dinâmica, “o tempo que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista”.

Eis que, diante das evidências históricas, de acordo com Marx (2008, p. 306), está claro, “o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é, por natureza e lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital”. Não há, desse ponto de vista, motivos razoáveis para acreditar nem tampouco defender a velhice do trabalhador apartada da “ordem da reprodução sociometabólica do sistema do capital”, sistema cujo “impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho”. O mecanismo que promove a fragmentação do curso de vida humana em fases, elegendo intencionalmente a juventude como um valor a ser trocado no mercado como qualquer outra mercadoria com base nos padrões capitalistas de consumo, coloca em contraste e em oposição a velhice como um desvalor. Porque, para ser valor, a mercadoria precisa, primeiro, ser valor de uso e, com a perda da força de trabalho, o velho, tornado um incapaz, passa a ser descartado do processo como são as máquinas obsoletas ao sistema do capital, responsável por “usurpar o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo” (MARX, 2008, p. 306).

Será, então, o velho, como outrora, autorizado a pedir esmolas, vindo estas em forma de caridade, filantropia ou mesmo das migalhas legitimadas pelo aparato legal burguês, transmutadas em políticas de renda mínima, garantidas ao indivíduo velho e miserável, mediante critérios pré-estabelecidos. Uma versão moderna, com certeza, das respostas encaminhadas pelo Estado às questões históricas da velhice da classe trabalhadora, compondo a *superpopulação relativa*, a mesma que “vegeta no inferno da indigência”, na contemporaneidade[83]. Ao final do curso de vida humana, o resultado mais predominante, traduzido caoticamente nas estatísticas do envelhecimento nas sociedades contemporâneas, tem sido a constatação da reprodução do trabalhador enquanto consumidor miserável, mesmo que seja dos

[83] Está registrada na Arte essa realidade de indigência. Com relação aos velhos, Umberto D. ficou imortalizado por Vittorio De Sica, em 1952, no drama, uma história que se passa na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, onde um velho trabalhador, mesmo (des)protegido pelo acesso à uma pensão, ou seja, estando aposentado, contava apenas com a companhia do seu cão para enfrentar a solidão na velhice e todas as intempéries que a vida lhe impôs. No filme, uma cena me ocorreu à mente quando escrevia este item: Umberto D. ensaia mas não consegue estender a mão para pedir esmolas. Há, também, a referência a essa realidade de indigência na Arte de Pablo Picasso, quando, na sua fase azul, em 1903, pintou *O velho judeu com um menino* e *O velho guitarrista*. Perto de nós, Luiz Gonzaga e Zé Dantas, na música *Vozes da seca*, imortalizaram os versos: “mas doto uma esmola/a um home qui é são/ou lhe mata de vergonha/ou vicia o cidadão”.

parcos recursos da saúde destinados a esse segmento etário das populações. Não se visualiza, na velhice, o trabalhador emancipado.

Neste momento, tomo a liberdade de defender, plagiando Marx (2011, p. 39-40), que o homem velho, a mulher velha, “singulares e isolados”, é um produto da “sociedade da livre concorrência”, onde “o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais” – *da família, da tribo, da comunidade* – “que, em épocas históricas anteriores o faziam de um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado”. O ponto de vista do “indivíduo isolado”, produto do pensamento burguês do século XVIII, atende ao requisito ideológico de “insuflar o indivíduo”, apartando do ser humano a sua condição de “ser um animal político” que, de acordo com Marx, “somente pode isolar-se em sociedade”. Portanto, não se sustenta uma orientação teórico-metodológica fundada no ponto de vista da “individualidade isolada”, da “essência” ou “natureza humana”, pois, na explicação de Mészáros (2009, p. 50, grifo do autor), apesar de não serem os únicos corolários apriorísticos de determinados interesses ideológicos, são também *“a realização de um imperativo metodológico inerente com vistas a elevar a mera particularidade ao patamar de uma universalidade”.* Acanda González (2012, grifo do autor, tradução nossa), atento a essa discussão, esclarece:

> a questão da essência humana é uma questão muito importante no pensamento filosófico. Com a aparição do conceito de “alienação” que surge – em sua forma moderna – ao final do século XVII – Rosseau e depois Hegel e Feuerbach – aparece a ideia de que a sociedade capitalista é uma sociedade inumana, que se despliega “contra” a essência humana, que a “oprime” e “deforma”. No caso de Feuerbach – e também de outros socialistas dessa época – se pensava que na sociedade moderna o ser humano “perde sua essência humana”, isto é, se “aliena” e é preciso uma transformação da socieade para “recuperar” essa essência humana. Marx, que todavia nos Manuscritos de 1844 comparte essa opinião, compreende posteriormente – e na *Ideologia Alemã*, escrita por ele e Engels, entre 1845 e 1846 – que essa é uma concepção especulativa. Especulativa porque entende a essência humana como algo anistórico, algo que esteve no início e que o ser humano perdeu e pode recuperar. Pode haver seres humanos sem essência humana? Por acaso o capitalismo não é um resultado “humano”, um resultado da atividade humana? Por isso é que, a partir de 1846, Marx abandona toda ideia sobre uma “essência humana que se perde e se recupera”, e já não vai continuar entendendo – à maneira de Feuerbach – a alienação como “perda de essência humana” e a desalienação como “recuperação” dessa essência. Por isso, na tese VI sobre Feuerbach, Marx escreveu que a essência humana é o conjunto das relações sociais.

E vale mesmo lembrar, quantas vezes for preciso, que, neste caso concreto, a particularidade elevada ao patamar da universalidade diz respeito à velhice dos

segmentos mais explorados da classe trabalhadora. Explorados são, inclusive, no sentido de serem estudados enquanto meros objetos de pesquisas sobre as quais nunca tomam conhecimento de seus resultados[84]. Momento este em que aproveito a oportunidade da discussão para fazer a ressalva sobre uma questão a ser devidamente considerada pelo Serviço Social, ou seja, a que diz respeito ao cuidado que deve ser tomado quando se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos. Existe, neste caso, a exigência de envio do projeto de pesquisa a um Comitê de Ética, prevalecendo as recomendações da portaria da Anvisa – já referida nas *Considerações Metodológicas* – que legisla sobre o assunto. Todavia, ao que tudo indica, tal rotina ainda não foi plenamente incorporada junto aos pesquisadores do Serviço Social. Trata-se de um procedimento ético que tem sido constantemente desconsiderado[85]. Lacuna constatada durante a pesquisa nos escritos dos ENPESS quando, dentre todos os Artigos analisados, 97,8% (n = 44) não fazem menção quanto ao envio do projeto de pesquisa a um CEP, devendo ser considerado que apenas quatro, em razão das informações apresentadas sobre os procedimentos metodológicos, não precisavam de fato realizar tal procedimento ou, minimamente, referir a existência de uma Carta de Anuência para a realização da pesquisa. Porém, apesar da não menção, é verdade, não há elementos seguros para ser afirmado que os projetos não foram enviados e aprovados por Comitês de Ética. Fica, portanto, evidente apenas a lacuna diante da falta da informação.

De volta à discussão sobre "a particularidade elevada ao patamar da universalidade", se por um prisma a "tragédia do envelhecimento" de muitos está escancarada nas tábuas de estatística que servem à demografia, epidemiologia *et cetera*, por outro, a velhice dos capitalistas não ocupa espaços nas estatísticas

[84] Aqui eu não perderei a oportunidade de registrar uma crítica aos Comitês de Ética e Pesquisa em Seres Humanos, cuja preocupação com formalidades, muitas vezes de ordem meramente burocráticas, se sobrepõe à dignidade desses seres, não havendo a exigência expressa do retorno dos resultados aos seus principais interessados.

[85] Ilustro essa situação a partir da minha experiência como orientadora no curso de especialização na modalidade à distância, promovido pelo CFESS, em parceria com a Universidade de Brasília, quando, ao assumir as atividades junto ao grupo que me foi destinado, percebi que não havia no cronograma do curso, tampouco no manual do aluno, o espaço e o tempo necessário para o envio a Comitê de Ética em Pesquisa dos projetos referentes às pesquisas que estariam compondo as monografias de conclusão do curso. Na ocasião, essa lacuna foi objeto de pressão dos tutores e orientadores sobre os coordenadores do curso, bem como, motivo de inquietação por parte dos alunos.

oficiais[86]. Ideia que Netto (2010, p. 13) também vem ratificar, quando afirma que "menos estudadas são as classes e franjas de classes que estão no topo da pirâmide da estratificação [...]". Nesse caso, a particularidade, a velhice da classe trabalhadora, de tão maculada passa a ser abominada ao limite de se negar a velhice e ser um insulto usar ou falar a palavra velho em relação a um ser humano, ainda que este seja um velho. A velhice, assim reproduzida, perde a sua humanidade; o ser humano, igual a qualquer mercadoria, com o passar do tempo, o tempo do capital, perde a sua validade. O velho deixa de ser alguém com muito tempo de vida para ser o que se descarta por estar em desuso e, consequentemente, sem valor. Concomitantemente, e com a mesma intencionalidade, se reproduz a imagem fantasmagórica da velhice.

Processo este que atinge de maneira mais acentuada alguns segmentos da classe trabalhadora, mesmo não perdendo de vista que o envelhecimento atinge a todos os seres humanos. Porém, na sociedade moderna, há a mediação – secundária – da divisão do trabalho[87]. Em decorrência de todo esse processo, de maneira diferenciada, serão atingidos os indivíduos em países considerados centrais ou periféricos, com relação ao Capital (não é possível esquecer o que se passa no Congo e na Suzilândia); as mulheres em relação aos homens; os homens negros e as mulheres negras com relação às mulheres e homens brancos; as pessoas com algum tipo de deficiência em relação às que não sofrem esse tipo de limitação, seja física ou mental, seja momentânea ou definitiva; os indivíduos que não sabem ler nem escrever frente aos doutores; entre outros exemplos que poderiam estar sendo mencionados aqui. Ou seja, para milhões e milhões de pessoas, a velhice constitui um castigo a mais no curso de suas vidas. Como se tudo isso não bastasse,

[86] A Revista CartaCapital, em 7 de setembro de 2011, traz uma matéria intitulada "Privilegiados. E incógnitos", cujo teor denuncia que "o Brasil sabe tudo sobre seus pobres, e quase nada sobre seus abastados", desinformação esta que impede a reduçãoda desigualdade (MARTINS; VIEIRA, 2011).

[87] Segundo Mészáros (2004, p. 353, grifo nosso), "a fragmentação e a divisão hierárquica do trabalho aparecem sob os seguintes aspectos principais, correspondentes a divisões objetivas de interesse significativamente diferentes: 1. Dentro de um grupo particular e de um setor do trabalho. 2. Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional. Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos um ao outro no contexto da competição capitalista internacional, desde a escala mínima até a mais abrangente, incluindo a potencial colisão de interesses sob forma de guerras. 4. A força de trabalho dos países capitalistas avançados – os beneficiários relativos da divisão capitalista global do trabalho – em oposição à força de trabalho comparativamente muito mais explorada do *Terceiro Mundo*. 5. O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes – e em geral política e organizacionalmente não-articulados – dos *não-assalariados* e dos desempregados, inclusive as crescentes vítimas da *segunda revolução industrial*".

Movimentos Sociais que lutam pelas causas dos referidos segmentos acabam reproduzindo a lógica do capital e colocam em pauta as reivindicações da mulher, dos negros e negras, das pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo, quando ainda jovens e que se articulam à inserção ou manutenção desses indivíduos no mercado capitalista de trabalho.

Portanto, não se trata da velhice como uma "nova questão social", tendo em vista serem as mesmas as modalidades de exploração que produzem a estigmatização e a segregação da velhice. Compreensão esta que remete a discussão ao pensamento de Netto (2001, p. 48), quando afirma que "o problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e essas modalidades imperantes de exploração", não sendo possível, nesta determinação, "desconsiderar a forma contemporânea da *lei geral da acumulação capitalista*", tampouco, "deixar de levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediação em que ela se realiza". Porque, ao mesmo tempo em que se reproduz essa velhice estigmatizada, se produz um desenho populacional do envelhecimento humano que, fotografado instantaneamente, como o fazem os estudos de prevalência[88], aparecem como um dado inanimado, recortado, decodificado em sua "verdade" abstrata. Por essa razão, ainda refletindo a partir da contribuição de Netto (2001, p. 49), um desafio teórico concernente ao estudo do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, diz respeito à necessária "pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social".

5.2.5 A reprodução da estigmatização e segregação pela via da pseudovalorização da velhice na sociedade moderna

Com o objetivo de eleger alguns aspectos sobre a reprodução social da velhice para suprir apenas a discussão necessária à realização desta tese, colocaria ainda em pauta o conteúdo que exponho a seguir, dando conta de mais uma

[88] Esses estudos, de acordo com Rouquayrol e Almeida Filho (2003, p. 161) são "investigações que produzem 'instantâneos' da situação de saúde de uma população ou comunidade com base na avaliação individual do estado de saúde de cada um dos membros do grupo, e daí produzindo indicadores globais de saúde para o grupo investigado, são chamados de estudos seccionais ou de corte-transversal".

questão proveniente dos resultados da pesquisa realizada nos Artigos publicados nos anais do ENPESS. Com base nas terminologias mais utilizadas, “idoso/a”, “terceira idade” e “usuário” (60%, 15,0% e 13,3%, respectivamente), é possível afirmar que há “expresso” pudor relacionado ao uso da palavra “velho/a”, em consequência do que já foi sucintamente discutido no item anterior. Decerto, se na sociedade moderna a velhice adquire um *status* de desvalorização, passando a compor o rol dos “problemas sociais” mais estudados na contemporaneidade, a cuidadosa análise dos conteúdos ideopolíticos que produzem os conceitos com os quais são tratados aspectos referentes ao segmento mais velho das populações, permite identificar os reflexos históricos da “ordem da reprodução sociometabólica do sistema do capital” nesses conteúdos. A verdade é que, como afirma Mészáros (2004, p. 58, grifo do autor),

> em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não”. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

Neste sentido, o *envelhecimento*, longe de ser um processo multidimensional; a *velhice*, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem *velho*, a mulher *velha*, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo; são conceitos que traduzem sistemas de ideias e valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente da idade de quem o tente alcançar. Mas, por outro lado, não é possível esquecer que o envelhecimento humano não se limita aos aspectos biológicos, sendo também um processo cultural, devendo, portanto, ser apreendido no movimento histórico das relações de produção e reprodução social.

Como já foi visto a partir das ideias de Almeida (2003), a fragmentação do curso de vida humana é uma produção da sociedade moderna, o que vem servir à racionalidade instrumental capitalista, quando se classifica indivíduos por datação cronológica, abstraindo de seu processo de vida as particularidades que se relacionam, por exemplo, à inserção dos indivíduos e populações na divisão social do trabalho e nas classes e segmentos sociais; ao gênero; à etnia *et cetera*. Pelo crivo do critério cronológico, o indivíduo será enquadrado no aparato legal e

encaminhado às instituições destinadas a atendê-lo, sendo importante lembrar que não foge desta lógica o conteúdo das políticas sociais. Assim, esse sistema de "*datação das idades cronológicas*" será definidor das fronteiras que dizem respeito ao acesso do indivíduo à política educacional, ao exercício dos direitos políticos, previdenciários, entre outros. Também definirá, pelo menos em texto, o tempo de estudar, de trabalhar e o de aposentar, ditando regras que antes pertenciam ao domínio privado, familiar. Dessa maneira, estou de acordo com Lizete Rodrigues e Geraldo Soares (2006, p. 4), quando afirmam que "na organização social brasileira a classificação pela idade cronológica privilegia os indivíduos mais jovens em detrimento dos mais velhos, refletindo o sistema de produção vigente".

Além de preconizar um tributo à juventude, mas à juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital, são criadas formas de menosprezar e desvalorizar a velhice; ou mesmo de enaltecê-la, recorrendo a apelos do tipo "velho jovem", negando a velhice. Ou seja, são criadas novas expressões, eufemismos, para se traduzir a velhice sem que sejam modificadas as relações sociais que produzem a velhice como sinônimo de uma tragédia humana. Processo este que pode ser visualizado a partir da experiência francesa que veio adotar o termo correspondente à palavra *idoso*/a, no lugar de velho/a, em decorrência do novo *status* garantido aos velhos, propiciado pelas políticas de seguridade social que promoveram melhorias nas condições de vida, saúde e renda das mulheres e homens trabalhadores (os denominados *baby boomers*), beneficiados por uma histórica "concessão" do capital. Resultado das políticas de Seguridade Social implantadas, no pós-guerra, não só na França, mas em outros países da Europa, quando uma significativa parcela de trabalhadores passou a envelhecer com certa dignidade. Porém, vale recordar, esse evento foi transitório e focalizado. Mas, é verdade, não exagera Gianni Carta (2009, p. 12), quando afirma que

> se pudessem e quisessem, senhoras e senhores dessa privilegiada geração poderiam trabalhar longos anos a mais do que os permitidos pela atual legislação numa União Europeia onde a vasta maioria pode requisitar a aposentadoria aos 60 anos – e todos (salvo exceções) têm de se aposentar aos 65.

Quando a velhice de trabalhadores que usufruíram desses ganhos conquistados com a implantação do *Welfare State* passou a se diferenciar da velhice dos trabalhadores que não habitam o chamado "Primeiro Mundo", na França, a

expressão “terceira idade” começou a ser utilizada, na década de 1960, para designar uma diferenciação na *espécie* de trabalhador que sobreviveu às mazelas e aos efeitos deletérios do sistema capitalista de maneira “ativa” e “independente”, estando integrado socialmente e autogerindo a própria vida. A “terceira idade”, assim concebida, de acordo com Rodrigues e Soares (2006, p. 8), vem definir “a nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento”. O segmento geracional que estará compondo a chamada “Terceira Idade” é o dos “velhos jovens”, por assim dizer, cuja idade se identifica no intervalo dos 60 aos 80 anos. Passando desse limite, os “velhos velhos” representam a imagem tradicional da velhice, compondo o que se convencionou chamar de “Quarta Idade”. Mas há uma consideração a ser feita, pois, de acordo com os autores, “estão excluídos da categoria de Terceira Idade os indivíduos com sinais de decrepitude e senilidade”. Portanto, devo concordar com Teixeira (2008, p. 113), pois, ideologicamente, “não se trata de valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor à juventude”. A velhice, nesse apelo ideológico, simboliza a negação da juventude, símbolo esta da beleza, da força e da virilidade para reproduzir e produzir. E ser velho ou ser velha significa a personificação de todos os “atributos” negativos da velhice. Ser idoso, idosa – mesmo que o sufixo oso/osa dê à palavra o significado de que idoso, idosa, é o indivíduo que tem muita idade – ideologicamente apelando, passa a ser diferente de velho, velha. Mas, na língua portuguesa, até onde sei, não existe “idosecimento”. Neste caso, a palavra idoso, idosa significa uma fase estática, sem movimento? Sendo idoso, idosa, o indivíduo, negando a velhice, deixa de envelhecer, não há envelhecimento? É preciso tomar cuidado em relação aos neoeufemismos.

Deixo a gramática em aberto e volto à discussão anterior, pois, se por um prisma, com o *Welfare State*, foi possível modificar o *status* moderno da velhice, em decorrência dos ganhos obtidos pela classe trabalhadora, o que vem comprovar ser possível uma velhice diferente da que se processa para milhões e milhões de trabalhadores pelo mundo inteiro; por outro, com o desmantelamento do *Wefare State*, o processo de reestruturação produtiva, mais especificamente, o desemprego estrutural veio atingir a população jovem, barbarizando ainda mais a sua condição de acesso e exercício dos direitos do trabalho, tornando as gerações mais jovens dependentes por mais tempo das mais velhas, comprometendo a renda dos velhos trabalhadores e eternizando o trabalho doméstico servil, do qual nunca se livraram

mulheres de todas as idades. A reestruturação produtiva, na contemporaneidade, vem assim afetar substantivamente as vidas dos que compõem o “velho proletariado”, colocando em cena novos arranjos familiares e novas modalidades de interdependência entre diferentes gerações. Realidade que nem sempre é favorável à dignidade das mulheres velhas nem dos homens velhos, principalmente, por favorecerem práticas de violência. Aliás, como será visto no próximo Capítulo, a discussão sobre a violência foi o enfoque mais abordado nos Artigos selecionados nos anais dos ENPESS. Antes, porém, resta tecer alguns comentários sobre o momento atual, quando a palavra de ordem é *crise*, ao qual está dedicado o próximo item.

5.2.6 Em tempo de crise, está na ordem do dia: a reprodução do velho não como trabalhador, mas consumidor, na engrenagem da reestruturação produtiva

Estão na ordem do dia, compondo o rol das manifestações e protestos que levam segmentos de populações às ruas de cidades e de capitais em países capitalistas centrais e periféricos, as lutas sociais por direitos do trabalho, mais notadamente, pela manutenção de conquistas traduzidas historicamente em direitos previdenciários. Reafirmando o que foi sinalizado na introdução a esta tese, o envelhecimento das populações, associado aos sistemas de proteção social, a exemplo da política previdenciária, impõe a “reestruturação” de modelos organizados a partir da expansão de postos de trabalho e da brevidade do período da aposentadoria. Todavia, na contemporaneidade, esse repensar segue a tendência neoliberal de desregulamentação dos direitos do trabalho, em plena harmonia com os ditames da reestruturação produtiva. Mesmo porque, não se pode esquecer, como evidencia Mészáros (2004, p. 353, grifo do autor), em se tratando do processo de fragmentação e divisão do trabalho, “a inevitável atuação do Estado burguês que “encontra apoio entre vários grupos do trabalho sobretudo em virtude da ‘proteção’ que ele fornece, sustentando juridicamente e garantindo a estrutura objetivamente estabelecida da divisão do trabalho”. Neste caso, o salário mínimo, assim como, a legislação do seguro social, a criação de tarifas protecionistas, além de outras barreiras nacionais, são medidas adotadas pelo Estado que também administra a relação interna de forças contra os excessos, incluindo, continua Mészáros (2004, p. 354), “a participação em empreendimentos internacionais que

assegurem maior vantagem à classe dominante nacional, que pode conceder, portanto, alguma vantagem relativa à força de trabalho nacional".

É neste sentido que, dentre outras, uma das medidas que está sendo tomada, frente à transição demográfica em curso nesses países capitalistas avançados, é o aumento da idade para a aposentadoria, talvez, a mais visível. Processo este legitimado pelo governo francês, em 2009, onde os trabalhadores dos setores públicos e privados podem permanecer trabalhando em seus postos até os 70 anos, revogando a legislação anterior, quando o limite estabelecido era os 65 anos. Obviamente, não se está aqui deixando de considerar o fato de haver os que preferem e lutam por se manterem no mercado capitalista, pois, dentre outros motivos, a aposentadoria não garante, à grande maioria dos trabalhadores, a possibilidade de parar de trabalhar. Além do que, da maneira como se processa esse momento de ruptura com a rotina, as relações estabelecidas durante o mais longo período de vida do trabalhador, a aposentadoria também se manifesta, para muitos, como a antessala da morte anunciada[89]. A situação é, do meu ponto de vista, alarmante, pois, com o envelhecimento das populações, em escala quase mundial, algumas sociedades, como aconteceu no Reino Unido, em agosto de 2008, por exemplo, vão registrar, pela primeira vez na história, o número de aposentados excedente em relação ao de jovens com menos de 16 anos (CARTA, 2009, p. 12).

Na Europa, ao que tudo indica, em 2050, a expectativa média de vida será de 85,1 anos para as mulheres e de 79,7 anos para os homens. Época em que, segundo projeções, nos 27 países da União Europeia, os indivíduos que compõem o segmento delimitado entre os 15 e 64 anos, serão 48 milhões a menos. Com uma taxa de fecundidade próxima de 1,5 e em meio ao movimento de bloqueio aos fluxos migratórios que poderiam levar a esses países "mulheres mais propensas a procriar", bem como, "jovens dispostos a conseguir empregos", sem a rede de proteção familiar e sem o contingente de trabalhadores necessário à manutenção do sistema previdenciário, a Europa se depara com uma demanda a ser suprida, pois a taxa de dependência de pessoas aposentadas na força – denominada – ativa tende

[89] Vale aqui a indicação de um belo filme espanhol, *Lugares Comunes*, dirigido por Adolfo Aristarain, em 2002, que retrata esse momento da aposentadoria, não desejada, na vida de um professor, dando conta de traduzir o estilo ocidental do tratamento dado aos velhos trabalhadores. Numa outra perspectiva, sem a pretensão de defender, nesta tese, uma romântica visão do tratamento dispensado à velhice no lado oriental do Planeta, enquanto arte, vale indicar Madadayo, dirigido por Akira Kurosawa, em 1993.

a duplicar. Nesse cenário, voltando ao exemplo do Reino Unido onde, em 2009, havia quatro pessoas consideradas “ativas”, no dizer do autor, “sustentando” um aposentado, em 2050, haverá apenas duas. Outro exemplo a ser citado é o da Itália, país “com uma dívida pública correspondente a 109% do PIB (a terceira maior dívida do mundo), cuja solução apontada pelo FMI prima pela reforma no sistema previdenciário”. Argumento este que se fortalece quando, segundo o Banco Central Europeu (BCE), concernente aos trabalhadores na faixa entre os 60 e 64 anos, na Itália, 19% trabalham, enquanto são 33% na Alemanha e Espanha, 45% no Reino Unido, e 60% na Suécia (CARTA, 2009, p. 12-13). A regra, o remédio, assim, é para todos, em nome de uma igualdade liberal, formal. Volto a escrever alarmante porque, não há, nesse processo de repensar a proteção social ao trabalho, a mediação entre a realidade vivenciada pelo operário numa mina de carvão e a de um operador do direito em seu palácio de mármore.

Nesse contexto, o Banco Mundial, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) vem divulgando dados esclarecedores em relação às mudanças que ocorrem na questão trabalhista ao redor do mundo. Segundo discursa, a maioria dos sistemas previdenciários está defasada por terem sido elaborados em épocas distintas da que o mundo passa atualmente. Hoje, o cenário reflete um processo singular de envelhecimento e consequentemente de mudanças na questão do trabalho. A economia mundial conta com um maior número de idosos necessitando de pensões, com maior número de pessoas trabalhando sem carteira assinada e com a participação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Fatores, estes, difíceis de imaginar décadas atrás. Nem sempre os países estão preparados para acompanhar a velocidade com que a população envelhece e no que isso pode acarretar. Questões como estas têm feito o BIRD enveredar por dar lições de como solucionar os problemas previdenciários. No seu receituário neoliberal, prolongar o tempo de trabalho, dar flexibilidade para contribuições previdenciárias de acordo com a renda de cada pessoa, e restrições a benefícios por invalidez são formas de combate ao problema. Hoje, um trabalhador norte-americano que quiser garantir a aposentadoria, tem que completar 67 anos. Este modelo também deverá ser adotado pela Alemanha. Em 2002 a Espanha implantou medidas como: aumento da idade mínima para que os trabalhadores comecem a receber os benefícios, barreiras à aposentadoria antecipada e restrições

a benefícios por invalidez. Outros países europeus considerados fortes na questão de bem estar social, como a Suécia, cortaram benefícios dos aposentados. A França tem sido constantemente alvo de protestos contra as mudanças nas leis trabalhistas. Ao anunciar medidas de austeridade, devido à crise econômica que a Europa vem passando, recentemente, em dezembro de 2011, a ministra italiana dos Assuntos Sociais, Elsa Fornero, chorou ao – não conseguir – falar dos "sacrifícios" que os mais velhos terão de sofrer (MINISTRA..., 2011).

Talvez não seja necessário, mas é conveniente lembrar que, todo esse cenário demográfico tem se desenhado no momento de crise, sendo agora oportuno destacar alguns aspectos sobre o assunto, a título de exemplificações, relevantes para esta tese. Numa entrevista recente, concedida ao Brasil de Fato (VIANA, 2012), o sociólogo François Houtart[90] enfatiza que "a crise que vivemos hoje é mais profunda e bastante diferente da que conhecemos nos anos 1929 e 1930 [...]", cuja "dimensão evidentemente está vinculada ao fenômeno da globalização", pois, segundo analisa, "a crise financeira é devida à lógica do capital, que tenta buscar mais lucros para acumular capital, que é, dentro dessa teoria, o motor da economia". Em sua opinião, o mais importante, diferente do que se passou nos anos 1929 e 1930, é a combinação com vários tipos de crises, a exemplo da crise alimentar, "que foi conjuntural nos anos 2008-2009 e que correspondeu à crise do capital financeiro". De acordo com Houtart, "a crise alimentar é também estrutural e não somente conjuntural, porque precisamente afeta toda a maneira de fazer a agricultura". A partir desta afirmação, é possível olhar com outros olhos os mecanismos que introduzem, cada vez mais, inclusive, não fazendo nenhuma cerimônia quanto ao uso da violência, "o capital dentro da agricultura, promovendo concentração das terras, contrarreforma agrária mundial e o desenvolvimento de monocultivos", é claro, "com todas as consequências ecológicas de destruição de ambiente e também de destruição humana[91]".

[90] "Professor da Universidade Católica de Louvain (Bélgica). É diretor do Centro Tricontinental, entidade que desenvolve trabalho na Ásia, África e América Latina" (VIANA, 2012).

[91] Reviso este item no momento em que recebo da Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), desde San José, Costa Rica, aos oito dias de fevereiro de 2012, um *pronunciamiento en apoyo a la lucha del pueblo Ngöbe Buglé en Panamá y en repudio al asesinatode dos jóvenes y a la represión por parte del gobierno*, no qual está sendo denunciada la "situación de represión por la cual está pasando el pueblo Ngöbe Buglé y otros sectores trabajadores y estudiantiles que les han apoyado en su lucha". A luta referida diz respeito ao "intento de aprobación de una ley que permitiría la explotación minera y la construcción de represas

Alinhada com o pensamento de Houtart, a Nota Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), versa sobre a *crise econômica mundial e as turbulências recentes*, chamando atenção para o fato dessa crise ser a continuidade da que se estabeleceu no cenário mundial, no segundo semestre de 2008, "evidenciada a partir da quebra do banco de investimentos norte americano *Lehman Brothers*" (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011). Momento em que os governos dos principais países, com destaque para os que compõem o chamado G-20[92], se articularam em torno do objetivo de elaborarem um conjunto de políticas a fim de conter os efeitos deletérios da crise, quando se buscou "tratar a crise financeira não como resultado de uma conjuntura específica, mas sim como um processo sistêmico e multifacetado". Contudo, tal perspectiva não se manteve ao longo de 2010. Na hipótese de haver alguma dúvida quanto a articulação do Estado ao Capital, os dados fornecidos pelo DIEESE demonstram que:

> embora tivesse sido reconhecida a natureza instável e volátil dos mercados, que foram os responsáveis pela crise, e a necessidade de uma maior participação dos Estados Nacionais para regulá-los, a coalizão de forças existentes limitou a atuação do Estado para garantir a solvência do sistema por meio de grandes aportes de recursos públicos e da ampliação do crédito. A injeção de recursos no sistema foi bastante expressiva, chegando a mais de 70% do PIB nacional em países como EUA e Reino Unido (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011, p. 2).

Nesse contexto, a "regulação" tem sido uma palavra de ordem, convertida em missão dos técnicos empenhados no sentido de sanar a crise. Mas, no dizer de Houtart, "a causa fundamental da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo, que torna o capital motor da economia. E seu desenvolvimento – essencialmente, a

---

hidroeléctricas em territórios que históricamente las comunidades aborígenes han ocupado como sus espacios de vida. Em ellos desarrollan prácticas de producción y uso de la naturaleza, signados por sus convicciones culturales, espirituales y cósmicas, mismas que tienen una estrecha armonía con La conservación y sustentabilidad ambiental". Mas esta situação não ocorre apenas no Panamá, de acordo com a ALAEITS, "el sangriento conflicto em Panamá, se suma a otras manifestaciones de rechazo a la actividad minera en América Latina, por solocitar algunos casos, Costa Rica - proyecto minero Las Crucitas -, Perú – proyecto minero Conga -, o el binacional entre Chile y Argentina - Pascua Lama, todos de capital transnacional y con consecuencias sociales y ambientales que profundizanla desigualdad social y el deterioro medio ambiental, específicamente el acceso público al agua´.

[92] Composto por: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e a representação da União Europeia (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011, p. 2).

acumulação – leva à maximização do lucro". Dizendo o mesmo, com outras palavras, tudo isso significa que:

> num mundo em que as finanças se tornaram hegemônicas, abrangendo inclusive a própria esfera produtiva, foram criadas barreiras para que o Estado pudesse ampliar sua capacidade de regulação, como por exemplo, mediante a imposição de controles de capitais ou de taxação dos fluxos financeiros. Isso se deveu ao fato de os mercados financeiros permanecerem "driblando" a regulação existente e evitarem que novas regulações fossem introduzidas para alterar seu modo de funcionamento. Mesmo levando-se em conta os riscos crescentes e a ampla fragilidade desse sistema desregulamentado, continuaram prevalecendo os interesses privados e as possibilidades generosas de ganhos dos capitais financeiros até que eclodisse a crise atual (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011, p. 3).

O leque das medidas adotadas, até o presente momento, não indicam mudanças no sistema financeiro, sendo privilegiadas, pelo G-20, aquelas que reforçam a "institucionalidade e o funcionamento das instituições financeiras multilaterais existentes", caracterizando, portanto, a ênfase nas medidas de socorro, principalmente de ordem financeira, bem como, adoção de medidas de arrocho fiscal, a exemplo da opção feita pelos Estados Unidos. Lógica esta que vem sedimentar "a integração entre o capital financeiro e produtivo, com a complacência dos Estados Nacionais", além de reforçar "a divisão internacional de trabalho que foi sendo desenhada desde os anos 1980". Aqui eu estabeleço o ponto de interseção com o pensamento de Houtart, pois me interessa destacar, a partir do seu pensamento e da Nota do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, (2011, p. 4), que:

> nesse cenário, a desenfreada concorrência global motivou uma progressiva 'exportação' das indústrias dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, buscando maximizar vantagens de localização no âmbito mundial (acesso a matérias primas e energia baratas, vantagens de custo de mão de obra, vantagens fiscais, etc.) e acentuou a busca de valorização do capital produtivo na esfera financeira. Com efeito, por um lado, os países em desenvolvimento consolidaram sua posição de grandes produtores e fornecedores de manufaturas (no caso da Ásia), matérias primas e *commodities* (no caso da América Latina e África). Por outro lado, os países desenvolvidos especializaram-se em serviços financeiros e não financeiros, atividades de comércio e desenvolvimento de tecnologia, assegurando internamente apenas algumas de suas cadeias produtivas.

Vive-se assim, o momento de crise[93] nas principais regiões do mundo. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego chega aos 9%, testemunhando contra as

[93] "A crise trouxe impactos sociais negativos, como a criação de empregos de baixa qualidade, ampliação da desigualdade renda e a queda dos rendimentos da massa assalariada. Além disso, a

medidas de enfrentamento por não reverterem a desaceleração da atividade econômica. Na Europa, é preciso considerar as diferenças no desempenho econômico dos países do bloco, não perdendo de vista que países como a Alemanha, Holanda, Dinamarca e Suécia apresentam melhores desempenhos em comparação com a Irlanda, Portugal, Grécia, Bulgária, Romênia e Lituânia, dentre os quais, “algumas nações já têm sofrido forte supervisão e programas de ajuste, capitaneados pelas autoridades monetárias e financeiras europeias e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)”. Realidade que também assombra países como o Reino Unido, a Espanha e a Itália, os quais, em contrapartida aos aportes financeiros, devem “administrar o problema da gestão da dívida pública interna, comprometendo-se a gerir pesados programas de ajuste fiscal prescritos pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (BCE), e, por suposto, pelo FMI”. O que se evidencia, na contemporaneidade, diante das dificuldades enfrentadas pelo bloco europeu, é o encurralamento das estruturas criadas para sua unificação, apesar da liderança da Alemanha e França na busca por soluções reguladoras.

De volta ao ponto de interseção sinalizado anteriormente, é interessante ter em conta que o Brasil compõe essa trama de maneira dependente, porque, conforme explicita a Nota Técnica, número 104, do DIEESE, emitida em agosto de 2011, “desde o início do processo de abertura comercial e financeira nos anos 1990, observou-se um forte atrelamento da economia brasileira aos movimentos dos mercados de capitais e de comércio globais” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011, p. 8). Para não me distanciar dos objetivos desta tese, dando conta de refletir o objeto de estudo na perspectiva da totalidade social, tomo apenas a liberdade de pontuar uma discussão, no tempo “da reestruturação produtiva, da mundialização da economia associada ao processo de financeirização e do ajuste neoliberal a favor do capital”,

---

economia dos países desenvolvidos passou por contínua deterioração de sua posição no comércio internacional – com algumas exceções, como a Alemanha, que se favoreceu de uma situação privilegiada dentro da União Européia – e se tornou cada vez mais interligada aos movimentos das finanças internacionais. Com a abertura dos mercados norteamericano e europeu para absorver bens industriais asiáticos (da China, em especial) e *commodities* e produtos básicos de outras regiões em desenvolvimento, foi possível a outros países acumularem superávits comerciais nas relações com Estados Unidos e Europa. O sistema financeiro disponibilizou novas fontes de financiamento às famílias, que sofreram com a forte redução dos salários e o aumento do desemprego, e deu às empresas oportunidades de multiplicar seus lucros acumulados nos países em desenvolvimento” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2011, p. 5).

de modo a introduzir, a partir de uma particularidade brasileira, questões teóricas que são retomadas no interstício entre este item e o Capítulo a seguir. A respeito do assunto, é interessante observar algumas informações apresentadas na Nota Técnica, número 55, do DIEESE, emitida em novembro de 2007, sobre “Fusões no Setor Bancário: emprego e concorrência”. No documento, há a sinalização de que, no início do século XXI, foi mantida a tendência das fusões e aquisições se destacarem como “o principal instrumento de investimentos diretos em novos mercados”, pois, de acordo com os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de 2001,

> 76% de todo investimento direto estrangeiro mundial daquele período foram provenientes das fusões e aquisições. Ao permitir a conquista de novos mercados, esse instrumento também fortalece as empresas com ganhos de escala (custo de produção menor) e sinergia (esforço coordenado) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 2).

Fenômeno mundial, também observado no Brasil, a partir da década de 1990, quando houve aumento expressivo (44%) de capital estrangeiro em fusões e aquisições, merecendo destaque o setor financeiro que, em 1997, registrou 176 negócios (dos quais, 56% com participação de capital estrangeiro), dos 372 realizados nos diversos setores da economia. Apesar do tempo que passou, não é possível esquecer que ocorreu, no país, na primeira década deste século XXI,

> a maior aquisição de um banco público no Brasil, com a venda do Banespa para o banco espanhol Santander. Agora em 2007, o banco holandês ABN Amro foi adquirido pelo consórcio entre os bancos Royal Bank of Scotland, Fortis e Santander por pouco mais de 71 bilhões de euros, representando a maior aquisição da história do setor bancário mundial. No negócio, o Santander fica com as unidades italiana e brasileira do ABN (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 2).

Decorre desse processo, que se insere no rol das medidas adotadas pela reestruturação no sistema financeiro, ou seja, das fusões e aquisições, aliadas às inovações tecnológicas no setor, “uma perda expressiva de ocupações no setor bancário brasileiro”, como resultado das medidas de enxugamento dos empregos e redução dos gastos totais, principalmente, no que tange às despesas com pessoal[94].

[94] Nos casos exemplificados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2007, p. 3), “A privatização do Banespa é um caso emblemático, em que o Banco passou por dois processos de enxugamento de postos de trabalho. O primeiro é anterior à venda, correspondendo ao período de 1992 a 1999, que resultou na eliminação de 17.052 empregos. Em 2000 é oficializada a compra do Banespa pelo Santander. No ano seguinte, o Santander lança um programa de demissão voluntária que contou com a adesão de 8.300 funcionários. Outros exemplos

Sem precedentes, na década de 1990, é projetada uma tendência de "concentração bancária no Brasil", onde os três maiores bancos por ativo, pela ordem, são: "o Banco do Brasil – banco público federal, seguido pelo Bradesco – banco privado de capital nacional e o Santander – banco estrangeiro". Realidade que legitima o "aumento da participação dos cinco maiores bancos para 58,7% do ativo total do setor bancário, que se mantém acima dos 50,0% desde 2002"[95] (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 4-5).

Em 2007, já estava latente as críticas ao modelo instalado no país, tendo em vista a concentração bancária, denunciada por algumas entidades de defesa do consumidor, em decorrência dos altos juros e tarifas vigentes no país[96]. Entendimento este que defende a redução da concentração como possibilidade de aumento da competição e redução das margens de ganhos dos bancos, "o que aumentaria o apetite por riscos maiores com vistas a manter o mesmo retorno sobre o capital". Na contramão dessa argumentação, dando conta do discurso neoliberal, estudos elaborados por técnicos do Banco Central, defendem que "a concentração bancária no Brasil contribuiu para fortalecer o sistema financeiro e, assim, blindá-lo contra eventuais crises bancárias". Mas a argumentação não se esgota aqui, pois,

---

com impacto negativo no emprego foram as fusões do Banco Nacional com o Unibanco, em 1995, e a do Bamerindus com o HSBC, em 1997. No primeiro exemplo, entre 1994 e 1995 (ano da aquisição do Nacional), o quadro de funcionários do Unibanco aumentou de 17.034 para 28.543. Nos anos seguintes, esse número começa a cair até alcançar o mínimo de 17.390 funcionários – uma redução de 39,1%. O Bamerindus experimentou um processo semelhante ao Banespa. Nesse caso, o enxugamento antecedeu a venda para o HSBC, em 1997. Entre 1994 e 1996, o quadro de pessoal do Bamerindus caiu de 30.434 funcionários para 22.950. No ano da compra, o HSBC, que contava com apenas 474 funcionários, chega ao final do ano com 23.756 funcionários. Nos anos seguintes, inicia-se um processo de enxugamento que alcança o mínimo de 18.845 funcionários em 1999".

[95] No Brasil, a Lei 8.884 de 11 de junho de 1994, "Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências". Conforme está previsto em seu Art. 54. "os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do CADE" (BRASIL, 1994).

[96] "De acordo com o levantamento anual de dez instituições financeiras, realizado pela Fundação Procon/SP, existem diferenças entre as taxas médias de juros cobradas nos empréstimos bancários. Por exemplo, a menor e a maior taxa média mensal do crédito pessoal, em 2006, foi de 4,25%, na Nossa Caixa, e 5,95%, no ABN Amro. Uma diferença de 1,70 ponto percentual entre uma e outra. No *site* dos bancos ABN Amro, Bradesco e Nossa Caixa é possível fazer a simulação de um empréstimo no valor de R$ 3.000,00 dividido em 12 prestações mensais. De acordo com as informações do *site*, a tarifa de abertura de crédito (TAC) é igual nas três instituições, que cobram R$ 150,00. No entanto, com relação ao custo do dinheiro, o empréstimo sai mais barato na Nossa Caixa, onde o valor total pago corresponde a R$ 3.926,40, em seguida vem o Bradesco, com R$ 4.024,80 e, por último, o ABN, com valor total de R$ 4.453,08" (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 6).

advogam os técnicos do Banco Central, “que uma maior concentração não significa, necessariamente, prejuízos para a competição”, concluindo que “intervenção governamental para diminuir o grau de concentração dos mercados seria inócua para diminuir as taxas de juros”. Houve, no período, mais precisamente, em agosto de 2007, uma intervenção do Tribunal Regional Federal de Brasília que, frente às “divergências doutrinárias que apontam um possível conflito de competência entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Banco Central”, conferiu ao primeiro a análise de processos de concentração econômica no Sistema Financeiro Nacional, no entanto, como foi visto, “a divergência não se resume apenas às atribuições dos órgãos mencionados, mas também sobre o entendimento da concentração bancária e seus reflexos sobre a concorrência” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 6).

A nota do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2007, p. 8) vem ainda destacar “outras barreiras à concorrência bancária”, enfatizando as *tecnológicas*, que impõem uma atividade econômica intensiva em tecnologia, ou seja, aplicação de recursos para ofertar serviços, destacando o *internet banking*, que demanda alto investimento em segurança bancária no intuito de inibir fraudes, bem como, a implantação de uma ampla rede de atendimento eletrônico, sem prejuízo da tradicional rede de agências bancárias (principal meio de acesso aos serviços); *regulatórias*, pois “os governos têm uma preocupação especial em garantir o fortalecimento e a solidez dos bancos”, tendo em vista a possibilidade de uma crise sistêmica ser desencadeada em razão da falência de um banco, assim, são criadas regulamentações que, entre outras exigências, “requerem a constituição mínima de capital, a adoção de princípios internacionais como o Acordo de Basiléia I e II, mais as contribuições a sistemas de seguro depósito como forma de proteger o depositante[97]”; e as barreiras *informacionais*, pautadas na necessidade de desenvolvimento de “metodologias eficientes de análise de crédito para decidir onde melhor aplicar os recursos financeiros”, colocando em desvantagem os potenciais concorrentes, por não disporem do “tempo, cadastro de informações, pesquisas e experiência de

[97] A respeito do assunto, ver a reportagem especial sobre *o sistema bancário internacional*, produzida por Jonathan Rosenthal (2011).

relacionamento com os clientes", o que se traduz em relação de fidelidade dos "clientes" (pessoas físicas ou jurídicas) com os bancos já instalados.

Concernente a esse movimento de concentração do mercado bancário, cabe, finalmente, fazer um paralelo com uma questão que tem sido foco de discussão, denúncia – posto que se traduz em violência – e perda de dignidade dos velhos trabalhadores brasileiros na contemporaneidade. Estou me referindo, obviamente, ao processo bárbaro de incentivo ao débito, ou pior, ao empréstimo consignado, mecanismo de endividamento ao qual, atendendo a apelos sedutores, carregados de benevolência e, ao mesmo tempo, recorrendo à possibilidade de se autoafirmar enquanto consumidor, seja perante si mesmo, a família e/ou a sociedade, velhos trabalhadores, majoritariamente, aposentados e pensionistas, têm sucumbido sem nenhuma complacência dos que ditam o sistema bancário. Porque, se, de maneira geral, os bancos privados adotaram "a estratégia de ampliar o crédito nas operações com taxas de juros mais elevadas", alterando radicalmente "a composição dos empréstimos por tipo de cliente", o que se exemplifica pelo fato do banco Itaú, em junho de 2004, ter destinado 45,6% dessas operações ao segmento das grandes empresas, contra 28,3%o para pessoas físicas e, em junho de 2007, ter destinado 24,5% para as grandes empresas e 43,0% para pessoas físicas, tal inversão não se faz por benevolência, ocorre intencionalmente,

> porque as operações de empréstimo vinculadas às grandes empresas possuem taxa de juros e *spreads* menores, uma vez que esse segmento recorre a outras opções de financiamento, principalmente no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e debêntures. Portanto, para atraí-los, o banco é forçado a reduzir a taxa de juros e, conseqüentemente, obter receitas menores (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 9).

No Brasil, para se ter ideia, a Lei nº. 10.820[98], de 2003, permite que idosos e pensionistas adquiram empréstimos com juros reduzidos e com longo prazo para reposição bancária. Desde o seu surgimento, o que se percebe é que esse tipo de empréstimo tem deixado idosos do país inteiro mais vulneráveis. Segundo a legislação, o empréstimo poderá comprometer até 30% da aposentadoria de um idoso, e nem sempre este benefício é usado para suprir suas necessidades básicas, como a compra de alimentos e remédios, por exemplo. O dinheiro acaba nas mãos

[98] Publicada no Diário Oficial da União, em 18 de dezembro de 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências" (BRASIL, 2003).

de agiotas ou na conta bancária de parentes. Devido à procura e a facilidade em conseguir o benefício, alguns bancos têm contratado serviços terceirizados, o que tem gerado sérios problemas à população. Fatores como cláusulas de contrato, redigidas com letras pequenas e com texto de difícil compreensão, levando em consideração os altos índices de analfabetismo entre os segmentos mais velhos da população brasileira, facilitam a ação de pessoas mal intencionadas. Geralmente, os que buscam esse tipo de serviço possuem baixa renda e terminam se endividando cada vez mais. No país, um dos estados que mais sofre com o problema da corrupção, no tocante ao crédito consignado, é o Piauí, onde, em 2011, foram registrados 1.446 boletins de ocorrência envolvendo aliciamento de idosos, motivo pelo qual, a Delegacia do Idoso de Teresina receberá do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ainda este ano, um ponto de atendimento para que empréstimos suspeitos de irregularidades sejam cancelados de forma imediata[99].

E assim, dotados do poder que lhes confere o acesso a uma renda nominal mensal, proveniente da histórica luta por direitos do trabalho no Brasil, mulheres e homens, na condição de velhos trabalhadores, aposentados e/ou pensionistas, passam a compor essa trama mercadológica, capitalista com certeza, como personificação do trabalho – e não indivíduos isolados – integrados ao sistema do capital.

[99] A respeito do assunto, consultar: Cardoso (2010; DELEGACIA..., 2012; IDOSOS..., 2011; MARLLOS..., 2012).

6 O DIREITO À SAÚDE DO VELHO TRABALHADOR ESCRITO NO DIÁRIO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: RESULTADO DAS LUTAS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA

O processo deflagrado nos anos 1970 – sinalizado no item 5.2.3 – estará compondo o cenário dos anos 1980, fortemente marcado pela difusão do toyotismo, protagonizando a *revolução tecnológica e organizacional na produção*, testemunho mais concreto da reestruturação produtiva, da mundialização da economia associada ao processo de financeirização e do ajuste neoliberal, a favor do capital – diferente dos que pregam a não centralidade do trabalho. No receituário neoliberal de intervenção nas políticas econômicas e industriais, a palavra de ordem passa a ser flexibilidade, alterando o padrão rígido fordista. Dessa maneira, mudanças na organização do espaço da produção, na relação da periferia com o centro; ênfase na divisão do trabalho incidindo com violência na sua perspectiva ontológica, aprofundam o desemprego estrutural (BEHRING, 2008).

A mercê da reestruturação produtiva, caem os índices de sindicalização dos trabalhadores, impactando no seu poder de organização e pressão, enquanto classe social. Na teia de mudanças, o ajuste neoliberal completa sua trama, desregulamentando direitos, cortando gastos sociais e mercantilizando bens e serviços. Sobre o assunto, convém registrar as palavras de Michel Chossudovsky (1999, p. 26, grifo do autor), segundo o qual,

> desde o começo dos anos 1980, os programas de “estabilização macroeconômica” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para a negociação da dívida externa) têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. Contrariando o espírito do acordo de *Breton Woods*, cuja intervenção era a “reestruturação econômica” e a estabilidade das principais taxas de câmbio, o programa de ajuste estrutural (PAE) tem contribuído amplamente para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

Para endossar o que vem sendo colocado até o presente momento, ao adotar a perspectiva dialética de análise, concordo com Teixeira (2008, p. 46) quando “toma as lutas sociais como a força motriz da questão social, como um de seus elementos constituintes”, e ratifico o pensamento de Behring e Boschetti (2006, p. 51) por considerarem que:

> as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Para ilustrar a perspectiva de análise das autoras, por exemplo, é pertinente fazer referência ao estudo realizado pela socióloga Eneida Haddad (1993), a respeito do Movimento de Aposentados e Pensionistas e suas conquistas na agenda da Seguridade Social brasileira, mais especificamente, no texto da Constituição de 1988. Essas observações já são suficientes para inferir que, qualquer periodização sobre a trajetória dos modelos de proteção social, desvinculada das lutas sociais, por mais pedagógica que seja, não atende à perspectiva da totalidade social. Com esse pensamento, apesar da dificuldade de delimitar uma periodização capaz de indicar, com precisão, as primeiras iniciativas, Behring e Boschetti (2006, p. 47) destacam, justamente, o final do século XIX como sendo um marco para o surgimento das políticas sociais, tendo sua generalização se efetivado após a Segunda Guerra Mundial. As autoras consideram que “as políticas sociais, enquanto processo social, se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal”.

6.1 A política de saúde e a contrarreforma do Estado: questões e desafios contemporâneos colocados ao Serviço Social

Sem perder de vista o enfoque totalizante, se fosse possível dedicar apenas um parágrafo à história da proteção social, desde a transição da sociedade feudal à consolidação da moderna, a título de contextualização, recorrendo ao primeiro Capítulo desta tese, vale lembrar que, segundo o estudo de Sonia Fleury (1994), na Inglaterra, entre 1600 e 1880, foram desenvolvidas as *Poor Laws*, um modelo de proteção social que protagonizou e disseminou uma concepção culpabilizadora da pobreza e da assistência a ela associada. Mais adiante, no final do século XIX, na Europa Ocidental, foram adotados programas de seguro social, entre 1880 e 1914, caracterizando um novo modelo de proteção social. Este modelo será expandido, principalmente, após as Guerras Mundiais, durante o período de 1918 a 1960, com a ampliação da cobertura e dos programas sociais, predominando, à época, o princípio do dever do Estado de prover um mínimo. Pautado numa ideologia

corporativa, meritocrático é realizado mediante a contribuição de um percentual do salário, tendo como princípio a solidariedade entre os trabalhadores. Assim, o acesso ao seguro social protagoniza um *status* de privilégio aos segurados. O período que se demarca entre 1960 e 1975 caracteriza a universalização da cobertura e ampliação dos níveis dos benefícios. Prevalece, desde então, em alguns países da Europa, a noção de gastos como garantia estatal de um nível ótimo, o que veio desencadear considerável aumento dos gastos públicos com os programas sociais. Eis o contexto histórico no qual se inaugura a Seguridade, enquanto modelo institucional de proteção social, embasado numa ideologia social-democrata, cujo princípio de justiça sugere mecanismos de redistribuição das riquezas socialmente produzidas. Neste caso, diferente dos outros dois modelos – da assistência aos pauperizados e do seguro aos contribuintes –, é introduzido o *status* de Direito do Cidadão, na perspectiva do acesso universal (FLEURY, 1994).

A partir de meados dos anos 1970, com a ofensiva neoliberal para dar conta da crise que se instalava, haverá forte investimento no desmantelamento das instituições e conquistas históricas da classe trabalhadora. É o momento das manobras da reestruturação produtiva, provocando o desemprego estrutural para viabilizar os objetivos do capital. De acordo com Mészáros (2002, p. 95, grifo do autor), “hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal* [...]”. É nesse contexto que Teixeira (2008, p. 116) vem lembrar que a ofensiva neoliberal também se expressa na dimensão da superestrutura, com forte apelo às práticas de

> cooperação no processo produtivo e fora dele, difundindo uma cultura solidarista entre classes antagônicas tanto no enfrentamento da crise, quanto no trato da questão social, deslegitimando a solidariedade social administrada pelo Estado que deu origem às políticas públicas de corte social, reatualizando práticas filantrópicas e o trabalho voluntário no trato das mazelas sociais e viabilizando a mercantilização de serviços sociais para o público que pode pagar por eles.

A respeito do assunto, Mészáros (2002, p. 95) comenta que “no passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas”, considerados os relativos ganhos para o movimento socialista, expressos “tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se

demonstraram *reversíveis*". O filósofo húngaro também insiste em destacar que esses ganhos foram obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho, a saber: sindicatos e grupos parlamentares. Mas, o capital, ao conceder esses ganhos, o fez diante das condições favoráveis e, presumo, necessárias à reprodução social da classe trabalhadora, também, em razão da baixa no contingente populacional, principalmente, no que se refere ao contingente masculino, em consequência de duas Guerras Mundiais[100]. Voltando a Mészáros, este sinaliza que os referidos ganhos, em contrapartida, "puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão".

6.1.1 A velhice entra em pauta na agenda mundial das políticas públicas...

A magnitude da transição demográfica; do complexo perfil epidemiológico; da escassez de profissionais qualificados e ambientes devidamente planejados; do desemprego estrutural; do empobrecimento dos trabalhadores; da flexibilização dos direitos sociais conquistados; do desmantelamento dos equipamentos, inclusive os da saúde pública, para atender à referida população; a mercantilização dos serviços de proteção social, com ênfase nos de saúde; aliados à responsabilização e culpabilização do velho pela inviabilização das políticas que compõem a tríade da Seguridade Social fazem parte do cenário. Assim, para dar conta dos objetivos desta tese, é oportuno lembrar que o cenário político dos anos 1980 também contemplava uma expressiva preocupação com a velhice de segmentos específicos da classe trabalhadora, localizados nos países, inicialmente, do chamado *primeiro mundo* e, depois, por motivos óbvios, do *terceiro mundo* em diante. Sabe-se, naqueles países hegemônicos, o acesso protagonizado pelo sistema de proteção social do pós-guerra, como resultado das lutas sociais, permitiu um processo de envelhecimento – tanto na dimensão do indivíduo quanto das populações – diferenciado para melhor, em relação aos trabalhadores dos países periféricos. Na análise de Behring (2008, p. 129), na história mundial do século XX, o que pode se chamar de reforma associava-se ao *Welfare State*, ou seja,

[100] Apesar de ter enveredado por pesquisar, não encontrei nenhuma referência capaz de trazer informações demográficas a respeito dessa minha hipótese.

> uma reforma dentro do capitalismo, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas de sustentação da acumulação ao lado da proteção ao emprego e demandas dos trabalhadores, viabilizada por meio dos procedimentos democráticos do Estado de direito, sob a condução da social democracia.

A despeito do estudo sobre a política social na "ordem da reprodução sociometabólica do sistema do capital" ser um tema recorrente na produção de conhecimento do Serviço Social, o que vem sendo colocado pelo discurso predominante nos ensaios sobre o envelhecimento no país, desconsidera a dinâmica dialética, quase que naturalizando as diferenças existentes entre os processos de envelhecimento, da velhice vivenciada pelas diferentes populações no cenário mundial. Há também uma maneira de se credenciar essas diferenças à providência tomada por um Estado, europeu, dando total invisibilidade às lutas sociais enquanto força motriz desse episódio transitório e focalizado de concessão. Dessa maneira, a baixa populacional, em decorrência das mortes em tempos de guerra, por exemplo, não tem sido mencionada como fator determinante no movimento do perfil demográfico dos países afetados por essa tragédia humana. Não sendo possível esquecer que "os progressos nos setores econômico, médico e de serviços universais de proteção social criaram uma saudável geração de *baby boomers*, os nascidos após a Segunda Guerra Mundial e agora em idade para obter a aposentadoria" (CARTA, 2009, p. 12).

Em se tratando da particularidade brasileira, de maneira igual, como determinante da queda brusca da taxa de fecundidade, não tem sido comum encontrar referências aos programas instituídos nos anos 1970, quando controlar a natalidade dos pobres significava uma medida de segurança nacional. A leitura que se faz, em geral, evidencia essa queda na taxa de fecundidade como resultado de uma política de planejamento familiar. Como exemplo dessa política de erradicação dos pobres – e não da pobreza –, o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco (PPGAR), foi combatido pelos Movimentos Sociais, em decorrência do seu teor controlista, "cujos critérios de identificação de risco adotados pelo programa, encaminhavam um controle de nascimentos entre pobres, negros e outras populações *descartáveis*" (SACRAMENTO, 2008). Nessa mesma lógica, também não há de ser esquecida a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BENFAM),

> criada em novembro de 1965 como uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro mas com intervenções em quase todo o território nacional. Financiada por capital internacional e filiada ao IPPF[101] tinha como estratégia o treinamento de profissionais de saúde para a prática do planejamento familiar e a prestação direta de assistência exclusiva em ações contraceptivas, através de suas unidades próprias ou conveniadas com prefeituras, sindicatos, secretarias de saúde, universidades etc. (COSTA, 2010).

A negação da história – convém não esquecer – é um recurso ideológico do conservadorismo[102]. Muito embora haja indícios de que, no trato das questões do envelhecimento, muito se produz sob o efeito das águas do rio *Lethé*[103], não obstante o esquecimento, as diferenças no tocante aos processos de envelhecimento populacionais existem, mas existem como produto das relações sociais capitalistas, e foram incorporadas intencionalmente na agenda das políticas públicas, de acordo com a magnitude do problema levantado em relação à velhice, em épocas diferentes. Por exemplo, em 1982, a primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento ocorrida em Viena foi considerada um marco inicial na constituição de uma agenda internacional de políticas públicas direcionadas ao referido segmento populacional. Contudo, apesar de ter evidenciado, na agenda internacional, o debate sobre o envelhecimento individual e populacional, o Plano de

---

[101] O *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), com sede em Londres, foi criado em 1952, por Margaret Sanger, que contava com apoio financeiro de diversas instituições interessadas em planejamento familiar, visando ao controle demográfico, portanto restritivo às liberdades procriativas das mulheres ou dos casais. O IPPF virá, nos anos sessenta, financiar entidades e outras instituições que no Brasil realizaram o planejamento familiar.

[102] De acordo com Netto (2010, p. 14, grifo do autor), "a imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade – e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre aparência e essência é desqualificada. A realidade, na complexidade ontológica dos vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra-de-toque da nova 'sensibilidade': o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de 'totalitarismo'".

[103] Platão, ao desenvolver "a teoria da reminiscência", afirmando que "nascemos com a razão e as idéias verdadeiras, e a Filosofia nada mais faz do que nos relembrar essas idéias", recorre, como de costume, à alegoria ou ao mito enquanto recurso literário para expor sua teoria. Assim, para explicar a teoria da reminiscência, Platão narra o mito de Er. De acordo com Chaui (2005, p. 69), "o pastor Er, da região da Panfília, morreu e foi levado para o Reino dos Mortos. Ali chegando, encontra as almas dos heróis gregos, de governantes, de artistas, de seus antepassados e amigos. Ali, as almas contemplam a verdade e possuem o conhecimento verdadeiro. Er fica sabendo que todas as almas renascem em outras vidas para se purificarem de seus erros passados até que não precisem mais voltar à Terra, permanecendo na eternidade. Antes de voltar ao nosso mundo, as almas podem escolher a nova vida que terão. Algumas escolhem a vida de rei, outras de guerreiro, outras a de comerciante rico, outras de artista, outras de sábio. No caminho de retorno à Terra, as almas atravessam uma grande planície por onde corre um rio, o Lethé (que, em grego, quer dizer 'esquecimento'), e bebem de suas águas. As que bebem muito esquecem toda a verdade que contemplaram, as que bebem pouco quase não se esquecem do que conheceram. As que esolheram vida de rei, de guerreiro ou de comerciante rico são as que mais bebem das águas do esquecimento; as que escolheram a sabedoria são as que menos bebem. Assim, as primeiras dificilmente (talvez nunca) se lembrarão, na nova vida, da verdade que conheceram, enquanto as outras serão capazes de lembrar e ter sabedoria, usando a razão".

Viena não avançou – como era de se esperar – no sentido de subverter a lógica de privilegiar os planos econômicos e políticos em detrimento dos temas sociais no âmbito das Nações Unidas. Na verdade, o foco de atenção principal do plano era a situação de bem-estar social dos idosos dos países capitalistas hegemônicos, dotado de um forte apelo à promoção da independência e autonomia do idoso, "novo ator social", concebido como indivíduo independente financeiramente. O fato, porém, de ter sido destinado ao idoso dos países capitalistas hegemônicos não impediu, afirma Camarano (2004), que vários governos da América Latina modificassem suas Constituições, criando leis que favoreciam a população idosa, a exemplo do Brasil, em 1988; Peru, 1993; Bolívia, 1994; Equador, 1998 e Venezuela em 1999[104]. Mas é preciso tomar cuidado com a afirmação porque uma interpretação simplista permitiria concluir que, numa relação de causalidade, os governos desses países, espontaneamente, adotaram o conjunto de recomendações do Plano de Viena e implementaram políticas, inclusive, com modificação das suas Constituições. Ora, tal afirmação e interpretação são reducionistas, acabam dando invisibilidade ao movimento, às lutas dos trabalhadores pelos direitos sociais desencadeadas em países da América Latina entre as décadas de 1960 e 1980.

Vinte anos após Viena, a preocupação passou a abranger os velhos de outros mundos, sendo realizada em Madri a Segunda Assembléia Mundial, no ano de 2002. Dessa vez, diante da transição demográfica observada nos países capitalistas periféricos, houve maior atenção dedicada aos problemas impostos pelo envelhecimento populacional no chamado "terceiro mundo" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002). Já não era mais possível ignorar um processo tão antigo quanto a própria história da humanidade, tendo em vista a imposição de novas demandas perante as autoridades, diante do impacto da velhice desprotegida, na agenda da seguridade.

Destarte, entre Viena (1982) e Madri (2002), no Brasil, ocorreram mudanças significativas no texto da Carta Magna, como expressões históricas dos movimentos e lutas sociais, conquistas legitimadas, principalmente, no capítulo que trata da

[104] É conveniente registrar que a montagem do padrão de Seguridade Social na América Latina tem sua origem no século XIX. Foi iniciado no Uruguai, Chile, Argentina e Brasil, no dizer de Fleury (1994, p. 176), "como parte das transformações que se operam na estrutura produtiva e na inserção desses países no sistema capitalista internacional, levando à crise do modelo primário-exportador, em conseqüência da modernização e da diversificação da estrutura socioeconômica".

Seguridade Social na Constituição de 1988. Os discursos incorporados nos Planos Mundiais para o Envelhecimento, deliberados nas duas Assembléias, ou seja, do "Envelhecimento Saudável" e "Envelhecimento Ativo" respectivamente, iluminaram os debates e conteúdos das políticas legitimadas no aparato legal brasileiro, destinadas aos segmentos mais velhos da população geral. Mas todo esse movimento acontecia quando a ofensiva neoliberal preconizava o esvaziamento do conteúdo da Seguridade Social reivindicado pela Reforma Sanitária Brasileira (RSB).

Chega-se, enfim, ao século XXI – sendo de conhecimento público – com o Brasil assumindo, no cenário mundial, a (ir)responsabilidade de ser um dos principais países a corroborar os dados da desigualdade social. Em 2002, os 50% mais pobres detinham 14,4% da renda nacional e o 1% mais rico concentrava 13,5% (BRASIL, 2004). A respeito do assunto, Marcio Pochmann (2006) alerta para o fato do País – que chega a representar a terceira pior desigualdade de renda – registrar a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego, perdendo apenas para a Índia, Indonésia e Rússia. Eis o cenário onde se processa o curso de vida humana da grande maioria dos "cidadãos" brasileiros. Portanto, me faço valer mais uma vez das palavras de Teixeira (2008, p. 159), por acreditar que a condição social dos homens e das mulheres, na velhice, com certeza, "tende a se diferenciar no próprio interior da classe trabalhadora, conforme o padrão de reprodução social instituído na sociedade brasileira", não sendo difícil entender que, "sobre os trabalhadores mais pobres, recai um envelhecimento desumanizante, desprotegido, quase sempre objeto de ações filantrópicas".

O quadro se assemelha ao impacto causado pela tela pintada por Van Gogh, em 1890, intitulada "*Old Man in Sorrow*" (O velho triste). Dessa maneira, embora a experiência do envelhecimento seja inerente à espécie humana, para além da dimensão biológica, do marcador cronológico, as relações sociais de exploração no modo de produção capitalista irão determinar diferenças e desigualdades nesse processo de envelhecer, tanto entre indivíduos quanto entre populações. Assim concebido, o processo de envelhecimento – a velhice – não pode ser apartada da tragédia imposta à maioria dos brasileiros de todas as faixas etárias (HADDAD, 1993, p. 106). Para ilustrar alguns aspectos do fenômeno verificado no Brasil, ou seja, a transição demográfica em curso, é necessário pressupor que, conforme ensina Iamamoto (2008, p. 128), "as desigualdades que presidem o processo de

desenvolvimento do País têm sido uma das suas particularidades históricas", processo este que remete à "questão social" brasileira. É nesse campo, onde se travam as lutas sociais, produto da sociedade moderna, que as reivindicações por direitos do trabalho passaram a incorporar a dimensão da proteção social ao envelhecimento, à velhice do trabalhador. Foi assim que, no Brasil, desde a Lei Eloi Chaves[105], em 1923, – se a considero um marco – outras conquistas foram realizadas como resultados da histórica luta de classe. Mas o que, de fato, dando conta dos objetivos desta tese, deve ser aqui retomado em relação à garantia dos Direitos Sociais ao segmento mais velho da população, na trajetória das lutas e conquistas sociais refletidas na Seguridade Social brasileira? Observe-se o item a seguir.

6.1.2 A trajetória dos Direitos Sociais, com ênfase no Direito à Saúde, garantidos aos velhos trabalhadores nos textos das Constituições brasileiras[106]

A história da Política de Saúde enquanto Direito Social, no Brasil, se confunde, em alguns períodos, com a trajetória da Política Previdenciária legitimada nos textos das Constituições brasileiras, configurando-se como resultado das lutas da classe trabalhadora, muito embora tais conquistas não representem, na íntegra, a pauta de reivindicações na sua totalidade. Dito de outra maneira, as respostas engendradas pelo Estado, às questões apresentadas pelo movimento operário, historicamente, tendem a contemplar aspectos integráveis específicos – inclusive geracionais – relacionados à saúde do trabalhador, de modo a promover o mínimo de sua reprodução social, seguindo os ditames dos processos de exploração e acumulação inaugurados pelo capital.

Como se sabe, a primeira tentativa de criar uma Constituição brasileira ocorreu em 1817, com a – fracassada – Revolução Pernambucana. Sete anos mais tarde, mediante a realização de uma Constituinte fechada, imposta por D. Pedro I, o

[105] Conforme Haddad (1993), a Lei Eloi Chaves, em 1923, no Governo de Artur Bernardes (15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926), organizando as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), e prevendo a prestação de serviços médicos aos beneficiários, veio caracterizar o momento em que velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. Para a referida autora, no Brasil, o ano de 1923 representa, sem dúvida, um marco na luta e conquista da aposentadoria como um Direito Social do Trabalho.

[106] Este item foi produzido com base nas anotações, reflexões e pesquisa realizada durante a disciplina Direitos sociais nas Constituições brasileiras, ministrada pelo Profº Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes do Deptº de Serviço Social da UFPE.

Brasil passa a ser um dos primeiros países, no mundo, a possuir uma Carta Magna, outorgada pelo Imperador. A Carta Imperial de 1824, cujo texto, iniciado com teor confessional, foi inspirado no constitucionalismo inglês, segundo o qual é constitucional apenas aquilo que diz respeito aos poderes do Estado e aos direitos e garantias individuais, não contemplando, portanto, Direitos Sociais (NOGUEIRA, 2001).

Durante a República Velha (1889-1930), com o fim da escravidão, em 1888, e do Império no ano seguinte, aconteceu nova Constituinte, processo este que legitimou a proclamação da Constituição Republicana em 1891 – que regerá o País durante trinta anos –, de teor laico, fortemente influenciada pelo positivismo. A exemplo da anterior, também não mencionava Direitos Sociais. Esse período foi marcado por uma significativa mudança no cenário político do País onde, diferente da centralização monárquica, se instalava o Federalismo. O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, proclama a República Federativa e institui o Governo Provisório, chefiado pelo Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca (15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891), tendo como subchefe Rui Barbosa, também Ministro da Fazenda, o qual praticamente escreveu todo o texto da Constituição de 1891. Nos decretos que vão surgindo a partir do 15 de novembro, há explícita preocupação com a Segurança Nacional, com a definição da sede do poder federal, a cidade do Rio de Janeiro (Decreto nº. 1, Artigos 8 e 10); os símbolos nacionais (Decreto nº. 4, de 19 de novembro de 1889, Artigo 1º). No entanto, chama a atenção o Decreto nº. 5, de 19 de novembro de 1889, no seu Artigo 1º, expressando a preocupação com os necessitados, enfermos, viúvas e órfãos pensionados pelo imperador deposto, fato que caracteriza o teor assistencialista no trato com as necessidades da população indigente.

Com a instalação das indústrias no Brasil, as precárias condições de trabalho e de vida das populações urbanas desencadeiam a emergência dos movimentos sociais urbanos e movimentos operários, sob forte influência dos imigrantes, enfrentados como “caso de polícia” e, posteriormente, como “questão social”, cujas respostas engendradas pelo Estado acabaram resultando em embriões de legislação trabalhista e previdenciária. Nessa conjuntura, predominavam as doenças transmissíveis, a ocorrência de epidemias e de doenças pestilenciais, verdadeiras ameaças ao modelo econômico agrário-exportador. A atenção à saúde se limitava,

portanto, ao objetivo de alavancar a economia, não havendo preocupação com a saúde da população. Em nenhum instante configurava-se a ideia de Direito à Saúde (PAIM, 2003).

O texto da Carta Magna em vigor, no tocante à aposentadoria, se limitava a proteger apenas os funcionários públicos (Art. 75). Mas, antecedendo a Constituição de 1934, destaca-se – como conquistas – a Lei Eloi Chaves, em 1923, no Governo de Artur Bernardes (15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926), organizando as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP), e prevendo a prestação de serviços médicos aos beneficiários, momento em que velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. No Brasil, o ano de 1923 representa, portanto, um marco na luta e conquista da aposentadoria como um Direito Social do Trabalho (HADDAD, 1993, grifo nosso).

Com a Revolução de 1930, inicialmente fundamentada em um ideário liberal, embora, segundo informa Ronaldo Poletti (2001), os acontecimentos posteriores a transformassem num projeto social democrático e, em seguida, numa causa eficiente de uma ditadura bajuladora do fascismo europeu, Getúlio Vargas (3 de novembro de 1930 a 29 de outubro de 1945) passa a ser o Chefe do Governo Provisório. Sendo este eleito Presidente da República, ao fim dos trabalhos da Constituinte, em julho de 1934. A princípio, seu mandato seria de 4 anos, no entanto, foi prorrogado em razão do golpe e da Constituição outorgada de 11 de novembro de 1937. Entre 1930 e 1964, foram promulgadas as Constituições de 1934, 1937 e 1946. Nessa época, refere Paim (2003), quando é iniciada uma transição demográfica no país, havia predomínio de doenças da pobreza (doenças infecciosas e parasitárias, deficiências nutricionais *et cetera*) e o aparecimento da chamada morbidade moderna (doenças do coração, neoplasias, acidentes e violências).

Em 1930, com a ampliação da cobertura previdenciária, a partir da criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), as despesas com assistência médico-hospitalar correspondiam a 8,9% da receita, havendo redução para 8% em 1931. Os dados refletem o teor da política contencionista do governo Vargas, quando os recursos previdenciários foram utilizados no projeto econômico de

industrialização do Brasil. Essa trajetória de contenção será acentuada, chegando a 2,3% da receita com gastos médico-hospitalar em 1945 (HADDAD, 1993).

A Constituição de 1934, é importante lembrar, vem garantir o direito ao voto às mulheres, desde que exercessem função pública remunerada (Art. 109). No seu Título IV, ao tratar da Ordem Econômica e Social, contemplará uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora: menção à proteção social, salário mínimo, limite de jornada de trabalho, regulamentação do trabalho do menor, repouso, férias remuneradas, assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante *et cetera*. Merece destaque também a "instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes do trabalho ou de morte" (POLETTI, 2001, grifo nosso).

Com o Estado Novo, é promulgada, em 10 de novembro de 1937, a segunda Constituição outorgada do Brasil, cujo texto constitucional representa uma ruptura clara com o Estado Liberal, tendo como seu principal autor o jurista de sensibilidade fascista Francisco Campos. Embora mantendo os Direitos Sociais conquistados pelos trabalhadores, há um expressivo retrocesso ideopolítico, em ofensiva explícita à "infiltração comunista" no país. No item que trata das Disposições Transitórias e Finais, por exemplo, há referência à imposição de aposentadoria e reforma a funcionários civis e militares, mediante juízo do Governo (Art. 177); fechamento da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembléia Legislativa (Art. 178); e instalação em todo País do Estado de emergência (COSTA PORTO, 2001a).

Em fevereiro de 1946, tendo como Presidente da República o Marechal Eurico Gaspar Dutra (31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951), foi instalada a Assembléia Constituinte, com designação de 37 membros para compor a "Grande Comissão" de Constituição, contando, inclusive, com a participação do Partido Comunista, valendo mencionar a participação de Gregório Bezerra[107]. A Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, portanto, foi celebrada, com entusiasmo, por um Parlamento composto por fortes bancadas de comunistas e

[107] A respeito do assunto, em suas *memórias*, o próprio Gregório escreveu: "as minhas atividades na Assembléia Nacional constituinte na elaboração da Constituição da República de19 de setembro de 1946 foram, em linhas gerais, modestas [...]" (BEZERRA, 2011).

trabalhistas, fato registrado pela primeira vez na história do Brasil. No Título V, Da Ordem Econômica e Social, principalmente no Art. 157, há menção aos direitos trabalhistas, com ênfase na assistência médica e previdenciária (BALEEIRO; SOBRINHO, 2001).

No Brasil, para os trabalhadores urbanos com carteira assinada, o desenvolvimento da Previdência Social realizou-se mediante a organização de vários IAP. Esse período foi marcado pelo crescimento da medicina previdenciária, na primeira metade do século XX, permitindo acesso dos trabalhadores urbanos e familiares à assistência médico-hospitalar. Em diferente situação, porém, se encontravam os trabalhadores rurais, empregados domésticos, desempregados e os vinculados ao mercado informal. Com relação à Saúde, nesse período, desenvolveu-se a perspectiva da Educação Sanitária e a institucionalização de campanhas de controle de doenças. Em 1953, com Getúlio Vargas mais uma vez ocupando a Presidência da República (31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954), foi criado o Ministério da Saúde, promovendo a incorporação de serviços de combate às endemias (1941), criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e Instalação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956). Esses organismos transformaram-se depois em Fundação SESP e em Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), fundidos em Fundação Nacional de Saúde (Funasa), três décadas depois (PAIM, 2003).

Cabia então ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e Municipais a tarefa de realizar campanhas sanitárias e programas especiais, bem como a manutenção de centros, postos de saúde e serviços de pronto-socorro, maternidades, hospitais específicos de psiquiatria, tisiologia *et cetera*, para onde recorriam os segmentos da população não beneficiários da medicina previdenciária e que não podiam pagar pela assistência médico-hospitalar particular. Não havia, contudo, nenhuma atenção específica ao segmento mais velho da população. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi promulgada, em 26 de agosto de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) (Lei nº 3.807), marcando o fim do modelo contencionista implantado por Vargas. No período do mandato de João Goulart (7 de setembro de 1961 a 1 de abril de 1964), foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS),

em meio à luta reivindicatória dos operários para evitar redução do poder aquisitivo dos salários.

Apesar da criação do Ministério da Saúde – cujo orçamento minguado impossibilitou a formulação de uma Política Nacional de Saúde –, com a expansão dos IAP e da medicina previdenciária, desenvolveu-se nesse período a base para a capitalização do setor saúde e da medicina (privada), em detrimento da saúde pública. O tempo do Autoritarismo Militar (1964-1984) será iniciado com a invalidação da Constituição que estava em vigor. Dando testemunho da resistência, deve ser mencionado, como exemplo, a criação da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, no ano de 1966, cujas principais lutas incorporadas pelo Movimento estavam diretamente relacionadas à proteção – saúde e previdência – à velhice dos trabalhadores (HADDAD, 1993).

Em 1967, o então Presidente da República, Marechal Castello Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), entendia que a continuidade da obra revolucionária deveria ser assegurada por uma nova Constituição (CAVALCANTI; BRITO; BALEEIRO, 2001). O ano de 1966 será marcado por manobras do Governo para controlar a Previdência, objetivo concretizado no dia 21 de novembro, ao ser criado o imenso aparato burocrático que congregará todos os IAP. O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1967, será responsável pela contratação de serviços médicos terceirizados em 2.300 hospitais, dos 2.800 existentes no Brasil (HADDAD, 1993). Na sequência, em 1968, o país será surpreendido pelo AI-5 e, em 1969, com mais uma Constituição (COSTA PORTO, 2001b).

Na época, o modelo de desenvolvimento vinculado ao projeto de internacionalização da economia era pautado na concentração de renda; estímulo ao êxodo rural; aceleração da urbanização, sem garantia de investimentos em infra-estrutura urbana como saneamento, transporte, habitação, saúde *et cetera*. Nesse período, as condições de saúde da população brasileira, expressas em diversos indicadores, eram críticas. O perfil de morbidade abrangia as doenças modernas (predominantes) mais as da pobreza. As doenças do aparelho circulatório passaram a ser, desde então, a causa mais importante de morte no Brasil dos anos 1980 (PAIM, 2003).

Mesmo no período do “Milagre Brasileiro” (1968-1973) não houve melhoria do quadro sanitário, acontecendo uma grave epidemia de meningite na década de 70. Os anos 1970 serão marcados também pelas acentuadas defasagens dos proventos dos aposentados e pensionistas, fruto da política de ‘confisco salarial’ implementada após 1964 e agravada na década seguinte. Somente no período pós-1974 ocorreram melhorias localizadas em relação às doenças transmissíveis, particularmente, as controláveis por imunização. Foi nesse período que aconteceu a V Conferência de Saúde, momento em que foi proposta a criação do Sistema Nacional de Saúde, apresentada pelo Governo, todavia, refutada pelos empresários da saúde[108]. Tal proposta foi reduzida a Programas Nacionais focalizados – sendo nenhum direcionado ao segmento mais velho da população. No plano da previdência social, aconteceu a unificação dos IAP (1966) – Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); extensão da medicina previdenciária aos trabalhadores rurais – Funrural (1973); criação do Ministério da Previdência Social (MPAS) – que implantou o Plano de Pronta Atenção (PPA), possibilitando atendimento de urgência a indivíduos segurados ou não, em clínicas e hospitais contratados pela Previdência Social. Em 1977, foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Nos anos 80, explode a crise financeira da previdência social (PAIM, 2003).

No governo de Figueiredo (15 de março de 1979 a 15 de março de 1985) elaborou o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE), discutido durante a VI Conferência Nacional de Saúde. Era uma iniciativa ambiciosa de reorientação do sistema de saúde. Apresentava um conjunto de diretrizes que reforçava a atenção primária à saúde (APS), a participação da comunidade, a regionalização e hierarquização de serviços, o sistema de referência e contra-referência, a integração de ações preventivas e curativas, entre outras, porém, foi boicotado pelos interesses privados. Em 1982, com o Plano do Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP) foi extinto o pagamento por unidades de serviços ao setor privado contratado pelo INAMPS, e implantadas as

[108] Entre os dias 6 e 12 de setembro de 1978, aconteceu, em Alma-Ata, na União Soviética, a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Do encontro, ficou registrada, na Declaração de Alma-Ata, a preocupação com a promoção de saúde de todos os povos, dirigida a todos os governos e comunidades do mundo. Alguns princípios adotados nessa Conferência foram incorporados na pauta de reivindicações da RSB (acesso universal, participação da comunidade e controle social) (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 2010).

autorizações para internação hospitalar (AIH) possibilitando, mediante as ações integradas de saúde (AIS), o acesso aos serviços previdenciários, além dos de saúde pública, à população não segurada (PAIM, 2003).

Apesar das lutas, que em 1988 irão consolidar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), prevaleceu o modelo médico-assistencial privatista que articulava interesses das empresas médicas, do Estado e de empresas multinacionais de medicamentos e de equipamentos médico-hospitalares. Realidade combatida pela proposta da Reforma Sanitária Brasileira. No contexto da Nova República (1985-**1988**), durante o governo de José Sarney (15 de março de 1985 a 15 de março de 1990), porém, significativas conquistas e mudanças acontecerão no tocante aos Direitos Sociais da população geral brasileira. Foi marcante a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, entre os dias 17 e 21 de março de 1986. As referidas conquistas estão legitimadas, principalmente, no Capítulo que trata da Seguridade Social. Para Garibaldi Gurgel Júnior (2004, p. 40), esse momento histórico é considerado o "maior, mais complexo e democrático processo de reforma que já se teve notícia neste País [...]". Foi, portanto, na contramão do desmantelamento do *Welfare State*, que o Brasil implementou políticas de teor universalizante. Momento este que me reporta ao pensamento de Rosa Luxemburgo (2005, p. 17), quando defendia que

> a luta cotidiana pelas reformas, pela melhora do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a socialdemocracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido de sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a socialdemocracia um laço indissociável entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim.

Não há dúvidas, é evidente que nos anos 1980 ocorreram conquistas na agenda da Política Social brasileira, simbolizando uma importante reforma democrática do Estado, com significativas mudanças e possibilidades de avanços no tocante aos Direitos Sociais da população geral, embora as condições econômicas internas e internacionais fossem extremamente desfavoráveis. As referidas conquistas estão legitimadas, principalmente, no Capítulo que trata da Seguridade Social[109], significando a maior vitória da RSB, quando houve, na Carta Magna de

[109] Art. 194 "A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Previdência e à Assistência Social" (BRASIL, 1988).

1988, a incorporação dos princípios e diretrizes do movimento sanitário, mediante emenda popular (CAIO, 1999). A Saúde, a partir de então, passou a ser

> um direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196).

De acordo com Camarano (2004, p. 263), “o Brasil é um dos pioneiros na América Latina na implementação de uma política de garantia de renda para a população trabalhadora que culminou com a universalização da seguridade social em 1988”. Porém, apesar das conquistas, inclusive, do avanço no aparato legal destinado a proteger a saúde do segmento mais velho da população geral, não é possível deixar de considerar, mesmo no contexto dessas mudanças, conforme alerta Matheus Papaléo Neto (1996), que a política de desenvolvimento dominante nas sociedades industrializadas e urbanizadas sempre teve mais interesse na assistência materno-infantil e juvenil.

Desde a Lei Eloi Chaves, em 1923, no Brasil, outras conquistas foram realizadas como resultados das lutas sociais. Nos anos 1990, por exemplo, no âmbito da Seguridade Social, alguns passos foram dados rumo à cidadania das pessoas idosas no País, com a promulgação da Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994), instituindo os direitos sociais do segmento; a Política Nacional de Saúde do Idoso, Portaria nº 1.395, de 9 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), revisada pela Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006 (BRASIL, 2006), focada nesta tese como marco para a seleção dos Artigos nos anais dos ENPESS. Outro destaque foi a homologação, após sete anos de tramitação no Sendo Federal, do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1° de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), consolidando todos os direitos sociais antes conquistados. Mas, conforme alerta Ana Elizabete Mota (2006), analisando a trajetória da Seguridade Social brasileira, todas essas conquistas acontecem no contexto de um conjunto de mudanças macroextruturais, em favor das prescrições neoliberais, quando as classes dominantes iniciam a sua ofensiva contra a seguridade social universal.

6.2 O velho trabalhador e o SUS...

Pensar a velhice implica, sem dúvida, refletir sobre o tempo. E o tempo continua sendo, desde a antiguidade, tema presente na produção de artistas, religiosos, filósofos e cientistas. Assim, dos gregos foram herdados os mitos e as dimensões do *tempo marcado*, "Kronos", e do *tempo vivido*, "Kairós". Dos romanos, a elaboração de Cícero (2002) (103 – 43 A.C.), em defesa de uma visão positiva sobre a velhice, continua presente no debate contemporâneo a respeito do tema. Na perspectiva de contrapor essa visão positiva sobre a velhice, Norberto Bobbio (1997, p. 45) será enfático afirmando que "quem louva a velhice nunca a teve diante dos olhos". Mais recentemente, cientistas reconhecidos e premiados com o Nobel, como o físico Albert Einstein (1879 – 1955) e o químico Ilya Prigogine (1917 – 2003), por exemplo, embora não tenham discutido a velhice, dedicaram nos seus estudos atenção especial ao *tempo*. Nos anos 1970, no campo da Gerontologia, uma contribuição essencial, várias vezes citada nesta tese, foi produzida por Simone de Beauvoir sobre *A velhice*. Em seu livro, Beauvoir (1990, p. 17) assinalou a necessidade de elaboração de estudos exaustivos, capazes de extrapolar o destino biológico ao qual estão condenados os seres humanos – que transcende a história da humanidade – para dar conta do contexto social onde se vivencia e diferencia a velhice. Nas suas sábias palavras, "tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão e um Onassis".

Contudo, ninguém é surpreendido pela velhice da noite para o dia. Envelhecer é um processo multidimensional – biológico, psicológico, social e cultural – inerente ao ser humano, iniciado antes da velhice, fase que completa o curso de vida, cuja delimitação não coincide no tempo e no espaço das diferentes sociedades[110]. Para além da demarcação cronológica, o envelhecimento humano sempre instigou a

[110] Como observa Beauvoir (1990), para Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.) a velhice resultava de uma ruptura do equilíbrio entre os quatro humores (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra), começando aos 56 anos. O médico grego é o primeiro a comparar as etapas da vida humana às quatro estações da natureza e a velhice ao inverno. Aristóteles (427 a.C. – 347 a.C.) considerava que a condição de vida era o calor interior e associava a senescência ao resfriamento, acreditando que a perfeição do corpo se completa aos 35 anos e a da alma aos 50. Segundo Dante (1472 – 1629), chega-se à velhice aos 45 anos.

reflexão a respeito do tema, tão antigo quanto a história da própria humanidade. Desde a Grécia antiga até a era moderna, muito se pensou e estudou sobre a velhice sem que, necessariamente, essas elaborações – importantes para cada época – tenham extrapolado os limites da unicausalidade. Conforme pode ser constatado, o pensamento de Galeno, no século II, influenciou estudos até o século XVIII, sempre associando a velhice a uma doença incurável (BEAUVOIR, 1990).

6.2.1 “O grave risco de regressão dos direitos sociais” refletido na (des)proteção à saúde do velho trabalhador no Brasil

Apesar de haver, nas sociedades pré-capitalistas, o dado histórico da associação da velhice a uma doença incurável, Camarano (2004) concebe a desumanização do curso de vida como produto da modernidade, a partir do momento em que a juventude é eleita como um valor, perdendo sua identidade de grupo etário, transformando-se em um bem a ser conquistado pela via da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. Almeida (2003), igualmente, refere que na sociedade moderna a velhice é sinônimo de recusa e banimento, evidenciado na segregação e isolamento social. Sem fortes entraves, conforme abordado no Capítulo anterior, essa ideologia dominante, responsável por produzir na sociedade moderna a estigmatização e segregação da velhice, atravessou tempos e espaços, prevalecendo na contemporaneidade. Certamente, e assim ensinam Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2006, p. 67), as “aparências são formas ideológicas através das quais as relações sociais antagônicas se manifestam. [...] As formas ideológicas encobrem, mas não eliminam a exploração”.

Na sociedade moderna, todavia, não basta vivenciar a “tragédia do envelhecimento”. Os velhos trabalhadores, os que compõem, no dizer de Netto (2010, p. 12), “a massa dos vendedores de força de trabalho”, passam a ser responsabilizados pela velhice senil e culpabilizados pelo suposto ônus à política de Seguridade Social. Não sendo possível esquecer que, com a crise dos anos 1980, “a busca do lucro máximo tem sido engendrada pela política macroeconômica, ocasionando o desmantelamento das instituições do Estado, o rompimento das fronteiras econômicas e o empobrecimento de milhões de pessoas” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 11). Processo este que afetará diretamente a Política

Nacional de Saúde, instituída durante o governo de José Sarney (15 de março de 1985 a 15 de março de 1990), pela via da contrarreforma no SUS. Neste contexto, muito embora protegido pelos direitos de cidadania, o "usuário" que atingir a sexagésima idade, provavelmente, enfrentará sérias dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde, cuja situação de doença deverá ser agravada em função da sua condição socioeconômica.

O estudo crítico das políticas de saúde no Brasil evidencia, de acordo com Marcus Vinícius Polignano (BRASIL, 2006), a associação dessas políticas à ótica do avanço do capitalismo, sofrendo a forte determinação do capital internacional; que a saúde nunca ocupou lugar central na política do Estado, tanto no que diz respeito à solução dos grandes problemas, quanto na destinação de recursos direcionados ao setor; que as ações de saúde propostas pelo governo incorporam os problemas de saúde que atingem grupos sociais importantes, de regiões igualmente importantes, dentro da estrutura social vigente; e que tais ações, preferencialmente, têm sido direcionadas aos grupos organizados e aglomerados urbanos em detrimento de grupos sociais dispersos e sem uma efetiva organização. Paim (2003), sobre o mesmo assunto vem dizer que a RSB foi protagonizada pela organização da classe operária do ABC paulista[111]; pelo movimento sanitário que articulou trabalhadores, acadêmicos, profissionais de saúde e setores populares; a mobilização nacional pelas "Diretas Já" e derrota do regime autoritário no Colégio Eleitoral, com a eleição de Tancredo Neves, processo político que ampliou o espaço das forças democráticas. No entanto, diferente da opinião de Paim, concordo com Behring (2008, p. 139) por entender que a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral já representava uma derrota, mesmo que parcial, para os trabalhadores e populares que exigiam as "Diretas já". No entendimento da autora, essa foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contrarrevolução, tendo em vista que as elites no Brasil sempre tiveram uma profunda unidade política no sentido de conter a emancipação dos trabalhadores.

A respeito desse momento histórico, em seu estudo sobre a previdência social brasileira, acrescenta Haddad (1993), como expressão de uma ação

[111] Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo. A sigla vem das três cidades originárias: Santo André (A); São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Atualmente a Grande Região do ABC possui sete cidades e tem sido chamada ABCD, em decorrência do acréscimo de Diadema.

reivindicatória coletiva, em 1985, os ecos fortalecidos pela criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), representou o segundo *lobby* na Assembleia Constituinte, Movimento que viu materializadas suas principais reivindicações, dentre as quais destaca o conceito alargado de proteção social, ou seja, a seguridade social preconizada pela Constituição de 1988. A exemplo de Haddad e Camarano (2004) também sinaliza a importância da COBAP no processo de organização da sociedade brasileira, no sentido de expressar as reivindicações da população considerada idosa. Ou seja, as autoras atestam a participação dos velhos trabalhadores, aposentados e pensionistas no processo de lutas e conquistas. E Teixeira (2008), assim como Haddad e Camarano, evidencia a organização dos velhos trabalhadores tendo seu marco nos anos 1980.

O movimento dos trabalhadores – incluindo os velhos – e populares, de alguma maneira, retardou os efeitos mais nocivos da reestruturação produtiva e mundialização do capital no país – quando na América Latina, os anos 1980 já testemunhavam o estrangulamento de sua economia, sob a pressão do FMI para o pagamento da dívida externa –, sendo consolidado a partir dos anos 1990, palco principal da contrarreforma do Estado brasileiro reforçada pela doutrina do Consenso de Washington. Tempo da estatização da dívida externa (BEHRING, 2008). Mesmo tempo da realização das duas Assembléias Mundiais sobre o Envelhecimento, convém não esquecer.

Na sequência da ofensiva neoliberal, o então presidente da República, Fernando Collor de Melo (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992), deu início ao desmonte do setor produtivo estatal criado durante os governos Vargas, marcando o processo de contrarreforma no Brasil. Dando sequência à história dos planos econômicos brasileiros, desvinculados da perspectiva do desenvolvimento social, o Plano Collor, apesar de, no início, equilibrar as finanças públicas e aumentar as reservas do país, promoveu o aumento do desemprego, mediante a abertura comercial e a reforma administrativa, remetendo o Brasil a uma grave recessão. A população brasileira mergulhava, assim, no abismo da falta de esperança em dias melhores (ANTUNES, 2006). No dizer de Behring (2008, p. 150, grifo do autor), com o Plano Collor II, o Brasil tomou o rumo da ortodoxia liberal, “com cortes nos gastos públicos, um novo *tarifaço* e uma reforma financeira”. A partir de 1991, com a mudança da equipe econômica, entram em cena as chamadas

reformas estruturais, com ênfase nas privatizações e redução das tarifas aduaneiras, esta última, uma verdadeira versão contemporânea da *abertura dos portos às nações amigas*. Ainda no entendimento de Behring (2008, p. 153-154), mesmo que de forma limitada, Collor desencadeou "uma pauta regressiva no país, revertendo as tendências democratizantes e expectativas redistributivas dos anos 1980". Inclusive [...] "vetou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), demonstrando pouca disposição de implementar o conceito de Seguridade Social preconizado na Constituição".

Após o *impeachment* de Collor, assumiu Itamar Franco (29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995), lançando, em 1994, o Plano Real, tendo como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso de Melo, que seria eleito em seguida o próximo presidente da república (1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2003), quando, no Brasil, a inflação chegava a 50% ao mês. Com o Plano Real vieram vários planos de estabilização, seguindo a doutrina do Consenso de Washington e patrocinados pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Na época, em pleno agravo do endividamento público, foi lançada uma Lei de Responsabilidade Fiscal, sem haver nenhuma preocupação com a Responsabilidade Social. Nas palavras de Behring (2008, p. 160),

> registrou-se um aumento de produtividade da indústria, mas esta foi a produtividade dos sobreviventes. A perda de postos de trabalho, por sua vez, não foi compensada pelo setor público, jogando milhões de pessoas na informalidade e até no crime organizado, em nítido avanço na década de 1990.

Aliada ao discurso ideológico manifestado pela equipe econômica do governo federal, criticando o teor da ordem social consagrada em 1988 – por ser perdulária, paternalista e ampliar o *déficit* público –, a prática da isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e das contribuições sociais promoveu uma baixa na receita de estados e municípios, atingindo substacialmente os recursos da política social. Para Behring (2008, p. 165), "os ganhos sociais do Plano Real, produzidos imediatamente pelo controle da inflação, tenderam a se perder na tragédia anunciada do ajuste fiscal, que deteriorou os demais indicadores econômicos". Ivo Lesbaupin e Adhemar Mineiro (2002, p. 39), ao analisarem a trajetória política do governo Fernando Henrique Cardoso, denunciam a destruição das conquistas sociais realizadas entre os anos 1930 e 1980, ou seja,

ao longo de 60 anos de história republicana brasileira, conforme demonstrado no item anterior. Para os autores,

> a área que mais sofreu as consequências da opção neoliberal do governo FHC foi, sem sombra de dúvida, a área social. No discurso a redução da presença do Estado na economia se faria para beneficiá-la; na prática, porém, foi o setor que mais cortes sofreu desde 1995.

Yazbek (2001, p. 37), por sua vez, denuncia: “corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais”, diante dessa ofensiva que privilegia, no conteúdo ideopolítico das respostas neoliberais, a redução no processo de intervenção do Estado, fortemente marcado por um apelo à solidariedade social, à refilantropização. Com a supervalorização do discurso moral em detrimento das referências políticas, cresce no país o chamado “terceiro setor”, “alteram-se e despolitizam-se na sociedade os padrões de proteção social”. Em sintonia com a desconfiança de Haddad (1986, p. 63, grifo do autor), é oportuno reproduzir sua pergunta, elaborada há mais de duas décadas: “pode o Estado brasileiro voltar-se para a solução do denominado *problema da velhice*?”.

Chega-se, assim, ao momento atual. Apesar dos esforços que vêm sendo dedicados no sentido de efetivar, na prática, políticas sociais capazes de causar impactos positivos no cotidiano da população idosa, ainda predomina a *cidadania de papel*, ou seja, a maioria da população sofre as consequências do processo histórico de desigualdade social, contando unicamente com o aparato legal. Esse (pseudo) avanço se materializa quando, no âmbito do SUS, apesar do discurso legal em defesa da saúde pública enquanto conquista social e direito humano fundamental, Raquel Soares (2009), no seu estudo recente sobre “a contrarreforma na política de saúde e o SUS hoje: impactos e demandas ao serviço social”, tece as seguintes observações:

> os limites efetivos da política de saúde - como o parco financiamento – são colocados como dados da realidade, naturalizados ou subestimados, transferindo-se a solução de todos os seus conflitos e contradições para o âmbito da gestão em saúde; há uma defesa explícita de novas modalidades de gestão, numa menção direta ou indireta às fundações estatais de direito privado; a saúde é concebida como espaço estratégico não só no campo do direito, mas também no econômico, integradora de uma estratégia de reatualização desenvolvimentista; há uma tecnificação da gestão, com processos avaliativos instrumentalistas e políticas que descolam os conflitos e contradições de suas raízes concretas.

Na análise de Paim (2003, grifo do autor), apesar da existência de um arcabouço jurídico-normativo, ainda competem, no espaço da formulação e implementação de políticas de saúde, distintas concepções: o “SUS democrático”, desenhado pelo projeto da RSB; o “SUS formal”, juridicamente estabelecido pela Constituição Federal e todo aparato legal decorrente; o “SUS real”, refém dos desígnios da chamada “área econômica”, do clientelismo e da inércia burocrática que favorece o mercado para o seguro-saúde; e o “SUS para pobre”, centrado numa medicina simplificada para gente simples mediante “focalização”. Chega-se aqui à concepção mais adequada, em se tratando do velho trabalhador, nesse espaço da formulação e implementação de políticas de saúde referido por Paim. O velho trabalhador se insere, a rigor, no “SUS para pobre”. Ou pior, no “SUS para velho pobre”.

Particularidades, com certeza, devem ser observadas nos processos de envelhecimento ocorridos em países capitalistas hegemônicos europeus e em países periféricos, diante das diferenças nas formas como se efetivaram as políticas sociais, sem perder do foco de análise a luta de classe, o poder de pressão da classe trabalhadora. Naqueles países, após a Segunda Guerra Mundial, onde foi implementado o *Welfare State*, a população envelheceu lentamente, com melhor qualidade de acesso a bens e serviços. O processo vivenciado nos países periféricos permitiu que a população envelhecesse de forma acelerada, sem haver grandes mudanças nos indicadores de pobreza das sociedades (PAIVA, 2004). No entanto, volto a citar Mészáros (2002, p. 44), enfatizando que:

> um exame mais detalhado da estrutura interna de poder até mesmo dos países capitalistas mais avançados revelou que – apesar dos relativos privilégios de seus trabalhadores em relação às condições de incontáveis milhões nos antigos territórios coloniais – eles preservaram essencialmente inalteradas as relações exploradoras de classe características do sistema do capital alienador.

Apesar da propaganda midiática e da insistência governamental em divulgar mudanças positivas nos indicadores sociais da população, mesmo que tais mudanças se realizem pela via da priorização de políticas de renda mínima em detrimento de políticas de trabalho, o Brasil segue uma tendência, não obstante o aparato legal, de desproteção ao trabalhador no tempo da velhice, mais severamente, da velhice associada à perda de capacidade funcional ao sistema do capital, demandante de “cuidados de longa duração”. A respeito desse assunto, Ana

Amélia Camarano e Juliana Leitão Mello (2010, p. 14) afirmam que, “no Brasil, muito se avançou no que diz respeito à garantia de uma renda mínima para a população idosa, mas a provisão de serviços de saúde e de cuidados formais ainda é uma questão não equacionada”. Com relação à política de renda mínima, Netto (2010, p. 23, grifo do autor) é esclarecedor ao considerar que:

> [...] à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o *novo assistencialismo*, *a nova filantropia* que satura as várias iniciativas – estatais e privadas, mediante as chamadas “parcerias público-privado” – que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980/1990 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”, “nova” e/ou “velha”. Já não se está diante da tradicional filantropia (de base confessional e/ou laica) que marcou os modelos de assistência social que emergiram no século XIX nem, muito menos, diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de bem-estar social. A política social dirigida aos agora qualificados como *excluídos* se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos *direitos*, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria).

Particularmente, concordo com as autoras, Camarano e Mello (2010), no sentido de que a Política de Saúde, apesar do discurso legal, não tem dado respostas às questões impostas pela transição demográfica em curso no país. Aliás, observação contida no texto da própria Política, como será visto a seguir. Porém, não considero que a garantia de uma renda mínima, nos moldes da que vem se efetivando junto ao segmento mais velho da população, seja um avanço (nem de fato nem de direito), ao revés, tende a substituir garantias de direito do trabalho[112]. Faço-me valer das palavras de Netto (2010) para expressar o meu pensamento porque “o conjunto dos que vivem da venda de sua força de trabalho [...] hoje, mais que nunca é heteróclito [...]” em razão do que o autor considera “novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho”, há modificações nas camadas – por ele denominadas – “*rés do chão* da ordem tardo-burguesa, cuja existência vem sendo degradada progressivamente pelo capitalismo contemporâneo [...]”. Decerto, essas “novas clivagens” não isentam o velho trabalhador de continuar pagando caro para sobreviver nesse sistema, cada vez mais, predatório à qualquer

[112] Para uma noção do que se processa no país, Luiz Antônio Cintra (2010, grifo nosso) destaca a “Encruzilhada demográfica” em que o Brasil se encontra, por estar mal preparado para enfrentar o desafio posto pela transição demográfica em curso, evidenciando o caos que se projeta, frente a *razão de dependência* que deverá crescer a partir de 2030, associada ao deficiente Sistema Único de Saúde para atender à nova realidade.

espécie viva, mas aqui se está tratando da humana. Netto (2010, p. 13, grifo do autor), ao exemplificar a *miríade de segmentos desprotegidos*, menciona “desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e aodolescentes sem qualquer cobertura social, migrantes e refugiados, doentes estigmatizados até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal)”.

6.2.2 A demografia do envelhecimento no Brasil: o reflexo das desigualdades nos indicadores sociais

Sem a pretensão de reproduzir, na íntegra, os indicadores do envelhecimento registrados no país, a recorrência aqui se faz apenas para ilustrar uma situação irreversível e cada vez mais presente na sociedade brasileira, evidente nos dois últimos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, 2011), quando a população brasileira com idade a partir dos 60 anos foi estimada em torno de 15 milhões de pessoas, representando 8,6% da população geral, em 2000, e cerca de 20 milhões de pessoas, representando 10,8% em 2010. Há projeções para, em 2025, o Brasil ocupar o sexto lugar no *ranking* mundial, em termos absolutos, de população idosa, cujas estimativas apontam para a existência de 33 milhões de indivíduos com 60 anos e mais de idade. É importante observar que o maior crescimento proporcional foi das pessoas com 75 anos e mais[113]. Eram 2,4 milhões de brasileiros nesta idade em 1991, passando para 3,6 milhões em 2000 (IBGE, 2000, 2010). Camarano *et al*. (1999 apud BRASIL, 2006) observam, além do envelhecimento da população geral, o aumento da proporção do segmento “mais idoso”, com 80 anos ou mais de idade, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, em síntese, a população idosa também está envelhecendo[114].

---

[113] Por critério etário, a literatura estabelece que é frágil o idoso com 75 anos ou mais de idade. Considera-se, também, idoso frágil ou em situação de fragilidade aquele que: vive em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), encontra-se acamado, esteve hospitalizado recentemente por qualquer razão, apresente doenças sabidamente causadoras de incapacidade funcional – acidente vascular encefálico, síndromes demenciais e outras doenças neurodegenerativas, etilismo, neoplasia terminal, amputações de membros –, encontra-se com pelo menos uma incapacidade funcional básica, ou viva situações de violência doméstica (BRASIL, 2006).

[114] Mais uma vez, lembrando que, para definir grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, a Organização Mundial de Saúde delimita os seguintes critérios: idade superior a 80 anos; morar só; mulher, especialmente solteira ou viúva; morar em instituições; isolamento social; não ter filhos; apresentar limitações severas ou incapacidades; casais em que um dos cônjuges seja incapacitado ou esteja doente; e ter recursos escassos (BRASIL, 1999).

Mas, apesar do atual alarde, convém lembrar, a transição demográfica no Brasil não é um processo recente, teve início nos anos 1940, quando a primeira fase do processo em curso foi marcada pela diminuição das taxas de mortalidade infantil, em decorrência do maior controle das doenças infecciosas, mediante o uso de tecnologias sanitárias e médicas trazidas do exterior, caindo de 24 óbitos por mil nascidos vivos em 1940, para 13 por mil em 1990. Com a diminuição das taxas de fecundidade, a partir da década de 60, foi iniciada a segunda fase da transição demográfica, caindo de 6,28 filhos por mulher em idade fértil, em 1960, para 4,35 em 1980 e 2,7 em 1991 (IBGE, 1992). Em 2000, com uma média de 2,39 filhos por mulher, o Brasil estava na 75ª posição entre os 192 países ou áreas comparados pela ONU (IBGE, 2004).

Hoje, segundo Alexandre Kalache (2009), quando a taxa de fecundidade é de 1,9 filhos por mulher, ou seja, está abaixo da reposição, essa realidade traduz um importante desafio para a sociedade, com menos trabalhadores produtivos (economicamente), fazendo com que os que são “mais dependentes” (em especial os idosos) perfaçam grupos crescentemente maiores. No entanto, com a taxa de fecundidade abaixo da reposição, além do desafio sinalizado por Kalache, há de ser considerado o desmantelamento da rede de proteção familiar, intergeracional, incidindo diretamente nas estatísticas de negligência e abandono de mulheres velhas e homens velhos, situações cotidianamente encaminhadas ao Serviço Social no âmbito das políticas de saúde e de assistência social.

Renato Veras (1994), por sua vez, chamará a atenção para três fatores a serem considerados no tocante à transição demográfica em curso no país: feminização, urbanização e heterogeneidade do envelhecimento populacional. Para dar visibilidade às afirmações de Veras, de acordo com os dados do IBGE (2004),

> em 1980, havia 98,7 homens para cada cem mulheres, proporção que caiu para 97% em 2000 e será de 95% em 2050. Em números absolutos, o excedente feminino, que era de 2,5 milhões em 2000, chegará a seis milhões em 2050. Já a diferença entre a esperança de vida de homens e mulheres atingiu 7,6 anos em 2000 – sendo a masculina de 66,71 anos e a feminina de 74,29 anos.

Essa realidade, alerta Adriano Gordilho *et al*. (2001), causará impacto considerável na demanda por políticas públicas, visto que, embora as mulheres vivam mais que os homens, elas estão mais sujeitas às deficiências físicas e

mentais. No tocante ao aspecto da urbanização do envelhecimento, é interessante observar que “a proporção de idosos residentes nas áreas rurais passou de 23,3%, em 1991, para 18,6%, em 2000. O grau de urbanização da população idosa acompanhou a tendência da população total, ficando em torno de 81% em 2000” (IBGE, 2000). Com relação à heterogeneidade do processo de transição demográfica,

> no Sul e Sudeste verificam-se padrões diferenciados, sendo a expectativa de vida mais elevada que as das regiões Norte e Nordeste. Entretanto estes padrões ainda estão cerca de 8 a 12 anos abaixo, quando consideramos a expectativa de vida dos países considerados desenvolvidos, do ponto de vista do capital (PAIVA; FREESE DE CARVALHO; LUNA, 2007).

O recorte étnico dos indicadores sociais do envelhecimento da população geral brasileira aponta para um processo marcado pela desigualdade que afeta todo curso de vida humana, onde a expectativa de vida estimada para a população é de 71,3 anos, sendo desigual entre os de raça asiática que têm a maior esperança de vida, 75,75 anos; os de raça caucasiana (europeia) 73,99 anos e os descendentes afro-brasileiros (pretos e pardos), com expectativa de viver em média 67,87 anos (PARDINI, 2004). Outro indicador das diferenças diz respeito à situação educacional regionalizada, onde a média de anos de estudo dos ‘Idosos Responsáveis pelos Domicílios’ é bastante diferenciada entre as Unidades da Federação, variando de 6,0 no Distrito Federal a 2,5 anos de estudo no estado de Pernambuco. No Norte e Nordeste, onde a população rural tem maior expressão, a média de estudo nas capitais é bastante superior. No conjunto do Estado de Pernambuco, a escolaridade média dos idosos é bem inferior à média encontrada para a capital, Recife: 2,5 contra 5,6 (IBGE, 2000).

Ao observar os dados sobre o Rendimento Médio dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios, a lógica da diferenciação entre as Regiões se mantém, refletindo a desigualdade na distribuição dos rendimentos em três níveis: o primeiro é referente à variação dos rendimentos médios em função da situação do domicílio (urbano ou rural), onde a renda rural representa algo em torno de 40% da renda urbana; o segundo nível de desigualdade é verificado a partir do diferencial entre os rendimentos médios extremos observados intrarregionalmente, constatando-se o maior diferencial na região Norte, onde o rendimento médio do idoso nas áreas rurais do Amazonas corresponde a aproximadamente 54% do mesmo rendimento

verificado em Rondônia, havendo maior homogeneidade nas Regiões Sul e Nordeste; o terceiro nível de desigualdade é verificado interregiões, onde o menor rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios foi verificado no Nordeste (R$ 198,00), equivalente a apenas 36,3% do mesmo rendimento no Centro-Oeste (R$ 546,00) ou a 49,7% do rendimento rural auferido nas Regiões Sul e Sudeste (IBGE, 2000). E, assim, os dados oficiais vão indicando diferenças e desigualdades, em qualquer recorte selecionado.

Associado ao processo de transição demográfica, a mudança no perfil de saúde das populações é outro fenômeno que vem sendo observado. A morbimortalidade que existia em decorrência de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP), passando a ser controlada, se sobrepõe à morbimortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como resultado do aumento da expectativa de vida das populações. Tal processo, denominado Transição Epidemiológica, apresenta características peculiares nos contextos das diferentes sociedades. Eduardo Freese Carvalho *et al.* (1998), defendem que, no Brasil, o processo histórico verificado no século passado em nada se assemelha ao ocorrido nos países capitalistas europeus que implementaram a industrialização conjuntamente com políticas de *Welfare State*. Na opinião dos autores, este Estado de *Bem Estar Social* decorreu das políticas públicas implantadas, principalmente, nas áreas de educação, saúde e seguridade social, associadas com políticas de expansão econômica, assegurando trabalho e renda (salário). Dando conta de versar sobre a mesma questão, para o médico geriatra Gordilho *et al.* (2001),

> o processo de transição demográfica no Brasil caracteriza-se pela rapidez com que os aumentos absoluto e relativo das populações adulta e idosa vêm alterando a pirâmide populacional. Até os anos 60, todos os grupos etários registravam um crescimento praticamente idêntico, a partir daí, o grupo de idosos passou a liderar esse crescimento. À semelhança de outros países latino-americanos, o envelhecimento no Brasil é um fenômeno predominantemente urbano resultando, sobretudo, do intenso movimento migratório iniciado na década de 60, motivado pela industrialização desencadeada pelas políticas desenvolvimentistas.

Outro médico geriatra, Veras (1994), considera que a principal diferença é o Brasil possuir uma alta proporção de sua população na faixa etária de 0-14 anos, tendo esse grupo jovem suas necessidades sociais e médicas específicas, sobretudo a de aprimoramento na educação e erradicação de doenças comuns. Ao mesmo tempo, a população mais velha coloca novas exigências para os serviços

sociais e de saúde, pois os problemas de saúde das pessoas idosas são frequentemente de natureza crônica e podem demandar intervenções custosas e o uso de tecnologia complexa.

6.2.3 A epidemiologia do envelhecimento refletida na Política Nacional de Saúde

Quando consultada a Lei Orgânica da Saúde (LOS), no seu Capítulo 4, dos princípios e diretrizes, é possível destacar "a utilização da epidemiologia[115] para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática" (BRASIL, 1990). Então, é conveniente observar alguns indicadores da epidemiologia do envelhecimento no Brasil e seus impactos no Sistema Único de Saúde. Nos anos 1990, no âmbito da Seguridade Social, alguns passos foram dados rumo à cidadania das pessoas com sessenta anos e mais. No país, com a promulgação da Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, foram instituídos os direitos sociais do segmento, merecendo destaque as seguintes diretrizes:

> Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos e Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços (BRASIL, 1994).

No tocante às ações governamentais, propostas pela PNI, é importante ainda referir, na área da saúde: "garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do SUS; e realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação" (BRASIL, 1994).

A Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) – assumida nesta tese enquanto marco definidor da primeira edição (2000) do ENPESS a ser considerada para a pesquisa nos anais –, Portaria nº 1.395, de 9 de dezembro de 1999, enquanto

[115] De acordo com Rouquayrol e Almeida Filho (1990) "A epidemiologia surgiu a partir da consolidação de um tripé de elementos conceituais, metodológicos e ideológicos: a Clínica, a Estatística e a Medicina Social. A Clínica se constitui nos séculos XVIII e XIX como a primeira ciência humana aplicada, baseada em um saber diagnóstico, prognóstico e terapêutico individual que potencialmente seria transferível ao nível coletivo, com o projeto de uma medicina das epidemias. Em paralelo, a Estatística, nascida no século XVIII para a medida do 'estado moderno' pela contagem dos seus cidadãos, exércitos e riquezas, possibilitou também a quantificação das doenças e seus efeitos. Finalmente, o movimento da Medicina Social, que marcou o campo médico na Europa Ocidental em meados do século XIX, propondo a saúde como uma questão fundamentalmente política, contribuiu com a perspectiva do coletivo para a constituição da nova disciplina".

“parte essencial da Política Nacional de Saúde”, veio fundamentar “a ação do setor saúde na atenção integral à população idosa e àquela em processo de envelhecimento, na conformidade do que determinam a LOS, nº 8.080/90 e a Lei nº 8.842/94, que asseguram os direitos deste segmento populacional”, apresentando como diretrizes:

> Promoção do envelhecimento saudável; Manutenção da capacidade funcional; Assistência às necessidades de saúde do idoso; Reabilitação da capacidade funcional comprometida; Capacitação de recursos humanos especializados; Apoio ao desenvolvimento de cuidados informais; e Apoio a estudos e pesquisas (BRASIL, 1999).

Na época, para compor os argumentos técnicos que fundamentaram o texto da Política, observaram-se os seguintes indicadores: mudança no perfil epidemiológico da população brasileira, quando as doenças infectocontagiosas que, em 1950 representavam 40% das mortes registradas no país, passaram a representar menos de 10% e as doenças cardiovasculares, em 1950, responsáveis por 12% das mortes, representam mais de 40%. Indicador abordado pela PNSI, os dados relativos à internação hospitalar pelo SUS, referentes ao ano de 1997, levando-se em consideração a população estimada pelo IBGE para o mesmo ano, demonstram que o segmento idoso, em relação às outras faixas etárias, consome mais recursos de saúde. Naquele ano, o SUS arcou com um total de 12.715.568 Autorizações de Internações Hospitalares (AIH). Dessas, 19,4% foram destinadas ao segmento de 0-14 anos; 57,6%, ao de 15-59 e 16,3%, ao segmento de 60 anos e mais. Esses grupos etários correspondiam respectivamente a 33,9%, 57,6% e 7,9%, da população geral. Em 3,8% dos internamentos, a idade não foi identificada (BRASIL, 1999). O documento também levou em consideração o recorte dos custos com hospitalização. Em qualquer variável analisada, o segmento idoso demandou maior investimento de recursos, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Custos com hospitalização do segmento idoso no Brasil em 1997.

Item	0-14	15-59	60 e +
Taxa de Hospitalização (por 1.000)	46	79	165
Tempo médio de permanência hospitalar (dias)	5,1	5,1	6,8
Índice de hospitalização* (dias)	0,23	0,40	1,12
Internações Hospitalares (custo total)	19,7%	57,1%	23,9%
Hospitalização (custo médio em R$)	238,67	233,87	334,73
Índice de Custo**	10,93	18,48	55,25

Fonte: Brasil (1999).
Nota: *Número de dias de hospitalização consumidos, por habitante, a cada ano. **Custo de hospitalização por habitante/ano. O custo total com despesas de internações hospitalares, em 1997, foi de R$ 2.997.402.581,29.

Em outro estudo, realizado por André Nunes (2004, p. 433), utilizando o Sistema de Informação Hospitalar (SIH) do Ministério da Saúde (MS), foram registradas 12,9 milhões de internações pelo SUS em 2003, representando uma despesa no valor total de 5.862 milhões. No entanto, com base nos resultados do referido estudo é importante destacar uma de suas conclusões:

> [...] no que se refere aos serviços oferecidos pelo SUS, não se verifica a hipótese de que os custos médios dos procedimentos realizados em idosos sejam mais caros do que aqueles das idades mais jovens. A elevação das despesas com saúde dos idosos não é explicada pela elevação dos custos dos procedimentos e, sim, pela frequência, ou seja, pelo consumo mais elevado destes.

Os dados apresentados no Quadro 1 ratificam o estudo de Nunes (2004), se levado em consideração o tempo médio de internação hospitalar do segmento idoso. Assim, os resultados obtidos indicam a urgente necessidade de priorizar, no âmbito do SUS, medidas de promoção, reduzindo o número de (re)internações, seja pela via da melhora na qualidade do atendimento, programas de saúde em casa ou atendimento domiciliar. Há, portanto, outras variáveis, a serem consideradas antes de se afirmar que o envelhecimento das populações "ameaçam" a saúde pública. Esta é uma das conclusões do estudo realizado por Ana Carolina Facundo Castro de Aquino *et al.* (2011, p. 151)[116], cujos resultados apontaram desde a "dificuldade

[116] O estudo teve como principal objetivo "identificar os fatores que podem interferir na acessibilidade das populações idosas às medicações anti-hipertensivas, nos aspectos relacionados ao paciente e

de ler a receita do médico e o nome na embalagem da medicação", bem como, o "deslocamento da Unidade de Saúde da Família (USF)", que estava em reforma no momento da pesquisa, além da "falta de infraestrutura" e, o que não é nenhuma novidade, a "falta de medicamentos", como os principais fatores que mais interferem na acessibilidade das pessoas com sessenta anos e mais a medicamentos anti-hipertensivos, ou seja, ao tratamento adequado da doença, em USF de Pernambuco.

Em 2002, com o objetivo de organizar e implantar as Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso (BRASIL, 2002b, 2002c), tomando como base as condições de gestão e a divisão de responsabilidades definida pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), foram criadas as normas para cadastramento de Centros de Referência em Atenção à Saúde do Idoso (CRASI) (BRASIL, 2002a)[117]. Ao todo, foram 17 Centros cadastrados em todo o país, no entanto, apesar das lutas, essa proposta até o presente momento não se efetivou. Desde o cadastramento dos CRASI no final do governo FHC, passando pela mobilização de profissionais, gestores comprometidos com as questões de saúde do segmento idoso, durante todo o governo Lula, há uma trajetória de luta pela efetivação dessa Política que, por si só, reflete empiricamente o conteúdo ideopolítico do modelo instituído de atenção à saúde dos velhos "usuários" do "SUS para velho pobre".

Na sequência das conquistas, merece ser registrada a homologação, após sete anos de tramitação no Sendo Federal, do Estatuto do Idoso (EI), Lei nº 10.741, de 1° de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). Em seu Capítulo IV, versando sobre o Direito à Saúde, interessa aqui destacar:

---

suas relações interpessoais, à estrutura física das unidades de saúde da família (USFs) e ao fluxo de distribuição e dispensação de medicações nas USFs de Recife e Paulista, Pernambuco" (AQUINO et al., 2011).

[117] A título de exemplificação, no Estado de Pernambuco foram cadastrados o Hospital Geral de Areias (HGA) e o Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC), da Universidade de Pernambuco (UPE). Apesar da mobilização local, envolvendo diversas instituições que lidam com as questões relacionadas aos direitos do segmento mais velho da população, dentre as quais, a UPE, o HGA, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), a Federação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Pernambuco (FAPIPE), entre outras, nenhuma ação se concretizou, desde o final do Governo Fernando Henrique Cardoso até o presente momento. O que deixa transparecer o tom verdadeiro de como estão sendo "cuidadas" as questões relativas à saúde das mulheres velhas e homens velhos que buscam os serviços do "SUS para pobre". A respeito do movimento denominado Caravana Intergeracional pela Cidadania do Idoso em Pernambuco (CARAVANA..., 2012).

> Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.
> Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

Recentemente, a PNSI foi revisada e atualizada pela Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, aprovando a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), em decorrência da publicação da Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, instituindo o 'Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS'. No Pacto, a saúde do idoso – sem nenhuma meta estabelecida – aparece como uma das seis prioridades eleitas entre as três esferas de Governo, apresentando uma série de ações que visam à implementação de algumas das diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso (BRASIL, 2006)[118]. A PNSPI preconiza um novo conceito de saúde a ser considerado em relação ao segmento idoso: "Saúde da pessoa idosa é a interação entre a saúde física, a saúde mental, a independência financeira, a capacidade funcional e o suporte social" (RAMOS, 2002). Conceito dificilmente aplicado, quando observadas as condições objetivas de vida das mulheres velhas e dos homens velhos atendidos pelo Serviço Social no âmbito do SUS.

Com base na existência desses dois textos que formatam a PNSI e a PNSPI, houve a intenção de pesquisar nos escritos das/os assistentes sociais a discussão elaborada a partir dessas referências que tanto tratam das questões de saúde quanto dos direitos sociais, de maneira geral, dos segmentos populacionais mais velhos no território brasileiro. Havia, de minha parte, uma curiosidade no sentido de verificar, ou mesmo, de constatar a contribuição crítica ao teor ideopolítico desses dois textos, pois carregam em seu conteúdo um apelo ideológico expressivo à responsabilização do velho por sua própria "má sorte", centrando a ênfase na "individualidade isolada", conforme orientação contida nos Planos de Viena e Madri. Na PNSI, em alusão aos "mais modernos conceitos gerontológicos", nas entrelinhas, é possível encontrar recurso ao conceito de "terceira idade", quando se lê que deve ser considerado saudável "o idoso que mantém sua autodeterminação e prescinde de qualquer ajuda ou supervisão para realizar-se no seu cotidiano ainda que seja

[118] É oportuno salientar que nesse pacto não foi apresentada nenhuma meta em relação às ações voltadas para o segmento idoso.

portador de uma ou mais de uma doença crônica" (BRASIL, 1999). Ou seja, um conceito de saúde amplo e polêmico, do qual decorre outro conceito, o de capacidade funcional, do qual são derivados outros dois: independência[119] e autonomia[120]. Muito embora seja, no discurso, válido e coerente com o princípio da "preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral", expresso na Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990), pois "transcende o simples diagnóstico e tratamento de doenças específicas", a ênfase na capacidade funcional ecoa como um conceito abstrato, tendo em vista que o processo de vida que se confunde com o de trabalho de mulheres e homens, será determinante tanto na prevenção da perda quanto na manutenção da capacidade funcional na velhice. Preocupação inexistente, por parte do Estado, quando se trata da saúde de segmentos de trabalhadores cujas vidas, desde as idades mais tenras, estão subjugadas ao sistema do capital. Prevalece, portanto, a ênfase nas ações curativas. Afirmação esta que pode ser endossada por um trecho selecionado no Artigo *S46129* (TRINDADE, 2010) que, apesar de não realizar um estudo na perspectiva da totalidade social, trouxe elementos críticos bastante significativos denunciando assim os conteúdos das políticas de saúde no Brasil:

> é próprio da natureza das políticas de saúde no Brasil o seu caráter curativo em detrimento de uma concepção preventiva e coletiva que considere a saúde como resultante das condições de vida da população e não uma política reduzida ao controle das doenças. Nesse sentido, esse campo de atuação profissional se tornou propício para uma intervenção do Serviço Social que considera a concepção ampliada de saúde que atenda de forma integral aos usuários.

Bom, se havia a intenção de verificar, nos Artigos selecionados, o teor da crítica que vem sendo elaborada pelo Serviço Social ao conteúdo dessa Política de Saúde direcionada às velhas e aos velhos trabalhadores, os que buscam os serviços oferecidos pelo SUS, ficou em aberto mais uma lacuna. Apesar da "saúde/doença"

[119] Para Baltes e Silverberg (1995), a dependência, na velhice, é resultado de mudanças ocorridas ao longo do curso da vida e englobam desde as mudanças biológicas até as transformações exigidas pelo meio social. A dependência pode ser avaliada em três níveis: estruturada, como resultado da circunstância cultural que atribui valor ao homem em função do que e enquanto produz; a física, decorrente da incapacidade funcional, ou seja, falta de condições para realizar as tarefas de vida diária; e comportamental, que é socialmente induzida, pois advém do julgamento e das ações de outrem.

[120] Para Gillon (1995), a autonomia pode ser avaliada mediante três critérios: autonomia de ação, de vontade e de pensamento. Segundo o autor, a autonomia de ação ocorre quando o homem pode agir de forma independente, sem qualquer obstáculo; a autonomia de vontade é a que permite ao ser humano decidir sobre coisas com base nas suas próprias deliberações, e autonomia de pensamento é a que faz do homem, no uso de sua capacidade intelectual, um ser que pode tomar decisões com base nas suas crenças e valores.

(51,1%, n = 45), com ênfase na “violência” (20,5%, n = 18) ter sido o aspecto mais referenciado nos referidos Artigos, em apenas 10,6% (n = 5) há menção à PNSI e/ou à PNSPI. Há, inclusive, a proposta de analisar a Política de Saúde direcionada ao segmento idoso no Artigo *S16084* (LEÃO, 2010), entretanto, nenhuma referência foi feita à PNSPI. Diante dessa constatação, duas observações devem ser registradas: a primeira diz respeito ao fato de se fazer necessário apreender a Saúde – na perspectiva Coletiva – agregando a esta a historicidade da legislação que vem regulamentar, mesmo que seja embasada em critérios como a “datação da idade cronológica” – pois ainda não foi superado esse procedimento oriundo da racionalidade instrumental – os direitos das populações e segmentos “beneficiados” pela referida política, considerando que esse instrumento diz muito do seu conteúdo ideopolítico; a segunda observação vem dizer do espaço privilegiado ocupado pelo tema “violência” na produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, dando conta de preencher uma lacuna que vem sendo apontada por vários estudiosos, inclusive a Professora Cecília Minayo, uma das grandes referências sobre o assunto no Brasil, que será retomado no próximo Capítulo.

Para dar visibilidade à violência, cuja magnitude no país extrapolou as fronteiras geracionais e tem acometido, cada vez mais, mulheres velhas e homens velhos, o Plano de Ação para Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (BRASIL, 2007), elaborado para o quadriênio 2007/2010, evidenciará os seguintes indicadores:

> o custo médio pago pelo SUS pelas internações hospitalares do segmento idoso por causas relacionadas a acidentes e violências, em 2006, foi de R$ 1.148,20 por pessoa e o tempo médio de internação foi de 6,5 dias. As cifras e a média de dias de hospitalização estão muito acima do que o SUS gasta com os tratamentos de sequelas de acidentes e violências de população em geral: R$ 755,84 e cinco dias de internação. A mortalidade das pessoas idosas que se internam em consequência de acidentes e violências, pela fragilidade a elas inerente, também é muito elevada (5,43/100.000) se comparada a da população geral (2,65/100.000).

Pela via do preconceito, da gerontofobia, da estigmatização da velhice, a falta de atenção para com as questões relacionadas à sexualidade nessa fase da vida humana, tem corroborado com o aumento da incidência de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS no segmento de 60 anos e mais. Eis mais um indicador que vem sendo negligenciado pelas autoridades sanitárias e os

profissionais das diversas disciplinas que compõem a Saúde Coletiva. De acordo com o Ministério da Saúde,

> a incidência de AIDS entre as pessoas idosas está em torno de 2,1%, sendo a relação sexual a forma predominante de infecção pelo HIV. [...] O número de casos de AIDS, em pessoas idosas, notificados ao Ministério da Saúde, na década de 80, eram apenas 240 em homens e 47 em mulheres. Na década de 90, verifica-se um total de 2.681 homens e 945 mulheres. Do primeiro caso, nessa população até junho de 2005, o total de casos passou para 4.446 em homens e 2.489 em mulheres (BRASIL, 2007, p. 116).

Não obstante os indicadores demográficos e epidemiológicos e o discurso político, a realidade brasileira revela – também – uma lacuna a ser preenchida, havendo carência de equipes de profissionais capacitados para atender a referida população e ambientes devidamente adaptados para recebê-la. Na avaliação de Mário Sayeg (1997, p. 197),

> muito se tem improvisado em termos de Geriatria[121] e Gerontologia[122]. Vários profissionais, na área de saúde, não têm qualificação porque não tiveram oportunidade, na Universidade, de fazer cursos de extensão ou especialização. Isso faz com que muitos desses profissionais, que atuam junto aos idosos, incorram em erros graves, até mesmo, em alguns casos, prejudicando e causando o que chamamos de *'iatrogenia'* de atendimento, por puro desconhecimento.

Para ilustrar a denúncia apresentada por Sayeg (1997), que se configura como outra variável a ser considerada no estudo de Nunes (2004), é oportuno anotar os indicadores fornecidos, em 2009, pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), revelando a existência de 1.392 sócios, dos quais, 718 (32%) são titulados. Em 2011, passaram a ser 2.536 sócios, ou seja, houve um acréscimo de 1.144 sócios. A distribuição dos titulados pelo país (incluindo os não associados à SBGG) corrobora os dados das desigualdades, inclusive de acesso aos serviços especializados, muito embora a situação deva ser ainda mais grave, tendo em vista que a SBGG não fornece os dados da vinculação desses profissionais – gerontólogos e geriatras – aos serviços quanto à natureza pública ou privada (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2009, 2011).

Com relação aos geriatras, por região, em 2009, 68% dos titulados encontram-se no Sudeste, 15% no Sul, 8% no Nordeste, 1% no Norte e 6% no

[121] Geriatria: é o ramo da ciência médica voltado à promoção da saúde e ao tratamento de doenças e incapacidades na velhice (BRASIL, 1999).
[122] Gerontologia: área do conhecimento científico voltado para o estudo do envelhecimento em sua perspectiva mais ampla, em que são levados em conta não somente os aspectos clínicos e biológicos, mas também as condições psicológicas, sociais, econômicas e históricas (BRASIL, 1999).

Centro-Oeste. Tendência que se mantém, quando observados os números relativos ao ano de 2011: 69%, 15%, 9%, 1%, e 6% respectivamente. Entre os gerontólogos, os dados de 2009 revelam que 61% estão desenvolvendo suas atividades profissionais no Sudeste, 13% no Sul, 14% no Nordeste, 3% no Norte e 3% no Centro-Oeste. Tendência que, apesar de ser mantida, sofreu uma pequena alteração, pois em 2011 há o registro de 61%, 13%, 17%, 4% e 5% respectivamente[123]. É interessante observar que os profissionais do Serviço Social ocupam o terceiro lugar na distribuição por categoria profissional, ou seja, são 96 (em 2009) e 100 (em 2011) assistentes sociais, correspondendo a 13% dos associados da SBGG no departamento de Gerontologia (SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2009, 2011). Aqui está retratado o *déficit* de profissionais especializados pelo país adentro e a presença marcante da nossa categoria profissional na SBGG.

O problema fica mais acentuado quando observados os indicadores de financiamento do SUS[124]. Estes refletem a divergência dos interesses em relação à implementação da Política defendida pela RSB e as manobras engendradas pela gestão governamental. No Brasil, em 2006, o gasto público com saúde como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) correspondeu a 3,55%, o equivalente ao total de R$ 450,16 per capita (BRASIL, 2008). No país, onde a cobertura de planos privados atinge 20,61% da população geral (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 2008) em comparação com outras situações, fica mais evidente o declínio dos gastos públicos com a saúde, de acordo com os dados do quadro a seguir:

[123] O incremento de três pontos percentuais no dado do Nordeste é devido ao fato de, durante a realização do VI Congresso Norte-Nordeste de Geriatria e Gerontologia, entre os dias 27 e 30 de julho de 2011, em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, estado de Pernambuco, ter havido a prova de titulação em Geriatria e Gerontologia, quando foram aprovados... O que deomonstra a importância da descentralização dessa prova, uma política institucional a ser assumida pela SBGG.

[124] O Art. 195, da Constituição Federal, preconiza: “a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1988).

Quadro 2 – Gastos dos governos em saúde per capita (câmbio médio em US$).

País/Ano	1998	1999	2000	2001
EUA	1824	1895	2005	2168
Reino Unido	1349	1442	1444	1508
Argentina	376	394	377	363
Brasil	153	105	108	92
Chile	146	135	143	133
Cuba	121	139	150	160
México	114	130	150	164
Paraguai	45	45	43	37
Uruguai	286	326	304	279

Fonte: Centro de Educação e Assessoramento Popular (2005).

Não é preciso fazer muito esforço para entender que o Brasil, dentre os países selecionados, se coloca como um dos que menos investem na saúde da população, mesmo quando comparado a países da América Latina e Caribe, superando apenas o Paraguai. Mas os números do escasso e decrescente gasto com saúde não refletem, por exemplo, o *déficit* e a qualidade da atenção à saúde do segmento mais velho da população que, no Brasil, em números absolutos, chega a se equiparar à população geral de um país como o Chile. Apesar do aparato legal, os indicadores da transição demográfica em curso, do perfil de morbimortalidade, das condições objetivas de vida dos velhos trabalhadores e dos investimentos minguados, por si só, delineiam a situação real no País[125].

Em síntese, no Brasil são registrados elevados índices de Doença Infecciosa e Parasitária (DIP) e DCNT, além das chamadas enfermidades 'emergentes e reemergentes', delineando um perfil epidemiológico complexo e heterogêneo, onde é verificado um perfil híbrido, contemplando padrões arcaicos e modernos de morbimortalidade. O resultado desse processo afeta diretamente o setor saúde, demandando novas posturas do poder público para administrar os impactos do envelhecimento na agenda das políticas sociais, principalmente, quando

[125] Em recente estudo realizado por Magalhães (2009), sobre "a mortalidade da população idosa no Recife no triênio 2004-2006", a partir da classificação da referida população em estratos de condição de vida (CV), ficou constatado que quanto menor a condição de vida maior o risco de morte, pois o "risco obedece a um gradiente que aumenta ao passar do estrado de elevada CV para intermediária CV e desta para a de baixa CV nas faixas de 60-69 anos (incremento de 25,3% e 60,7% respectivamente) e 70-79 anos (incremento de 20,0% e 62,0% respectivamente). Na faixa de 60-69 anos os inseridos em estratos de baixa CV estão mais sujeitos ao risco de morrer em relação aos de elevada CV".

considerados os dados do IBGE (2000), revelando que 85% dos velhos brasileiros estão acometidos por, pelo menos, uma DCNT[126]. Diante desse quadro epidemiológico e de todas as questões colocadas anteriormente, quando o segmento de pessoas com sessenta anos e mais correspondia a 9% da população brasileira, mais de 26% dos recursos de internação hospitalar no SUS lhe foram destinados (LIMA-COSTA *et al*., 2000).

No entanto, como foi visto em Nunes (2004), esse gasto pode estar refletindo a necessidade de repensar o atual modelo de atenção à saúde dos segmentos mais velhos da população geral, longe de ser um dado 'natural' da velhice do trabalhador. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um problema comum na região são as desigualdades de acesso à atenção sanitária. Como já foi sinalizado, o envelhecimento populacional demanda um investimento adicional, exercendo pressão sobre os recursos sanitários disponíveis, em um contexto onde os países precisam resolver problemas de saúde básicos que afetam, também, outros segmentos da população. Assim, conforme se observa em relação ao Brasil, o crescimento dos gastos com saúde são parcos, na região onde persiste a desigualdade. Ao comparar a média de gastos dos países da América Latina e Caribe relativos ao PIB, de maneira geral, o relatório da CEPAL conclui que, entre 2002 e 2004, não houve consideráveis variações, tampouco maiores diferenças, seguindo o recorte dos gastos com o envelhecimento, a velhice das populações (NAÇÕES UNIDAS, 2007, tradução nossa).

Sem medo de errar, conforme se lê no próprio texto da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, a PNSPI, é possível ratificar que, "embora a legislação brasileira relativa aos cuidados da população idosa seja bastante avançada, a prática ainda é insatisfatória" (BRASIL, 2006). Na opinião dos cientistas, no século XXI, um dos grandes desafios para a Saúde Pública no país será cuidar dessa população envelhecida, sendo a maioria com nenhuma ou pouca escolaridade, baixo nível socioeconômico e acometida por elevada prevalência de doenças (PAIVA; FREESE DE CARVALHO; LUNA, 2006). Acrescente-se a esse rol de

[126] As DCNT mais prevalentes relatadas pelo segmento idoso brasileiro são: hipertensão arterial, artrite/reumatismo, doença do coração, diabetes, asma/bronquite, doença renal crônica, câncer e cirrose. "As principais causas definidas de mortalidade entre os idosos brasileiros são as doenças do aparelho circulatório, as neoplasias e as doenças do aparelho respiratório, correspondendo a 60% do total de óbitos em homens e mulheres" (LIMA-COSTA, 2003).

desafios, a abolição de práticas sociais profissionais (ir)responsáveis por promover a estigmatização e a segregação da velhice, ao desvincular o velho da sua condição de ser social, no âmbito do SUS.

6.2.4 Da Política da omissão à Iatrogenia Social: uma questão de violência institucional

A leitura dos indicadores demográficos e epidemiológicos, alheia às determinações dos processos de produção e reprodução social no envelhecimento de indivíduos e populações, serve ao planejamento das políticas sociais, destinadas ao segmento mais velho das populações, embasado na "datação da idade cronológica" como critério absoluto e inviolável. Ou seja, resultante da racionalidade instrumental burguesa, os "remédios" receitados são os mesmos para todos os "usuários". A questão da desigualdade social, em que a velhice não é vivenciada da mesma forma pelos que dominam e pelos dominados, é ocultada (HADDAD, 1986). Realidade que me remete ao pensamento, já sinalizado, de Beauvoir (1999), considerando que a própria OMS faz a seguinte advertência:

> independentemente da idade que se utilize nos diferentes contextos, é importante reconhecer que a idade cronológica não é um indicador exato das mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem variações consideráveis no estado de saúde, na participação e nos níveis de independência entre as pessoas idosas da mesma idade. Os responsáveis políticos devem ter isso em conta, ao traçarem políticas e programas para suas populações de idosos. Promulgar amplas políticas sociais baseadas unicamente na idade cronológica pode ser discriminatório e contraproducente para o bem-estar das pessoas de idade avançada (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 6).

Outra leitura, a meu ver, equivocada, quando não intencional, é feita a partir do critério de maioria ou de indicadores que dão invisibilidade à condição de vida de indivíduos que se agrupam em segmentos ideologicamente classificados como "minorias". Por esse critério, no Brasil, o segmento idoso é uma "minoria", pois não ultrapassa, atualmente, o limite dos 11% em relação à população geral. É evidente que outros fatores, alguns apresentados nesta tese, conferirão o *status* de fenômeno à transição demográfica em curso. Assim considero, de acordo com Potyara Pereira (2009, p. 97), que "a política pública não significa só ação. Pode ser também não ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema de sua

responsabilidade ou competência". Nessa perspectiva, é importante registrar a contribuição de Paim (2003, p. 588) por conceituar Política de Saúde como sendo

> a ação ou omissão do Estado, enquanto resposta social, diante dos problemas de saúde e seus determinantes, bem como da produção, distribuição e regulação de bens, serviços e ambientes que afetam a saúde dos indivíduos e da coletividade.

Adotado esse referencial no conceito de Política de Saúde, de acordo com Cecília Minayo (2006, p. 20), convém apreender essa "omissão" do Estado como uma das manifestações da violência praticada contra indivíduos e populações idosas. A violência institucional, segundo a autora, "diz respeito à aplicação ou à omissão na gestão das políticas sociais e pelas instituições de assistência". Fato constatado, por exemplo, durante as Conferências dedicadas à discussão sobre a situação dos velhos no Brasil, realizadas em 2006[127]. Sempre, no momento da discussão e deliberações em grupos separados por eixos temáticos, a saúde e a violência eram os temas mais concorridos. Tanto é que, no Plano Nacional de Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, as deliberações incorporadas nos eixos da saúde e do enfrentamento à violência reforçam o pensamento de Sayeg, bem como os resultados de uma sondagem realizada junto a um grupo de assistentes sociais (ver quadro abaixo), cujos resultados denunciam e cobram a capacitação dos profissionais para atender os segmentos mais velhos da população geral (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO, 2007).

[127] Participei da coordenação das primeiras conferências realizados nos municípios do Recife e Olinda e do Estado de Pernambuco, quando fui eleita para compor a delegação que representou o Estado na Conferência Nacional, cujo tema foi a "Construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI)". Nas conferências municipais do Recife e Olinda e na Estadual, estive coordenando Eixos Temáticos, principalmente o da "Violência contra a Pessoa Idosa", tendo a oportunidade de presenciar o debate que, sem muitas delongas, sempre acabava vinculado à (não) política de saúde. Na ocasião da Conferência Nacional, participando do grupo sobre a Violência, conseguimos inserir, como uma das primeiras deliberações incorporadas ao Plano, "promover campanhas educativas sobre a violência contra a pessoa idosa, incluindo a questão da segregação, infantilização e estigmatização" (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO, 2007, p. 83).

Quadro 3 – Principais demandas e desafios referidos pelas assistentes sociais durante os cursos de Gerontologia Social. Recife, fevereiro de 2010.[128]

Demandas	Desafios
Rede de atenção, apoio e cuidados	• Repensar modelos de atenção que delegam ao indivíduo e a sua família nuclear – única, exclusiva e irrestritamente – a responsabilidade pela proteção à saúde na velhice, principalmente, se consideradas as questões impostas pelo processo de feminização e pela **violência**.
Rede de apoio intersetorial	• Articular instituições e serviços, promovendo o acesso do segmento idoso aos recursos necessários à promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, recuperação e reabilitação.
Apropriação, pelo usuário idoso, do conteúdo do aparato legal que contempla os seus direitos	• Abrir os espaços institucionais para uma intervenção pedagógica comprometida com a emancipação do Ser, abolindo práticas sociais que segregam, infantilizam e estigmatizam a velhice. • Promover a participação, consciente, do segmento nos espaços privilegiados de controle social (Conselhos de Direitos e Conferências).
Capacitação profissional para refletir sobre as questões e intervir nas situações impostas pela velhice dos trabalhadores	• Assumir o compromisso com os princípios do Código de Ética Profissional (CEP), mais especificamente, com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). • Sistematizar as práticas sociais, no âmbito das instituições que compõem o SUS, no sentido de dar visibilidade aos indicadores sociais do segmento idoso atendido pelo Serviço Social.
Estudos e produção no campo de conhecimento do Serviço Social, a respeito da proteção social à velhice dos trabalhadores, na perspectiva da totalidade social	• Inserir o debate sobre o tema nos currículos dos cursos acadêmicos e preencher lacunas teóricas, mediante a realização de estudos e pesquisas, fundamentadas na teoria social crítica, a serem referenciadas nas práticas sociais de Assistentes Sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dessas observações, confirmando o pensamento de Papaléo Neto (1996), ao longo da história, por força da ideologia dominante, norteadora das diretrizes e conteúdos das políticas implementadas nas sociedades capitalistas, a ênfase nas respostas imediatas às demandas dos segmentos mais jovens foi a forma de garantir a reprodução da força de trabalho considerada produtivamente apta a ingressar e/ou manter-se no mercado capitalista. No entanto, eu insisto, esse imediatismo não se traduz, historicamente, na garantia de condições concretas favoráveis ao envelhecimento, à velhice protegida pelos direitos do trabalho. Quando vejo o velho de hoje, me reporto ao jovem de ontem e a ausência de políticas, a omissão do Estado fica transparente. Talvez seja aqui pertinente fazer um paralelo com o pensamento de Marx quando este vem dizer que só se pode apreender a

[128] Sondagem realizada junto a assistentes sociais, participantes dos cursos de gerontologia social realizados na sede do CRESS-4a Região e no auditório do Pronto Socorro de Cardiologia da Universidade de Pernambuco nos dias 2 e 10 de fevereiro de 2010. Todas as participantes da sondagem assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

sociedade feudal a partir da sociedade moderna, colocando que só é possível apreender o significado da juventude da classe trabalhadora a partir das gerações de trabalhadores que já envelheceram. Porque é visível – a olho nu – a presença das marcas no rosto e no corpo e a falta dos ponteiros no relógio que marca o tempo de parar de trabalhar do velho trabalhador. A "carcaça do tempo", assim reproduzida, pode ser visualizada a partir da descrição de Santiago, o velho pescador,

> que [...] era magro e seco, e tinha a parte posterior do pescoço vincada de profundas rugas. As manchas escuras que os raios do sol produzem sempre, nos mares tropicais, enchiam-lhe o rosto, estendendo-se ao longo dos braços, e suas mãos estavam cobertas de cicatrizes fundas, causadas pela fricção das linhas ásperas enganchadas em pesados e enormes peixes. Mas nenhuma destas cicatrizes eram recentes (HEMINGWAY, 2011, p. 13, grifo nosso).

Na verdade, a atual atenção dada às questões impostas pelo processo de envelhecimento em curso tem muito mais relação com o impacto desse fenômeno na agenda das políticas e nos cofres públicos que com a saúde do velho trabalhador. No dizer de Haddad (1986, p. 71, grifo do autor), a incorporação do discurso gerontológico pelo Estado atende a sua meta de salvaguardar a saúde para salvaguardar a mão de obra, cuidar do prolongamento da vida, para preservar o "corpo capitalista", gerador de riquezas. Não é de se estranhar, portanto, que os discursos das Nações Unidas, primeiro, em prol do "envelhecimento saudável", destinado aos velhos beneficiados pelas políticas do *Welfare State*, carregado de um forte apelo à medicalização da velhice; e, anos mais tarde, do "envelhecimento ativo", aos velhos do mundo inteiro, tenham tomado os espaços privilegiados do debate sobre a velhice no tempo e espaço do capital. A responsabilização pelo "envelhecimento digno", pela "qualidade de vida na velhice" é atribuída ao próprio indivíduo (um "robsoniano"?), sendo este culpabilizado e penalizado pelo sistema do capital se algo der errado[129]. E assim, sem abolir o sistema do capital, resta saber, em que tempo de vida o trabalhador vai parar de lutar para sobreviver? Com a

[129] Para Teixeira (2008, p. 115), a responsabilização do trabalhador pelo próprio envelhecimento é resultante de processos imediatos como: a influência do pensamento conservador no conteúdo das disciplinas "científicas", nas quais emergem as análises e as propostas de intervenção social; as novas funções do Estado ou novo modelo de regulação social; e a expansão do consumo, ditando novas regras, inclusive de comportamento e culturais, em benefício da ideologia da eterna juventude.

permissão da metáfora, talvez, na “pessoa” de Santiago, a resposta já tenha sido dada, por Ernest Hemingway, em *O Velho e Mar*[130]!?

[130] Estou aqui me referindo ao livro da minha pré-adolescência, *O velho e o mar*, escrito por Ernest Hemingway, em 1951, narrativa iniciada em 1936, sobre a luta solitária de um velho pescador – trabalhador – cubano para sobreviver à batalha travada entre ele e um marlin gigantesco no mar do caribe (HEMINGWAY, 2011).

7 A “TRAGÉDIA DO ENVELHECIMENTO” COMO EXPRESSÃO DA “VELHA” QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS PARA PENSAR E PROPOR UMA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Como foi visto no Capítulo 3, o trabalho em comum era realizado a partir da interação dos componentes da família com a natureza, produzindo para satisfazer suas próprias necessidades. Ou seja, havia uma relação de dependência entre os indivíduos nesse processo de produção. Na era moderna, porém, o sistema do capital introduziu uma nova racionalidade de subordinação da vida humana à acumulação capitalista e a consequente expropriação violenta do tempo de vida do trabalhador, cujo controle atende os requisitos da mais-valia. Há, escancaradamente, um apelo ideológico à independência que, inclusive, será incorporado pelo discurso político e técnico-científico relacionado à saúde do segmento mais velho das populações, assim como foi colocado no Capítulo anterior. Agora, para iniciar este Capítulo reproduzo uma questão colocada por Teixeira (2008, p. 74): “como pode a velhice do trabalhador ser campo de desenvolvimento humano, de projetos de vida, de tempo de vida num sistema mutilador que nega a razão de viver aos trabalhadores?”.

No âmbito da sociedade moderna, esclarece Chaui (2005, p. 390), diferente da antiguidade, o pensamento liberal não pode manter a imagem de um homem livre como homem desocupado, pois o direito de propriedade repousa sobre o trabalho, ou seja, “o negócio é a alma do capitalismo”. Nesse modelo de sociedade, há uma valorização do trabalho, do ponto de vista moral, e o direito natural afirmará que todos são livres e iguais. Mas a história vem dando testemunho de que nem livres, nem iguais são todos os homens. Na dimensão do exercício do direito ao poder político, mais acentuadamente com o advento das indústrias, o trabalho foi violentamente submetido aos imperativos do capital. Porque se está tratando aqui de um sistema no qual as relações sociais determinantes, conforme elucida Mauro Iasi (2007, p. 21, grifo do autor), “baseadas na propriedade privada e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar”. Nessa engrenagem, a ideologia expressa a materialidade dessas relações produtoras de alienação em três níveis:

> (i) [...] o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza [...] vivendo relações em que ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e não lhe pertence, [como resultado] a natureza se distancia e se fetichiza; (ii) o ser humano aliena-se de sua própria atividade, [pois] o trabalho transforma-se, deixando de ser a ação própria da vida para se converter num "meio de vida". Ele trabalha para o outro, contrafeito, o trabalho não gera prazer, é a atividade imposta que gera sofrimento e aflição. Alienando-se da atividade que o humaniza, o ser humano se aliena de si próprio (auto-alienação); (iii) alienando-se de si próprio como ser humano, tornando-se coisa, o indivíduo afasta-se do vínculo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular.

Desde então, afirma Teixeira (2008, p. 69), "o tempo de vida das pessoas continua privado de decisão e submetido não à ordem natural, mas à pseudonatureza desenvolvida pelo trabalho alienado". Os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade*, a cidadania burguesa, por excelência, não pertence aos que precisam trabalhar. O pensamento liberal que sempre defendeu os direitos civis, como o de ir e vir, o direito à propriedade privada, entre outros, criando as condições básicas para a existência do trabalho "livre", assalariado, pressuposto do modo de produção capitalista, se manifesta historicamente contrário aos direitos sociais e restritivo aos direitos políticos. O que de maneira sucinta pode ser explicado pelo teor de comprometimento do Estado moderno com os interesses dos proprietários dos meios de produção. Neste sentido, concordo com Coutinho (2010, p. 51) quando afirma que a formulação do que hoje chamamos de *políticas sociais* está – cada vez mais, na contemporaneidade – fora da órbita de ação desse tipo de Estado [mínimo para o trabalho e máximo para o capital], pelo simples fato de que "não é possível compatibilizar a plena cidadania política e social com o capitalismo", do contrário, "o avanço da cidadania, coloca na ordem do dia a necessidade do socialismo".

7.1 Entra em pauta a velhice como um "problema social em si" na sociedade moderna

A ênfase na problematização do envelhecimento, no espaço público e na dimensão de segmento populacional, essencialmente forçada pelas questões relacionadas ao trabalho, só passou mesmo a ser desenvolvida, sistematicamente, a partir do século XVII, na Europa ocidental, com a transição do modo de produção feudal para o capitalista mercantil, quando "o envelhecimento das primeiras gerações de operários marcou a associação entre velhice, pobreza e incapacidade" (DEBERT; SIMÕES, 1994). Engels (2008, p. 136, grifo do autor) traz uma noção

dessa realidade deletéria, ao denunciar a situação paupérrima da classe trabalhadora na Inglaterra onde, nas suas palavras, “a sociedade comete, a cada dia, e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como *assassinato social*”. Os operários, nas palavras de Engels, são levados a uma “situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo”, pois naquela sociedade, pouco a pouco, suas vidas são debilitadas, “levando-os ao túmulo precocemente”[131].

Tal realidade, ou seja, a situação de pauperismo associando velhice precoce, pobreza e incapacidade, demandou certa atenção na concepção burguesa sobre a proteção social, até então condenada pela ideologia liberal. Era preciso prestar algum tipo de assistência àquela população. Contudo, essa assistência aos pauperizados, vem dizer Fleury (1994), obedecia a uma lógica de proteção residual, filantrópica, cujo princípio seria o da caridade, provocando efeitos discriminatórios e *status* de desqualificação atribuído aos assistidos. Não sem intencionalidade, os indivíduos perdiam, ao demandarem esse modelo de proteção social, a capacidade de exercerem seus direitos civis e políticos. Realidade esta que não me parece anacrônica quando reflito sobre as atuais condições de vida de mulheres velhas e homens velhos confinados no que se convencionou chamar de Instituição de Longa Permanência para Idosos/as (ILPI), em se tratando, neste caso exemplificado, de Instituições que não passam de meros “depósitos”[132], destinadas a receber indivíduos pobres, sozinhos e/ou abandonados, tão pobres que são levados a se submeterem mui rapidamente às “normas” internas dessas “ILPI para pobres” –

[131] Para ilustrar o seu argumento, no seu livro, Frederico Engels (2008, p. 147) faz referência a um relatório sobre as condições sanitárias das classes trabalhadoras, cujos dados demonstram que, “em Liverpool, em 1840, a duração média de vida era de 35 anos para as classes altas (*gentry, professional men* etc.), de 22 anos para os homens de negócios e os artesãos abastados e de apenas 15 anos para os operários, os jornaleiros e os servidores domésticos”.

[132] Não faz muito tempo, desde que fomos surpreendidos, aqui no Brasil, pela barbárie sofrida – e não há outra palavra – por pessoas idosas, quando, em 1996, o país se chocou com a exposição midiática de uma das maiores tragédias envolvendo casas geriátricas. A clínica Santa Genoveva, localizada no bairro de Santa Teresa/RJ, foi fechada pelo Ministério da Saúde após 156 idosos terem morrido, entre janeiro e junho, devido aos maus tratos sofridos. A falta de médicos, a má conservação de alimentos e água contaminada foram fatores que contribuíram para um quadro acentuado de diarréia e desnutrição o que, consequentemente, acabou provocando a maioria das mortes. Em 2005, os donos da instituição foram acusados por maus-tratos e lesões corporais seguidas de morte, mas foram absolvidos. O fato pode ser considerado um marco, pois acordou o país para uma realidade enconberta pelos muros da institucionalização. Contudo, não se trata aqui de tomar esse mau exemplo como parâmetro universal, pois há Instituições sérias, nas quais as pessoas vivem com dignidade. Eu, inclusive, estou sendo acolhida numa destas, aonde mulheres, assim como eu, vão e voltam por decisão e conta própria, e não consigo imaginar em que outro espaço encontraria as condições ótimas para estudar e produzir esta tese.

assim como existe o “SUS para pobres” –, perdendo rapidamente a noção de tempo e de espaço; a liberdade de ir e vir, pois, em nome da segurança há cadeados trancando os portões, sem que os “institucionalizados” recebam cópias das chaves; a liberdade de exercer o credo religioso, principalmente se a ILPI está vinculada a uma determinada “congregação” religiosa, onde os credos distintos provavelmente não terão espaço para serem exercidos; liberdade de manifestar a sexualidade, tomando como exemplo o fato de, em geral, as ILPI serem criadas para receber mulheres ou homens e, no caso de serem mistas, tendem a segregar os gêneros; enfim, haveria um rosário de perdas a serem colocadas aqui, mas eu estaria fugindo dos meus objetivos. Fica, portanto, uma provocação a ser considerada em se tratando dessa “política” que, a meu ver, é mais uma dentre as muitas que estão sendo negligenciadas pelo Estado e repassadas à rede privada, filantrópica, de assistência, sobre a qual, salvo o olhar dos familiares e conhecidos que visitam essas pessoas velhas institucionalizadas (quando são visitadas), e a fiscalização da Anvisa e do Ministério Público (quando são fiscalizadas), ficam praticamente isentas do Controle Social[133]. Essa medida de proteção social, que provoca a perda dos direitos civis e políticos, é uma das modalidades históricas de enfrentamento às expressões da *questão social* que serão aperfeiçoadas com o passar do tempo. Na contemporaneidade, exemplificando mais uma vez a partir de Netto (2010, p. 2), a face da barbárie se evidencia na “articulação da repressão aos pobres com a minimização dos programas de combate à pobreza” – é conveniente mencionar o Benefício de Prestação Continuada (BPC)[134], destinado ao *velho pobre*, um autêntico exemplo da proteção ao capital pela via do incentivo ao consumo em

[133] Para normatizar a adequação e o funcionamento de ILPI, no Brasil, a ANVISA aprovou, mediante a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, de 26 de setembro de 2005, “o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial [...]” (AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2005). A respeito das ILPI, é recomendável a leitura do importante estudo coordenado por Ana Amélia Camarano (2008), pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), sobre as Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos em todo país, publicado em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), em 2008.

[134] A Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, no Capítulo VIII, Da Assistência Social, em seu Art. 34 trata do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, 1 (um) salário-mínimo mensal, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) (BRASIL, 2003).

detrimento da proteção ao trabalho que se realizaria pela via da emancipação humana[135].

7.1.1 A expressão “questão social” no debate contemporâneo à luz da contribuição do Serviço Social

Por não haver um conceito único sobre a categoria *questão social*, faz-se necessário recorrer à produção de conhecimento do Serviço Social para esclarecer o que está sendo aqui adotado. Na dinâmica dos conflitos de interesses e lutas de classes e das respostas arrancadas/elaboradas pelo Estado às necessidades sociohumanas, Netto (2001, 2010) remete a gênese da expressão *questão social* à terceira década do século XIX, quando foi usada – por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideopolítico – para definir “o fenômeno do pauperismo” que “crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas”, evidente na Europa ocidental, como resultado dos impactos da primeira onda de industrialização, iniciada na Inglaterra, no final do século XVIII. Nesse contexto histórico, a *questão social*, ao expressar o fenômeno do pauperismo, tem relação direta com seus desdobramentos sociopolíticos marcados, principalmente, durante a primeira metade do século XIX, pela revolta dos pauperizados. Portanto, cabia na expressão *questão social* a perspectiva ideopolítica de uma reversão da ordem burguesa que legitimava o pauperismo. Em decorrência da Revolução de 1848, as expressões ideais do campo burguês foram abaladas, assim como a base da cultura política que alicerçava o movimento dos trabalhadores,

> trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo [...] uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si (NETTO, 2001, p. 44, grifo do autor).

Após a Revolução de 1948, “um divisor de águas”, no dizer de Netto (2010, p. 5), haverá “a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento

[135] Nas palavras de Guerra (2007, p. 143, grifo do autor), “esta ‘nova’ maneira de considerar a assistência social, que se viabiliza por meio da Constituição de 1988 como um direito dos indivíduos e, por isso, como forma de atribuir cidadania aos ‘excluídos’, acaba constituindo-se no *objetivo final* da intervenção profissional. A cidadania, entendida como uma forma de igualdade no plano jurídico, encontra-se ancorada no direito burguês, já que a sua outra face compõe-se da desigualdade econômica [...]”.

capitalista e pauperização". A expressão *questão social* deslizou para o vocabulário do pensamento conservador (laico e confessional), perdeu sua estrutura histórica determinada e passou a ser naturalizada. Nessa visão conservadora,

> o cuidado com as manifestações da 'questão social' é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida, trata-se de combater as manifestações da 'questão social' sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2001, p. 44).

Iamamoto (2001, p. 10) chamará a atenção para o fato de, no debate contemporâneo, numa perspectiva sociológica, a *questão social* ser entendida enquanto disfunção ou ameaça à ordem e à coesão social, vindo a ser apresentada como uma "nova *questão social*", resultante da inadaptação dos antigos métodos de gestão social, ou seja, produto da crise do Estado Providência. Tomando como exemplo Robert Castel (1998, p. 12), este, ao analisar a realidade na França, no início do século XX, critica o uso da expressão como sinônimo da questão da exclusão e define a *questão social* como "aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura". Para o autor, a exclusão, quer seja total ou parcial, é sempre o resultado de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. Nessa linha de pensamento, resume Luiz Eduardo Wanderley (2000, p. 56), a *questão social* significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade. Outro autor, Pierre Rosanvallon (1998), associa e delimita a *questão social* no contexto das disfunções da sociedade industrial emergente, no final do século XX, e identifica o surgimento de uma "nova *questão social*" a partir da inadaptação dos antigos métodos de gestão do social, no final dos anos 1970, caracterizando a crise do Estado Providência. Na crítica encaminhada às visões expressas por Rosanvallon e Castel, Maranhão (2008, p. 96) destaca que, para o primeiro autor, a antiga *questão social* diz respeito ao conflito entre proletariado e burguesia, ou seja, a contradição entre capital e trabalho, representação superada pelo Estado Social europeu; da mesma maneira procede o segundo autor, ao assumir a ideia de que o atual quadro de exclusão traria um caráter inédito aos conflitos sociais contemporâneos. Assim, conclui Maranhão, para além da generalização de aspectos específicos da realidade europeia e das sérias implicações políticas dessas teses, o conceito de exclusão social, ao se ater aos

fatos empíricos, observáveis, fragmenta a realidade social e mistifica as determinações imediatas desse fenômeno.

Durante a pesquisa realizada nos anais, trazendo a discussão ao campo empírico, ficou nítida a contribuição dada pela ABEPSS a partir do momento em que instituiu a *questão social* como eixo temático ou grande eixo do ENPESS, criando um espaço para essa necessária discussão na produção de conhecimento do Serviço Social, seja em que campo ou área for. Mesmo porque, apesar desta ser uma discussão essencial ao Serviço Social, enquanto categoria profissional, no Artigo *S32082* (SOUZA, 2010), que se propõe crítico, está colocada uma perceptível contradição no texto que discute a *questão social*, evidenciada pelo fato de abranger e agregar conteúdos críticos da produção de conhecimento do Serviço Social, inclusive, o conceito adotado por Iamamoto (referido adiante), e ao mesmo tempo deixar a impressão de ter sido adotado o conceito conforme defende Castel (referido anteriormente). Prosseguindo com a análise dos resultados da pesquisa a partir dos parâmetros definidos junto aos orientadores, creio ser oportuno, neste momento, registrar que, diferente de "centralidade do trabalho" e "reprodução social da velhice", "*questão social*" foi o principal descritor e conteúdo mencionado (68,4% e 72,7%, respectivamente), vindo em seguida "totalidade social" (26,3% e 18,2%, respectivamente). Inclusive, dos cinco Artigos que apresentam estudos fundamentados na concepção teórico-metodológica dialética, quatro trazem *questão social* como um de seus enfoques privilegiados. Para ser mais específica, abordam o tema da "violência contra a pessoa idosa" como expressão da *questão social*. Em razão dos objetivos deste Capítulo, presumo ser importante comentar e/ou citar, desde aqui, alguns trechos extraídos desses Artigos. Assim, no Artigo *S14080* (GUIMARÃES, 2008), não obstante haver na descrição de seu objetivo ("[...] promover um estudo analítico do fenômeno da violência contra a pessoa idosa [...] enquanto questão social e expressão do avesso da cidadania") menção à violência sofrida pelos velhos como uma *questão social*, o fato parece ter sido mais um vacilo que uma constatação após a finalização da leitura do texto. Este vem trazer elementos críticos e categorias sociais, remetendo o conteúdo à visão totalizadora, obviamente, sendo aqui considerado o limite do espaço definido para esse tipo de produção acadêmica. Contribuição também encontrada no Artigo *S33124*

(GUIMARÃES, 2008), onde a violência é apreendida a partir das relações sociais capitalistas, no qual se faz a seguinte leitura:

> importa frisar, que a sociedade capitalista tem uma natureza violenta, à medida que poucos têm muito e muitos não têm nada; à medida que o conjunto das relações sociais, no geral, é mercantilizada e o poder do dinheiro quase tudo compra ou quase tudo pode. Nessa sociedade, o ser idoso, no global, é considerado improdutivo como força de trabalho necessária aos processos principais de reprodução do capital: um ser julgado descartável como força de trabalho propulsora de lucros, embora seja fundamental como comprador de serviços e consumidor de mercadorias. Essa mesma sociedade obriga o idoso, muitas vezes, a permanecer no circuito do mercado de trabalho para poder sobreviver.

No Artigo *S36106* (GÓIS, 2010), de maneira semelhante, é apresentada "uma reflexão acerca da violência [...] qualificando-a como uma expressão da questão social e como avesso da cidadania", sendo oportuno ainda destacar que, segundo consta nesse Artigo, "a violência se expressa como manifestação da questão social dentro da lógica mercadológica das relações capitalistas, que reforça a idéia de competitividade entre indivíduos". Em se tratando de desafios, aspecto retomado mais adiante, no Artigo *S26087* (MULINARI et al., 2010), está colocado:

> o desafio posto cotidianamente ao Serviço Social é fazer a leitura da realidade, delimitar quais são as expressões da questão social - já que esta é o objeto de trabalho do Serviço Social -, para que seja possível uma leitura critica e propositiva da realidade e assim articular estratégias e possibilidades para a intervenção profissional, e, por fim, possibilitar o acesso aos direitos.

Assim como procederam as autoras e autores desses Artigos que discutem categorias da teoria social crítica, diferente da perspectiva conservadora, interessa aqui adotar, conforme ensina Iamamoto (2001, p. 10), a "questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social". E Netto (2001, p. 45, 48, grifo do autor), sempre iluminado pela teoria marxiana, amplia o significado que deu origem à expressão e esclarece que a *questão social* é um "complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo", sendo a *questão social* – e suas expressões – "insuprimível sem a supressão da ordem do capital". Ambos os autores – Netto e Iamamoto –, à luz da teoria crítica, vão sustentar a tese da inexistência de qualquer "nova questão social". No entanto, esse não tem sido o único entendimento manifestado na produção de conhecimento do Serviço Social.

7.1.2 Outro entendimento sobre a “questão social” protagonizado pelo Serviço Social no Brasil nos anos 1980

Na década de 1980, Marcelo Salgado (1982, p. 18-19), compondo a equipe técnica do Serviço Social do Comércio (SESC), publicou o livro intitulado *Velhice, uma nova questão social*, inegável contribuição ao debate sobre o envelhecimento na época do seu lançamento. Apesar de não ficar muito claro o conceito adotado a respeito da expressão *questão social*, o autor indica a necessidade de ampliar as ações direcionadas a um grupo que se entendia minoritário, para uma atenção especial da coletividade, diante da magnitude da população envelhecida, exigindo “uma política ampla e expressiva que suprima definitivamente a cruel realidade que espera aqueles que conseguem viver mais”. Salgado denunciava a escassez de “pesquisas criteriosas sobre os diversos aspectos e condições de vida do idoso”, ao mesmo tempo em que anunciava a criação do Centro de Estudos da Terceira Idade (CETI) do SESC/São Paulo, com a finalidade – segundo suas próprias palavras –, precípua de pesquisar a questão social do idoso no Brasil, e de produzir estudos que possam melhor orientar a ação dos técnicos brasileiros que militam no campo da Gerontologia. Com relação ao SESC, considerada a época em que o livro foi escrito, vale salientar a sua relevância enquanto espaço socio-ocupacional para a atuação dos profissionais do Serviço Social. Neste caso, a referência se faz mais especificamente à Unidade em São Paulo, “entidade pioneira no continente latino-americano, em dirigir programas socioculturais a esse grupo etário”.

Quando, no campo da Gerontologia Social, a produção do Serviço Social se fazia por essa via de pensamento, em outra via, a importante contribuição de Haddad (1986) a respeito das questões pertinentes ao estudo sobre o envelhecimento humano, embasada na perspectiva crítica marxiana, foi apresentada no seu livro *A ideologia da velhice*. O conteúdo foi dedicado a conhecer o sistema de representações sobre a etapa final da vida humana, através da compreensão de três ordens de discursos citados como dominantes pela autora: da Gerontologia e Geriatria; do Estado brasileiro e do SESC. Ao analisar o discurso ideológico, tomando como referência as publicações do SESC, inclusive citando o CETI, Haddad (1986, grifo do autor) enfatiza a preocupação da entidade com o que foi denominada “questão social do idoso”. Na sua crítica, a autora entende que o

objetivo do SESC assenta-se em, pelo menos, três ordens de paradoxos que vão desde a incompatibilidade entre o “problema social do idoso” e as soluções buscadas via instituições; passando pela identidade entre o “problema social do idoso” e “marginalização social”; à via da “educação” apontada como solução para o referido problema. A socióloga será contundente ao afirmar que tais paradoxos desconsideram a “tragédia do envelhecimento” enquanto extensão da tragédia de vida no interior do modo de produção capitalista, produto das relações sociais historicamente determinadas, ocultando, intencionalmente, a desigualdade social e, por decorrência, as condições objetivas de existência do aposentado da classe trabalhadora, que não é marginalizado, mas explorado e oprimido (HADDAD, 1986, p. 89). Na sua análise, vale o registro, a Educação Permanente propagada pelo SESC,

> reflete o imaginário endoidecido pela crença cientificista na solução do “problema da velhice” a partir do próprio homem. Por enconbrir as condições reais de vida do velho da classe trabalhadora, acaba, numa ânsia louca, por responsabilizar o idoso pela tragédia em que se vê mergulhado. [...] Ao lado do sentimento de responsabilidade, é inculcado no velho o sentimento de culpabilidade. [...] Trata-se de uma educação da alienação, para a alienação e pela alienação. A educação alienante, inerente a essa mistificação pedagógica, faz parte do que denominamos a lógica da questão da velhice na ação do Serviço Social do Comércio (HADDAD, 1986, p. 93).

Na crítica realizada por Haddad, gerontólogos e geriatras, a partir da análise de seus discursos, serão denominados “ideólogos a serviço da classe dominante”, cujas representações sobre a velhice, não levando em conta as condições objetivas de trabalho na sociedade capitalista, fazem parte da pseudoconcreticidade. Nas palavras da autora,

> as ligações da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) com organismos internacionais como a ONU e o Centro Internacional de Gerontologia Social (CIGS) vão além das proclamações das trocas de informações entre comunidades científicas: a hegemonia exercida por esses organismos está implícita nas declarações de geriatras e gerontólogos brasileiros e se expressa nas propostas feitas por eles (HADDAD, 1986, p. 35).

Para Haddad (1986, p. 36), esses ideólogos atuarão na perspectiva de disseminar uma proposta de “preparação para o envelhecimento” condizente com o receituário expresso pela ideologia burguesa, predominante no sistema capitalista internacional, ignorando as forças reais que explicam o processo de surgimento da problemática da velhice. Assim, a “pedagogia da velhice” encerra em si mesma uma saída para a “questão da velhice”, ocultando o mundo da *práxis*, determinação da

existência humana como elaboração da realidade, produtor da velhice trágica. Esse pensamento dominante, protagonizado pela Gerontologia e Geriatria, segundo analisa, será cooptado pelo Estado e preconizado nas portarias de 9 de novembro de 1979 e de 5 de maio de 1982, destinadas aos velhos trabalhadores, na perspectiva de discipliná-los na arte de saber envelhecer. Conforme registra Haddad (1986, p. 69), na tentativa de ocultar as condições que geram a velhice trágica, o Estado, com esses benefícios legais, mergulha em mais uma de suas contradições, mediante uma ética humanista que insiste no prolongamento de suas vidas, pois, segundo analisa, decretar morte aos velhos significa reconhecer a falência da nossa sociedade.

7.1.3 O racionalismo formal-abstrato e o Serviço Social brasileiro

Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 21) indica duas etapas principais na história da filosofia burguesa, marcando a primeira desde os pensadores renascentistas a Friedrich Hegel, quando houve “um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética”. De acordo com o autor, e assim também refere Laski (1992), não é possível perder de vista que, em dado momento, o capitalismo representou, tanto no plano econômico-social quanto no cultural, uma extraordinária revolução na história da humanidade. Depois, a segunda etapa, marcada pela “progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior”, foi um processo consolidado entre 1830 e 1848, quando a burguesia traiu a causa do progresso social, e serão praticamente abandonados os núcleos das categorias filosóficas do pensamento revolucionário burguês: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética.

Com relação à primeira etapa, sinalizada por Coutinho (2010, p. 21), na história da filosofia burguesa, a razão de forma inclusiva, quem explica agora é Guerra (2007, p. 44, grifo do autor), “porta em seu interior não apenas as possibilidades de apreender as condições objetivamente dadas, como de estabelecer relações, (re)conhecer, (re)construir”. A partir deste legado, continua Guerra, “a *racionalidade*, enquanto uma propriedade da razão, vincula-se às formas de concebê-la; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinação, que é expressão da própria realidade”. Concernente às determinações lógicas e

ontológicas da categoria racionalidade, a autora vem ainda trazer uma importante contribuição, referindo que ao adotar “uma determinada maneira de conceber a razão, vemos que ela é por si só determinante, não da realidade, mas de uma forma de apreensão e compreensão do real”, esclarecendo “que a realidade é sempre mais rica de determinações que a capacidade do sujeito de apanhá-las”. A respeito das determinações, Marx (2011, p. 41), na análise sobre “a moderna produção burguesa”, elucida que “todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum”, todavia, “algumas pertencem a todas as épocas” enquanto “outras são comuns apenas a algumas”. Nessa linha de pensamento, quando me refiro à “racionalidade, dada pela razão dialética”, a estou conceituando, iluminada pelo pensamento de Guerra (2007, p. 44), como a “síntese de procedimentos ativos e intelectivos, [...] adjetivo da razão que desaliena, desmistifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental”.

A segunda etapa indicada, linhas atrás, por Coutinho (2010, p. 21), tomando como “divisor de águas”, de acordo com Netto (2010, p. 5), a revolução de 1848, “fecha o ciclo progressista da ação de classe da burguesia”, resultando no que este autor denomina “interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização”. Mecanismo este, – continuo respaldada em Netto (2010, p. 5) – determinante no sentido de apagar da *questão social* sua estrutura histórica, naturalizando a expressão, “tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional”, no momento que, em caráter de urgência, se colocava como prioridade a manutenção e a defesa da ordem burguesa. Foram, nesse contexto, as manifestações da “questão social” adotadas, pelos “ideólogos conservadores laicos”, como desdobramentos de toda e qualquer ordem social, naturais, portanto, ineliminâveis. Cabia, desde então, uma intervenção política limitada, reformista, sem desmerecer o recurso à ciência, no intuito de amenizar e reduzir tais manifestações, dentre as quais Netto (2010) refere algumas e eu destaco, intencionalmente, a desproteção à velhice. No que diz respeito ao pensamento conservador confessional, apela-se para medidas socioeducativas para arrefecer a situação de pauperismo sem, contudo, erradicá-la.

Nas duas vias de conceber o mundo, no dizer de Netto (2010, p. 6, grifo do autor), prevalece a recorrência à *reforma moral do homem* e da sociedade, ou seja,

a naturalização da *questão social* a converte em *objeto de ação moralizadora*. Com certeza, por essas duas vertentes do conservadorismo o enfrentamento das manifestações da *questão social* se materializa através de um programa de *reformas* objetivando preservar a propriedade privada dos meios de produção. Não se problematiza a ordem estabelecida e a intervenção se faz "sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa", resultando, em síntese, no "reformismo para conservar". Por outro lado, foi também nesse momento histórico que as bases da cultura política que alicerçava o movimento dos trabalhadores ruíram diante do "caráter antagônico dos interesses das classes sociais fundamentais", prevalecendo a clareza de que as manifestações da *questão social* só se enfrentam pela via da "subversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes", configurando a passagem, "em nível histórico-universal, do proletariado de classe em si a classe para si".

Esse distanciamento da reflexão ontológica vem, sobretudo, no século XX, contrapor à busca do conhecimento nos moldes refletidos desde Kant[136] e sintetizados por Hegel, uma perspectiva "subsumida por inquietações a respeito dos diferentes modos de conhecer e de atuar sobre a realidade", com ênfase na epistemologia. Recupera-se, assim, segundo Guerra (2007, p. 55), "o método lógico-experimental na análise e tratamento dos fenômenos e processos sociais", demarcando o momento histórico no qual haverá distinção entre as ciências naturais e as do espírito (ou sociais). O critério de cientificidade segue dois caminhos, em sentidos contrários, porém, não afetados antagonicamente, em consequência do conservadorismo que os une. Mesmo porque, afirma Guerra (2007, p. 55, grifo do autor), "em que pesem as diferenças peculiares a cada contexto socio-histórico, ambas as vertentes gestam-se na e da interseção entre o pensamento kantiano, restaurador da ética e da moral, e a 'desordem' gerada pela industrialização". A

[136] Guerra (2007, p. 47-49, grifo do autor) vem lembrar que Kant estava "preocupado em explicar um tipo de conhecimento que advém não de juízos puros, mas aqueles resultantes da experiência e, deste modo, alcançados pela via do entendimento. Ocupa-se, pois, em encontrar os fundamentos das possibilidades da experiência. [...] O nível da intuição pura é, para Kant, condição primeira do conhecimento *a priori*, que se realiza pela via do intelecto". Para Kant, a experiência é um tipo de conhecimento possibilitado pela relação entre as categorias do entendimento e a intuição sensível dada pelo espaço e tempo. Em sua análise, entendimento é "uma atitude espontânea da mente, [que] realiza as sínteses da matéria fornecida pela *intuição do espaço e do tempo*". No tocante à razão, em Kant, é colocado de maneira reiterativa o seu atributo prático-moral; "prático no sentido de que a razão tem que se plasmar em atos, e, moral, porque estas ações devem ser amparadas por critérios volitivos".

autora está, aqui, fazendo referência ao historicismo alemão, cujo apogeu se verifica na "sociologia compreensiva de Max Weber (1864-1920)", e ao "positivismo lógico francês, inaugurado com Auguste Comte (1798-1857) e modernizado por Émile Durkheim (1858-1917)". A respeito dessas duas vertentes, esclarece o seguinte:

> no primeiro caso, o da Alemanha, a polêmica intelectual girava em torno da existência de juízos de valor a influenciar a pesquisa científica e da inadequação do método vigente nas ciências naturais aplicado à compreensão da sociedade. O positivismo francês, cuja influência do empirismo inglês se faz nítida, preocupa-se em estabelecer uma ciência única – a Sociologia – capaz de dar conta das explicações de qualquer que seja a ordem dos fenômenos analisados (GUERRA, 2007, p. 55).

Pois bem, colocados esses pontos, cabe ainda uma elucidação a respeito do elo comum entre essas duas vias de pensamento, relacionado ao critério de cientificidade, o que se verifica, segundo Guerra (2007, p. 55), na rejeição à Metafísica e no pressuposto da laicização da ciência. Concepção na qual "o conhecimento não extrapola o âmbito dos fenômenos, estando estes submetidos a relações constantes (leis)". Aqui se verifica um traço da decadência sinalizada, anteriormente, por Coutinho, porque, nas palavras de Guerra (2007, p. 55-56), "a ciência como a única forma de conhecimento aceite é concebida como atividade racional, objetiva, sistemática, que tem no método experimental o seu instrumento heurístico". É, enfim, uma perspectiva racionalista e agnóstica, o ponto de convergência entre o historicismo alemão e o positivismo francês. Não obstante a interseção, a esta vertente, principalmente em decorrência das elaborações de Émile Durkheim, se atribui "a gênese e desenvolvimento de um 'paradigma' que tem na razão formalizadora o seu fundamento de determinação". Vertente de pensamento esta que merecerá mais algumas linhas a seguir.

Vale aqui salientar, com relação aos "fundamentos e pressupostos do racionalismo formal-abstrato", haver a intenção de se analisar os fenômenos humanos com a mesma lente pela qual se observam os fenômenos naturais[137]; tomar como objeto de estudo os fatos sociais[138]; focar a ênfase nas instituições

[137] "Ao naturalizar o processo histórico, Durkheim transforma a socialidade dos homens em produto de uma evolução natural, resultando da total adaptação dos indivíduos às instituições que, sendo-lhes anteriores, encontram-se legitimadas a exercer o grau de coação necessário à manutenção da ordem" (GUERRA, 2007, p. 62).

[138] Na concepção durkheimiana, fato social é "o que tem ressonância social, independente dos indivíduos enquanto tal, mas que exerça sobre eles determinado grau de influência. [...] fatos sociais são *exteriores, anteriores e superiores* aos indivíduos e por isso só ocorre nos grupos sociais, via instituições" (GUERRA, 2007, p. 58, grifo do autor).

sociais (Estado, família, direito) em detrimento dos indivíduos; assim, não resta espaço para se pensar as individualidades, não há interferência teleológica dos sujeitos, não há história (GUERRA, 2007, p. 58).

Na análise durkheimiana, assinala Guerra (2007, p. 59-61, grifo nosso), a sociedade é vista como um organismo, ou seja, "um todo articulado por partes que se vincula funcionalmente, embora cada órgão coloque-se de forma independente das funções que desempenha". É, por certo, "uma perspectiva de análise que mescla elementos funcionais, sistêmicos e comparativos, marcada por induções amplificantes que, transformadas em generalizações, constituem-se na via para as formulações de leis"; bem como, pela "cisão entre *fato social*, econômico, cultural etc., e a neutralização do caráter histórico e econômico dos fenômenos sociais". É assim, para Guerra (2007, p. 64, grifo do autor), o racionalismo formal-abstrato, "uma maneira muito particular de conceber a realidade social: desistoricizada e deseconomizada". Sendo conveniente enfatizar:

> a proposta de reforma moral durkheimiana, de criação de vínculos que garantam uma solidariedade que seja princípio diretor da ação dos homens, tem sido, ao longo da história, objetivo precípuo das instituições, práticas sociais e profissionais sob o capitalismo. [...] A esses traços acresce-se a necessidade de uma ação social de conteúdo pedagógico, mediante procedimentos técnicos racionais, e teremos a fórmula durkheimiana que tem sido utilizada na despolitização das [manifestações das] questões sociais, na reprodução ideológica da sociedade pela via da moral, esta, instrumento privilegiado para assegurar a coesão social.

Sem dúvida, de acordo com Guerra (2007, p. 122, 124), o racionalismo formal-abstrato veio encontrar "seu substrato nos processos e relações que se estabelecem no/pelo trabalho nas formações socioeconômicas capitalistas". Circunstâncias verificadas no Brasil, onde essa vertente se lançou em solo fértil, quando era consolidada, na década de 1970, um processo de industrialização nacional, período marcado pelo autoritarismo e conservadorismo que, nas palavras da referida autora, "inspiram a burguesia industrial brasileira", não podendo ser aqui esquecida a "posição subalterna que o país ocupa da divisão internacional do trabalho", predominando, naquele momento, o padrão que se traduz pela exploração máxima dos trabalhadores e o uso da coerção refletida em ameaças à estabilidade no emprego. Combinam-se, assim, no Brasil, métodos e técnicas de gerência científica, nos moldes do taylorismo, com medidas assistenciais no intuito de sanar a resistência dos trabalhadores, em sua ação coletiva, não sendo possível deixar de

registrar, como parte dessa engrenagem, o recurso à força repressiva em caso de "necessidade". Com esses mecanismos de dominação, em nome de uma segurança nacional, é produzido um discurso aparentemente "neutro", capaz de camuflar o empobrecimento do trabalhador, justificado como "decorrência natural [e transitória] do progresso", decantado nos quatro cantos do país[139]. Era, então, um contexto no qual o engenho capitalista moía a vida do trabalhador até as últimas vísceras. Em nome desse anunciado progresso nacional, à custa da superexploração da classe trabalhadora, haverá a recorrência à difusão de ideias e princípios racionalizadores, protagonizados mediante a adoção de procedimentos e técnicas científicas que serão transformadas em *valores cívicos e morais* que, na análise de Guerra (2007, p. 124), serão "incorporados ao conjunto de valores ético-morais da nossa sociedade". Convém, neste momento, lembrar, e para isso eu me reporto a Marx e Engels (2009, p. 67, grifo do autor), que "as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual".

Pois bem, no Brasil, dando visibilidade à contradição inerente ao sistema do capital, o rebelar da classe trabalhadora escreveu nas páginas da nossa história uma trajetória de lutas, avanços e conquistas que, de maneira sucinta, foi narrada no Capítulo anterior, incidindo nos métodos de racionalização da classe burguesa. E assim, sem fazer cerimônia com o princípio liberal clássico de auto-regulação do mercado, escreve Guerra (2007, p. 128), "a era dos monopólios exige que o Estado brasileiro converta-se em meio de concreção das finalidades do capital". Nesse processo de "refuncionalização do Estado", as questões nascentes no antagonismo entre capital e trabalho, sofridas pela classe trabalhadora, passam a ser atendidas

[139] Na época, eu, menina, aprendi, de tanto ouvir, a cantar uma "musiquinha" que dizia mais ou menos assim: "esse é um país que vai pra frente/de uma gente amiga e tão contente/de um povo unido e de grande valor/é um país que canta, trabalha e se agiganta/é o Brasil do nosso amor". Bom, se o Brasil ia mesmo para frente eu não sabia, mas o meu pai foi para São Paulo. Era mais um, entre tantos outros nordestinos, desempregado, que deixava o seu espaço, sua família, seus amigos e tudo mais, rumo ao emprego prometido. Mesmo crianças, eu e os meus irmãos, não ficamos imunes à dor de uma despedida tão sem explicação (para nós), mesmo sabendo que o nosso avô cuidaria de nós. Ver a nossa mãe chorando só aumentava a confusão em nossas cabeças. Parecia que, apesar do discurso, o destino não era tão bom assim. Escrevendo este item lembrei, de imediato, desse dia na antiga rodoviária do Recife (no Cais de Santa Rita). São Paulo, no nosso universo de criança, poderia ser qualquer lugar do mundo, pois a noção que tínhamos era a da falta do nosso pai, do tempo que passava e ele não chegava. Não havia previsão de volta. Hoje eu entendo e é tudo tão concreto, mesmo porque foi preciso que o tempo passasse para eu perceber que a carteira com a foto que ele deixou comigo para eu não o esquecer, era o documento que o habilitava a entrar em seu local de trabalho, o mesmo do qual ele havia sido demitido. É a história de um trabalhador.

como carências de caráter individual. Ou seja, “as tensões provocadas pela luta de classes *aparecem* racionalmente convertidas em questões sociais”, mas essa camuflagem não basta e “a contradição entre capital e trabalho, essencialmente econômica, política e histórica, apresenta-se como uma relação de eficácia e eficiência, ou no limite, entre meios e fins” (GUERRA, 2007, p. 128). Ora, chega-se assim à conclusão de que essa perspectiva de racionalização não se confronta com as correntes positivistas, fonte mais indicada para responder à necessidade de uma especificação de “ser social” que se apresentava naquele momento. Um “ser social” que só se encontra na moral científica durkheimiana, guardiã do fundamento que determina sua intervenção na questão social (GUERRA, 2007, p. 130).

Impõe-se, elucida Guerra (2007, p. 136) “a reestruturação da *máquina* administrativa ao Estado, implantando e implementando instituições, programas de ação, estratégias e instâncias técnicas”. É neste sentido que o Estado, sob uma nova racionalidade que, “ao incorporar os princípios científicos” da racionalização no processo de trabalho, converte o político em técnico-burocrático, “[...] buscando operar e mediar o minado campo no qual se defrontam os antagonismos entre capital e trabalho, pela via das políticas sociais”. Ora, colocadas essas questões, é possível entender do que tratava Salgado (1982) quando se referia à “Velhice [como] uma nova questão social”. Ao revés, com os pés no chão, do ponto de vista da dialética marxiana, não há como deixar de considerar que as políticas sociais brotam desse campo minado por relações antagônicas que não se conciliam; e que o Estado, ao “desistoricizar e deseconomizar” a questão social, acaba, no dizer de Guerra (2007, p. 135), obscurecendo “a organicidade entre políticas sociais e processo de acumulação/valorização do capital”. E assim, como será visto adiante, a mercê dos ditames da ordem capitalista dos monopólios, esse novo padrão de racionalidade passa a demandar profissionais, técnicos, para por em prática a sua racionalidade formal-abstrata.

7.2 O estudo do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social: uma questão de classe (trabalhadora) contemporânea e urgente para o Serviço Social

Em razão do acúmulo anunciado nas *Considerações Metodológicas* e das principais tendências apontadas nas áreas que compõem o presente estudo, em momento algum, durante todo período de produção desta tese, parti do marco zero ou recorri a uma metodologia *a priori*, pois já era possível considerar, no âmbito da política de saúde, que: a demografia indica um acentuado processo de envelhecimento populacional, generalizado em todas as regiões brasileiras e estratos sociais, gerando novas demandas para o sistema de saúde, com maior ênfase a partir dos anos 2050, quando o número de pessoas idosas ultrapassará o de menores de 15 anos. Nessa época, para cada pessoa com 75 anos e mais haverá apenas 2 potenciais cuidadores, enquanto eram 5 em 2000 (REDE INTERGERACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE, 2009); a Política, pela via da omissão, da não ação, tem promovido o envelhecimento, a velhice senil, demandante de atenção de alta complexidade, superlotando e estagnando os serviços de saúde; os gastos públicos com a saúde das populações, diante do perfil epidemiológico delineado, têm sido reduzidos e não acompanham a magnitude das questões colocadas pela transição demográfica em curso na contemporaneidade; por incidir substantivamente na rede de apoio, ou razão de suporte, em função da queda na taxa de fecundidade e da inserção da mulher no mercado de trabalho, o envelhecimento das populações provoca um novo cenário de abandono e negligência no âmbito da Saúde, principalmente, vivenciado pela mulher velha – se considerados os dados da feminização –, situação cotidiana encaminhada ao Serviço Social; há uma tendência crescente à institucionalização, acompanhada da estigmatização e segregação da velhice, envolvendo principalmente velhas e velhos trabalhadores que passam a depender de um sistema de (des)proteção, protagonizado pela omissão do Estado e refilantropização, nos remetendo aos primórdios da assistência, quando o ‘objeto’ dessa política perdia o *status* de cidadão para incorporar o de *desqualificação*, atribuído aos “pobres” assistidos; longe de garantir a velhice com dignidade, a Política de Seguridade Social, na contramão de seu conteúdo ideopolítico democrático, bandeira da RSB, vem protagonizando o velho trabalhador tutelado/interditado em detrimento do

emancipado; sem a mediação das relações de produção e reprodução social, a intervenção do Serviço Social e demais categorias de profissionais, em especial, no âmbito da Saúde, da Assistência Social e da Justiça, tendem a focar a atenção na "individualidade isolada", culpabilizando e responsabilizando o velho e/ou sua família pelas condições objetivas de vida e de doença em que se encontra(m), isentando o Estado de suas obrigações, em cumplicidade com os ditames da contrarreforma; a produção literária acadêmica, reproduzindo todo esse processo, tende a abordar a problemática da velhice pela via da epistemologia, alienada, assim, da dimensão ontológica do ser social, sendo referenciada em práticas sociais – e vice-versa – que desumanizam e fragmentam o curso de vida humana, arrancando do processo de envelhecimento a sua historicidade e humanidade, ou seja, a perspectiva de totalidade, reivindicada pela razão dialética.

7.2.1 O Projeto Ético-Político e a instrumentalidade do Serviço Social: elementos teórico-metodológicos que configuram a "práxis" profissional

Chegar à velhice, portanto, na visão totalizadora, não tem sido uma experiência garantida a todas as populações do mundo, porque dele fazem parte países como o Congo e a Suzilândia. Tampouco, fora destes países, a conquista da longevidade proporciona a vivência da velhice com manutenção de padrões de saúde favoráveis à dignidade dos indivíduos nessa fase da vida que, do ponto de vista biológico, na definição de Neri (2001, p. 43), é marcada "por processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência". Com base nessa afirmação, é interessante observar que o envelhecimento humano é um processo iniciado bem antes da velhice, sendo esta o resultado histórico de todo processo de vida de indivíduos que compõem populações, cujo destino biológico será também determinado pelos condicionantes sociais que incidirão no processo vital (que é de natureza interacional, iniciado em épocas e ritmos diferentes, acarretando resultados distintos às diversas partes e funções do organismo humano). Há, com certeza, "um limite para a longevidade, o qual é estabelecido por um programa genético que permitiria ao organismo suportar uma determinada quantidade de mutações. Esgotado esse limite, o organismo perece".

Estudar o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social é uma questão a ser cuidadosamente tratada pelo Serviço Social, quando levada em consideração a sua produção no campo da Gerontologia Social, na condição de categoria profissional que a partir dos anos 1970, no Brasil, travou uma verdadeira luta com o objetivo de enfrentar e denunciar o conservadorismo profissional. Ao romper com o legado religioso que, desde os primórdios do processo de formação profissional, nos anos 1930, norteou a prática social com base na doutrina da Igreja Católica, abraçou, declaradamente, a causa da "espécie" possuidora unicamente da sua força de trabalho, enquanto parte constitutiva dessa classe. É evidente que essa histórica mudança se realiza com respaldo no pensamento marxista, novo ponto de vista assumido pelo Serviço Social[140]. Emergiram desse processo os fundamentos que estarão formatando o convencionalmente chamado *Projeto Ético-Político*, pautado na vasta produção de conhecimento, a partir dos anos 1990, alicerçada na *Teoria Social Crítica*, dando testemunho da opção da categoria pelo projeto societário da classe trabalhadora no Brasil; bem como, nas referências como a Lei que regulamenta a profissão, pelo Código de Ética Profissional de 1993, pelas Resoluções e Parâmetros de intervenção devidamente legitimados pelo conjunto CFESS/CRESS, antes mencionados.

Os projetos societários, como se sabe, são projetos coletivos, de acordo com Netto (2006, p. 142-145), "que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la". Há, evidentemente, nesses projetos, um conteúdo político que envolve relações de poder, e uma direção política socialmente definida por um sujeito coletivo. Projetos societários são, portanto, projetos *macroscópicos* e, no âmbito da sociedade moderna, convém salientar,

[140] Sobre o assunto, Guerra (2007, p. 138, grifo do autor) esclarece: "na intersecção entre a 'velha' razão subjetivista, de cunho ético-moral e as 'novas' demandas colcoadas à ação profissional do assistente social, assiste-se à primeira 'crise' no interior da profissão, que ameaça destruir as bases ético-filosóficas e religiosas sob as quais o arcabouço teórico e metodológico do Serviço Social havia sido construído. Do enfrentamento dessa crise engendra-se, no final da década de 60, um movimento marcado por continuidades e rupturas, que se convencionou chamar 'reconceituação'. Na busca de soluções modernizantes ao agravamento das questões sociais oriundas do modelo de expansão adotado pelo Estado, a instituição Serviço Social vai se empenhando em encontrar novas formas de operacionalização para atender às demandas que se configuram no país, após o golpe de 1964. Aqui a introdução do planejamento social, como forma de controle e aquisição de consenso social, a criação de programas sociais com fontes de receitas compulsórias (FGTS, PIS, PASEP) ampliam o espaço de intervenção do assistente social. Esta, por sua vez, dicotomiza-se entre ações assistenciais e de cunho promocional".

configuram-se enquanto projetos de classe. Os projetos relacionados às profissões[141] que, "reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior" também compõem o elenco dos projetos coletivos. Ainda segundo Netto (2006), "o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo [...] todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas". Assim, embora não seja possível deixar de considerar que um projeto profissional apresente um conteúdo ideo-político hegemônico, isso não permite desconsiderar os antagonismos que permeiam esses projetos. Em outras palavras, a hegemonia de um projeto não garante a sua exclusividade. Realidade nitidamente constatada durante a pesquisa realizada nos anais dos ENPESS para compor esta tese, cujos resultados me reportam à crítica feita por Haddad à produção de conhecimento do Serviço Social, no campo da Gerontologia Social, na década de 1980.

Com essa ressalva, considerando que a produção de conhecimento também é referenciada na prática social – e vice-versa – da categoria profissional, abro parêntesis para recorrer à importante contribuição de Yolanda Guerra (2007, p. 53) quando esta aborda a *Instrumentalidade no trabalho do assistente social*, esclarecendo que, para além do conjunto de instrumentos e técnicas, a instrumentalidade no exercício profissional diz respeito "a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo socio-histórico", ou seja, "[...] é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos". Neste sentido, por meio da instrumentalidade, os profissionais objetivam sua intencionalidade mediante respostas profissionais.

Mencionar a *objetivação da intencionalidade* remete a reflexão ao que já foi visto no Capítulo 5, pois, pela mediação do trabalho, o homem transforma a realidade, a si mesmo e aos outros, reproduzindo material e socialmente a sociedade em que vive. Essa ação transformadora, conceituada como *práxis*, diz respeito ao conjunto das formas de objetivação dos homens, incluindo o próprio

[141] Nas palavras de Netto (2006, p. 144), "os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais".

trabalho. Assim, de acordo com Guerra (2007, p. 53), o processo de trabalho é uma atividade prático-reflexiva, “voltada para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas”. Logo, tanto no trabalho quanto na *práxis*, os homens realizam a sua teleologia. Em outras palavras, quando há unidade entre o sujeito da ação transformadora e o produto da sua ação, ou seja, quando a mediação do trabalho se configura enquanto uma extensão da humanidade do indivíduo à natureza, o trabalho é *práxis*. Porque, nesta situação, evidencia Chaui (2005, p. 390), “o agente se exterioriza na ação produtora e no produto, ao mesmo tempo em que este interioriza uma capacidade criadora humana, ou a subjetividade”. A partir dessa reflexão, verdadeiramente, interessa aqui salientar a relação entre “postura teleológica e instrumentalidade”.

No modelo de sociedade onde os homens foram convertidos em mercadoria, a instrumentalidade é negada ao ponto de ser convertida em *instrumentalização de pessoas*, mecanismo reproduzido no âmbito da sociedade moderna como condição *sine qua non* de existência e perpetuação da ordem burguesa. Contando, para tanto, com as instituições e organizações sociais intencionalmente criadas para cumprir este objetivo do processo produtivo capitalista. Nesse contexto, marcadamente, no estágio monopolista do capitalismo, a *questão social* passa a ser foco da *intervenção sistemática e contínua* do Estado moderno. No trato das suas expressões, o Estado, com o fito de reproduzir a lógica da acumulação capitalista, recruta “ramos de especialização e instituições que lhe sirvam de instrumento para o alcance dos fins econômicos e políticos que representa em conjunturas socio-históricas diversas”. Porduz-se, então, “um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social” e para outras profissões (GUERRA, 2007, p. 55-56, grifo do autor).

Inclusive, para aquelas que compõem o campo da Gerontologia Social. À luz da contribuição de Guerra (2007, p. 56, grifo do autor), é importante ainda destacar que a “utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais”. Isto é, no âmbito da sociedade moderna, onde estão em disputa os interesses inconciliáveis de duas classes fundamentais, que se dividem em camadas ou segmentos, as necessidades sociais, “vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes, mas antagônicas”. Assim sendo, a utilidade social da profissão se

relaciona às respostas dadas às necessidades dessas classes sociais. No entanto, é conveniente lembrar que as necessidades sociais chegam transformadas, por muitas mediações, em forma de demandas para a profissão. Por isso, as demandas são totalidades contraditórias. As respostas, então, são qualificadas e institucionalizadas, refletindo uma *formação social especializada*, cujo significado social deve ser reconhecido pelas classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Tal raciocínio permite compreender que as necessidades sociais criam os espaços socio-ocupacionais de qualquer profissão, inclusive, do Serviço Social. Categoria profissional esta que historicamente será recrutada pelo Estado moderno, na medida em que as refrações da *questão social* passam a ser foco de sua intervenção sistemática. Dando conta da lógica fragmentadora capitalista, também a *questão social* será convertida em questões sociais, visualizadas através das políticas sociais, uma determinada modalidade histórica criada para o seu enfrentamento. Neste sentido, tanto as políticas sociais quanto os serviços sociais, nas palavras de Guerra (2007, p. 56), "constituem-se nos espaços socio-ocupacionais para os assistentes sociais".

Agora já é possível voltar à reflexão sobre a hegemonia de um projeto profissional, iniciada linhas atrás, a partir do pensamento de Netto. A referência se faz aqui ao *Projeto Ético-Político* do Serviço Social, profissão cuja utilidade social se vincula às políticas sociais. Para fechar os parêntesis, recorro mais uma vez à Guerra (2007, p. 57), quando esta vem dizer que a instrumentalidade – enquanto condição socio-histórica – do Serviço Social, em razão dessa vinculação, pode ser pensada em três níveis. O primeiro diz respeito à *instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês*, significando a instrumentalização da profissão a serviço do projeto do Estado moderno. Para tanto, são criadas estratégias de controle da ordem social, dentre as quais, as políticas sociais, cuja natureza reformista e integradora, é funcional à reprodução das relações capitalistas de produção. O segundo, *a instrumentalidade das respostas profissionais*, está relacionado ao aspecto instrumental-operativo das respostas às demandas das classes, permitindo o reconhecimento social da profissão. Neste nível, as respostas profissionais são expressas *nas funções que lhe são requisitadas; no horizonte do exercício profissional; e nas modalidades de intervenção exigidas pelas demandas dessas classes sociais*. Nestes três casos ilustrados, segundo Guerra (2007, p. 58),

“as respostas são manipulatórias, fragmentadas, imediatistas, isoladas, individuais, tratadas nas suas expressões/aparências (e não nas determinações fundantes)”. O critério utilizado para essas respostas “é a promoção de uma alteração no contexto empírico, nos processos segmentados e superficiais da realidade social, cujo parâmetro de competência é a eficácia segundo a racionalidade burguesa”. Há, portanto, ênfase nas ações instrumentais, bem como, na conversão de situações sociais em problemáticas individuais.

Contudo, afirma Guerra (2007, p. 59), “se muitas das requisições da profissão são de ordem instrumental [...] o exercício profissional não se restringe a elas”. O fato de “reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou do projeto burguês”. A compreensão de que essas demandas (contraditórias) são *totalidades saturadas de determinações*, exige do profissional bem mais que ações *imediatas, instrumentais, manipulatórias*. Desse ponto de vista, as respostas reivindicam intervenções “que emanam de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos”, inscritas no campo dos valores éticos, morais e políticos universais. Sobretudo, ações conectadas a projetos profissionais refletidas em seus referenciais teóricos e princípios ético-políticos. Essa passagem das ações *imediatas, instrumentais, manipulatórias*, para o exercício profissional crítico e competente, caracteriza o terceiro nível abordado pela autora, ou seja, a instrumentalidade como mediação[142].

[142] Quando afirmo no Capítulo 5 (item 5.2.3) que, do ponto de vista do trabalho, não há “diferença substantiva entre a velhice que vem se processando para o proletariado nos últimos séculos e a que se processa na contemporaneidade”, para que não fiquem dúvidas, é conveniente esclarecer que não estou aqui deixando de reconhecer as diferenças, mesmo na perspectiva de classe (trabalhadora), no processo de envelhecimento dos segmentos que serão ainda mais penalizados se associo a velhice a variáveis como gênero, etnia, até mesmo aos intervalos etários, entre outras que estão abordadas de maneira sucinta no Capítulo 6. Tampouco deixo de levar em consideração as lutas e conquistas sociais, conforme colocado ao longo de toda esta tese, mais especificamente, no Capítulo 6. Estou, sim, fazendo referência à diferença substantiva, portanto, “não vou sair desta casa, deixa eu morrer aqui”, numa tradução livre, talvez, tivessem sido as palavras faladas pela mulher velha na Inglaterra, no fato narrado por Marx, registrado no Capítulo 3 (item 3.3). Contudo, na verdade, foram as palavras ditas por uma pessoa, no ano de 2004, do seu “quarto de despejo” situado na periferia do Recife, capital de Pernambuco, Unidade Federativa do Brasil, país que, atualmente, se impõe como a 6ª maior economia do mundo. Analisando a situação e história de vida dessa pessoa, pela atitude corajosa e revolucionária com a qual se colocou frente à realidade que enfrentou sozinha e tão dignamente, a chamarei carinhosamente de *Sra. Mariposa* – numa alusão à flor, símbolo nacional, cubana – cujo “grande problema” se resume em seis aspectos associados organicamente: ser mulher, pobre, velha, negra, sozinha e praticante de candomblé, uma religião de matriz africana. Foi atuando nessa situação, encaminhada à Promotoria de Defesa da Cidadania na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (protocolo nº 108/2004), envolvendo a *Sra. Mariposa*, vítima de abandono, que

me deparei com a contradição no Serviço Social. Academicamente analisando, me deparei com os três níveis tão bem sinalizados pela Professora Yolanda Guerra e brevemente apresentados neste Capítulo. Tratava-se, em síntese, de uma situação em que a *Sra. Mariposa*, sem poder manter a estrutura da sua casa, que começou a desmoronar em 2001, foi literalmente condenada pelo Serviço Social ao "abrigamento" definitivo, em outras palavras, à institucionalização (com endereço certo, por sinal, bem longe do lugar onde cresceu e viveu desde os nove aos mais de oitenta anos), apesar da lucidez, da "autonomia e da independência" visíveis. O Serviço Social, funcional à ordem burguesa, descreve assim a primeira aproximação com a complexa realidade vivenciada pela *Sra. Mariposa*: "percebemos de imediato as péssimas condições de higiene, além da presença de imagens religiosas de estatura mediana". Se, aos olhos da assistente social, tomaram a proporção da minha altura (1,60m), no *Peji*, as referidas imagens não passavam, na verdade, dos 50cm e representavam São Jorge e Iemanjá. Como se ainda não bastasse, no relatório de apenas duas páginas, na descrição relacionada à *Sra. Mariposa* que "durante toda a entrevista mostrou-se lúcida", coube a ênfase nas suas "atitudes e concepções radicais quanto a sua crença", classificadas pela assistente social "num nível de quase fanatismo", pois a *Sra. Mariposa* chegou a afirmar que a sua casa não cairia porque os seus Santos não permitiriam. É claro que a Promotora de Justiça, coerentemente comprometida com a dignidade da *Sra. Mariposa*, desconsiderou o encaminhamento da assistente social, solicitando novo parecer a outro profissional. Emitido quatro meses após o primeiro, dessa vez o teor da conclusão do Estudo Social sobre a situação se aproximou do que a Professora Yolanda Guerra classifica como "instrumentalidade técnico-operativa", ou seja, não necessariamente funcional à ordem burguesa, mas, no caso, desprovida de mediação. A assistente social, com base no Estatuto do Idoso, segundo refere, "por motivo de segurança e dignidade a pessoa humana", sugere que a *Sra. Mariposa* "seja encaminhada provisoriamente para a casa de sua vizinha [...], que já lhe presta assistência, ou para uma instituição de abrigamento, enquanto resolve o problema de sua casa [...]". Não há, por assim dizer, nenhuma solução apontada pelo Serviço Social no sentido de garantir ou ampliar direitos, trata-se, com certeza, de uma intervenção imediata sobre a situação. Não satisfeita com o segundo encaminhamento do Serviço Social, a Promotora de Justiça buscou mais um parecer, apesar do tempo que passava e as chuvas que chegavam, gerando mais riscos para a *Sra. Mariposa*. Três meses após o segundo, sete meses após o primeiro, dois outros pareceres emitidos por assistentes sociais (um deles em conjunto com profissionais psicólogas), resultado de um longo processo de mediação, inclusive com a insistente tentativa de se estabelecer um vínculo de confiança entre profissionais e a *Sra. Mariposa*, foram decisivos e defendiam a dignidade dessa mulher. Ambos os pareceres vieram carregados de argumentos contra a institucionalização definitiva, medida de proteção não condizente com a condição pessoal da *Sra. Mariposa*. Em um deles, compondo o Laudo Social, a assistente social lamenta que a "situação tenha se arrastado desde 2001 sem mediação e sem cuidado" e alerta para o fato de que o "ônus de todo esse processo – de omissão – tenha que ser pago pela *Sra. Mariposa*". É evidente que a omissão está sendo creditada ao Estado, posto que a mulher não tem parentes e não pode ser entregue a uma amiga, também mulher velha, para ser "abrigada", cuidada. Assim, segundo a assistente social, deveria ser evitado, pela Justiça, no caso, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o risco de uma fatalidade sob dois aspectos: "a vulnerabilidade da vida da idosa e de seus vizinhos como consequência de um desabamento; e a vulnerabilidade da vida da *Sra. Mariposa*, em razão do trauma causado por um processo de institucionalização e perdas irreversíveis, ao ser removida do espaço onde vive há tantos anos", concluindo que a situação "ilustra a fragilidade das Políticas Públicas, ou seja, das respostas às demandas sociais emergentes a partir do processo de envelhecimento populacional [...]" e que o Estado deve arcar com tal responsabilidade. Encaminhamento este acatado pelos Promotores de Justiça (a essa altura já eram três os dedicados a dar resposta à situação), além do CRESS-4ª Região e do Conselho Estadual dos Direitos do/a Idoso/a (CEDI) que se engajaram nessa solução. Se este relato não ilustra a existência, na contemporaneidade, de projetos diversos e divergentes do Serviço Social, desde o que rompe com o conservadorismo ao que se mantém ultraconservador, talvez ainda caiba aqui registrar que também veio de uma assistente social a proposta de solicitar que a *Sra. Mariposa* fosse convidada a assinar um "termo de responsabilidade" assumindo os riscos de sua própria morte. Considerando o conteúdo dos pareceres técnicos que atestavam o risco da moradia; o tempo que se passou desde 2001 a 2005; as chuvas que caíram sobre o Recife nesse tempo todo; os setes meses desde o primeiro parecer do Serviço Social; creio, enfim, ser pertinente indagar se, para além do que a ciência e a tecnologia foram capazes de comprovar e prever, neste caso específico, há como convencer a *Sra. Mariposa* de que, enquanto nós, vagarosamente, decidíamos sobre a sua vida (que estava em risco), não foram os seus Santos (posto que, com

A recorrência ao pensamento de Yolanda Guerra se fez necessária porque uma considerável parte dos Artigos selecionados foi elaborada a partir de experiências profissionais e, a exemplo de outros Artigos teóricos, não agregaram conteúdo proveniente da teoria social crítica ao estudo apresentado, atestando, portanto, a favor da *instrumentalidade face ao projeto burguês* ou da *instrumentalidade das respostas profissionais* como é o caso do Artigo *S10014* (ANDRADE; GARCIA, 2004) que se limita a descrever "a trajetória de dependência ao álcool em indivíduos na 3a idade em tratamento em um programa de alcoolismo"; o Artigo *S30114* (OLIVEIRA JUNIOR; NOGUEIRA; SILVA, 2010) que, embora levante alguns elementos críticos, centra a discussão "no fortalecimento da autoestima", mesmo indicando que o escrito traduz

> o resultado de uma experiência pautada na adoção de uma concepção de intervenção comprometida com a emancipação do sujeito que envelhece como condição fundamental para superação de modelos de atenção ao idoso que não contribuem com a consolidação da sua cidadania.

O Artigo *S19109*, produzido sem a pretensão explícita de realizar um estudo na perspectiva totalizadora, apresenta "o perfil dos idosos internados na Geriatria de um hospital universitário federal e as principais demandas no contexto do envelhecimento e adoecimento", ou seja, pesquisa que tende para um desenho epidemiológico, colocando um importante desafio ao Serviço Social (TRINDADE; PASSOS; BARBOSA, 2010):

> estudos dessa natureza proporcionam o conhecimento sobre o processo de envelhecimento e as necessidades reveladas pela caracterização social desse segmento populacional, e potencializam a qualificação da intervenção do Serviço Social. Entretanto, o desenvolvimento de pesquisas representa um desafio para a equipe de Serviço Social [...]. A dinâmica e rotina intensa de atendimentos diários são fatores que dificultam o processo de pesquisa, porém não podem ser empecilhos para o desenvolvimento de processos investigativos.

Enfim, dando conta da amostra dos escritos relacionados a práticas sociais de assistentes sociais, o Artigo *S17068* (UCCELLA; BUENO, 2008), apesar de também não propor um estudo crítico, traz elementos para

> uma reflexão acerca da não efetivação da saúde e do acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil, tecendo uma relação com as principais conseqüências para os idosos desprovidos economicamente, que dependem integralmente dos serviços públicos de saúde.

---

certeza, não fomos nós) os que verdadeiramente seguraram, impediram o desabamento de sua casa?

Frente a esses resultados, mesmo que exista avanço em relação à existência de aspectos críticos no conteúdo de alguns Artigos, merece atenção a falta de afirmação da concepção teórico-metodológica dialética, não só nesses de agora, mas na grande maioria dos Artigos selecionados. Ao revés, nos Artigos (88,1%) onde não está explícita a concepção teórico-metodológica adotada e não há a proposta de realização de um estudo na perspectiva totalizadora, há uma verdadeira miscelânea de metodologias de pesquisa, dentre as quais destaco: “análise qualitativa, análise empírica” (*S02121*) (ALEXANDRINO; PAZ, 2010); “estudo exploratório-descritivo” (*S04046*) (PEREIRA; BORLOT; ANGELI, 2006); “estudo teórico” (*S05105*) (PIVETA; PASSAURA, 2010); “um estudo quanti-qualitativo” (*S06060*) (GROSSI et al., 2008); “estudo de caso” (*S12052*) (SANTOS et al., 2006); “quantitativo e qualitativo” (*S13024*) (BULLA et al., 2004); “análise de política” (*S16084*) (LEÃO, 2010); “pesquisa participante” (*S20054*) (SILVA; FONTES, 2008); “abordagem qualitativa (a partir de) dados quantitativos” (*S22001*) (GEHLEN; OLIVEIRA, 2002); “pesquisa de caráter predominantemente qualitativo” (*S24072*) (BULLA, 2008); “Laboratório Vivencial” (*S27029*) (ALBIERO; CALOBRIZI; LIMA, 2004); “estudo é de natureza exploratória e qualitativa” (*S28030* e *S47130*) (GROSSI; SCHARDOSIM; VARGAS, 2004; SILVA, 2010); “investigação empírica” (*S29077*) (ARBEX, 2008); “desenho descritivo com abordagem qualitativa” (*S30114*) (OLIVEIRA JUNIOR; NOGUEIRA; SILVA, 2010); “revisão bibliográfica” (*S46129*) (TRINDADE, 2010). Há também, entre esses que não explicitaram a concepção teórico-metodológica, os que tendem para um desenho epidemiológico, porém, sem nenhuma aparente preocupação com a definição do desenho do estudo, tampouco com o método de exposição dos resultados.

Diante de tudo que foi colocado até o presente momento, é certo, estudar “*velhice, saúde e trabalho*”, do ponto de vista da totalidade social, implica a rejeição da autoridade absoluta dos métodos centrados nas estruturas de conhecimento inatistas e empiristas porque esses caminhos desembocam na hegemonia do dado, da aparência do fenômeno ou do objeto do conhecimento como critério único e inviolável da verdade. Um fato consumado, contra o qual o sujeito do conhecimento nada pode. A serviço dessa concepção teórico-metodológica está a instrumentalidade das diversas disciplinas que compõem e estruturam o conhecimento tecnológico e o científico. Cabendo lembrar que a perspectiva da

instrumentalidade racional burguesa, a mesma da competência burocrática, prevalece no modelo ou modelos de ciências na sociedade moderna, particularmente, naqueles que se dedicam a estudar o envelhecimento humano. E o Serviço Social não foge a essa regra. Portanto, somente quando “decifamos as relações quebramos o feitiço”.[143]

Pela via da competência crítica e da instrumentalidade como mediação, ao contrário, o conhecimento científico passa a ser um – entre outros – elemento mediador para o conhecimento da realidade e não o instrumento único e privilegiado a ser utilizado para proceder a leitura da realidade, objeto do conhecimento. Se na dialética marxiana, produção é reprodução, enveredar por tal sendero significa apreender e expor uma interpretação relacional, a mais concreta, do objeto, tomado como ponto de confluência de um sistema de relações sociais. O próprio objeto é uma produção social. Na perspectiva totalizadora, a velhice do trabalhador não é um dado isolado das relações de produção e reprodução social. Processa-se como produto da dinâmica histórica da exploração do capital sobre o trabalho e os resultados desse processo são deletérios no curso de vida da “espécie” que vende a sua força de trabalho.

Não há dúvidas, esses efeitos deletérios têm sido exaustivamente estudados, em escala mundial, nas últimas quatro décadas. Mas os indicadores sociais do envelhecimento produzidos mediante pesquisas cujo ponto de partida é a população, com ênfase no recorte da morbimortalidade dessa população, tendem a descrever a ordem pela ordem existente. O resultado é um desenho caótico – o que não é de todo falso – das condições de vida do segmento idoso das populações. Os velhos e as velhas estão doentes, é verdade, e de tão doentes esta particularidade tem sido naturalizada como a única possibilidade de um quadro historicamente pintado da velhice na contemporaneidade. Como desdobramento desse resultado, contrariando inclusive o discurso gerontogeriátrico, senescência e senilidade passaram a ser sinônimos na experiência da velhice na sociedade moderna. Contudo, não se perca de vista:

[143] Está no filme Notícias da Antiguidade Ideológica ”Marx, Eisenstein, O Capital, produzido por Alexander Kluge, em 2008, “no auge da crise financeira mundial, Notícias é uma obra-prima polimórfica que, a partir de uma montagem extremamente original, reflete sobre a atualidade do pensamento de Marx na sociedade capitalista contemporânea em que vivemos. Inclui participações especiais do filósofo Peter Sloterdijk, do escritor Hans Magnus Enzensberger, do poeta Durs Grünbein, do cineasta Tom Tykwer, entre outros intelectuais e artistas”.

> a palavra senilidade está relacionada às alterações produzidas pelas diversas doenças que podem acometer o idoso; senescência está relacionada às mudanças que ocorrem no organismo apenas pela passagem dos anos, correspondentes aos efeitos naturais do envelhecimento (cerebral, cardiovascular, respiratório, renal, digestivo, osteoarticular e endocrinológico), enquanto processo normal, não podendo ser interpretadas como patológicas (PASSARELI, 1997).

Dessa maneira, um dado deslocado da história das relações sociais que o estão produzindo e reproduzindo, torna-se uma verdade tão naturalizada que contra ela é possível fazer quase nada, quiçá remediá-la? O dado, abstraído da história de vida e trabalho dos que envelhecem não revela muito além da situação e/ou doença estudada.

7.2.2 A defesa e a sustentação do pensamento crítico marxista enquanto resistência do Projeto Ético-Político frente à modalidade de enfrentamento da questão social inaugurada pelo Governo Lula da Silva

Com foco nos objetivos desta tese, vale tecer finalmente duas breves considerações a respeito da aproximação do Serviço Social com as questões relacionadas ao debate sobre as Políticas Sociais e, mais especificamente, a de Saúde, no contexto da RSB. A primeira se relaciona ao fato destacado por Behring e Boschetti (2006, p. 36), sinalizando o processo tardio da introdução da temática da política social nas pautas profissionais. À luz da teoria social marxiana, de acordo com as autoras

> a análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais.

Para Behring e Boschetti (2006), houve um hiato de três décadas, desde a criação das primeiras escolas no país (1936), passando pela introdução da temática (1950) à inclusão no currículo (1970), embora critiquem o modo como o tema foi apreendido pelo Serviço Social na época. A segunda observação, enunciada por Maria Inês Bravo *et al*. (2006) diz respeito à não realização de um nexo direto do Serviço Social com alguns debates que buscavam, na década de 1980, a construção de práticas democráticas, a exemplo do movimento pela Reforma Sanitária, tendo em vista a predominância da revisão interna como principal característica da renovação do Serviço Social no Brasil nessa conjuntura.

Na mesma tendência dos processos tardios de aproximação do Serviço Social com os temas da Política Social e da Reforma Sanitária, atualmente, há uma lacuna a ser preenchida pela categoria em relação à Gerontologia Social, principalmente no tocante a agregar conhecimento crítico aos escritos produzidos nesse campo que se propõe a estudar o processo do envelhecimento humano nos seus diversos aspectos. Importa aqui, para efeito de esclarecimento, saber que Gerontologia Social foi um

> termo usado pela primeira vez por Clark Tibbits em 1954, para descrever a área da Gerontologia que se ocupa do impacto das condições sociais e socioculturais sobre o processo de envelhecimento e das consequências sociais desse processo. São temas importantes nesse campo: atitudes em relação à velhice, práticas e políticas sociais, formas de gestão da velhice pelas instituições sociais e pelas organizações governamentais e não-governamentais, índices de bem-estar das populações idosas, redes de suporte social, relações intergeracionais (NERI, 2001, p. 55).

A ênfase ora colocada não diz respeito à inserção do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, é diferente. Diz respeito à necessária contribuição crítica do Serviço Social à produção de conhecimento no campo da Gerontologia Social, desafio a ser assumido e suprimido pela nossa categoria profissional. Realidade que se desvela tanto nos espaços acadêmicos quanto da intervenção profissional, evidenciando a urgente necessidade de delimitar a problematização sobre o envelhecimento, a proteção à velhice do trabalhador, no âmbito da política nacional de seguridade social, sendo aqui referenciada a política de saúde brasileira, na perspectiva da vida, da totalidade social. Reafirmo neste momento o desafio porque, tendo em mente a perspectiva totalizadora, quando analiso os escritos versando sobre "*velhice, saúde e trabalho*", apesar do projeto hegemônico, não vejo prevalecer a teoria social crítica na contribuição do Serviço Social ao campo da Gerontologia Social.

Para apreender aspectos que se relacionam a essa lacuna que vem sendo deixada em aberto pelo Serviço Social, por constatar que, na contemporaneidade, o velho está cada vez mais "beneficiado" ou "interditado" que aposentado, considero ser fundamental consultar Lopes (2009, p. 22) quando esta reflete sobre os principais desafios colocados para o Serviço Social após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado, em 1979, na cidade de São Paulo, o "Congresso da Virada", mais especificamente, após o denominado "processo de

virada político-ideológica do Partido dos Trabalhadores (PT)"[144], que consolidou a ascensão de Lula ao governo federal. Nesse contexto de "Metamorfose do PT e o Governo Lula", marcado por adversidades, alguns intelectuais do Serviço Social, a exemplo de José Paulo Netto e Marcelo Braz, vão falar respectivamente em crise do *Projeto Ético-Político* ou que sua hegemonia está em xeque. Mas, por enquanto, com base nas reflexões da autora, é importante salientar o surgimento de

> dilemas significativos à luta pela hegemonia e até à sustentação do projeto ético-político no Serviço Social: seja pela incidência que esta mudança teve sobre as lutas de classes e de massa, tão fundamentais no PEP; seja pela estratégia do governo Lula no enfrentamento da questão social, particularmente com sua política de assistência à qual está vinculada grande parte dos assistentes sociais como funcionários do Estado, o maior empregador desses profissionais.

Na análise de Lopes (2009, p. 23), na totalidade das profundas transformações ocorridas nos últimos trinta anos, no Brasil, essa "Metamorfose do PT e o Governo Lula" incidirão fortemente no Serviço Social, tanto como categoria profissional quanto como área de conhecimento, afetando a subjetividade de seus sujeitos. A afirmação da autora toma como referência a forte vinculação do movimento progressista e crítico dos assistentes sociais ao PT, levando em consideração a síntese do movimento de massas protagonizada pelo partido, no período de lutas sociais que marcou o final dos anos 1970, articulado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual a extinta Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) estava filiada.

Mas, foi visto anteriormente, esse também era o momento da ofensiva neoliberal, bem como o da "derrocada completa da experiência socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)", que prometia uma racionalidade alternativa à acumulação capitalista. Momento a partir do qual, no Brasil, ganha força, por exemplo, a reação conservadora da Igreja Católica, atacando com veemência o movimento progressista denominado Teologia da Libertação. Nesse contexto de transformações estruturais e conjunturais, delimitado entre o fim da década de 1980 e o início de 1990, ocorrerá um redirecionamento dos movimentos hegemônicos das lutas sociais, quando a perspectiva da construção de uma nova

[144] De acordo com Lopes (2009, p. 23), o PT foi "criado em 1980, com seu núcleo fundador e central no chão da fábrica, na classe operária e no movimento popular urbano e rural, onde se vinculou ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o partido constituiu-se com uma proposta de emancipação de classe, expressa em seu manifesto".

ordem alternativa ao sistema do capital cederá espaço para uma tendência de lutas de resistência ao neoliberalismo, isto é, a luta por “míseros direitos”. Era esse o tempo em que o *Projeto Ético-Político*, apoiado na teoria crítica do pensamento marxista havia alcançado solidez acadêmica, contudo, também como sinalizou Coutinho, Lopes (2009, p. 24) refere a influência da crítica ao pensamento marxista entre os intelectuais brasileiros. Em não sendo suficientes as referências ao pensamento de Lopes e de Coutinho, busco mais um reforço na contribuição de Netto (2007, p. 10), para lembrar que, se “entre setenta e oitenta, o pensamento de esquerda (nomeadamente a inspiração marxista) apresentava-se como instigante e imantadora [...]”, na entrada dos anos 1990, o Serviço Social brasileiro vem se deparar com “novas dificuldades”, no sentido de fazer valer a “intenção de ruptura”, com o conservadorismo, diante do “processo regressivo (de todos os pontos de vista) que tem sua ponta mais visível na *ofensiva conservadora* que, também no plano do pensamento [...] teórico-social, constitui a maré montante” da época sinalizada. Período em que, ainda de acordo com o autor, se colocou na ordem do dia a retórica da *pós-modernidade*, cujo “peso desta constrição sobre a *intelectualidade emergente* (também) do Serviço Social não pode ser minimizado”.

Assim sendo, serão impostos dilemas aos profissionais do Serviço Social no Brasil, em razão da estratégia ideopolítica adotada pelo Governo Lula no enfrentamento da *questão social*. Elemento este bastante complicador para a manutenção do *Projeto Ético-Político* hegemônico no Serviço Social, tendo em vista a lógica que “despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade” (LOPES, 2009, p. 25). Ora, se o movimento crítico fundante do *Projeto Ético-Político*, cuja trajetória tem suas raízes no movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, rompia com o tradicional conservadorismo da profissão, o assistencialismo reivindicado pelo Governo Lula veio atingir o cerne desse movimento. Processo este que incidirá na totalidade da subjetividade e das práticas sociais das/os assistentes sociais.

Mecanismo que se evidencia quando, apoiada em Guerra (2007, p. 17), apreendo as políticas sociais “não apenas enquanto espaço de inserção do assistente social, mas, sobretudo, enquanto determinação, ordenamento, prescrição das formas de intervenção profissional”. Neste contexto, a tendência de enfrentar a *questão social* na sua expressão mais bárbara, a pobreza, pela via do

assistencialismo, agora legitimado enquanto política social e formatado como direito, visivelmente incorporou o movimento desencadeado nos anos 1980 “em torno da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e avança para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. Espaço socio-ocupacional este que se configura, na contemporaneidade, como um dos principais âmbitos de intervenção e mercado de trabalho das/os assistentes sociais,

> com repercussão em todas as dimensões da profissão, em particular na formação, sobretudo, através dos estágios; penetra a subjetividade dos profissionais e dos estudantes de Serviço Social em processo que incide profundamente na cultura profissional, orientada, na prática, pela despolitização da questão da pobreza e da desigualdade (LOPES, 2009, p. 25; MOTA, 2006).

Mas, obviamente, os dilemas e desafios não se esgotam nesse limite da modalidade de enfrentamento da *questão social* no Governo Lula. A ABEPSS se depara, no âmbito da formação acadêmica, com o desafio imposto pela Política Nacional de Educação em vigor no país, ou seja, o de enfrentar os dilemas advindos do ensino privado e à distância. Modalidade de ensino que tem avançado, no sentido de ocupar espaços, inclusive, nas Universidades Públicas. Trazendo essas questões, Lopes (2009, p. 26-27) manifesta que a ameaça ao Projeto dedicado à luta pela “emancipação das classes subalternas e da humanidade”, deve ser enfrentada a partir da “defesa e sustentação do pensamento crítico, marxista”, nas palavras da autora, “o eixo central da resistência histórica necessária”. Pensamento este que não prevalece na produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, tomando como fonte de dados e informações os anais dos ENPESS, publicados durante a primeira década deste século XXI. Constatação que me deixa muito à vontade para trazer a esta tese um desafio colocado por Netto (2007, p. 11) à *intelectualidade emergente* do Serviço Social, à qual, nas suas palavras,

> [...] mais que desbravar caminhos e assentar as bases de um desenvolvimento futuro, trata-se de consolidar criadoramente um pólo ideo-profissional, enfrentando, de uma parte, a ofensiva conservadora e, de outra, subsidiando teórica e operativamente o debate e a prática do Serviço Social.

7.2.3 Por uma concepção teórico-metodológica capaz de romper com a racionalidade que funda a sociedade do velho insulado: a necessária contribuição do Serviço Social à produção no campo da “Gerontologia Social Crítica”

A história do Serviço Social é marcada por sucessivos esforços no sentido de elaborar propostas metodológicas de intervenção. Trajetória que, de acordo com Carlos Montaño (2000, p. 10, tradução nossa), vem dar testemunho da tradicional trilogia metodológica, isto é, “Serviço Social de Caso”, “de Grupo” e “Desenvolvimento de Comunidade”, atendendo a distintos “sujeitos” (indivíduos, grupos e comunidades), a partir de referenciais provenientes das vertentes psicologistas ou sociologistas; da psicologia social e do funcionalismo; e das correntes desenvolvimentistas (respectivamente). Em se tratando da inserção das/os assistentes sociais nos espaços socio-ocupacionais, as propostas metodológicas enfocam diferentes “objetos” (abstratos), dentre os quais convém destacar: Serviço Social da saúde; da assistência social; de empresa *et cetera*.

Uma proposta que veio, de certa forma, contestar o conservadorismo inerente a essa tradicional trilogia metodológica do Serviço Social, no Brasil, reconhecidamente foi o método BH, inspirado na concepção dialética, apresentado por Leila Lima Santos *et al*. (1993). Duas características merecedoras de destaque no método BH, dizem respeito à incorporação da perspectiva de classe (trabalhadora) e da *participação dos sujeitos* no processo de conhecimento. No entanto, Montaño (2000, p. 11, tradução nossa) vem lembrar que o método BH não conseguiu superar “a naturalização da realidade, a segmentação positivista entre ciência e técnica, e o apriorismo metodológico”. Na verdade, as propostas metodológicas no Serviço Social, tradicionalmente, elegem um sujeito ou uma área específica para a intervenção, recortada da totalidade social. Atitude refletida no conteúdo dos Artigos selecionados nos anais dos ENPESS.

Todo esse processo, conforme já foi sinalizado por Netto (2001, 2010), está ideologicamente vinculado à racionalidade burguesa, hegemônica na sociedade moderna, mais acentuadamente a partir da Revolução de 1848, quando a burguesia abandona sua bandeira revolucionária, abolindo a crítica e protagonizando a *imagem fetichizada* e *pulverizada* da realidade. Predomina, desde então, a

hegemonia das correntes de pensamento que “tendem a considerar os processos sociais como *coisas*, semelhantes aos fenômenos naturais, por isso, independentes da vontade dos sujeitos, e desarticuladas da estrutura mais ampla e de outros fenômenos” (MONTAÑO, 2000, p. 13, tradução nossa).

No Brasil, os anos 1970 foram assim marcados pelo que Coutinho (2010, p. 9-10, 16) denominou período de “*cultura esvaziada* de espírito crítico, de efetiva preocupação com as questões sociais e políticas”, época em que o estruturalismo, “expressão ideológica de um mundo aparentemente *seguro* e não contraditório”, chegou ao país. Essa “moda intelectual” importada do pensamento francês que sofreu, com a eclosão de Maio de 1968, um duro golpe, veio compor a trama ideológica que se processava no Brasil, servindo aos propósitos da ditadura. Mais precisamente, essa tendência foi consolidada a partir da promulgação do AI-5, tendo em vista que o estruturalismo se colocou como um forte obstáculo ao desenvolvimento do marxismo no território brasileiro. Para evidenciar a barreira ideológica, de maneira sucinta, é pertinente lembrar que essa “moda intelectual” se alicerça num apelo à “cientificidade”; ao “racionalismo” formalista, limitado e objetivamente agnóstico; e à negação da história como dimensão objetiva do real. Unilateralidades que encontraram certa resistência, mas Coutinho esclarece que o pensamento que surgiu aparentemente em oposição à corrente estruturalista se colocou mediante unilateralidades similares irracionalistas, apelando respectivamente ao “humanismo ideológico, subjetivista e retórico”; à “*imaginação* intuitiva, irracionalista e anticientífica”; e ao “historicismo abstrato, igualmente irracionalista e subjetivista”. Portanto, embora sejam aparentemente opostas, essas posições unilaterais são complementares.

A racionalidade formal-abstrata passou a ser um imperativo no processo de conhecimento, alicerçada em princípios que naturalizam a realidade, desconsiderando as mediações e as contradições que a produzem. A ênfase no dado objetivo, no empírico, fragmenta a realidade em esferas autônomas (“social”, “política”, “econômica” *et cetera*), perdendo a historicidade. Nessa perspectiva, a realidade deixa de ser uma produção dos homens e mulheres para ser conhecida e interpretada, através das evidências, como uma evolução da natureza (MONTAÑO, 2000, p. 13, tradução nossa). Lógica que será impressa no conteúdo das políticas sociais, sendo estas produzidas de maneira segmentada e setorializada para

atender demandas específicas dessa realidade fragmentada. Desconectadas das políticas econômicas, por exemplo, as políticas sociais, obviamente, não são planejadas para sanar os problemas aos quais estão destinadas, e a estratégia adotada para resolver esse dilema tem sido o recurso à atenção individualizada, focando na singularidade do sujeito. Nessa trama ideológica, volto a insistir, o indivíduo é culpabilizado por sua situação, sendo a ele e à sua família (quando há) transferida a responsabilidade de resolução do problema que vivencia/m. Eis o "racionalismo burguês moderno", uma concepção que permeia o conteúdo ideopolítico das políticas sociais, repercutindo na intervenção das/os assistentes sociais. Desta maneira, indica Montaño (2000, p. 16, tradução nossa),

> as pautas metodológicas de intervenção profissional que seguem esta racionalidade segmentadora/naturalizadora/deshistoricizadora da realidade, não conseguem distanciar-se desse tipo de respostas à *questão social*, repondo constantemente os substratos positivista, estruturalista, sistemista e/ou funcionalista na forma de conhecer e na modalidade de operar do Serviço Social.

Decerto, tais correntes de pensamento permearam e continuam condicionando a formação e a produção de conhecimento do Serviço Social onde está posto que, na transição dos anos 1970 aos 1980, a categoria se deparava com o enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional. Somente nos anos 1990, passou a ser hegemônico o *Projeto Ético-Político* profissional, vinculado ao projeto societário da classe trabalhadora – propondo a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Partido este assumido no texto introdutório do Código de Ética de 1993[145], defendendo que "a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social" (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). Ou seja, há um norte a ser seguido, inclusive em se tratando da pesquisa e produção de conhecimento. A respeito desse assunto,

[145] "A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teóricopolítico que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional" (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

novamente recorro a Netto (2006) chamando a atenção para o fato de, mesmo sendo um Projeto que ganhou hegemonia nos anos 1990, a categoria profissional que o legitimou ser um universo heterogêneo. Aspecto este merecedor de uma atenção especial, pois conforme observa Iamamoto (2006, p. 75), "a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante". Principalmente em se tratando do tempo do capital quando, citando Celso Frederico (1997, p. 181),

> no influxo da terceira revolução industrial a ofensiva selvagem do capital recriou o ideal do livre mercado, desenvolveu novas formas de exploração do trabalho humano e pôs em movimento um processo de dessolidarização da vida social, um autêntico salve-se quem puder, expresso no culto do individualismo e naquelas formas relativistas de pensar, que cultivam a fragmentação e a descrença nas possibilidades emancipatórias da razão.

Assim, em coerência com o que venho colocando até o presente momento, parto da constatação de que o Serviço Social, no Brasil, a partir da década de 1990, assumiu a teoria social crítica como projeto hegemônico cujo teor pode ser identificado nos diversos aspectos – já referidos – que configuram a categoria profissional, inclusive quando revistos os títulos dos ENPESS e seus respectivos temários, dentre os quais, na última década, é interessante registrar: "O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania", em 2000; "Os desafios da pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social", em 2004; "Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil", em 2006; "Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios", em 2008; e "Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?", em 2010. Verificado aqui o temário, de maneira geral, pode ser destacado o apelo constante à pesquisa, ênfase sinalizada no texto de apresentação do VIII ENPESS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2002), onde se lê que "um pesquisador dialoga com o patrimônio acumulado não apenas de sua área de conhecimento, mas a formação do pesquisador supõe o domínio de uma cultura que a envolve e permite que se apresente no diálogo com outras áreas", assim, continua o texto, "despertar a paixão pelo conhecimento é ponto fundamental para que possam se formar novos pesquisadores"; e o apelo à discussão sobre os desafios e questões

contemporâneas remetidas ao Serviço Social. Repito, tudo isso colocado no momento histórico em que, no dizer de Netto (2010, p. 2), “a face mais evidente da barbárie contemporânea é a articulação da repressão aos pobres com a minimização dos programas de combate à pobreza”, cuja visibilidade, no Brasil, se efetiva com mais clareza nos Governos de Lula da Silva. Outrossim, a categoria profissional abraçou, por assim dizer, a concepção teórico-metodológica dialética, fundamentada na ontologia, de acordo com Montaño (2000, p. 21, tradução nossa), “campo da filosofia que estuda o ser, sua estrutura, fundamentos e movimentos”. Portanto, significa assumir, enquanto sujeito do conhecimento, uma posição frente ao objeto na qual

> o método é derivado das características do objeto concreto e o critério de verdade se funda na capacidade do produto do conhecimento (a teoria) de conseguir, o mais fielmente possível, reproduzir no intelecto o movimento da realidade.

Pelo menos em tese, como base no *Projeto Ético-Político* profissional, ao romper com o tradicional conservadorismo no Serviço Social, o *apriorismo metodológico* também estaria sendo negado, refutado, tendo em vista sua sustentação em sistemas de ideias vinculados à epistemologia, “campo da filosofia que estuda os fundamentos e métodos do conhecimento”, cujo debate, de acordo com Montaño (2000, p. 20, tradução nossa), “se processa com independência do objeto”, configurando, assim, um debate *a priori*. Concepção sustentada numa “matriz de base gnosiológica, e numa racionalidade formal-abstrata”, a partir da qual o método é determinado independentemente do objeto concreto.

Contudo, na pesquisa realizada nos anais dos ENPESS, só foi possível encontrar cinco trabalhos fundamentados na concepção teórico-metodológica dialética, embora alguns mais propusessem o método dialético (14, 3%), mas não o tenham realizado durante a exposição da pesquisa. Configurando o ecletismo na produção de conhecimento do Serviço Social, no Artigo *S07108* (GROSSI et al., 2010), é possível encontrar a seguinte descrição metodológica: “[...] caráter descritivo-exploratório e delineamento qualitativo, embasada no referencial teórico-epistemológico dialético-crítico”. Outra informação obtida durante a pesquisa nos Artigos dos anais dos ENPESS é a de que a maior parte dos Artigos não abrange conteúdos críticos da produção do Serviço Social em sua bibliografia, havendo maior ênfase na produção mais geral da Gerontologia e mais específica do tema

abordado, a exemplo de “representação social”, “atenção domiciliar”, “violência”, “lazer”, entre outros. Mesmo nos Artigos que abrangem a produção crítica do Serviço Social, prevalece a produção mais geral da Gerontologia. Dos estudos que se apresentam vinculados à concepção teórico-metodológica dialética, é interessante observar, um foi produzido no estado do Amazonas, um no Espírito Santo, dois no Piauí e o outro não informou o estado de origem. Com relação ao ano, dos cinco textos, quatro foram publicados em 2010, ou seja, na última edição do ENPESS, e apenas um foi publicado no ano de 2008.

A realidade é instigante porque, se concordo com Tonet (2009), quando ele afirma que a interpretação do mundo é um momento fundamental na apropriação e direção da intervenção sobre o mundo, está colocado mais um desafio para o Serviço Social, em se tratando de sua produção no campo da Gerontologia Social: adotar os devidos cuidados teórico-metodológicos para evitar cair nas armadilhas da representação caótica do todo. O que está em perfeita harmonia com dois dos princípios fundamentais do nosso Código de Ética profissional que julgo mais importantes: *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional* e *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças* (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). Remetendo-nos – a mim e a toda categoria profissional – a refletir sobre uma questão que eu venho colocar no rol da urgência da exigência tão bem sinalizada por Iamamoto, quero dizer, de um profissional culturalmente versado – aqui me referindo – no estudo do envelhecimento humano na perspectiva de classe (trabalhadora), da totalidade social. É assim uma questão a ser refletida na totalidade da nossa *práxis* profissional, abarcando os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social. Não cabe a discussão sobre o envelhecimento humano, a velhice da classe trabalhadora, enquanto uma “nova questão social”, como pretendia Salgado (1982). O que se apresenta, de acordo com o que foi defendido, é a “velha” *questão social* manifestando suas novas expressões: neste caso, a velhice pauperizada, evidenciada pela magnitude da transição demográfica e o aumento exponencial dos miseráveis em escala mundial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simone de Beauvoir (1990, p. 17), nos anos 1970, alertava para a escassez de estudos sobre a velhice capazes de extrapolar a dimensão do envelhecimento biológico, destino ao qual está condenado o ser humano, para dar conta do contexto social onde se vivencia e diferencia a velhice. Mais recentemente – quatro décadas desde Beauvoir –, no campo de produção do conhecimento do Serviço Social, Solange Teixeira (2008), na sua importante contribuição, a partir do livro *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital*, vem ratificar no Brasil o que já havia sido denunciado outrora pela escritora francesa. Chega-se à segunda década do século XXI contando com poucos trabalhos abordando o processo do envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, muito embora não possa ser negada a contribuição dos estudos realizados, em geral, delimitados na área do conhecimento das disciplinas que compõem a Saúde Coletiva, com enfoques fundamentados nos postulados da epidemiologia, da demografia, Gerontologia, Geriatria – entre outras – e, mais especificamente, do Serviço Social. Tendência constatada na produção elaborada por assistentes sociais quando consultados, também, o Tratado de Geriatria e Gerontologia (FREITAS *et al*., 2002), a Revista Serviço Social & Sociedade número 75, dedicada ao tema “Velhice e Envelhecimento” e, mais recentemente, a Revista Geriatria & Gerontologia da SBGG, sem perder de vista, é claro, os Artigos publicados nos anais dos ENPESS. Destes extraí os principais desafios apontados pelas autoras e autores, assim agrupados: *participação em lutas pelos direitos da pessoa idosa articuladas por movimentos sociais; capacitação técnica e científica para estudar/pesquisar o envelhecimento humano e propor políticas sociais; capacitação técnica para intervir junto à pessoa idosa vítima de violência; atuação em uma perspectiva interdisciplinar; promover mudança cultural de modo a enfrentar situações de desigualdade e injustiça social; socializar informações mediante a promoção de ações educativas; qualificação dos assistentes sociais da área da saúde; intermediar grupos sociais; e coordenar redes sistematizadas de suporte.*

Assim, olhando de perto, os desafios dizem respeito à prática profissional, portanto, não são estranhos e endossam os que foram colocados no Quadro 3. Na verdade, são desafios que nos reportam, enquanto assistentes sociais, a todos os espaços socio-ocupacionais onde atuamos – escrevo na terceira pessoa enquanto

dialogo com os meus pares. Mesmo porque, insisto em escrever: a velhice é o resultado de todo processo de vida e trabalho humano. À velhice da classe trabalhadora convergem, se não morrem antes, todas as crianças e adolescentes, mulheres e homens, negros e brancos, de todas as etnias, orientações sexuais e credos religiosos, acometidos por deficiências físicas e/ou mentais, formatando as gerações ancestrais e descendentes do "velho proletariado". Contudo, a velhice não se processa como uma experiência mística, tampouco especulativa, razão pela qual o ponto de partida para o estudo do objeto desta tese não foi o enfoque populacional. Partiu-se da "produção material da vida inteira", considerando que "aquilo que os indivíduos são, depende das condições materiais da sua produção", muito embora o *aumento da população* seja um requisito para a produção que pressupõe um intercâmbio dos indivíduos *entre si*, cuja forma é requerida pela produção (MARX; ENGELS, 2009, p. 25).

Em se tratando da relação *saúde, velhice e trabalho*, não há como cindir essa tríade orgânica. Assim, com o respeito que me cabe aos processos democráticos, inclusive ao espírito que moveu a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri, diante da participação de vários segmentos das diversas sociedades, conforme mencionado anteriormente, quando reflito sobre a definição do *Envelhecimento Ativo* (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2005), fica uma indagação: como realizar, de fato, *o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, melhorando a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas*? A história da nossa luta pela efetivação dos Centros de Referência em Atenção à Saúde da Pessoa Idosa atravessou, desde Fernando Henrique Cardoso, os dois Governos Lula da Silva e, como estamos? Sem esquecer o conteúdo abordado durante toda esta tese, resta apenas perguntar: de que maneira? E me pergunto mais uma vez, com os pés no chão, aliás, no campo da Saúde Coletiva, considerando que, do meu ponto de vista, em acordo com Marx e Engels (2009, p. 32), "não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência", como? Escrevo estas linhas exatamente no momento em que o Governo brasileiro anuncia, em cadeia nacional, o corte de 55 bilhões de reais no Orçamento Federal, elegendo o Ministério da Saúde como "a maior vítima" dessa medida econômica (sofrerá o corte de 5,4 bilhões no seu orçamento). Bom, na condição de assistente social sanitarista

gerontóloga, não farei mais comentários, registro a informação para que seja refletida. Mesmo assim, eu me pergunto: como?

Em linhas gerais, coloco apenas mais algumas questões para o Serviço Social: (i) A minha intuição, materializada através das hipóteses que me inquietavam a realizar o estudo que, sinceramente, eu não sabia, se concretizaria numa tese, apontava para um desafio que eu mesma assumi como tal. Ou seja, estudar o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social, motivo pelo qual optei por fazer o doutorado em Serviço Social. Não é fácil, confesso, porque todos os caminhos, antes de nos levar a "Roma", nos conduzem, ou melhor, induzem ao encontro de racionalidades que atestam a favor do Capital. Com essa compreensão, confesso também que me senti "desmotivada", assim por dizer, quando me deparei com a realidade encontrada nos Artigos selecionados, diante da confirmação das hipóteses, ou seja, em sua grande maioria, os escritos não trazem a crítica como proposta agregada aos conteúdos. Mas a "desmotivação" temporária se perdeu no caminho de Cuba para o Brasil. Neste impasse, em respeito a mais um dos princípios do nosso Código de Ética profissional, em nome da *garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual* (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993), resolvi fazer dos anais dos ENPESS apenas uma fonte de dados e adotar a pesquisa teórica como a contribuição maior a ser realizada a partir desta tese. O que não seria possível se não fosse a presença dos meus dois orientadores nesse processo, aos quais, em tom de agradecimento, venho confessar: "aprendi".

Resta assim, uma verdade a ser escrita, dando conta da responsabilidade assumida no sentido de responder a questão-objeto desta tese: a racionalidade predominante na produção de conhecimento do Serviço Social, no Brasil, a partir de 1999 até 2010, dedicada a estudar as questões relacionadas à *velhice, saúde e trabalho*, tomando como fonte os Artigos selecionados nos anais dos ENPESS, não é dada pela razão dialética, ou seja, não se confirma a perspectiva da totalidade social. Considerando tudo que foi abordado desde as primeiras linhas nesta tese, salvo exceções, a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social não reflete a teoria social crítica, tampouco rompe com o conservadorismo nem modelos oriundos da racionalidade burguesa, apesar do

significado do ENPESS para a nossa categoria profissional. No entanto, há de ser considerado que no último ENPESS foram apresentados Artigos que dão conta dessa perspectiva totalizadora, o que nos anima diante da possibilidade dessa realidade passar a ser mudada a partir das próximas edições do evento. Considero, assim, essa produção em crescimento (qualitativo e quantitativo) a contribuição a ser aqui registrada a partir da pesquisa nos Anais dos ENPESS. (ii) Concordo plenamente com Lopes (2009, p. 26-27) quando escreve que a "defesa e sustentação do pensamento crítico, marxista" se coloca para nós como "o eixo central da resistência histórica necessária" à manutenção do nosso *Projeto Ético-Político* que, a meu ver, já nasceu em "crise", consideradas as circunstâncias históricas e contraditórias que permeiam a trajetória do Serviço Social no Brasil e, assim, sempre esteve em "xeque", mas é preciso resistir! Portanto, volto a insistir, o engajamento constante no trabalho da desmistificação crítica é um desafio aos que acreditam, defendem e lutam por outro modelo de sociedade. (iii) Apesar de minha inserção de longo tempo nas lutas sociais, com os pés no chão e a mente sempre em reflexão, ao lado dos segmentos mais velhos do país, concordo com Mészáros (2002, p. 95, grifo do autor) quando afirma que "outro mundo é possível e necessário" e me faço valer das suas próprias palavras por ter a consciência de que "neste sentido, os obstáculos a serem superados são na verdade *comuns* ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do Capital – e aos movimentos de *questão única*". Em síntese, parafraseando Mészáros (2002, p. 95), é razoável concluir que, assim como o "ambientalismo" e a "grande causa histórica da liberação das mulheres" são demandas não-integráveis à racionalidade capitalista, pois o "fracasso histórico da socialdemocracia destacou claramente o fato de que, sob o domínio do capital, somente se podem legitimar as demandas integradas", a meu ver, a "grande causa da dignidade da velhice da classe trabalhadora", nessa mesma lógica, também é não-integrável, em razão de ser, como foi visto, uma produção do sistema do capital. Por outro lado, "essas condições de vida que as diferentes gerações já encontram vigentes é que decidem, também, se o abalo revolucionário periodicamente recorrente na história será suficientemente forte ou não para deitar abaixo a base de todo o existente [...]". Ou seja, o caráter teleológico do trabalho humano, *afirma* Guerra (2007, p. 28), "reside no fato de que o homem projeta-se finalidades a partir de possibilidades e não apenas das carências (necessidades que conduzem a uma ação)", decerto, a

capacidade de se rebelar e produzir outras relações, que não sejam dadas pela ordem capitalista, está em perspectiva.

O trabalho, foi visto, antecede o capital sendo este histórico. O trabalho, mediação através da qual o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, adquiriu na sociedade moderna, na vida do proletariado, a dimensão do castigo imposto a Sísifo, mas a história não acabou... Diferente do que pensava Hegel, a sociedade como um todo não sabe aonde vai chegar. Há o conflito constante de ideias e interesses, a luta de classes, inconciliável na arena onde se estabelece a batalha entre capital e trabalho. Portanto, não há como defender uma teleologia da sociedade. Mas, o homem, enquanto sujeito de sua história, possui essa capacidade de compor no pensamento o projeto inteiro a ser materializado pela via de uma ação consciente. Possibilidade distintiva do homem em relação aos animais não humanos, tendo em vista que, assim exemplificou Marx (2008, p. 211), "o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade". Ou, conforme ensinou o professor Milton Santos (2003), "o que distingue o ser humano dos outros animais não é o dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia [...] a busca da utopia é algo ancestral e companheiro do homem". Neste sentido, Mészáros (2004, p. 16) defendeu não ser possível temer a defesa da "utopia realista", citando Daniel Singer segundo o qual, "se toda tentativa de mudar a sociedade, e não apenas remendá-la, é classificada com raiva e desprezo de utópica, então, transformando o insulto numa medalha de honra, devemos proclamar que somos todos utópicos". Se utopia, na sua etimologia, significa lugar nenhum, parece razoável afirmar que, diferente do idealismo de Platão, a luta tem sido por um lugar que ainda não existe concretamente, mas está em perspectiva enquanto possibilidade histórica, cada vez mais urgente porque, do contrário, restará como única alternativa a barbárie^{2}, a barbárie^{3}... e nada mais. Seguindo este raciocínio, por saber que o conhecimento não está disponível nem facilmente acessível à "espécie" possuidora apenas de sua força de trabalho, comecei esta tese contando história e encerro escrevendo sobre utopia. Assim, o esforço empregado nesta produção, na qual mergulhei inteira, é dedicado às velhas e aos velhos trabalhadores, acreditando ser a apropriação do conhecimento um dos processos que compõem a luta para transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

ACANDA GONZÁLEZ, J. L. De Acanda [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <salveacampelo@gmail.com> em 22 jan. 2012.

ACANDA GONZÁLEZ, J. L. De Acanda [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <salveacampelo@gmail.com> em 23 jan. 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Cobertura de planos privados de saúde**. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2008/f16.def>. Acesso em: 15 jan. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Diretrizes e normas em pesquisa em saúde. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home>. Acesso em: 4 de janeiro de 2012.

AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/atencao-ao-idoso/RES_283.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ALBIERO, C. M. G.; CALOBRIZI, M. D. D-Á.; LIMA, G. A. T. Relato da Experiência: 1 Encontro de lazer entre gerações na ITE - "O lazer como facilitador do encontro de gerações". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2004. 1 CD ROM.

ALEXANDRINO, M. B.; PAZ, S. F. A realidade da violência contra os idosos: resultados dos programas de atenção e prevenção e de captação de denúncias de violência contra idosos no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

ALMEIDA, V. L. V. Modernidade e velhice. **Revista serviço social & sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 35-54, 2003.

ANDRADE A. P.; GARCIA, M. L. T. Alcoolismo na 3ª Idade: Uma nova realidade para os Assistentes Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2004. 1 CD ROM.

ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2002. p. 15-20.

ANTUNES, R. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. cap. 23, p. 499-508.

AQUINO, A. C. F. C. et al. Fatores relacionados à acessibilidade de idosos a medicamentos anti-hipertensivos em unidades de saúde da família de Pernambuco. **Geriatria & Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 151-158, 2011.

ARBEX, S. H. Sentidos da Integralidade na área da saúde do idoso. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Apresentação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8., 2002, Juiz de Fora. **Anais**... Brasília, DF, 2002. 1 CD ROM.

BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras**: 1891. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BALEEIRO, A.; SOBRINHO, B. L. **Constituições Brasileiras**: 1946. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

BALTES, M. M.; SILVERBERG, S. A dinâmica da dependência: autonomia no curso de vida. In: NERI, L. (Org.). **Psicologia do envelhecimento**: tópicos selecionados numa perspectiva do curso de vida. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BATISTA, A. S. et al. **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, Secretaria de Políticas de Previdência Social, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28).

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BEZERRA, G. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOBBIO, N. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui% C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ccivil/LEIS/2003 /L10.741.htm>. Acesso em: 15 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 18 dez. 2003. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/ 2003/10820.htm>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 132, n. 3, p. 77-79, 1994. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8884. htm>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Gasto público com saúde como proporção do PIB**. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: <http://tabnet. datasus.gov.br/cgi/tabcgi. exe?idb2008/e0601.def>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. **Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999**. Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/3idade /portaria1395gm.html>. Acesso em: 16 jul. 2007.

BRASIL. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.** Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude. gov.br/sas/PORTARIA/Port2006/GM/GM-2528.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

BRASIL. **Portaria nº 249, de 16 de abril de 2002.** Aprova as normas para Cadastramento de Centros de Referência em Assistência à Saúde do Idoso. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/ legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/atencao-ao-idoso/Portaria_249.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BRASIL. **Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.** Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas /PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. **Portaria nº 702, de 12 de abril de 2002**. Criar mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/ Leg_FED_ PORT_MS_0702_2002.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009.

BULLA, L. C. et al. Familiares de idosos com Alzheimer: qualidade de vida e redes de apoio social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2004. 1 CD ROM.

BULLA, L. C. Qualidade de vida do idoso, família e políticas sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

BULLA, L. C.; TSURUZONO, E. R. S. A violência contra a pessoa idosa e os desafios para a implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

CAIO, T. **Constituições Brasileiras**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

CAMARANO, A. A. (Coord.). **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos** - Região Nordeste. Brasília, DF: IPEA, 2008.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Trabalho apresentado no 5º Congresso Nacional de Estúdios Del Trabajo, Buenos Aires, 2001. Disponível em: <http://www.aset.org.ar/congresos/5/aset/PDF/CAMARANO. PDF>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CARAVANA Intergeracional pela Cidadania do Idoso em Pernambuco. Disponível em: < http://www.pernambuco.com/assinantes/index.asp > Acesso em: 20 jan. 2012.

CARDOSO, A. P. Idoso: empréstimo consignado. **Revista online** (Constituição), Salvador, mar. 2010. Disponível em: <http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp? idArtigo=158>. Acesso em: Acesso em: 16 jul. 2011.

CARTA, G. Planeta sessentão. **CartaCapita**l, São Paulo, ano 15, n. 541, p. 10-15, abr. 2009.

CARVALHO, E. F. et al. O processo de transição epidemiológica e iniqüidade social: o caso de Pernambuco. **RASPP**, Piauí, v. 1, n. 2, p. 107-119, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social no Brasil**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, T. B.; BRITO, L. N.; BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras**: 1967. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORAMENTO POPULAR (Rio Grande do Sul). **Financiamento do SUS**: a luta pela efetivação do direito humano à saúde. Passo Fundo, RS, 2005. Disponível em: <http://www.saude.al.gov.br/files/pactopelasaude/ manuais/cartilha_financiamento_do_SUS_a_luta.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.

CHAUI. M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Afiliada, 2005.

CHOSSODOVSKY, M. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CÍCERO, Marco Túlio. **Saber envelhecer**. Porto Alegre, L&PM, 2002.
CINTRA, L. A. Encruzilhada demográfica. **CartaCapital**, São Paulo, ano 15, n. 509, p. 18-23, abr. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO (Brasil). Plano Nacional de **Implementação das Deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COSTA PORTO, W. **Constituições Brasileiras**: 1937. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001a.

COSTA PORTO, W. **Constituições Brasileiras**: 1969. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001b.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, G. G. **Antropologia e envelhecimento**. Campinas: UNICAMP: IFCH, 1994. (Textos didáticos, n. 13).

DELEGACIA do Idoso terá posto de atendimento do INSS a partir de fevereiro. Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.portalaz.com.br/noticia/geral/236665_delegacia_do_idoso_tera_posto_de_atendimento_do_inss_a_partir_de_fevereiro.htm>. Acesso em: 1 fev. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A crise econômica mundial e as turbulências recente**. São Paulo, 2011. (Nota técnica, n. 104). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec104CriseEconomica.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Fusões no setor bancário**: emprego e concorrência. São Paulo, 2007. (Nota técnica, n. 55). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORIA FILHO, U. **Introdução à Bioestatística para simples mortais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Negócio, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, segundo as observações do autor e fontes autênticas.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano 18, n. 55, p. 174-187, 1997.

FREITAS, E. V. Et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011**. New York, 2011. Disponível em: <http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM POCKET, 2010.

GEHLEN, V. R. F.; OLIVEIRA, G. S. Políticas sociais e terceira idade: direito a uma cidade saudável. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8., 2002, Juiz de Fora. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2002. 1 CD ROM.

GILLON, R. Autonomy and the principle of respect for autonomy. **British medical journal**, London, v. 290, n. 12, p. 1806-1080, 1995.

GÓIS, E. C. P. Violência Contra o Idoso: campo de atuação do Assistente Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

GOMES, C. M. S. O lazer e sua Importância na terceira idade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000, Brasília, DF. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2000. 1 CD ROM.

GORDILHO, A. *et al*. Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso. **Bahia análise & dados**, Salvador, v. 10, n. 4, p. 138-153, mar. 2001.

GROSSI, P. K. et al. Acidentes e Violências com Idosos: a relação entre o processo de notificação e a articulação da rede de serviços. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

GROSSI, P. K. et al. Ações e serviços de atendimento para a população idosa e rede de apoio para os cuidadores de idosos no Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

GROSSI, P. K.; SCHARDOSIM, M.; VARGAS, C. O. L. Rompendo o silêncio: desvelando a violência no cotidiano de idosos residentes em asilos. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2004. 1 CD ROM.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, C.; JUNIA, R. Determinantes sociais da saúde: entrevista com Jaime Breilh. **Carta O Berro**, [S.l.], 8 nov. 2011. Disponível em: <http://fopspr.wordpress.com/2011/10/29/determinantes-sociais-da-saude-entrevista-com-jaime-breilh/>. Acesso em: 5 jan. 2012.

GUIMARÃES, R. M. **Decida você como e quanto viver**. Brasília, DF: Saúde & Letras, 2007.

GUIMARÃES, S. J. Idoso e violência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

GUIMARÃES, S. J. Violência como Questão Social: o cotidiano do idoso de Teresina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

GURGEL JÚNIOR, G. D. A Reforma do Estado e o Sistema Único de Saúde no Brasil. In: FREESE, E. (Org.). **Municípios**: a gestão da mudança em saúde. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. cap. 1, p. 25-43.

HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

HAYFLICK, L. **Como e por que envelhecemos**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

HEMINGWAY, E. **O velho e o mar**. 75. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2010.

HUGO, V. **Os miseráveis**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 19. ed. São Paulo: Cortez; [Lima]: CELATS, 2006.

IASI, M. L. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. **Brasil já tem mais de 180 milhões de habitantes**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207>. Acesso em: 15 jan. 2009.

IBGE. **Censo demográfico, 1991**. Rio de Janeiro, [1992?].

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil.** Rio de Janeiro, 2000.

IDOSOS de todo o país sofrem com o golpe do consignado. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://180graus.com/politica/idosos-de-todo-o-pais-sofrem-com-o-golpe-do-consignado-434094.html>. Acesso em: 10 jan. 2012.

JARA, J. **Canção inacabada**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

KALACHE, A. O século do envelhecimento e a sociedade que queremos construir. **Revista direitos humanos**, Brasília, DF, n. 3, p. 30-35, set. 2009. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/revistadh3.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

KURZ, R. A expropriação do tempo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 jan. 1999. Caderno 3, p. 5. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/k/kurz2.doc>. Acesso em: 12 abr. 2009.

LASKI, H. J. **El liberalismo europeu**. México: Breviarios del Fondo de Cultura Económica, 1992.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção da subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEÃO, A. A. M. P. O desafio da política de saúde em promover um envelhecimento bem-sucedido em Manaus: notas para a intervenção do assistente social e consolidação do projeto ético-político. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, S. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LIMA-COSTA, M. F. F. Epidemiologia do envelhecimento no Brasil. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. p. 499-514.

LOPES, J. B. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 8, n. 12, p. 21-28, nov. 2009.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Biblioteca ciência e sociedade, publicações escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAGALHÃES, A. P. R. **A mortalidade da população idosa no Recife no triênio 2004-2006**. 2009. Dissertação (Mestrado Profissional em Vigilância sobre Saúde) - Departamento de Medicina Social, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade de Pernambuco, Recife, 2009.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. pt. 1, cap. 3.

MARCUSE, H. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARLLOS Sampaio quer ponto do INSS na delegacia do idoso. Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.cidadeverde.com/marllos-sampaio-quer-ponto-do-inss-na-delegacia-do-idoso-92622>. Acesso em: 1 fev. 2012.

MARTINS, R.; VIEIRA, W. Privilegiados. E incógnitos. **CartaCapital**, São Paulo, ano 16, n. 662, p. 28-32, set. 2011.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2011.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENESES, P. **Para ler a fenomenologia do espírito**: roteiro. São Paulo: Loyola, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DO IDOSO, 1., 2006, Brasília, DF. **Eixos temáticos**: Rede de Proteção ao Idoso. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2006. p. 3-8. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/ sedh/ct/ cndi/i_conferencia_idoso.htm>. Acesso em: 20 ago. 2007.

MINISTRA italiana chora após anúncio de mais austeridade. Lisboa, 2011. Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=506372&tm=6&layout=122&visual=61>. Acesso em: 11 fev. 2012.

MONTAÑO, C. Presentación: El debate metodológico de los ‘80/’90. El enfoque ontológico *versus* El abordaje epistemológico. In: BORGIANNI, E.; MONTAÑO, C. (Org.). **Metodologia y Servicio Social**: hoy em debate. São Paulo: Cortez, 2000. p. 9-33.

MOTA, A. E. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. pt. 1**,** cap. 2.

MULINARI, C. H. et al. Reflexões sobre a violação dos direitos dos idosos: um olhar sobre o cotidiano da Unidade de Saúde da Família. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional de Viena sobre o envelhecimento**. Viena, 1982. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/e-psico/ publicas/humanizacao/prologo.html>. Acesso em: 15 abr. 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Population bulletin of the United Nations:** living arrangements of older persons. New York, 2001.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia.** Campinas: Alínea, 2001.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 1-22.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun, 2001.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoría social. In: SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009. p. 667-700.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, 1994.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbarie**. Trabalho apresentado no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” em Serpa, 2010.

NOGUEIRA, O. **Constituições Brasileiras**: 1824. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

NUNES, A. O envelhecimento populacional e as despesas do Sistema Único de Saúde. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. cap. 13.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B.; NOGUEIRA, M. C. T.; SILVA, P. D. L. A. M. C. Uma vida nobre: o fortalecimento da autoestima de idosos a partir do atendimento social e da prática de atividades físicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envejecimiento activo:** un marco político. Madrid, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Situação de saúde no mundo é alarmante**. Brasília, DF, 2003. Disponível em:<http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=52825>. Acesso em: 15 set. 2009.

PAIM, J. S. Políticas de saúde no Brasil. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. cap. 20, p. 587-603.

PAIVA, S. O. C. **Perfil socioeconômico e epidemiológico da população idosa do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – PE**. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2004.

PAIVA, S. O. C.; FREESE DE CARVALHO, E.; LUNA, C. F. A velhice não contemplada: invisibilidade das demandas sociais da pessoa idosa em Fernando de

Noronha – Nordeste do Brasil. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 91-105, 2007.

PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu,1996.

PARDINI, F. Pacientes invisíveis. **CartaCapital**, São Paulo, ano 10, n. 304, p. 36-37, 2004.

PASSARELLI, M. C. G. O processo de envelhecimento em uma perspectiva geriátrica. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 208-212, 1997.

PEREIRA, E. T.; BORLOT, A. M. M.; ANGELI, C. V. S. A violência contra o idoso e as estratégias de enfrentamento da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória-ES. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2006. 1 CD ROM.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 4.

PIVETA, M. J.; PASSAURA, L. A Violência Contra o Idoso: uma realidade conflitiva a ser enfrentada. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. et al. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. pt. 1, cap. 4.

POLETTI, R. **Constituições Brasileiras**: 1934. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia: Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

PRADO, E. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

RAMOS, L. R. Epidemiologia do envelhecimento. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. cap. 7, p. 72-78.

RODRIGUES, L. S.; SOARES, G. A. **Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea.** Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_4_PDFs/Lizete%20de%20Souza%20Rodrigues%20-%20%C1gora_4.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2012.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília, DF: Ed. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROSENTHAL, J. Amarrados, mas ainda indomados. **CartaCapital**, São Paulo, ano 16, n. 647, p. 39-57, maio 2011.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Introdução à epidemiologia moderna**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1990.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

SACRAMENTO, F. S. **Planejamento familiar no Brasil**. Volta Redonda, 2008. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/portal_pesq/caderno/especiais/VI_ seminario_trabalho_profissional%202008_servi%C3%A7o_social.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SAGAN, C. **Bilhões e bilhões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALGADO, M. A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC, 1982.

SANTOS, M. A. N. et al. Concepções de Violência Entre Usuários e Profissionais do Programa Saúde da Família. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2006. 1 CD ROM.

SANTOS, M. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 309-314, 2003.

SAYEG, N. A questão do envelhecimento no Brasil. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 196-198, 1997.

SHAKESPEARE, W. **O mercador de Veneza**. Porto Alegre: L & PM, 2011.

SILVA, E. G. No tempo da delicadeza: projeto raízes da vida e sua contribuição para a qualidade de vida dos idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

SILVA, H. P. P. B.; FONTES, J. K. M. O Serviço Social na saúde: um trabalho interdisciplinar junto aos idosos na Unidade de Saúde Familiar e Comunitária em Natal (RN). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

SOARES, R. C. As particularidades da contra-reforma na política de saúde brasileira. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. **Anais**... Guayaquil: ALAEITS, 2009b. 1 CD ROM.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Adequação do estatuto da SBGG nacional ao Novo Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro,

2004. Disponível em: <https://www.sbgg.org.br/conteudo.aspx?pP=2&pO=4&pM=2>. Acesso em: 12 jan. 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. D**istribuição dos associados por profissão.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.sbgg.org.br/conteudo.aspx?pP=63&pO=39&pM=2>. Acesso em: 10 jan. 2010.

SOUZA, E. F. A Importância da família no tratamento do paciente idoso hospitalizado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2006. 1 CD ROM.

SOUZA, V. F. F. Velhice X Pobreza: uma das expressões da questão social no município de Parintins-Amazonas In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TONET, I. **Pluralismo metodológico**: falso caminho. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2009.

TRINDADE, A. A. A intervenção do serviço social junto às mulheres idosas com câncer de mama em situação de vulnerabilidade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

TRINDADE, A. A.; PASSOS, V. B. C.; BARBOSA, V. C. O Perfil dos Idosos Atendidos na Enfermaria de Geriatria do HUCFF/UFRJ: estudo das demandas apresentadas ao Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2010. 1 CD ROM.

UCCELLA, E. C.; BUENO, A. A. O Idoso na saúde pública brasileira: um estudo à luz do acesso à justiça. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luís. **Anais**... Brasília, DF: ABEPSS, 2008. 1 CD ROM.

VERAS, R. P. **País jovem com cabelos brancos**: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

VIANA, N. A causa da crise financeira é a lógica do próprio capitalismo. **Brasil de fato**, São Paulo, jan. 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/8647>. Acesso em: 5 fev. 2012.

VICENTINO, C. **História geral**. São Paulo: Ed. Scipione, 1997.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M, C.; BELFIORE-

WANSWELEY, M. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 33-39, jan./jun. 2001.

ANEXO A – FICHA PARA REGISTRO DE INFORMAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA:

ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL

Pesquisadoras responsáveis:

Dra. Edelweiss Falcão de Oliveira e Ms. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

---

FICHA PARA REGISTRO DE DADOS

NÚMERO __

1 **TÍTULO:**		
2 ANO:	**3 ENPESS:**	**4 ORIGEM:**
5 EIXO TEMÁTICO:		
6 ENFOQUE:		
7 CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA:		
7.1 SUBENTENDIDA [ ] 7.2 CLARA [ ]		
Se 7.2, QUAL?		
8 ASPECTOS MAIS REFERENCIADOS EM RELAÇÃO AO VELHO?		
8.1 SAÚDE/DOENÇA [ ] 8.2 FAMÍLIA [ ] 8.3 TRABALHO [ ] 8.4 OUTROS [ ]		
9 DESCRITORES/ Conteúdo		
9.1 [ ] **TOTALIDADE** SOCIAL 9.2 [ ] CENTRALIDADE DO TRABALHO 9.3 [ ] QUESTÃO SOCIAL 9.4 [ ] PRODUÇÃO SOCIAL DA VELHICE		
10 CONTEÚDO		
10.1 [ ] TOTALIDADE SOCIAL 10.2 [ ] CENTRALIDADE DO TRABALHO 10.3 [ ] QUESTÃO SOCIAL 10.4 [ ] PRODUÇÃO SOCIAL DA VELHICE		
11 DESAFIOS – QUESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL		
11.1 [ ] NÃO 11.2 [ ] SIM QUAL/QUAIS?		
12 MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO		
12.1 [ ] COMUNICAÇÃO ORAL 12.2 [ ] PÔSTER 12.3 [ ] NÃO INFORMA		

13 TERMINOLOGIA MAIS UTILIZADA

13.1 [ ] **IDOSO**/A 13.2 [ ] VELHO/A 13.3 [ ] TERCEIRA IDADE

13.4 [ ] USUÁRIO 13.5 [ ] OUTRA .....

14 HÁ MENÇÃO SOBRE ENVIO DO PROJETO DE PESQUISA A CEP?

14. 1 [ ] SIM 14.2 [ ] NÃO

15. QUANTO À BIBLIOGRAFIA:

15.1 a) [ ] Abrange conteúdos críticos da produção do SS (pelo menos um título)

15.1 b) [ ] Não abrange conteúdos críticos da produção do SS

15.2 a) [ ] Há maior ênfase na produção mais geral de gerontologia

15.2 b) [ ] Há total ênfase na produção mais geral de gerontologia

16. HÁ MENÇÃO À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO IDOSO?

16.1 [ ] SIM 16.2 [ ] NÃO

Observações:

ANEXO B – QUADRO COM OS RESULTADOS DAS INFORMAÇÕES E DADOS COLETADOS REGISTRADOS NAS FICHAS

Cód.	Origem	Eixo Temático	Enfoque	Aspectos mais referenciados	Modalid.	Concepção teórico-metodológica	Descritores	Conteúdo	CEP	Bib. Crítica SS	Bib. GG	Desafio	PNSI PNSPI
S01	UNESP	Práticas sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações	Idoso, hospitalização, família	SAÚDE/DOENÇA FAMÍLIA	NI	"método dialético e da pesquisa qualitativa" Obs: menciona mas não realiza	TOTALIDADE	--	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PNSI
S02	UFF-RJ	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	**Violência**, Idosos, Direitos, Políticas Públicas e Serviço Social	SAÚDE/DOENÇA FAMÍLIA VIOLÊNCIA	CO	"análise qualitativa"; "análise empírica"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S03	PUC-RS	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Envelhecimento, políticas públicas, família e **violência** familiar	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO	"método dialético-crítico"	TOTALIDADE, QUESTÃO SOCIAL	--	NN	SIM	>SIM	SIM	NÃO
S04	EMESCAM-ES	Seguridade social e políticas sociais setoriais	**Violência**; Idoso; saúde	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	NI	"estudo exploratório-descritivo"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S05	NI	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Idoso, **violência**, políticas sociais	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO	"estudo teórico"	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	SIM	>SIM	SIM	PNSI
S06	PUC-RS	Questões étnico-raciais, de gênero e de geração	Acidentes, **Violências**, Idosos, Cuidadores	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO	"um estudo quanti-qualitativo"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S07	PUC-RS	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Cuidador, Idoso, Violência	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO	"descritivo-exploratório e delineamento qualitativo, embasada no referencial **teórico-epistemológico dialético-crítico**"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S08	NI	Grupos Institucionais de	**AIDS** e Envelhecimento	SAÚDE/DOENÇA	NI		QUESTÃO	--	NN	SIM	>SIM	SIM	NÃO

		Pesquisa		AIDS			SOCIAL						
S09	UEPB	Seguridade social e políticas sociais setoriais	**Aids**, Mulheres, Idosas	SAÚDE/DOENÇA AIDS	NI		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S10	UFES	Seguridade Social	**“**qualidade de vida”; **alcoolismo**, envelhecimento e alcoolismo na 3a idade	SAÚDE/DOENÇA ALCOOLISMO	CT	tende para um desenho epidemiológico...	--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S11	UEPB	Seguridade social e políticas sociais setoriais	Envelhecimento Populacional, Concepção de Envelhecimento, Programa Saúde da Família (PSF); “qualidade de vida”;	SAÚDE/DOENÇA Concepções de Envelhecimento	NI	“abordagem qualitativa” ... “método crítico-dialético” ... “estudo de caso”	TOTALIDADE SOCIAL	--	NÃO	SIM	>SIM	SIM	NÃO
S12	UEPB	Seguridade social e políticas sociais setoriais	**Violência**, Saúde, Programa Saúde da Família	SAÚDE/DOENÇA Concepções de Violência	NI	Análise Documental... “estudo de caso”	--	--	NÃO	SIM	>SIM	SIM	NÃO
S13	PUC-RS	Política Social – Criança e Adolescente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Idoso, etnia e gênero	Familiares cuidadores, idosos, alzheimer, qualidade de vida, redes de apoio	SAÚDE/DOENÇA ALZHEIMER	CO	“quantitativo e outra qualitativo”	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S14	UFPI	Mesa Temática: Velhice e Políticas Públicas	Idoso, **violência**, questão social, cidadania	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA como expressão da QS	CT	“A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental”...	QUESTÃO SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO
S15	PUC-RS	Saúde: Políticas, Práticas Institucionais e Usuários	**Violência** familiar	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	NI	tende para um desenho epidemiológico	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S16	AM	Trabalho, Questão Social e Serviço	Saúde do Idoso, Atenção	SAÚDE/DOENÇA	CO		QUESTÃO	--	NÃO	>SIM	SIM	SIM	NÃO

		Social	Primária, Serviço Social, Cidadania. "qualidade de vida"				SOCIAL						
S17	UNESP	Questões étnico-raciais, de gênero e de geração	Saúde Pública, Envelhecimento, Acesso à Justiça	SAÚDE/DOENÇA Acesso à Justiça	CO		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S18	PE	Saúde: Políticas, Práticas Institucionais e Usuários	Lazer	SAÚDE/DOENÇA LAZER	NI		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S19	UFRJ	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Saúde, Envelhecimento e Cuidado.	SAÚDE/DOENÇA	PÔSTER	Tende para um desenho epidemiológico	--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S20	Universidade Potiguar-RN	Processo Interventivo do Serviço Social	Idoso, saúde, qualidade de vida, interdisciplinaridade.	SAÚDE/DOENÇA Interdisciplinaridade	CO	Tende para um desenho epidemiológico... "pesquisa participante"	--	--	NÃO	SIM	>SIM	NÃO	NÃO
S21	SC	Saúde: Políticas, Práticas Institucionais e Usuários	Assistência Domiciliar	SAÚDE/DOENÇA Assistência Domiciliar	NI	Tende para um desenho epidemiológico	--	--	NÃO	NÃO	NAO	NÃO	NÃO
S22	PE	Grupos Institucionais de Pesquisa	qualidade de vida, Grupos de Convivência	SAÚDE/DOENÇA	NI	"abordagem qualitativa" ... "dados quantitativos" Tende para um desenho epidemiológico	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S23	Unesp/SP	Seguridade Social	Qualidade de Vida, Prevenção, Saúde do adulto e idoso, Sistema Único de Saúde	SAÚDE/DOENÇA	NI	tende para um desenho epidemiológico	--	--	NÃO	SIM	>SIM	NÃO	NÃO
S24	PUC-RS	Questões étnico-raciais, de gênero e de geração	Velhice, qualidade de vida, família, suporte social, Políticas Sociais	SAÚDE/DOENÇA	CO	"pesquisa de caráter predominantemente qualitativo"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S25	AM	Trabalho, Questão Social e Serviço Social	Política de Saúde, Demandas,	SAÚDE/DOENÇA	CO		QUESTÃO SOCIAL/TOTA	--	NÃO	SIM	>SIM	NÃO	PNSI PNSPI

			Saúde do Idoso.				LIDADE/CENTRALIDADE						
S26	ES	Trabalho, Questão Social e Serviço Social	Questão Social, Direitos, Idosos, Intersetorialidade e Serviço Social.	SAÚDE/DOENÇA Violação dos Direitos	CO		QUESTÃO SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL	NÃO	SIM	>SIM	SIM	PNSPI
S27	ITE-Bauru/SP	Política Social - Criança e Adolescente, PPD, Idoso, Etnia e Gênero	**Lazer**; gerações (criança, adolescente, família e idoso) ... "Formação Profissional; Laboratório Vivencial; Co-Educação de gerações; Lazer".	SAÚDE/DOENÇA LAZER	PÔSTER	"Laboratório Vivencial"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S28	PUC-RS	Política Social - Criança e Adolescente, PPD, Idoso, Etnia e Gênero	Idoso, gerontologia social, **violência**, instituição, política social	SAÚDE/DOENÇA **Violência**	CO	"estudo é de natureza qualitativa" ... "exploratória e Qualitativa"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S29	UFJF-MG	Seguridade social e políticas sociais setoriais	Saúde e Caracterização do Idoso, Integralidade, Processo de envelhecimento	SAÚDE/DOENÇA	CO		--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S30		Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Serviço Social. Saúde. Envelhecimento. Qualidade de vida	SAÚDE/DOENÇA **Autoestima**	CO	"[...] desenho descritivo com abordagem qualitativa, uma vez que tratar de autonomia contempla a subjetividade do sujeito, o que sugere o reconhecimento da singularidade e da importância da experiência social daquele que envelhece.	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	SIM	>SIM	NÃO	NÃO
S31	UFAM-AM	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	cuidador, idoso, **violência intra-familiar**.	SAÚDE/DOENÇA	CO		--	--	NN	SIM	>SIM	NÃO	NÃO

S32	AM	Trabalho, Questão Social e Serviço Social	**Questão social**; velhice; políticas públicas	SAÚDE/DOENÇA Questão social	CO		QUESTÃO SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL	NN	SIM	>SIM	SIM	NÃO
S33	UFPI	Mesa Temática: Questão Social, Políticas Públicas e Gerações	idoso, violência, questão social	SAÚDE/DOENÇA	CT		QUESTÃO SOCIAL, TOTALIDADE SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL, TOTALIDADE SOCIAL	NAO	SIM	>SIM	NÃO	NÃO
S34	PUC-RS	Política Social - Criança e Adolescente, PPD, Idoso, Etnia e Gênero	Mulher, Idosa, **Maus-tratos**	SAÚDE/DOENÇA	PÔSTER		--	--	NN	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S35	NI	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Violência, violência intra-familiar, mulher idosa, serviço social.	SAÚDE/DOENÇA	PÔSTER		--	--	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S36	NI	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	**Violência** contra o idoso, questão social, cidadania	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO	"pesquisa de natureza quanto-qualitativa"	QUESTÃO SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL	NÃO	SIM	>SIM	SIM	NÃO
S37	AM	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Família, Violência, Terceira Idade	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	PÔSTER		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S38	PB	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	**Violência**, idoso, Disque idoso	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S39	UNOESC-SC	Violência e Cidadania	Família, violência e prevenção	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CO		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S40	PUC-RS	Saúde: Políticas, Práticas Institucionais e Usuários	Saúde, Dependência, Envelhecimento, Doenças crônicas,	SAÚDE/DOENÇA FAMÍLIA Alzheimer	NI	"pequisa de caráter predominantemente qualitativo"	--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

			Demência... "qualidade de vida"										
S41	ITE/Bauru/ SP	Questões étnico-raciais, de gênero e de geração	Envelhecimento. Cuidados domiciliares. Tratamento humanizado	SAÚDE/DOENÇA CUIDADOR	CO		--	--	NN	NÃO	SIM	SIM	NÃO
S42	UERJ	Iniciação Científica	Mulheres, velhice, UnATI	SAÚDE/DOENÇA Mulheres	NI		--	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S43	PUC-RS	Questão Social e Trabalho	Envelhecimento, institucionalização, violência	SAÚDE/DOENÇA VIOLÊNCIA	CT		--	--	NN	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S44	RO	Ênfase no Trabalho Profissional	Interdisciplinaridade, Idosos, Serviço Social	SAÚDE/DOENÇA Interdisciplinaridade	PÔSTER	"método de análise o dialético"	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	SIM	>SIM	NÃO	NÃO
S45	RJ	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Idoso, Grupo de Convivência, Direito social, Lazer	SAÚDE/DOENÇA	CO	"traçar um perfil da população idosa no referido município"	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S46	RJ	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Idoso, Grupo de Convivência, Direito social, Lazer	SAÚDE/DOENÇA	PÔSTER	"traçar um perfil da população idosa no referido município"	QUESTÃO SOCIAL	QUESTÃO SOCIAL	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
S47	RJ	Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade	Idoso, Grupo de Convivência, Direito social, Lazer	SAÚDE/DOENÇA	CO	"traçar um perfil da população idosa no referido município"	QUESTÃO SOCIAL	--	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO